



Organizador:
Michel Goulart da Silva

ENSAIOS SOBRE HISTÓRIA E POLÍTICA



ED

Outros lançamentos de 2012

**Capitalcracia: a crise como
exploração e degradação**

Valcionir Corrêa

**Sociologia:
conhecimento e ensino**

*Fernando Ponte de Sousa
(organizador)*

**A violência e o poder de destruição
do capital na Amazônia**

Fiorelo Picoli

**Informatização e
doenças psicossociais**

Guillermo Alfredo Johnson

**Memória viva
Relatório I**

*Fernando Ponte de Sousa
José Carlos Mendonça
Valcionir Corrêa
(organizadores)*

**Os socialistas-revolucionários de
esquerda na Revolução Russa**

Coletânea de documentos

**A pobreza humana:
concepções, causas e soluções**

Adir Valdemar Garcia

Michel Goulart da Silva. Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

PUBLICAÇÕES DE 2011 EM CATÁLOGO:

<http://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/>

ENSAIOS SOBRE HISTÓRIA E POLÍTICA

Copyright © 2012 dos autores

Capa

Tiago Roberto da Silva
(recorte de imagens de
Tijmen Van Dobbenburgh)

Editoração eletrônica

Carmen Garcez, Flávia Torrezan, Tiago Roberto da Silva

Apoio

Middlebury College (EUA)

Bibliotecária: Luiza Helena Goulart da Silva

E56

Ensaio sobre História e Política / Michel Goulart da
Silva (organizador) – Florianópolis: UFSC, 2012.
218 p. ; 14,8 x 21 cm.

ISBN: 978-85-61682-76-7

1. História. 2. Política. I Silva, Michel Goulart da

CDU 32

=====
2012
=====

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate
Campus Universitário da UFSC – Trindade
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco anexo, sala 301
Telefone: (48) 3338-8357
Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

MICHEL GOULART DA SILVA
(ORGANIZADOR)

ENSAIOS SOBRE HISTÓRIA E POLÍTICA

Autores:

CARLOS GUSTAVO NÓBREGA DE JESUS

JUAN MANUEL PADRÓN

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES

LUCIANA GARCIA DE OLIVEIRA

MICHEL GOULART DA SILVA

NATALIA LASCANO

PEDRO IVO DIAS TANAGINO

TATIANA POGGI

VICENTE GIL DA SILVA

Florianópolis
2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. SIMBOLOGIA E SUGESTÃO: IDEAL DE HOMEM INTEGRAL EM <i>PROTOCOLLOS E RITUAES</i> <i>Leandro Pereira Gonçalves e Pedro Ivo Dias Tanagino</i>	9
2. ESTADO, SOCIEDAD Y CORPORATIVISMO. EL PENSAMIENTO COMUNITARIO EN EL NACIONALISMO DE DERECHAS EN LA ARGENTINA, 1955 – 1966 <i>Juan Manuel Padrón</i>	27
3. A PROPAGANDA ANTICOMUNISTA DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS PARA A AMÉRICA LATINA DURANTE OS ANOS 1960 <i>Vicente Gil da Silva</i>	53
4. EL DIARIO “LA PRENSA” DE BUENOS AIRES FRENTE A LA REVOLUCIÓN SANDINISTA (1979-1982) <i>Natalia Lascano</i>	77
5. NEOFASCISMO NORTE-AMERICANO: UM OLHAR SOBRE O CONCEITO E O FENÔMENO <i>Tatiana Poggi</i>	109
6. ANTISSEMITISMO E RACISMO NA REDE: O CASO DA REVISÃO EDITORA <i>Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus</i>	149

7. A INTERNET E O DESPERTAR ÁRABE – COMO O FACEBOOK
SUPLANTOU AS VERDADEIRAS RAÍZES OPERÁRIAS E MILITANTES
RUMO À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO EGITO

Luciana Garcia de Oliveira..... 173

8. HISTÓRIA, POLÍTICA E DITADURA NO BRASIL

Michel Goulart da Silva..... 186

APRESENTAÇÃO

Este volume reúne uma coletânea de ensaios que discutem o fenômeno da política em diferentes contextos sociais e históricos, nos séculos XX e XXI. São discutidos temas que passam pelas manifestações de pensamento conservador no último século, como o antisemitismo, por experiências ditatoriais ou de repressão, como a ditadura civil-militar iniciada no Brasil em 1964, e também por processos de resistência, como a recentemente chamada “Primavera Árabe”. Os ensaios reunidos nesse volume não apenas contribuem para o chamado “retorno do político” nas pesquisas em história como apontam para perspectivas críticas em relação a uma diversidade de fenômenos sociais e culturais.

O organizador agradece principalmente os autores pela disposição em colaborar com esta coletânea, disponibilizando textos valiosos que expressam contribuições fundamentais para as pesquisas acerca dos temas tratados neste volume. Os autores, colaborando com este esforço editorial, possibilitaram a reunião num único volume de reflexões das mais variadas acerca do fenômeno da política, enriquecendo o campo conhecido como História Política.

Também agradeço a colaboração e o empenho da equipe que compõe a Editoria Em Debate, devidamente creditados no volume, sem a qual não teria sido possível publicar este livro.

Michel Goulart da Silva

Blumenau, 30 de junho de 2012

SIMBOLOGIA E SUGESTÃO: IDEAL DE HOMEM INTEGRAL EM *PROTOCOLLOS E RITUAES*

Leandro Pereira Gonçalves^{1*}

Pedro Ivo Dias Tanagino^{2**}

A AIB foi criada no dia 7 de outubro de 1932, por Plínio Salgado na cidade de São Paulo, na ocasião da divulgação do *Manifesto de Outubro*³. Contextualizada em um período de transição social, cultural e política, caracterizada por uma ideologia reacionária, autoritária, nacionalista, antiliberal e anticomunista, foi organizada segundo os preceitos de uma sociedade corporativista e cristã. Sob os fundamentos do lema: *Deus, Pátria e Família*, o movimento integralista programava uma total reavaliação da sociedade materialista, na qual acreditavam ter se tornado o Brasil.

^{1*} Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com estágio (Investigador Visitante Júnior) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

^{2**} Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Grupo de Pesquisa Integralismo e outros movimentos nacionalistas (UFF/CNPq).

³ O *Manifesto de Outubro* é composto por dez capítulos: I) Concepção do universo e do homem. II) Como entendemos a nação brasileira. III) O princípio de autoridade IV) O nosso nacionalismo. V) Nós, os partidos e o governo. VI) O que pensamos das conspirações e da politicagem de grupos e facções VII) A questão social como a considera a Ação Integralista Brasileira. VIII) A família e a nação. IX) O município centro das famílias célula da nação. X) O Estado Integralista. *Manifesto de outubro de 1932*. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí, região do Vale do Paraíba, São Paulo, no ano de 1895 em uma família tradicional do interior. Filho de Francisco das Chagas Esteves Salgado, um prestigiado coronel que morreu em plena decadência financeira e Anna Francisca Rennó Cortez, professora e responsável pela educação de Plínio Salgado. Em 1911 sofreu a morte do pai. Com o falecimento do coronel, foi obrigado a abandonar os estudos, tornando-se autodidata e forma-se em professor secundário. Este foi um período de incertezas para Plínio Salgado. Foi nesse momento em particular que teria desenvolvido um extenso estudo das filosofias materialistas, em especial Marx e Spencer, incorporando o materialismo histórico, travestido, em sua filosofia política ainda em gestação.

No período entre 1916 e 1918 ingressou no jornalismo local e acumulou vários cargos de direção. Casou-se em 1918 e enviuvou-se em 1919, concomitantemente ao nascimento de sua filha. Em 1919 lançou a primeira obra bibliográfica, a coletânea de poemas intitulada *Thabor* (GONÇALVES, 2010). No mesmo período contraiu gripe espanhola, momento em que passou a rejeitar o materialismo e aderiu ao pressuposto espiritualista.

Mas foi após a Semana de Arte Moderna de 1922, que Salgado sofreu a sua mutação ideológica. De sua participação marginal no evento, Salgado ingressou na corrente “direita” do movimento, o verdeamarelismo, e a partir daí, tornou-se escritor dos romances sociais que o destacaram na sociedade brasileira da época. Foi nesse momento que Salgado passou a invocar a interferência dos intelectuais na sociedade é quando, segundo Hégio Trindade, o escritor se torna um intelectual engajado (TRINDADE, 1979).

O Homem Integral, conceito de largo trânsito na literatura integralista, apareceu como uma nova base, um elemento aglutinador dessa nova sociedade proposta pelo integralismo: espiritualista, orgânica e cristã, regida por um Estado forte e seu partido único, buscando em símbolos e mitos nacionais a legitimação de sua ideologia. Essa percepção é fundamental para o entendimento da trajetória do pensamento político brasileiro. E no que tange o citado dispositivo imagético-protocolar, entendemos a composição de símbolos e imagens or-

ganizados no organograma integralista *Protocollos e Rituaes*⁴, como a chave para a compreensão da sugestão contida no compêndio, assim como as fórmulas protocolares que orientam a ritualística integralista, no que concerne o conceito de Homem Integral, sugerido por sentidos latentes no próprio texto em análise.

CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DA AIB

O mundo ainda vivia a ressaca de uma guerra mundial, que prometia ser a última das guerras e também a esperança de reconstrução das nações e dos valores. Esperança essa firmada sob o pacto capitalista, segundo o qual o progresso era inevitável em um mercado que se auto-regulava, assim todos acabariam por desfrutar das benesses do desenvolvimento.

Dessa forma, com o fim de grandes impérios como o Russo, ceifado pela Revolução Bolchevique de 1917, o Turco Otomano e o Austro-Húngaro, com o fim da guerra em 1918, o mundo ocidental vislumbrava novos dias nos quais democracia e liberalismo (ou comunismo?) davam o tom da marcha inexorável da humanidade rumo ao progresso e à prosperidade (HOBBSAWM, 2002, p. 123). Ledo engano. A crise deu o aval para os nazifascismos europeus agirem sob o consentimento popular insuflados pelos nacionalismos. A adversidade fomentou a fé nos regimes totalitários. Era o tempo de Mussolini e Hitler no velho continente. Concomitantemente, na América, o Brasil vivenciava a sua resposta à nova conjuntura global explicada pela sua experiência cultural.

O surto industrial ocorrido no Brasil durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), processo que se denomina substituição de importações, é crucial para podermos compreender o desenvolvimento das classes urbanas que passaram a exercer papel relevante politicamente já na década de 1920, enquanto força dissonante daquilo que era praticado pelo Estado apossado pela oligarquia cafeeira.

Em 1922, foi anunciada a formação da União das Repúblicas So-

⁴ Parte integrante do Monitor Integralista, n.18, abril de 1937.

cialistas Soviéticas, disseminando o medo vermelho pelo mundo capitalista. A intelectualidade cristã católica no Brasil, radicalizada na filosofia de Farias Brito (1862-1917) e na militância fervorosa de Jackson de Figueiredo (1891-1928), engendrou o medo do materialismo marxista e da internacionalização do comunismo. Sendo assim, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, exigia uma resposta e a criação do Centro D. Vital no mesmo ano ocorreu para atender a essa demanda. No mesmo ano, foi deflagrada a revolta do forte de Copacabana, estopim do movimento tenentista (TRINDADE, 1979, p. 7).

Após a Semana de Arte Moderna de 1922, dois grupos se contrapuseram ideologicamente: os movimentos Pau-Brasil e Antropofágico de Mário de Andrade e Oswald de Andrade e o verdeamarelismo de Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado. Esses, representantes da ala de direita que surgiu do movimento cultural brasileiro. Nacionalistas exaltados, diziam-se filiados ao pensamento de Alberto Torres (1865-1917). Ricardo e del Picchia foram incorporados, posteriormente, ao grupo de intelectuais colaboradores do governo Getúlio Vargas (1930-1945)⁵.

O populismo⁶ clássico dos anos 30 aos 60 no Brasil, mostrou-se eficiente em sua reprodução no poder, graças à ausência de uma classe

⁵ Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil em 1930, após a realização de uma revolta que pôs o fim do período político dominado pela oligarquia cafeeira. Até o ano de 1945, governou o país de forma ininterrupta. Os 15 anos do governo são divididos em três grandes fases: No período de 1930-1934, caracterizado pela fase provisória, ou seja, o presidente governou o país sem a existência de uma constituição por meio de decretos. Nesse período destaca-se em 1932 a Revolta Constitucionalista de São Paulo e a criação da Ação Integralista Brasileira, além das primeiras leis trabalhistas, elemento que proporcionou a alcunha de “Pai dos Trabalhadores” ou “Pai dos Pobres”. Em 1934 uma constituição é promulgada e Getúlio Vargas em eleições indiretas é eleito presidente da República com mandato até 1938, iniciando a segunda fase denominada, Período Constitucional. Em 1937, Vargas promoveu uma espécie de autogolpe e iniciou a terceira fase conhecida como Estado Novo, que nada mais foi do que o período ditatorial em que inúmeras perseguições e ações de violência foram praticadas pelo governo getulista. No ano de 1945, Vargas foi obrigado a renunciar, mas retornou a presidência em 1951, momento em que foi eleito pelo voto direto, governando o Brasil até 24 de agosto de 1954, dia do suicídio. Cf.: Capelato (2003, p. 107-143).

⁶ Cf. Gomes (2002, p. 17-57). Texto em que a autora expõe a forma como o conceito é usado pelas elites liberais de forma pejorativa, construindo uma interpretação negativa do trabalhismo.

hegemônica que pudesse galgar sozinha o poder, a política de “alianças policlassistas” destramente operada por Getúlio Vargas, conjugava a elite industrial nacional e a classe trabalhadora com a proposta nacional-desenvolvimentista de uma terceira via ao liberalismo e ao comunismo internacionais (IANNI, 1989, p. 114.).

Foi fundada então, a Ação Integralista Brasileira, no dia 7 de outubro de 1932, aprovada pela SEP⁷, tendo suas diretrizes lançadas pelo I Congresso Integralista de Vitória (Espírito Santo), em 1934. A AIB não constituía uma agremiação política, como passou a ser configurada a partir da publicação dos *Protocollos e Rituaes da AIB de 1937*, sendo sim “uma associação civil”, que tinha como algumas de suas finalidades declaradas “funcionar como centro de Estudos e de Educação, Moral, Física e Cívica.”⁸ Entretanto, possuía uma milícia armada chefiada por um dos expoentes do movimento e tido por muitos como o segundo homem em comando na AIB, Gustavo Barroso⁹. Em nota, Salgado afirmou: “O Integralismo hoje é o maior movimento político-social até aqui organizado no continente Sul-Americano, contando com mais de 1 milhão de brasileiros¹⁰, inscritos em três mil e muitos Núcleos existentes no País.”¹¹

⁷ Sociedade de Estudos Políticos, fundada em fevereiro de 1932 por Plínio Salgado se tratava de um think tank formado por jovens intelectuais dispostos a promover análises sociais e propor alternativas políticas ao processo de modernização brasileiro, que foi acusado de ser caótico por ser exógeno, logo incongruente com a realidade brasileira. Esse grupo se dividiu entre integralistas (republicanos) e patronovistas (monarquistas), contudo sua intenção era claramente dispor de dispositivos de propaganda capazes de inundar o vazio ideológico do governo provisório de Getúlio Vargas.

⁸ Art. 2º Estatutos da Ação Integralista Brasileira: aprovado em 1934 pelo I Congresso Integralista Brasileiro na cidade de Vitória – ES (SALGADO, 1950, p. 43-44).

⁹ Uma das personalidades mais polêmicas do período, o cearense e monarquista Gustavo Barroso adquiriu um forte poder de influência nas esferas do poder. Foi diretor do Museu Histórico Nacional e presidente da Academia Brasileira de Letras. Possui uma extensa produção literária, na qual se destacam a História Secreta do Brasil; a tradução dos Protocolos dos Sábios de Sião; Brasil: Colônia de Banqueiros, dentre outros. Foi o responsável pela corrente antisemita dentro da AIB, propagando seu pensamento baseado em uma “teoria da conspiração”, onde um complô Judaico-Maçom-Comunista maquinaria nas sombras a dominação do Brasil (MAIO, 1992).

¹⁰ Contudo, não existe documentação de cunho historiográfico que confirme essa cifra.

¹¹ Protocollos e Rituaes: regulamento. Edição do núcleo municipal de Niterói, 1937.

Para a análise dos anos de 1932 a 1937, Trindade propõe a divisão da trajetória do integralismo em dois momentos. O I Congresso de Vitória, em fevereiro 1934, e o II Congresso de Petrópolis¹², em março 1936, para uma melhor compreensão da evolução do pensamento político dentro da AIB. O Congresso de Vitória lançou as bases de ação do movimento em seus *Estatutos*, assim como de sua organização e doutrina, nesse momento recusa-se a se apresentar como partido político, mas estabelece como um de seus objetivos “implantar no Brasil o Estado Integral” (TRINDADE, 1979, p. 162), definindo também seu caráter nacional-corporativista. Convocando todos à luta pela defesa de Deus, da Pátria e da família brasileira, tendo como um de seus textos mais caros a encíclica papal *Rerum Novarum*¹³.

Entre 1932 e 1936 configurou-se a natureza “burocrática-totalitária” da AIB e a partir de 1936, iniciou-se a experiência pré-estatal do movimento com o registro aprovado no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral: “As modificações dos Estatutos, na parte referente ao partido político [...] não contrariam as leis vigentes, conforme demonstrou o Doutor Procurador Geral”.¹⁴ Seus departamentos se transformaram em secretarias, a milícia saiu de cena, sendo absorvida pela Secretaria de Educação, ocorreu a reformulação de seu texto por meio da publicação dos *Protocollos e Rituaes*, em abril de 1937, quando não mais intenta “implantar” o Estado Integral no Brasil, mas reformar o existente por via legal, lançando a candidatura de Salgado à presidência da República, abandonando assim sua fase “revolucionária” para assumir a nova fase, “eleitoral”, visto os resultados positivos dos integralistas nas eleições legislativas de 1934 (TRINDADE, 1979, p. 163).

¹² Estatutos da Ação Integralista Brasileira: aprovado em 1935 pelo II Congresso Integralista Brasileiro na cidade de Petrópolis – RJ (SALGADO, 1950, p. 47-48).

¹³ A encíclica papal *Rerum Novarum* foi lançada pelo Papa Leão XIII no ano de 1891, e tinha por objetivo censurar o avanço do socialismo entre os fiéis católicos do mundo inteiro, buscando uma linguagem conciliatória entre capital e trabalho, defendendo a “humanização” do capitalismo, como forma de se evitar a luta de classes e garantir a manutenção da tradição e do Status Quo. Carta Encíclica *Rerum Novarum*. (1891). Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em 15 maio. 2010.

¹⁴ Acordão do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral: sessão de 8 de setembro de 1937 (SALGADO, 1950, p. 49-50).

Com a divulgação do embuste conspiratório conhecido como Plano Cohen, Getúlio Vargas alcançou a popularidade para implantar a ditadura do Estado Novo em 1937. Cancelou as eleições previstas para o próximo ano e cassou os registros de todos os partidos políticos, endurecendo o combate ao comunismo e ao mesmo tempo, frustrando os planos integralistas em alcançar o poder. Em 1938, ocorreu o levante integralista, que cercou o Palácio da Guanabara na tentativa de matar Getúlio Vargas, sem sucesso no entanto. Membros foram presos, Salgado foi exilado para Portugal, alguns líderes indiciados, porém, por falta de provas, o processo foi arquivado. A AIB fora dissolvida.

Na redemocratização pós Estado Novo, em 1946, Salgado voltou à cena, agora à frente do PRP (Partido de Representação Popular), concorrendo à presidência da República em 1955, possuindo uma votação inexpressiva¹⁵. Após o golpe militar de 1964, o PRP foi extinto com o decreto do Ato Institucional número 2 em 1965, juntamente com os demais partidos. Salgado foi deputado pelo partido de apoio ao regime ditatorial, ARENA (Aliança Renovadora Nacional) durante as décadas de 60 e 70, até a aposentadoria política em dezembro de 1974 e veio a falecer em 1975.

PROTOCOLLOS E RITUAES: AUTORITARISMO IDEOLÓGICO E MORALISMO CONSERVADOR

Em resposta ao caos da década de 1920, Plínio Salgado propôs a ordem. A ordem normatizadora, que suprimia as vontades individuais em prol de um bem maior, a unidade do Brasil sob um Estado Integral. Para tanto, seria necessária a criação de estratégias de arregimentação de massas. Recursos então, avançados para a época, que além de englobarem a oratória e a retórica tradicionais dos comícios, envolvia um complexo organismo de propaganda e imprensa¹⁶ própria: “A renovação defendida por Plínio importava num enorme realce da noção de mobilização, uma mobilização de alcance ilimitado, já que ela tinha

¹⁵ Plínio Salgado nas eleições presidenciais de 1955 obteve 714.379 votos (8.3% do total). (CALIL, 2010, p. 166).

¹⁶ Cf. Gonçalves & Simões (2011).

a intenção de incorporar, igualitária e indistintamente, todos os setores da sociedade brasileira” (ARAÚJO, 1988, p. 20).

Ricardo Benzaquen Araújo aplica à AIB o conceito de totalitarismo para desenvolver a análise do integralismo e fundamenta sua “concepção absolutizada da ideia de participação, pois importa na afirmação de um projeto de cidadania e soberania popular através de uma modalidade radical de mobilização, que envolve a tudo e a todos, de forma permanente e ilimitada, na defesa de seus ideais” (ARAÚJO, 1988, p. 20-1).

Um partido de massas, que tinha como prioridade a formação de um novo homem, que possa ser útil à nova sociedade e se necessário for, morrer pelo partido (GONÇALVES, 2010, p. 279). Pois, em uma sociedade integral só haveria um partido, que não era nada mais além do que o instrumento de comunicação direta entre o Chefe Nacional e a massa, tendo sido ela homogeneizada pela supressão de todas as diferenças de classe, raça ou cor, resguardando a ordem social, “evitando lutas entre Províncias, entre classes, entre raças, entre grupos de qualquer natureza e principalmente, evitando rebeliões armadas.”¹⁷

Percebe-se que era essencial a adequação do indivíduo ao ideal de Homem Integral e o conjunto de signos adotados pelo movimento e largamente empregado nos cerimoniais, tinha uma função pedagógica muito eficaz, pois além de conduzir o militante pelos caminhos do nacionalismo integralista, também guardavam outra função, talvez a mais importante: a sugestão.

A presente linha de investigação não reconhece um movimento de massas sem a presença da sugestão simbólica. Em um primeiro plano, seguimos a análise proposta por Alcir Lenharo (1987) para explicar a chamada sacralização da política, que define o indivíduo por um conjunto de símbolos e significações que já lhe são comuns na tradição cristã católica e apenas mudam de roupagem, assumindo a faceta da redenção nacionalista pelo sacrifício do próprio indivíduo enquanto Homem Integral, que só tem sentido na coletividade.

¹⁷ Art. 8º Protocollos e Rituales. op. cit

E nesse sentido, a política ganha ares de transcendentalidade no discurso de Salgado, apelando ao misticismo e à fé, ou paixão extática de seus participantes.

O discurso do caráter nacional não é ideológico apenas no sentido de permanecer preso à aparência fenomênica, de empreender a apologia da ordem social, ou pelo fato de ocultar a dinâmica real da sociedade. Sua característica essencial é o irracionalismo, pois ele deixa entrever a impossibilidade de conhecer o “homem brasileiro” através da razão. É um discurso que dita, de modo autoritário, a única via pela qual seria possível captar a realidade social do país: a via da emoção ou da intuição. Daí o uso frequente no léxico integralista do signo “nacional”, termo repleto de conotações afetivas e que tem por objetivo afogar a reflexão (VASCONCELLOS, 1979, p. 63-64).

Em *Protocollos e Rituaes*, cada padrão comportamental previsto vem com uma carga de solenidade e responsabilidade muito forte, levando o executante a acreditar que a falha pessoal pode comprometer o sucesso do movimento e conseqüentemente, desapontar o Chefe Nacional: um único homem que assumiu para si o pesado fardo de conduzir uma nação de proporções colossais rumo ao progresso e ao “prestígio internacional”. A figura desse Chefe, claramente associável ao “messias Jesus” é o principal símbolo do integralismo, criando no imaginário da AIB a figura de Salgado como “um personagem a meio caminho entre o chefe político e o chefe religioso” (TRINDADE, 1979, p. 166).

Mesmo que envolto em uma atmosfera de humildade e abnegação sublime e cristã, a mística em torno da figura de Plínio Salgado era vigilante. Em uma carta de 1934 aos bacharelados de Jaboticabal intitulada *Elogio da ausência*, o líder integralista afirmou:

Camisas Verdes! Quando quiserdes ver o vosso Chefe, olhae para os vossos companheiros. Quando quiserdes ouvir a voz do Chefe, rufai os vossos tambores e soprai os vossos clarins. Quando quiserdes sentir o espírito do Chefe, marchai porque ele estará no rumor dos vossos passos: os pensamentos andam como pernas. E quando quiserdes alegrar o Che-

fe, reuni-vos em torno da Bandeira azul e branca. E se, nos recessos do sertão de nossa Pátria, perdido na floresta, na solidão e no silêncio, não tiverdes nem companheiro, nem bandeira e, mesmo assim, quiserdes ver o Chefe, procurai no espelho dos rios, das lagoas, dos igarapés e das restingas, a vossa própria imagem: e se, nos seus olhos, rutilar esta fê que nos abrasa, nos destinos grandiosos do Brasil, tereis visto, no brilho dos vossos próprios olhos, a presença do Chefe. O Chefe não é uma pessoa: é uma ideia (SALGADO, 1935, p. 19-20).

Plínio Salgado passava a ser o elemento de coesão de todo o movimento. “Plínio Salgado é o Chefe Nacional, em caráter perpétuo”¹⁸, sendo ainda mais enfático no princípio de sua autoridade, “é vedado aos integralistas interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto relativo ao exercício de suas funções, assim como dar opinião sem haver para isso a necessária solicitação”¹⁹. Salgado criou em torno de si um mecanismo burocrático altamente complexo, de forma a posuir palavra final em todos os trâmites institucionais, “detém em seu poder a definição da doutrina, a decisão política e o controle da ação” (TRINDADE, 1979, p. 164), comunicando-se com suas bases através de seus discursos, artigos e livros, gerando um verdadeiro culto à personalidade do Chefe, a “síntese da Doutrina”. Nietzsche²⁰ compreende assim o mito nas relações de poder que estruturam o mundo social:

As imagens do mito devem ser os guardas demoníacos, invisíveis e onipresentes, propícios ao desenvolvimento da alma adolescente e cujos sinais anunciam e explicam ao homem sua vida e suas lutas; e o próprio Estado não conhece leis não escritas mais poderosas que o fundamento mítico que atesta sua ligação com a religião e suas origens no mito (NIETZSCHE, 2007, p. 159-160).

¹⁸ Art. 10º Protocollos e Rituales. op. cit

¹⁹ Art. 11cº Protocollos e Rituales. op. cit

²⁰ Este, assim como Marx, foi um dos autores mais criticados por Salgado, e, ao mesmo tempo, também uma grande influência, ver no capítulo “Nietzsche, Leopardi e Marx” em A Quarta Humanidade, 1995.

A legitimidade do poder de Salgado dentro da AIB se firmava justamente no fato de ser ele próprio, a fonte da doutrina. Mesmo que a imagem não se fizesse presente por recursos iconográficos de qualquer natureza, em última instância, se fazia na pura e simples ideia e/ou expressão da doutrina. Trindade, verificou que após quarenta anos ainda são exaltadas as qualidades intelectuais e retóricas do Chefe e não raros os que ainda mantêm obediência e respeito, para com a doutrina, ou mesmo ainda, para com seus antigos superiores.²¹

²¹ Atualmente há uma tentativa de reorganizar o movimento dentro dos preceitos de Plínio Salgado. Após a morte de Salgado, iniciaram um processo de luta pela manutenção da memória do integralismo. Entre os anos de 1975 e 1988, os ex-militantes da Ação Integralista Brasileira, do Partido de Representação Popular e os ex-Águias-brancas (antigos participantes dos Centros Culturais da Juventude) atuaram principalmente na publicação de artigos em defesa do movimento. Com o objetivo de preservar a memória do Chefe e do movimento integralista foi fundada em 1981 a Casa de Plínio Salgado. No ano de 1983, o advogado e ex-militante do PRP paulista, Anésio Lara Campos Júnior, registrou a Ação Nacionalista Brasileira, porém sem continuidade ou aderência expressiva. Em 1985, Anésio promoveu outra tentativa de reestruturação ao criar uma nova AIB, tornando-se o primeiro presidente. Durante o decorrer da década de 1980 os conflitos entre os “herdeiros” da doutrina se acentuaram. De um lado, liderados pela viúva do chefe D. Carmela Salgado, estavam aqueles que não concordavam com o que consideravam “usurpação” da legenda da AIB por Anésio e de outro, o então presidente que se recusava a abrir mão da liderança. Nessa ocasião, tentaram reorganizar o integralismo através dos Centros Culturais que reuniam alguns grupos nacionalistas, mas não necessariamente seguidores diretos do integralismo. Alguns deles pertenciam ao movimento “carecas” do Rio de Janeiro e do ABC em São Paulo. A relação entre os “carecas” e o integralismo ocorreu através de Anésio Lara Campos Júnior, que os acolheu na recém-fundada AIB. No século XXI, as ações ocorreram principalmente a partir de 2004, quando em dezembro reuniram-se os grupos dispersos que tentavam dar uma unidade ao integralismo. O 1º Congresso Integralista para o Século XXI que tinha como objetivo a tentativa de reorganizar a AIB foi um fracasso, pois sem acordo, houve a ruptura. Atualmente há de um lado, a FIB (Frente Integralista Brasileira) que sob a organização de Sérgio Vasconcellos e Víctor Emanuel Vilela Barbuy defende a interpretação fiel da doutrina, seguindo de forma inquestionável, as diretrizes apontadas por Plínio Salgado. De forma antagônica coloca-se o MIL-B (Movimento Integralista e Linearista do Brasil) que através da liderança de Cássio Guilherme Reis Silveira sustenta uma visão seguindo uma interpretação filosófica própria do grupo. A Ação Integralista Revolucionária se coloca como a aglutinadora dos grupos neointegralistas e o líder Jenyberto Pizotti afirma ser o verdadeiro herdeiro do integralismo, condição que teria sido concedida

Cada sede, seja municipal ou provincial, seguia critérios uniformes de instalação, principalmente com relação aos dísticos e imagens. Toda sede deveria possuir uma foto do Chefe Nacional, disposta de forma a este “lançar seu olhar” sobre os reunidos, um relógio de parede sobre o qual deveria haver a frase: “a nossa hora chegará” e na sala principal, um cartaz, contendo os seguintes dizeres: “O integralista é o soldado de Deus e da Pátria, Homem Novo do Brasil que vai construir uma grande Nação”.²² Deveriam também dedicar um espaço de sua sede para uma galeria de fotos em honra aos integralistas-mártires, “mortos na defesa do Sigma”.²³

A relação de significados em torno do *Sigma* (Σ) sintetiza o espírito que se quer dar ao movimento. A letra grega correspondente ao “S”, indica o Somatório das Matemáticas. Leibniz²⁴ escolheu-a para indicar a soma dos números infinitamente pequenos, em analogia aos próprios membros da AIB. Seria a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicavam a palavra “Deus”, base do trinômio-lema e pressuposto fundamental do imaginário integralista. E ainda, é o nome da Estrela Polar do Hemisfério Sul, em mais um apelo da natividade do movimento. É a “suprema expressão da Nacionalidade.”²⁵

A camisa verde era entendida como um elemento de supressão de quaisquer diferenças, seja de raça ou de classe, agrupando todos os membros num bloco ordenado, integral, símbolo da sociedade orgânica, homogênea, de forma que um organismo não poderia entrar em conflito consigo mesmo, senão, estaria fadado à ruína. Sendo assim, a camisa também suprimia as individualidades e ainda mais, no sentido

pela viúva de Plínio Salgado. Sobre o movimento neointegralista. Cf. Caldeira Neto (2011), Carneiro (2007) e Cruz (2007).

²² Art. 86dlº Protocollos e Rituales. op. cit

²³ Art. 86dlxº Protocollos e Rituales. op. cit

²⁴ Leibniz (1646-1716). Tinha por projeto unir Filosofia e Matemática. Vai ao encontro dos pensadores do séc. XVII quando afirma a sua concepção dinâmica dos corpos e rejeita o mecanicismo newtoniano. O universo seria formado por unidades de força – as Mônadas – e estas teriam sido primordialmente reguladas por Deus, que as teria feito e dado corda, tal como a um relógio, porém o destino de cada mônada, ou seja, de cada unidade de força que compõe o universo, foi pré-determinado por Deus, segundo esta teoria (BONNEAU, 2009, p. 130-139).

²⁵ Art. 12º Protocollos e Rituales. op. cit

da “soma dos infinitamente pequenos”, corporificava a impotência do indivíduo só, sob o Estado Integral e somente na organização das corporações poderia combater o inimigo externo, o cosmopolitismo, o diferente, aquele que não veste a camisa verde. E como ápice dessa estrutura, apresentavam-se os apoteóticos desfiles dos camisas-verdes, que representavam, por si só, a sociedade coesa e organizada proposta pelo integralismo, reproduzindo em suas paradas cívicas a estrutura hierárquica firmada na autoridade, a qual almejava se tornar o Brasil Integral.

É preciso notar a indicação feita nos *Protocollos* para o uso de tecido de fabricação nacional para a confecção da camisa. Era obrigatório ao integralista a posse de ao menos uma camisa verde, pronta para ser vestida a qualquer momento. Falta disciplinar grave ao membro que, vestindo a camisa símbolo “sagrado” do movimento, consumir álcool, dançar, jogar ou mesmo apresentá-la em desalinho. Também era proibido usá-la na semana do carnaval. Se preso, o integralista deveria pedir licença para retirar sua camisa, salvo no caso de prisão política, quando tinha que ostentá-la com orgulho. A camisa verde era um elemento moralizador, assim como aquele que a enverga.

O Anauê, palavra de origem Tupi, que era utilizada como saudação e grito de guerra, representava outro elemento congregador dessa massa de camisas-verdes. Sua tradução gira em torno de algo como “você é meu parente” ou “você é meu amigo” e seu emprego era claramente normatizado, sendo exclamado em voz natural, se a saudação for individual e “com voz forte, clara e decidida, quando for coletiva”²⁶, evocando, mais uma vez, a supremacia da coletividade frente à individualidade. Sozinho, o homem não representa nada, mas quando na coletividade, ele se torna um todo poderoso, é o partido e sua força emana do Chefe, a “ideia integral” por excelência.

A subordinação cívica era total e intransigente, com as devidas saudações competentes aos hinos, nacional e integralista, assim como às suas respectivas bandeiras, a qualquer momento, sempre que chamado à responsabilidade. A própria feitura de hinos correspondentes a sub-unidades integralistas era fiscalizada com rigor e censura,

²⁶ Art. 54º *Protocollos e Rituales*. op. cit.

devendo até mesmo ser apresentada a biografia do compositor para apreciação do chefe nacional, e nunca, em hipótese alguma, deveria expressar qualquer forma de regionalismo, sempre assumindo um caráter nacional. Inclusive, a segunda parte do Hino Nacional brasileiro seria abolida, por conta do trecho que diz “deitado eternamente em berço esplêndido”, pelo fato de os integralistas não aceitarem que o Brasil permaneça “deitado”, sendo o integralismo um movimento de “despertar da Nação”.

Os batizados também constituíam eventos no qual os militantes reiteravam sua convicção no integralismo e na fé cristã, em que a solenidade seguia uma fórmula de apresentação do mais novo integralista, acolhido pelo movimento e pela comunidade cristã, também saudado com o Anauê. Até mesmo depois de morto, o integralista permaneceria na coletividade, ou antes, como prevê o Art. 158, “no integralismo ninguém morre!” e em reunião fúnebre fazem a chamada do morto e todos respondem “Presente”. O sacrifício não era em vão no integralismo e depois de morto, o camisa verde seria transferido para a “Milícia do Além”, onde reporta a Jesus o andamento do movimento que pretendia ser seu instrumento na terra do Brasil. Também durante os casamentos, a disciplina e indumentária integralistas deveriam seguir os protocolos da AIB.

Os rituais de exclusão eram especialmente humilhantes. Fosse por insubordinação, indisciplina, ou mesmo falta de decoro, somente o Chefe Nacional poderia outorgar tal decisão e no caso de pedido de afastamento por parte do militante, então tal ritual se tornava ainda mais degradante para o membro excluído, sendo considerado e afirmado “morto” pelo movimento, tendo seu registro queimado na frente de seus antigos companheiros ao exclamarem: “seja esquecido!” e sofrendo as sanções do ostracismo destinado aos traidores.

A ideologia do Sigma se imiscuía em todos os âmbitos da vida de um membro, estivesse ele em função do partido ou não. Não havia distinção entre militância e vida privada, ao menos, os dispositivos protocolares assinalam para essa tendência do movimento. E é nesse sentido que percebemos a envergadura da mudança social almejada por Salgado.

O ÚLTIMO OCIDENTE: TELEOLOGIA DO MOVIMENTO INTEGRALISTA

O modelo de harmonia social é imanente à sua própria concepção da história, acreditando ser a civilização monoteísta criada pelos hebreus o apogeu desse processo, por preconizar um Universo Total, integral entre o Deus criador em comunhão com suas criaturas (ARAÚJO, 1988, p. 34). A plenitude dessa civilização, segundo a concepção de Salgado, teria sido durante a Idade Média, quando o espiritualismo impedia a corrupção das almas pelo materialismo racionalista, época na qual as classes conviviam em “plena harmonia” entre si, cada qual cumprindo o papel que lhe fora destinado pela ordenação integral do Universo. Dentro de sua concepção dialética de alternância entre os estágios da humanidade (civilizações politeístas, monoteístas e ateístas), Salgado agregou ao integralismo uma finalidade teleológica de consolidar um novo estágio de civilização no Brasil, baseado na família patriarcal, nas corporações profissionais e na autoridade do Estado.²⁷

Buscamos por meio desse ensaio pensar o Homem Integral como um reflexo do pensamento autoritário, culturalmente presente no imaginário brasileiro, e mais, que este pensamento não pode ser creditado somente a uma elite parasitária que há séculos explora o povo pela opressão e violência, mas também, o próprio povo participa desse processo, recebendo e criando valores, reconstruindo imaginários e discursos, sendo o Homem Integral de Plínio Salgado um construtor de valores morais já profundamente enraizados na cultura brasileira. Considerado por grande parte da historiografia como o primeiro partido de massa do Brasil e tendo arregimentado mais de um milhão de adeptos em menos de cinco anos de atividades, podemos concluir que a proposta apresentada pela AIB, na época, foi ao encontro dos anseios de parcela considerável da população.

²⁷ Politeísmo – Monoteísmo – Ateísmo – Integralismo. In: SALGADO, Plínio. A quarta humanidade. 5ª ed. São Paulo: GRD, 1995, p. 3-52.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos entender o Homem Integral, pelo que depreendemos dos Protocollos e Rituaes, como um retorno ao ideal autoritário do patriarcado rural, herança a qual remonta ao período colonial, a uma hierarquia social verticalizada, em que o Homem Integral é base e que culmina no Deus criador do Universo e da história, um todo fundido, absoluto. Isso implica na concepção de um conceito próprio de ordem e progresso histórico, em que a posição e a autoridade de quem desempenha funções de liderança é incontestável, visto a teleologia do próprio movimento, que consiste na consolidação desse processo histórico de “aperfeiçoamento da civilização”, via liderança autoritária, no caso do integralismo, “investida” por Deus em seu Chefe Nacional.

A doutrina integralista formou no Homem Integral um micro-organismo de reprodução dessa autoridade, um outro veículo de comunicação e propaganda, talvez o mais eficaz utilizado pelo movimento, pois neste estava constituída a capacidade de operar a integralização do resto da sociedade, fosse pela expressão ideológica da doutrina, fosse pela imposição de sua autoridade em suas esferas de influência. O Homem Integral era a garantia da perpetuação dos valores morais autoritários no processo histórico rumo ao Estado Integral.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BONNEAU, Cristiano. Heidegger e Leibniz: a abertura do conceito de Mônada. **Cadernos Espinosanos: estudos sobre o século XXI**, São Paulo, n. 21, p. 130-139, 2009.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Integralismo, neointegralismo e antisemitismo: entre a relativização e o esquecimento**. 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

CALIL, Gilberto Grassi. **Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)**. Maringá: Edunioeste, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 2. p. 107-143.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do sigma ao sigma** – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas. 2007. 415 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CRUZ, Natalia dos Reis. A Ideologia do Sigma hoje. Neointegralismo, intolerância e memória. **História – Questões & Debates**, Curitiba, n. 46, p. 113-138, 2007.

GOMES, Ângela de castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 17-57.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Literatura e autoritarismo: a busca da autenticidade nacional nos romances de Plínio Salgado. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (Org.). **Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos**. Recife: UFRPE, 2010.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Org.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Guaíba: Sob Medida, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1987.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild nem Trosky: o pensamento antissemita de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: Escala, 2007.

SALGADO, Plínio. Elogio da ausência: aos bacharelados de Jaboticabal. **Cartas aos camisas-verdes**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. p. 19-20.

_____. Politeísmo – Monoteísmo – Ateísmo – Integralismo. In: _____, **A quarta humanidade**. 5. ed. São Paulo: GRD, 1995. p. 3-52.

TRINDADE, Héliqio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. **Ideologia Curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FONTES

Acordão do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral: sessão de 8 de setembro de 1937. In: SALGADO, Plínio. **O integralismo brasileiro perante a nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1950. p. 49-50.

Carta Encíclica Rerum Novarum. (1891). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em: 15 maio. 2010.

Estatutos da Ação Integralista Brasileira: aprovado em 1934 pelo I Congresso Integralista Brasileiro na cidade de Vitória (ES). In: SALGADO, Plínio. **O integralismo brasileiro perante a nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1950. p. 43-44.

Estatutos da Ação Integralista Brasileira: aprovado em 1935 pelo II Congresso Integralista Brasileiro na cidade de Petrópolis – RJ. In: SALGADO, Plínio. **O integralismo brasileiro perante a nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1950. p. 47-48.

Manifesto de outubro de 1932. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

Protocollos e Rituaes: regulamento. Edição do Núcleo Municipal de Niterói, 1937.

ESTADO, SOCIEDAD Y CORPORATIVISMO. EL PENSAMIENTO COMUNITARIO EN EL NACIONALISMO DE DERECHAS EN LA ARGENTINA, 1955-1966

Juan Manuel Padrón^{1}*

El intento de activar un proyecto corporativista por parte de la autodenominada *Revolución Argentina* desde 1966, y su inmediato fracaso, han sido temas recurrentes en la historiografía de los últimos años. La crisis política y social que acompañó el largo período de proscripción del peronismo, de 1955 a 1973, ha generado un sinnúmero de investigaciones que han pretendido explicar la incapacidad crónica para consolidar un sistema democrático representativo estable. Diversas formulas han dado cuenta de esta situación, centrando sus reflexiones en los más diversos actores sociales, políticos y económicos.

Uno de ellos ha sido el denominado “nacionalismo de derechas”, que en relación a otros actores del período ha ocupado un lugar marginal en los estudios académicos². Por ello creemos necesario abordar algunos de los elementos que conformaban el pensamiento y las prácticas políticas de aquellos sectores que se filiaban en esta tradición. Lo haremos a partir de analizar dos de los proyectos “comunitaristas”

^{1*} Doctor en Historia. CESAL/UER ISHIR Conicet – UNICEN.

² Sobre la temática puede verse Lvovich (2006); Senkman (1989); Navarro Gerassi (1968); Zuleta Álvarez (1975).

que, antes de 1966, formaron parte del imaginario político de ese nacionalismo: la obra del intelectual francés Jacques Marie de Mahieu y los proyectos políticos del coronel Juan Francisco Guevara, la *Fuerza Nueva* y el *Movimiento Nacional Comunitario*.

Analizarlas y colocarlas dentro de los debates político – ideológicos del período, rescatando las resistencias y adhesiones que estos proyectos despertaron, permiten dar cuenta de la diversidad del pensamiento antidemocrático del período, complejizando las imágenes que de él hoy tenemos. Para esto, presentaremos un breve análisis del periodo comprendido entre el advenimiento del peronismo en 1945, hasta los primeros años de la *Revolución Argentina*, destacando los cambios sociales y políticos que estas experiencias produjeron, deteniéndonos en las políticas corporativas de ésta última. Posteriormente, analizaremos los proyectos comunitaristas antes mencionados, ubicándolos en los debates del período.

DEL PERONISMO A LA REVOLUCIÓN ARGENTINA

La autodenominada Revolución Libertadora, que derrocó al gobierno de Juan Domingo Perón en septiembre de 1955, inauguró en la Argentina un período que acertadamente el politólogo Marcelo Cavarozzi ha denominado “semidemocracia”. Durante los años comprendidos entre 1955 y 1966, los diferentes gobiernos militares y civiles que se alternaron en el poder mantuvieron en mayor o menor medida el funcionamiento de las instituciones republicanas y el régimen de partidos políticos, aunque el partido peronista derrocado fue proscrito de cualquier tipo de participación electoral³. Una de las razones de esta cláusula fundamental del nuevo orden político, defendida por el antiperonismo más radicalizado, era el hecho de que el peronismo había trastocado el equilibrio social anterior a 1945, beneficiando de manera significativa a los sectores trabajadores, y afectando el orden democrático con una política de corte demagógico.

³ Sobre el período 1955 – 1966 pueden verse el ya mencionado trabajo de Cavarozzi (2006); Romero (1994).

Desde 1943 con el triunfo de la Revolución de Junio, y fundamentalmente con el advenimiento del coronel Perón a la presidencia de la República en 1946, los sectores trabajadores urbanos experimentaron un aumento considerable en sus niveles de bienestar, con una ampliación considerable de los salarios que permitieron a las familias obreras mejorar sus pautas de consumo. Además, el Estado peronista hizo efectivo un extenso conjunto de derechos sociales que beneficiaron concretamente a estos sectores, especialmente en rubros como el acceso a la vivienda, la salud pública, el ocio, la extensión del sistema educativo y el desarrollo de los sistemas provisionales y de cobertura social. En términos generales, las políticas estatales favorecieron centralmente las aspiraciones de los sectores sociales urbanos bajos y medios, en su gran mayoría trabajadores industriales y miembros de la administración pública, los que conformaban la base de poder del gobierno peronista.

La crisis económica que debió enfrentar el peronismo desde comienzos de los años cincuenta, sumado a los conflictos que se agudizaban frente a amplios sectores sociales y políticos opositores, llevaron a una creciente conflictividad que culminó en una serie de hechos violentos que marcaron la etapa final del gobierno de Perón. El descontento de amplios sectores de las burguesías agroexportadores, los conflictos con la Iglesia Católica y la creciente oposición de todo el arco político no peronista (radicales, conservadores, socialistas, demócrata cristianos y nacionalistas), culminó en el golpe de estado de septiembre de 1955, movilizado por sectores militares refractarios a las políticas del gobierno.

El nuevo gobierno, a cuya cabeza se encontraba el general (RE) Eduardo Lonardi, jefe militar de la “revolución” e ideológicamente cercano a los sectores nacionalistas, condujo un breve período en donde se conformó un gabinete con una importante representación de sectores nacionalistas. Los liberales, que tenían en la Marina su expresión militar más importante, comenzaron a ver con preocupación el avance de estos sectores, acusados en el pasado de antidemocráticos y de un clericalismo ultramontano. Las acciones políticas de Lonardi parecían confirmar esta inquietud, en especial por los intentos dialoguistas del

nuevo gobierno con los sectores trabajadores peronistas, en particular con los dirigentes de la Central General de los Trabajadores (CGT), bastión del poder peronista en el pasado. Su oposición a intervenir los sindicatos peronistas, y la creciente hostilidad de los sectores patronales industriales que veían en esto un freno a la imposición de una disciplina laboral más rígida, aceleraron la descomposición del gobierno de Lonardi, que acabó renunciando en noviembre de 1955, acorralado por el anteperonismo más duro (TCACH, 2003).

De esta forma, con el advenimiento del gobierno del general Aramburu, se abría una nueva etapa en donde el problema central era como resolver la cuestión peronista: recuperar el sistema democrático trastocado por la demagogia de la “dictadura” derrocada. Diversos estudios han dado cuenta de los cambios políticos que el nuevo gobierno intentó llevar adelante, que combinaban una optimista idea de reeducación democrática de las masas trabajadoras, con la represión de toda manifestación favorable al gobierno depuesto (SPINELLI, 2005; CAVAROZZI, 2006). Otros han estudiado los diferentes proyectos políticos y económicos dinamizados en el período, y los conflictos siempre presentes entre políticas que permitieran el desarrollo económico del país y los reclamos sectoriales movilizadas por los sectores patronales y las organizaciones obreras. El ejemplo más significativo fue el proyecto desarrollista, puesto en práctica por gobierno sucesor de la Revolución Libertadora, encabezado por Arturo Frondizi. Este dirigente radical intransigente buscaba fomentar el crecimiento económico e industrial a través de un fuerte proceso de desarrollo e inversiones extranjeras, lo que permitiría en el plano socio-político una integración pacífica del peronismo al sistema democrático (ALTAMIRANO, 1998).

En general, todos estos proyectos suponían que el único horizonte político posible era la defensa de un orden democrático estable, que por fuerza de las circunstancias debía apoyarse en la proscripción del peronismo como fuerza política capaz de actuar en el plano electoral. Sin embargo, para mediados de los años sesenta los sucesivos fracasos en el afianzamiento de ese sistema, puso en tela de juicio la viabilidad de la democracia como sistema de gobierno capaz de dar respuesta a

una sociedad crecientemente conflictiva. Con el golpe de 1966 se daba fin a esos intentos de afianzar una democracia que había estado jaqueada por el “qué hacer” con el peronismo. El gobierno de la autodenominada “Revolución Argentina”, encabezado por el teniente general Onganía, intentaría construir un nuevo orden político, que acabara con los viejos partidos políticos percibidos como estructuras obsoletas que no daban cuenta de la realidad social argentina. Según O’Donnell (1981), si bien el elenco militar triunfante no era homogéneo⁴, con Onganía tuvieron su oportunidad aquellos sectores que se identificaban con un orden político a semejanza del franquismo español, con una comunidad organizada según un modelo militar. Este proyecto de corte corporativista suponía que los sindicatos, las organizaciones empresariales, las Fuerzas Armadas e inclusive la Iglesia, eran los depositarios naturales de la representación social. El nuevo orden político no podía desconocer su rol en ese sentido.

Entre los escasos trabajos que han estudiado los orígenes ideológicos de este proyecto, se ha destacado el papel jugado por el grupo *Ciudad católica*, conformado en la Argentina según el modelo francés de la *Cité Catholique*. Según Lewis (2001), este grupo era profundamente anticomunista y antiliberal, y había logrado en los años previos a 1966 una importante influencia en las Fuerzas Armadas, conformando pequeñas células cuya función era atraer a su órbita a oficiales. El grupo estaba presidido por el ingeniero Mateo Roberto Gorostiaga, quien alcanzó con Onganía el cargo mayor dentro de la Secretaría de Estado de Promoción y Asistencia de la Comunidad (SEPAC) recién creada⁵. La función básica de ésta era confeccionar y ejecutar programas que favorecieran la participación de la población en aspectos

⁴ Al menos tres grupos podían identificarse dentro de los militares que encabezaron el golpe contra el presidente radical Arturo Illia: una corriente paternalista, liderada por Onganía, con sus ideas corporativistas; una corriente nacionalista, cuyo representante más importante fue el segundo presidente de la Revolución Argentina, el general Marcelo Levingston, defensora de un populismo nacional que movilizara al pueblo y las fuerzas armadas; y una corriente liberal, liderada por los generales Julio Alsogaray y Alejandro Lanusse, con relaciones estrechas con los sectores burgueses dominantes y defensora de sus intereses y proyectos políticos y económicos (O’DONNELL, 1981).

⁵ La SEPAC, creada en octubre de 1966, dependía del Ministerio de Bienestar Social (ROUQUIEU, 1998).

sociales, orientando estas acciones hacia programas de desarrollo comunitario. Concomitantemente, su acción buscaba promover la participación de la comunidad en el plano político, destacando el valor central que tenían las asociaciones intermedias como reemplazo natural de los partidos políticos.

Aun cuando el nuevo gobierno logró activar espacios como el de “la promoción de la comunidad”, pronto se hicieron evidentes los límites de los mismos. Los sectores empresariales y agro-exportadores, que había apoyado en un principio el golpe de 1966, descubrieron rápidamente que sus esperanzas de acabar con un Estado dirigista no iban de la mano con las propuestas comunitaristas, que eran hostiles al individualismo liberal y buscaban mejorar las condiciones salariales de los sectores trabajadores para incorporarlos sin traumas a la “comunidad nacional” (LEWIS, 2001). Presionado ante la imposibilidad de controlar al sector empresarial, Onganía decidió en diciembre de 1966 reemplazar a los sectores católicos de los puestos claves en las decisiones económicas, sumando a su proyecto a los liberales. Esta apuesta afectó sensiblemente a la SEPAC, cuyo rol se vio limitado a la promoción comunitaria en el ámbito municipal⁶. Los nacionalistas católicos si bien no fueron removidos totalmente del elenco gubernativo, comenzaron a quedar relegados de aquellos espacios que permitían tomar decisiones tendientes a un cambio radical en el modo de organización social y político de la Argentina. Gorostiaga renunció a su cargo en 1967, y aun cuando su cargo fue ocupado por otro nacionalista, el Dr. Raúl Puigbó, la acción de la SEPAC se fue extinguiendo hasta desaparecer en 1970.

EL COMUNITARISMO DE JACQUES MARIE DE MAHIEU

Jacques Marie de Mahieu fue un intelectual francés, antiguo colaborador del régimen de Vichy, exiliado en la Argentina después de la derrota de las fuerzas del Eje en la Segunda Guerra Mundial. De

⁶Una de las iniciativas más importantes de la SEPAC fueron los Centros de Estudios Municipales (CEM), que buscaban acercarse a la organización de los comerciantes y productores zonales.

formación sociólogo y filósofo⁷, estuvo ligado al movimiento *Acción Francesa* de Charles Maurras, simpatizó con el fascismo, y durante el gobierno del mariscal Petain formó parte de la *Escuela de Altos Estudios Corporativos*. Encontró refugio en la Argentina en 1947, donde se desempeñó como profesor en la Universidad Nacional de Cuyo, entre 1948 y 1955, y publicó numerosos artículos en la revista filofascistas *Dinámica Social*, dirigida por el fascista italiano Carlo Scorza, referidos a cuestiones políticas y sociales.

La extensa obra de este intelectual filofascista se centró, desde comienzos de los años cincuenta, en el tema del comunitarismo⁸. Según De Mahieu, el Estado ideal se construiría sobre la base de este modelo político-social de carácter corporativo, en donde los sindicatos se constituirían en la base de un nuevo orden nacional-revolucionario, sustentado en un “patriciado” capaz de dirigir a un proletariado que debían romper sus lazos con el capital (BUCHRUCKER, 1999). En una serie de escritos de la primera mitad de los años cincuenta, De Mahieu sugería que el corporativismo deseable era aquel en el que

El capital no es [...] una categoría sino una cosa. No hay conflicto posible entre el productor y su herramienta. La burguesía, sí, es una categoría social con la cual los productores entran en conflicto, pero una categoría de parásitos a eliminar. La empresa capitalista es una asociación de capitalistas que compra trabajo. Bastaría invertir la relación para que se transforme en una asociación jerarquizada de productores que poseyeran máquinas, en toda propiedad o alquilándolas. Así, la producción y, por tanto, la plusvalía, pertenecerían a sus agentes verdaderos y los productores serían otra vez los amos de la empresa. Ya no habría asalariados.⁹

⁷ Incursionó en la antropología en la etapa final de sus estudios, aunque en realidad no poseía una formación académica en esta disciplina.

⁸ Entre los libros que de Mahieu publicó en la Argentina, se destacan “La inteligencia organizadora” (1950) y “Evolución y porvenir del sindicalismo” (1954). Posteriormente publicó “El Estado comunitario” (1962) y “La economía comunitaria” (1964), aunque amplios pasajes de estos últimos fueron publicados en *Dinámica Social* y otras publicaciones nacionalistas desde comienzos de los años cincuenta.

⁹ El texto formaba parte de un debate que había protagonizado De Mahieu con Carlo Scorza, director de *Dinámica Social*, sobre el tipo de corporativismo deseable para

Esta concepción se fue radicalizando en el pensamiento del intelectual francés, que pronto apeló a un lenguaje más ambiguo para definir ese nuevo orden. Por ejemplo, según De Mahieu el único lugar válido desde donde oponerse al capitalismo y al marxismo era una “tercera posición” caracterizada como “*comunismo occidental*”. Por éste entendía un régimen en donde la liberación del Estado fuera acompañada por el reemplazo de la empresa capitalista por una “comunidad de trabajo”, una cooperativa jerarquizada de producción donde los trabajadores dispondrían libremente, de acuerdo a las necesidades nacionales, de sus máquinas y de su fabricación. La solución era sencilla, la “*desaparición de los explotadores [...] la eliminación del capitalismo*”. Su alegato terminaba dejando de lado toda ambigüedad discursiva, y se mostraba decididamente provocador: “*la tierra a quien la trabaja, la máquina a quien la emplea, individuo, familia o colectividad*”.¹⁰

Este modelo con rasgos anti-capitalista, fundado en la idea de que la propiedad privada debía convertirse en propiedad comunitaria, era posible si existía una minoría revolucionaria capaz de llevar adelante un cambio de esa magnitud. Esa minoría no podía ser ya el producto del sufragio universal, pues éste “*depende de la opinión, que depende de la propaganda, que depende del dinero [...] la democracia es necesariamente una plutocracia*”¹¹. Debía nacer de un verdadero partido revolucionario nacional, capaz de canalizar la solidaridad comunitaria de las diversas clases, en especial los sectores medios y los obreros, sobre la base de una minoría convencida del papel rector que le era asignado. Ésta debía cumplir al menos una condición: estar preparada para destruir el poder de una “*oligarquía*” constituida en

la realidad Argentina; mientras Scorza planteaba un corporativismo basado en la existencia de un Estado poderoso capaz de mantener la solidaridad de clases, muy cercano al modelo peronista, De Mahieu se acercaba a las posturas del intelectual francés La Tour du Pin, cuyo modelo eran las viejas corporaciones medievales; Jaime María de Mahieu: “Dos concepciones del corporativismo”, *Dinámica Social*, Año II, Nro. 23, julio de 1952.

¹⁰ Jaime María de Mahieu: “Cuatro tentaciones”, *Dinámica Social*, Año II, n. 35, julio 1953.

¹¹ Jaime María de Mahieu: “Democracia y teoría democrática”, *Dinámica Social*, Año VII, Nro.79, mayo de 1957.

“ocupante” del Estado (DE MAHIEU, 1954). En ese contexto, los jóvenes eran presentados como la mejor expresión de esa vanguardia, eran el reservorio de los valores revolucionarios, capaces de romper definitivamente con los lazos que los unían al régimen destruido¹².

En la etapa final del gobierno de Perón, De Mahieu defendía las posibilidades revolucionarias del peronismo, aun a contramarcha de buena parte del nacionalismo que observaba en éste claros signos de anticlericalismo, que se confirmarían desde 1954. Expulsado de la Universidad una vez producido el golpe de septiembre de 1955, se mantuvo activo durante las décadas posteriores a través de las charlas y clase que brindaba en universidades privadas y para diversos sectores políticos y sindicales del peronismo proscrito y del nacionalismo. Fue co-fundador y director de la *Universidad Argentina de Ciencias Sociales* (UACS), emprendimiento universitario privado que se desarrolló entre 1962–1968, docente de la *Universidad del Salvador* entre 1963 y 1964, una de las nuevas casas de estudios católicas, y miembro de la *Escuela Superior de Formación Peronista*¹³.

Hacia 1960, De Mahieu comenzó a dar una serie de charlas cuyo tema central era la propiedad comunitaria de la empresa¹⁴. Paralelamente, siguió colaborando con algunas publicaciones nacionalistas, donde expresaba sus posturas sobre el comunitarismo. En los años posteriores, presentó dos de sus obras más significativas: “El Estado comunitario” (1962) y “La economía comunitaria” (1964). En ambos textos De Mahieu sistematizaba todo el pensamiento que había desarrollado hasta ese momento sobre la temática. En el primero de los libros, “El Estado comunitario”, planteaba desde una posición organicista la relación estrecha que existía entre el Estado y la comunidad, en tanto el primero era el órgano central de conformación de un orden

¹² Jaime María de Mahieu: “Juventud revolucionaria”, *Dinámica Social*, Año IV, Nro. 39, noviembre de 1953.

¹³ Desde los años setenta realizó investigaciones sobre la posible colonización vikinga de América del Sur. Falleció en Buenos Aires, en 1990; Buchrucker (2002).

¹⁴ Las mismas se desarrollaron en en las iglesias de Santo Domingo, San Agustín y en la librería Huemul, frecuentadas por viejos intelectuales nacionalistas y católicas, y también por jóvenes integrantes del Movimiento Nacionalista Tacuara, organización nacionalista antisemita del período.

jerárquico que aseguraba la existencia misma de la segunda. En su forma pura, esa relación había sido afectada directamente por la democracia, pues si bien era necesario que ese Estado fuera ocupado por una minoría dirigente, su elección por medio democráticos transformaba a esa minoría en una verdadera “oligarquía”, producto del poder de la manipulación, la propaganda y el dinero.

De Mahieu presentaba en el epílogo de su obra algunos de los elementos que definían ese modelo comunitario para el caso argentino. Su *“Esquema para una reestructuración política del país”*, se organizaba en dos grandes partes: *“Objetivos”* y *“Estructura del Estado”*. Esta segunda parte estaba dividida en dos más: *“Principios”* y *“Estructura”*. En cuanto a los “objetivos”, planteaba realizar *“una profunda revolución de estructura en los campos político, económico y social”*, lo que se sustentaba en 6 cuestiones básicas: convertir al Estado en *“síntesis, conciencia y mando de la Comunidad nacional”*; estructurar un orden comunitario que elimine las clases sociales; transformar el orden económico a partir de la conversión de la empresa en una *“comunidad organizada de productores”*; promover una política monetaria planificada al servicio de la economía; reposicionar en el plano político y económico a la Argentina en Latinoamérica, en especial a través de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio; y por último, desarrollar una política internacional que superara el enfrentamiento capitalismo – socialismo.

En cuanto a los *“principios”* que debían regir la nueva estructura del Estado, afirmaba la idea de un Estado unitario y autoritario, capaz de dirigir *“la evolución histórica de la Comunidad en todos sus aspectos”*. Aun así, ese Estado rector de la política y de la economía debía respetar y fomentar *“la autoconducción y los fueros de los grupos sociales y comunidades intermedias”*, además de asegurar a sus funcionarios plena autoridad y responsabilidad en los espacios que ocupaban. La *“estructura”* de ese nuevo Estado era jerárquica, a su cabeza se encontraba un Presidente de la Nación cuyo poder estaba por encima del resto de los poderes del Estado, que desempeñaría su cargo por diez años, lo que aseguraría la *“unidad y continuidad del*

poder”¹⁵. La elección del Presidente estaba a cargo de un *Consejo de la República*, de entre cuyos miembros (seis) era elegido. Las funciones de este Consejo eran asesorar al presidente, arbitrando además en los conflictos entre los poderes. Del presidente dependían un Consejo Nacional de Planeamiento, encargado de la planificación técnica en todos los campos de acción gubernamental, y un Poder Ejecutivo, conformado por Secretarios de Estado a cargo de los distintos departamentos ministeriales.

En cuanto al Poder Legislativo, se mantenía la idea de un Senado que representara a las provincias y asegurara la forma federal de organización. Además, se debía crear una Cámara de las Comunidades, que representara a “*los cuerpos constituidos de la nación y de los gremios*”. En este punto De Mahieu era claro al plantear que, dado el peso de la organización sindical argentina, en principio esa representación gremial debía darse a través de federaciones obreras y patronales de cada rama de producción, pero que en un futuro estaría dada “*por las empresas de la rama, consideradas en su unidad orgánica y unidas en una comunidad económica-social*”. En materia legislativa, las decisiones centrales estaban reservadas al presidente, que junto a los Secretarios de estado y los gobernadores podían proponer leyes, que eran discutidas en las cámaras aunque la decisión final, que incluía el veto, recaía en el presidente. El Poder Judicial se estructuraba alrededor de una Suprema Corte, cuyos fallos en relación a temas que involucraban al Estado podían ser revisados por el Presidente. Así, la cima del poder político recaía en el presidente, que cumplía un rol central como representante del “*interés comunitario*”, su sus prerrogativas suponía límites importantes a la acción de los otros poderes del Estado. En la base estaban las comunidades intermedias, que desempeñaban el poder legislativo en los medios naturales en donde se encontraban, aunque sus propuestas eran controladas por las instancias políticas superiores.

En resumen, el modelo comunitario de De Mahieu abogaba por

¹⁵ De Mahieu señalaba que en teoría era deseable que dicho cargo fuera vitalicio, aunque la historia argentina atentaba contra esta posibilidad, pues “*en un país desprovisto de aristocracia y cuya tradición política fue quebrada hace tiempo, la inmovilidad podría ser factor de abusos y despreocupación*”.

la un Estado centralizado y autoritario, donde el presidente tuviera la capacidad de controlar todos los espacios de decisión. Las comunidades intermedias ocupaban un lugar ambiguo, ya que si bien en la teoría eran los cuerpos centrales en la organización comunitaria, en la práctica su papel quedaba reducido a ser meros órganos de decisión estrictamente supeditados a los poderes políticos ejecutivos. En última instancia, De Mahieu estaba convencido de la primacía del poder presidencial, en cuya figura quedaban resumidos la representación comunitaria y la unidad de conducción política.

En cuanto a su segundo trabajo del período, “La economía comunitaria”, sus planteos fueron en muchos aspectos más radicales y despertaron la airada reacción de vastos sectores del nacionalismo católico. Publicado en 1964, los principales temas sobre los que versaba habían sido expuestos por el sociólogo francés en los años previos. Los temas de la propiedad y de la empresa comunitaria fueron dos de los tópicos que despertaron más controversias. En cuanto al derecho a la propiedad, De Mahieu advertía que éste era lícito en tanto y en cuanto no afectara el derecho que tenía toda comunidad a satisfacer sus necesidades, es decir que los bienes de consumo y las herramientas que permitía su obtención, los medios de producción, sólo podían pertenecer al trabajador. De esta forma, proponía la existencia de “*empresas comunitarias*”, en donde la posesión del instrumento de trabajo (máquina) quedara para el productor, y la propiedad efectiva en manos del capital, aunque destacaba que el horizonte ideal era que esta última atribución también alcanzara a los productores. Por lo mismo se mostraba reacio a una acción confiscatoria. Como De Mahieu proponía, este modelo no era igualitarista, pues suponía que la jerarquía era un atributo natural de la producción¹⁶. Sin embargo, bien podía ser

¹⁶ Según De Mahieu, “...la composición de la empresa así definida no es problema, porque está impuesta por la misma producción. Jefe, técnicos, agentes de maestranza y obreros de toda categoría, el papel y la posición de cada uno están bien definidos. Es por haberlo olvidado y haberse organizado según las teorías igualitarias tomadas de la ideología liberal que las escasas tentativas de comunidades de producción realizadas en forma de cooperativas han fracasado casi siempre. Por las mismas necesidades de su función, la empresa es esencialmente jerarquizada y su estructura no puede ser sino el mismo orden de la producción. Unir a productores teóricamente iguales y, por consiguiente, hacer depender la dirección de la ley del número, cuando

calificado de socialista, pues consideraba que era la “*compenetración recíproca de los conceptos de propiedad y de sociedad*”.

La prédica de De Mahieu alcanzó a algunas de las organizaciones juveniles nacionalistas del período, en particular al *Movimiento Nacionalista Tacuara*, cuyo jefe histórico Alberto Ezcurra fue quien defendió este modelo comunitario. Denunciando la postura conservadora de los intelectuales ligados a la revista católica *Cruzada*¹⁷, “*para quienes la propiedad privada, las formas burguesas, el capitalismo y la “cultura occidental” fueron establecidos por Jesucristo casi con carácter sacramental*”, Ezcurra planteaba la viabilidad de la empresa de propiedad comunitaria, en tanto ésta no violaba las doctrinas papales¹⁸. Según Ezcurra, esas empresas comunitarias no buscaban “*una “nivelación” absurda, sino suprimir una excesiva desigualdad, igualmente absurda*”, permitiendo el acceso de todos al derecho de propiedad, eliminando “*al parásito, que, sin producir, se enriquece sobre la miseria, o simplemente sobre el trabajo de los demás al que en la sociedad capitalista se llama patronal, o Sociedad Anónima y en el marxismo se llama Estado*”. En tono irónico, Ezcurra se refería a las posibles implicaciones de las teorías de los redactores de *Cruzada*:

La excomunión que Rodrigo de Najera vierte sobre los defensores de la propiedad comunitaria, alcanza nada menos que a los mismísimos apóstoles, quienes tenían todas las cosas en común; y vendían las posesiones y los bienes, y lo repartían entre todos, según que cada cual tenía necesidad” (Hechos II-43) y no solo esto, sino que influidos por las perversas doctrinas de Marx, llegaron a negar el sacrosanto derecho de propiedad , ya que “ninguno decía ser propia suya cosa alguna de las que poseía, sino que para ellos todo

la capacidad debe desempeñar el papel principal, es ir en contra de las relaciones reales de los trabajadores en la comunidad...”

¹⁷ *Cruzada* había nacido en 1956 como un emprendimiento de jóvenes estudiantes de Derecho que se definían como defensores de los valores culturales católicos. Años más tarde, en 1967, del grupo *Cruzada* se originó la filial argentina de la *Sociedad de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad* (TFP), de origen brasileiro.

¹⁸ “Cristianismo y orden burgués”, *Signo*, Año 1, 2da. época, Nro. 4, julio 1960. Esta publicación representaba al Centro de la Juventud de la Acción Católica 40, de la iglesia de San Agustín en Buenos Aires.

era común”(Hechos IV-32), ejemplo que fue seguido por las órdenes religiosas y por los bolcheviques de la Compañía de Jesús, que formaron el estado socialista de la Misión Guaraní. Aterrado por hechos tan tremendos, me despidió hasta la próxima, porque sobre esto hay rollo para rato.

Aun así, los enemigos de las posturas de De Mahieu se multiplicaron dentro de las filas de nacionalismo católico. El presbítero Julio Meinvielle fue quizás uno de los más acérrimos opositores a las ideas comunitarista. Doctor en Filosofía y en Teología, activo colaborador de diversas publicaciones católicas y nacionalistas desde los años treinta, y reconocido antisemita argentino, consideraba que todo lo material debía estar sometido a lo espiritual. Desde una concepción tomista, entendía que la política, la economía y las concepciones del Estado y la sociedad debían estar subordinadas a la teología. Enfrentó a aquellos nacionalistas que tenían una noción del Estado por fuera del orden teológico, criticando las posturas profanas de estos sectores, declarando que el único nacionalismo viable era aquel con firmes bases doctrinarias fundadas en la teología católica (ZANATTA, 1996).

En el debate que inició con De Mahieu, Meinvielle atacó las ideas comunitaristas que aquel defendía. En un ensayo para la revista católica *Cruzada*, se lamentaba del avance del socialismo dentro de las filas del nacionalismo católico, de la mano de quienes “*intentan de una u otra forma suprimir el salario y convertir la empresa en una sociedad de productores*”, o defienden que los sindicatos se constituyan en “*amos de los medios de producción de las empresas*”. El presbítero integrista se mostraba contrario a cualquier forma de igualitarismo, y atacaba aquellas posturas que patrocinaban reformas del modelo de propiedad privada de los medios de producción¹⁹. Además, atacaba la defensa que Alberto Ezcurra hacía de la propiedad comunitaria, destacando que la propiedad privada se sustentaba en el “*derecho natural*”, y era de origen divino según había enseñado el papa Pío XII en un documento de junio de 1941.

Los debates sobre el concepto de propiedad comunitaria se man-

¹⁹ “Desviaciones económico sociales en los católicos”, *Cruzada*, Año V, Nro. 20, agosto de 1960.

tuvieron en varias publicaciones hasta mediados de los sesenta. De Mahieu siguió ofreciendo charlas sobre la temática en diversos espacios cercanos a los círculos nacionalistas, e inclusive sus escritos fueron una fuente de consulta obligatoria para algunos de estos. Sus obras fueron divulgadas asiduamente en la prensa de las agrupaciones nacionalistas como *Tacuara* o *Nueva Argentina*²⁰, un desprendimiento peronista de la primera. Para fines de los años sesenta, muchas de sus teorías habían sido tomadas por agrupaciones de la derecha peronista, como *Encuadramiento* y *Demetrios*, quienes probablemente reconocieran en las propuestas de De Mahieu elementos comunes con la idea de “*comunidad organizada*” que el propio Perón planteara en los años cuarenta²¹. Aun así, su prédica fue siempre marginal, y seguramente contra sus propios deseos pedagógicos, fue una puerta de entrada para que muchos jóvenes nacionalistas comenzaran un proceso de radicalización política que los llevarían hacia posturas revolucionarias de izquierda a comienzos de los setenta.

JUAN FRANCISCO GUEVARA Y EL MOVIMIENTO NACIONAL COMUNITARIO

El 18 de febrero de 1963, el entonces coronel (RE) Juan Francisco Guevara presentó en un teatro céntrico de Buenos Aires un nuevo agrupamiento político, denominado *Fuerza Nueva*. La nueva agrupación, que no llegó a inscribirse como partido político, debía representar

²⁰ *Nueva Argentina* nació en 1960, como un desprendimiento “peronista” de *Tacuara*. Actuaron dentro del sindicalismo peronista, y en 1966 cobraron notoriedad al desviar un avión hacia las Islas Malvinas; véase BERAZA, 2005.

²¹ Según Buchrucker (1999), “*Perón sostenía que el dominio de la oligarquía había sido posible por la desorganización, esto es, la debilidad de los otros sectores sociales. En cambio, si las mayorías lograban articular sus intereses en grandes organizaciones sobre la base de la solidaridad, estaban dadas las condiciones para el funcionamiento de una democracia auténtica [...] Es esta concepción, que Perón ya consideraba parcialmente realizada bajo su gobierno, los sindicatos y asociaciones de diversa índole presentarían al gobierno las exigencias y necesidades de sus afiliados, pero también tendrían la chance de realizar su aporte a la solución de los problemas a través de la cooperación con las instituciones estatales*”.

a aquellos sectores que, como el propio Guevara enunciaba, aspiraban a hacer una “*revolución cívico-militar que deberá ser integrada con la exclusión de los políticos fracasados, pero sin proscripciones*”²². Además, se pronunció pesimista frente al futuro de las instituciones políticas argentinas, a las que consideraba contraria a “*nuestros orígenes e idiosincrasia*”. En medio del acto, que contó con una concurrencia importante, diversos sectores del público entonaron la “Marcha Peronista”, pidiendo por otro 17 de octubre y la defensa de la “tercera posición” (CASTELLO, 1986). Llamativamente, el coronel retirado había sido uno de los protagonistas del golpe de septiembre de 1955, junto al general Lonardi.

Guevara había nacido en Mendoza en 1922. De formación católica, en 1942 egresó del Colegio Militar con el grado de subteniente de artillería. En 1953 se graduó en la Escuela Superior de Guerra, acompañando dos años después a Lonardi en el golpe que derribó a Juan Domingo Perón. Enviado por Aramburu como agregado militar en Medio Oriente en 1956, para comienzos de los años sesenta regreso al país como profesor de la Escuela Superior de Guerra y luego como jefe del Regimiento 1º de Artillería. Defensor de la legalidad del gobierno de Frondizi. Derrocado éste, se opuso a la acción de los sectores militares antiperonistas que ocupaban puestos claves en la administración del presidente José María Guido, los futuros *colorados*, a quienes acusó en una proclama de ir contra la ley, el orden dentro de las Fuerzas Armadas y las instituciones constitucionales²³.

Paralelamente a su carrera militar, Guevara se había ligado a los sectores que habían organizado el grupo *Ciudad Católica* en la Argentina y, según muchos analistas de la época, él era el verdadero responsable de su formación local²⁴. Hacia finales de 1962 algunos analistas políticos lo suponían una figura presidenciable en un futuro

²² “El Cnel. Guevara habló anoche en un acto público”, *El Litoral*, 19 de febrero de 1963.

²³ El texto dado a conocer en la noche del 29 de agosto de 1962, se adelantaba en pocos días al levantamiento de los sectores *azules* de las Fuerzas Armadas, que reclamaban la vuelta a la legalidad, y el llamado a elecciones inmediato. Este sector, cuyo referente era el general Onganía, promovía una mayor profesionalidad dentro de las Fuerzas Armadas, intentado alejarlas de los avatares políticos civiles; véase Potash (1994).

²⁴ “Ultras criollos en el poder”, *Análisis*, Nro. 298, 28 de noviembre de 1966.

inmediato²⁵, aunque sus posiciones políticas comenzaron a virar llamativamente, abandonó el legalismo previo y se sumó al coro de voces que reclamaban un cambio en las estructuras políticas y económicas. Estas posturas estaban mucho más cerca de su militancia católica, la cual en el plano ideológico se había impregnado de un ferviente comunitarismo. La presentación de *Fuerza Nueva* fue acompañada de sus bases programáticas en un documento de febrero de 1963, denominado “*Bases para un Programa de Reconstrucción Nacional*”²⁶. En él, el coronel retirado alertaba sobre la crisis política y moral del régimen liberal, y proponía lo que entendía una salida que diera cuenta de la realidad social. En ese sentido, luego de recorrer aquellos hitos de la historia argentina decimonónica que habían permitido el éxito de un sistema liberal ajeno a la realidad social local, acotaba que “*el liberalismo individualista hizo caso omiso de los grupos sociales o cuerpos intermedios, no les dio cabida institucional, ni los armonizó: los asfixió, les impidió crecer*”. Cuales eran esos cuerpos intermedios: la familia, los gremios, los profesionales, los cuerpos de oficios, las federaciones y los municipios. En la Argentina, la principal deficiencia del sistema radicaba en los partidos políticos, lo que se manifestaba en dos direcciones: habían perdido representatividad y permitían que los grupos de presión o “*factores de poder*” actuaran como “*canales menores*” desde donde se presionaba por las reivindicaciones sectoriales; y esto mismo fomentaba la fragmentación política, con la cual grupos disidentes dentro de esas viejas formaciones políticas intentaban canalizar sus reclamos, aunque en realidad esto producía la “*pulverización*

²⁵ En una publicación de la época se lo presentaba rodeado de figuras de segunda línea dentro del nacionalismo católico, que constituían la base de un posible futuro gabinete de gobierno: “*Su Estado Mayor aparece integrado por el periodista Raúl Puigbó; el doctor Hector Llmabías (presidente de la convención del Partido Federal); el capitán García Puló (que es cuñado suyo); el ingeniero Roberto Gorostiaga; el doctor Francisco Seeber (que militó hasta 1945 en la Alianza Libertadora Nacionalista); el doctor José Alberto Deheza (católico moderado, yerno de Lonardi); el doctor Juan Alfredo Caubon (profesor de filosofía). Entre sus amigos militares más directos está el teniente coronel Molina, de la Escuela de Mecánica del Ejército. Tiene adictos en la UCRI y en la democracia cristiana*”, “*Aspirantes*”, *Primera Plana*, Nro. 1, 13 de noviembre de 1962.

²⁶ *Fuerza Nueva* había nacido el 8 de noviembre de 1962, a instancias del propio coronel (R) Guevara.

anárquica, propia de los cuerpos vivos cuando les llega la hora de la corrupción tras la muerte”²⁷.

En función de ese diagnóstico, el documento de *Fuerza Nueva* alentaba un nuevo orden político y social, en el cual se activara la acción de esos cuerpos intermedios, verdaderos canales de comunicación entre los individuos y el Estado. Llamaba a reformar la Constitución, para fomentar el federalismo y acabar con un estado social intervencionista, proclive a la dádiva social. En general, se proponía un orden político que diera respuesta a los problemas sociales sin caer en los males propios de la historia argentina: la libertad absoluta y el autoritarismo estatal. La fórmula que se proponía era la idea de “*responsabilidad comunitaria*”: “*ninguna autoridad, entidad o asociación debe hacer lo que puede ser hecho satisfactoriamente por una autoridad, entidad o asociación de menor rango*”²⁸. Además, proponía otro principio fundamental, el de la propiedad en una doble función, individual y social, que permitiría la “*desproletarización*” del individuo, dándole conciencia social y permitiendo salvar su dignidad individual²⁹. En términos generales, el programa de *Fuerza Nueva* apuntaba contra el estatismo y el colectivismo, proponiendo un ordenamiento político y social que partiera de la base de la sociedad, sin por esto dejar de lado el rol fundamental del Estado como protector de ese orden.

En un libro que Guevara escribiría a comienzos de los años setenta, daba cuenta del escaso éxito inicial de las propuestas políticas

²⁷ “Movimiento Nacional Comunitario. Bases y doctrinas dadas por el coronel Guevara”, *Cuatro Flechas*, Nro. 1, 6 de agosto de 1964.

²⁸ “Nos hemos convertido en mendigos internacionales que recorremos el mundo pidiendo dinero prestado”, *Cuatro Flechas*, Nro. 3, 2 de septiembre de 1964. El principio de subsidiaridad, tal la denominación de lo que aquí se denomina “responsabilidad comunitaria”, había sido planteado ya por el papa Pio XI en su encíclica *Quadragesimo Anno*, aunque un desarrollo más exhaustivo puede hallarse en *Mater et Magistra* de Juan XXIII, promulgada en 1961, y probablemente referencia ineludible para el pensamiento social católico de la época. El mismo principio animaría poco tiempo después la acción de los miembros de la *Ciudad Católica* en el gobierno de Onganía, véase Scirica (2003).

²⁹ “En la Argentina de hoy deben echarse las firmes bases para iniciar, ya, la era de las comunidades”, *Cuatro Flechas*, Nro. 4, 16 de septiembre de 1964.

concretas que permitieran avanzar con un proyecto comunitario, en especial con *Fuerza Nueva* (GUEVARA, 1970), en parte por el escaso apoyo de los sectores más importantes del nacionalismo³⁰. Esto determinó la reorganización de la agrupación como *Movimiento Nacional Comunitario* (MNC) en junio de 1964. El cambio de denominación obedeció, según la propia publicación, a distinguirse de los viejos partidos políticos, expresiones “caducas” de la representación social, y a definir activamente el modelo de Estado que proponían instaurar en un futuro no muy lejano. En la misma declaración, el MNC presentaba una estructura tentativa de la nueva agrupación, que además hacían extensiva a la organización estatal que pretendían instaurar. En la base de la estructura se encontraban los *Centros de Concertación Comunitarios* (CCC), los cuales debían

recomponer a nuestra sociedad actualmente disminuida, confusa, desconcertada, poniendo en movimiento los principios de subsidiaridad y de responsabilidad comunitaria que garantizaran la recuperación de la libertad individual y la definitiva destrucción de los totalitarismo como sistema de gobierno.

Estos CCC se organizarían a nivel municipal, provincial y nacional, dividiéndose internamente de manera estamental, según las “*función social*” de sus miembros (cultura, producción, etc.). Los Centros estaría gobernados por un *Consejo del Centro*, que sería conformado por representantes de cada estamento (profesionales, trabajadores, comerciantes, etc.). De este Consejo saldría un Jefe

³⁰ Tanto Marcelo Sánchez Sorondo, con el grupo reunido en torno a la publicación *Segunda República*, como Julio Meinvielle y Jordán Bruno Genta, tres referentes del nacionalismo de derechas argentino atacaban a Guevara por considerarlo legalista y pro-democrático (Sánchez Sorondo y Genta), nasserista y castro-comunista (Meinvielle). Aun así, el periódico nacionalista *Segunda República*, destacaba la significación de las palabras de Guevara en el acto de presentación de su agrupación política: “*fue como un localizado estallido de la vieja esperanza nacionalista y la prueba de que en ella se halla la mejor caja de resonancia para una política dirigida a promover la revolución necesaria, postulación implícita en la enérgica crítica del régimen en quiebra que hizo el orador; y explícita en el desbordante fervor de sus varios miles de oyentes*”; “El Momento. Guevara”, *Segunda República*, 20 de febrero de 1963.

de Consejo, que gobernaría en el Centro y ordenaría la acción del Movimiento en cada zona³¹.

El MNC contó desde sus inicios con un órgano de difusión denominado *Cuatro Flechas*, cuya dirección recayó desde el N° 4 en Roman María Bourdieu. Las noticias y artículos de opinión que se presentaban en esta publicación no llevaban firma alguna, y predominaban aquellos que hacían referencia a las actividades del Coronel (R) Guevara. También eran comunes transcripciones de obras de autores como Jean Ousset, de quien el propio Guevara había traducido y comentado “*El marxismo leninismo*”, obra central del integrismo católico de la época³², y del sacerdote jesuita francés Raoul Grasset, organizador del grupo *Verbé*. La publicidad que sostenía la publicación era escasa, y en general pertenecía a librerías y editoriales nacionalistas, como Ediciones Theoria, Editorial Huemul, y las librerías *Martín Fierro* y *Nuestro Tiempo*. Además se promocionaban las publicaciones de la *Ciudad Católica*, que bajo la *Ediciones Verbo* editaba folletos y libros de autores de derecha franceses y otros ligados a su filial local.

La difusión de la nueva agrupación se dio por dos carriles diferentes. En primer lugar, durante 1964 el MNC realizó una serie de conferencias y cursos en su sede, en donde participaron diversas figuras ligadas al nacionalismo, catolicismo y revisionismo histórico. Los intelectuales nacionalistas Marcelo Sánchez Sorondo y el sacerdote Mario Pinto, los historiadores revisionistas Fermín Chávez y Héctor Llambías, el ingeniero Roberto Gorostiaga y el general Señorans fueron algunos de los conferencistas, y los temas que se desarrollaron incluían desde cuestiones referidas a la organización social, hasta la estructuración de las Fuerzas Armadas³³. Estas conferencias estaban

³¹ “La primitiva Fuerza Nueva se denomina ahora Movimiento Nacional Comunitario”, *Cuatro Flechas*, Nro. 1, 4 de agosto de 1964.

³² La obra, publicada en la Argentina por Editorial Icton, fue prologada por el entonces cardenal y arzobispo de Buenos Aires Antonio Caggiano.

³³ El Padre Mario Pinto había sido secretario del Ministro de Educación de la Revolución Libertadora, Atilio Dell’Oro Magni, además de colaborador de diversas publicaciones nacionalistas como *Balcón* y *Presencia* durante el peronismo. En los años sesenta fue uno de los asesores espirituales del *Movimiento Nacionalista Tacuara*. Chávez y Llambías eran historiadores revisionistas, el último colaborador asiduo de publicaciones nacionalistas desde los años treinta.

dirigidas en primer lugar a los miembros del movimiento, aunque su intención era trascender a un público más amplio³⁴. En segundo lugar, junto a las conferencias se promovió la organización de los antes mencionados *Centros de Concentración Comunitarios*, que al menos en los primeros meses de la agrupación se estructuraron sobre los agrupamientos preexistentes de *Fuerza Nueva*. En general, el éxito de esta propuesta es difícil de medir, aunque en los primeros meses del MNC las referencias a los CCC fueron inexistentes.

En ese contexto, el proyecto político del *Movimiento Nacional Comunitario* comenzó a declinar. En parte, las posibilidades concretas de crecer eran muy limitadas, en especial porque su prédica estaba lejos del peronismo. Años antes, durante los conflictos castrenses de 1962, las organizaciones obreras peronistas habían negado el apoyo al coronel rebelde, que junto a su filiación antiperonista en 1955 y sus declaraciones contra el propio Perón, tenía poco de atractivo para un sindicalismo en franca reorganización³⁵. Para comienzos de 1966, su líder Juan Francisco Guevara declaraba haber disuelto dicha organización, la cual ya estaba alejada de la órbita de otras organizaciones como la *Ciudad Católica*, que había separado su accionar del coronel por considerar el proyecto político de este alejado de sus propósitos de difusión en ámbitos más reducidos (SCIRICA, 2003).

CONCLUSIÓN

En una entrevista de 1967, Jacques Marie de Mahieu alertaba que

el comunitarismo nada tiene que ver con el fomento de las comisiones vecinales sino que busca restablecer el orden social natural de las comunidades humanas [...] El régimen de partidos [...] es antinatural porque pone el Gobierno de la comunidad a merced de asociaciones de individuos que responden a intereses particulares.

³⁴ El Departamento Estudios del MNC publicó todas las conferencias desarrolladas, las cuales eran vendidas como separatas de *Cuatro Flechas*.

³⁵ Guevara acusaba a Perón de no haber destruido el “*conducto liberal – los partidos – y de haber acelerado el enfrentamiento de clases*”; “Derechas. La última trinchera”, *Primera Plana*, Nro. 137, 22 de junio de 1965.

El filósofo francés planteaba así sus diferencias con el proyecto que, tímidamente, había intentado promover el gobierno de Onganía. El escaso éxito de la propuesta comunitarista que se había articulado bajo la égida de los intelectuales cercanos a la *Ciudad Católica*, poco tenía que ver con las propuestas de De Mahieu, y si bien tenía puntos de contacto con los postulados que se habían defendido desde los proyectos políticos de *Fuerza Nueva*, y de su sucesor el *Movimiento Nacional Comunitario*, esto no evitó que el coronel (R) Guevara fuera “premiado” con la embajada en Colombia a fines de 1966³⁶.

En general, ciertos elementos fueron coincidentes en los modelos comunitaristas que hemos presentado. Ante todo, compartían el rol que debían cumplir las denominadas “asociaciones intermedias” en la construcción y organización de un nuevo orden político, económico y social. El desprecio por la democracia representativa se referenciaba en ideólogos autoritarios como el francés Charles Maurras, y encontraba en todos los casos su explicación en la incapacidad de ésta para convertirse en verdadera representación de las mayorías incultas; la democracia sería así la competencia de minorías que, por medios demagógicos o la simple astucia, intentan conquistar el poder estatal. Sin embargo, aun cuando todas las respuestas que se han analizado se amparaban bajo el paraguas comunitarista, diferían en los alcances reales.

De Mahieu ponía énfasis en el rol que debían tener los sindicatos en el nuevo orden comunitario, sin dejar de destacar la necesidad de contar con una elite capaz de controlar el Estado comunitario. Aun así, sus propuestas suponían una prédica que, aunque conservadora en muchos aspectos, pues su referencia era el ordenamiento social medieval, apelaba a una retórica sospechosa para muchos sectores conservadores o francamente reaccionarios del nacionalismo católico. De esta forma, formulas que hablaban de acabar con la burguesía parasitaria, o terminar con los asalariados como sujetos sociales, fueron condenadas como “socializantes” por teóricos como el presbíte-

³⁶ Guevara era considerado cercano a Onganía, y por esto muchos de sus seguidores suponían que obtendría un puesto clave en la nueva administración “revolucionaria”; “Influencias. Los partidos de la revolución”, *Primera Plana*, Nro. 203, 15 de noviembre de 1966.

ro Julio Meinvielle, y en contraposición adoptadas como verdaderos credos revolucionarios por amplios sectores de la juventud nacionalista, ávidos de encontrar una síntesis entre lo que consideraban un ordenamiento social más justo y sus diatribas antimarxistas y antiliberales. En la práctica, su Estado comunitario era fuertemente centralizado, una monarquía absoluta disfrazada de presidencialismo, en donde la figura de un Poder Ejecutivo todopoderoso se acompañaba de espacios de toma de decisión limitados para aquellas asociaciones de la sociedad civil – como los gremios – que sólo podían discutir las normas que los ejecutivos proponía. Su ámbito de acción, aparentemente amplios en el plano local y regional, estaba siempre supeditado a una estructura jerárquica de decisión.

En el caso de los proyectos políticos de Juan Francisco Guevara, partían de una concepción práctica de un ordenamiento comunitario de la sociedad. Aun cuando algunos podían considerar que el propio coronel retirado se había iniciado en el pensamiento comunitario a través de la obra de De Mahieu³⁷, lo cierto es que sus referencias estaban en el pensamiento católico francés de posguerra expresado por la *Cité Catholique*. Apoyado en el principio de subsidiaridad, que había sido actualizado por el poder papal desde Pio XI con su encíclica *Quadragesimo Anno*, y a través de dos proyectos políticos efímeros (*Fuerza Nueva* y el *Movimiento Nacional Comunitario*), Guevara abogaba por la instauración de un régimen en donde las acciones comunitarias – desde su célula básica, la familia – aseguraran al individuo el desarrollo de una libertad al servicio de los grupos intermedios a los cuales pertenecía, destacando que era necesario evitar que “*toda la responsabilidad esté en manos de un Estado todopoderoso, ni en las de unas pocas, gigantescas organizaciones, sean ellas monopólicas capitalistas o sindicales*”³⁸.

En resumen, el fracaso de la *Revolución Argentina* en su intento inicial de instaurar un estado corporativo sustentado en el comunitarismo, mostraba claramente la escasa representatividad en el pensamiento político argentino de los modelos corporativos. Los cambios

³⁷ “Comunitarismo. Lo que el viento se llevó”, *Primera Plana*, Nro. 210, 3 de enero de 1967.

³⁸ *Ibidem*.

sociales que se habían experimentado durante la primera mitad del siglo XX, y cuya reflexión definitiva y más alarmante para los sectores dominantes fue el ascenso del peronismo, percibido como herético frente a un ordenamiento político, económico y social ya discutido, supusieron para el universo intelectual del nacionalismo de derechas un claro desafío a sus concepciones de entreguerras. El anticomunismo, el antiliberalismo, y su consecuente desprecio por la democracia representativa, activó en claves diferentes la idea de un ordenamiento social cuyas referencias eran los grupos o comunidades intermedias. Ese proceso de reelaboración teórica no puede, como hemos visto, resumirse en la breve experiencia consumada durante el gobierno de Onganía. Por el contrario, autores como De Mahieu o proyectos políticos como los encarados por el coronel Guevara, dan cuenta de un esfuerzo del nacionalismo de derechas por pensar alternativas viables a una democracia que, como nunca antes, y por obra del peronismo y el éxito de la revolución cubana, era percibida como antesala inevitable del comunismo.

BIBLIOGRAFÍA

ALTAMIRANO, Carlos. **Arturo Frondizi, o el hombre de ideas como político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BERAZA, Luis Fernando. **Nacionalistas**. La trayectoria política de un grupo polémico (1927-1983). Buenos Aires: Cántaro Ensayos, 2005.

BUCHRUCKER, Cristian. **Nacionalismo y peronismo**. La Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955). Buenos Aires: Sudamericana, 1999.

_____. **Los nostálgicos del Nuevo orden europeo y sus vinculaciones con la cultura política argentina**. Informe final. Buenos Aires: CEANA, 2002.

CASTELLO, Antonio Emilio. **La democracia inestable (1962-1966)**. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1986.

CAVAROZZI, Marcelo. **Autoritarismo y democracia (1955-2006)**. Buenos Aires: Ariel, 2006.

GUEVARA, Juan Francisco. **La Argentina y sus sombras**. Buenos Aires: Mauri, 1973.

LEWIS, Paul. La derecha y los gobiernos militares, 1955-1983. In: ROCK, David Rock y otros. **La derecha argentina**. Nacionalistas, neoliberales, militares y clericales. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2001.

LVOVICH, Daniel. **El nacionalismo de derecha**. Desde sus orígenes a Tacuara. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

MAHIEU, Jaques Marie de. **El Estado Comunitario**. Buenos Aires: Ediciones Arayu, 1962.

_____. **La Economía Comunitaria**. Buenos Aires: Editorial Universidad Argentina de Ciencias Sociales, 1964. 143 p.

NAVARRO GERASSI, Marysa. **Los nacionalistas**. Buenos Aires: Edit. Jorge Álvarez, 1968.

O'DONNELL, Guillermo. **El Estado burocrático-autoritario (1966-1973)**. Buenos Aires: De Belgrano, 1981.

POTASH, Robert A. **El Ejército y la política en la Argentina**. 1962-1973. De la caída de Frondizi a la restauración peronista. Primera Parte, 1966-1966. Buenos Aires: Sudamericana, 1994.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, José Luis. **¿Nuevos fascismos?** Extrema derecha y neofascismo en Europa y Estados Unidos. Barcelona: Ediciones Península, 1998.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1994.

ROUQUIÉ, Alain. **Poder militar y sociedad política en la Argentina**. II. 1943/1973. Buenos Aires: Emecé Editores, 1998.

SENKMAN, Leonardo. La derecha y los gobiernos civiles, 1955-1976. In: ROCK, David Rock y otros. **La derecha argentina**. Nacionalistas, neoliberales, militares y clericales. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2001.

SCIRICA, Elena. Bases de acción para actuar frente a la democracia y sus bases contractualistas. Matriz y despliegue de una propuesta contrarrevolucionaria. In: **IX Jornadas Interescuelas/Departamento de Historia**, Córdoba, 2003.

SPINELLI, María Estela. **Los vencedores vencidos**. El antiperonismo y la “revolución libertadora”. Buenos Aires: Biblos, 2005.

TCACH, Cesar. Golpes, proscripciones y partidos políticos. In: DANIEL. James. **Violencia, proscripción y autoritarismo: 1955-1976**. Nueva Historia Argentina. Volumen 9. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

ZANATA, Loris. **Del Estado liberal a la nación católica**. Iglesia y ejército en los orígenes del peronismo, 1930-1943. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.

ZULETA ÁLVAREZ, Enrique. **El nacionalismo argentino**. Buenos Aires: La Bastilla, 1975.

A PROPAGANDA ANTICOMUNISTA DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS PARA A AMÉRICA LATINA DURANTE OS ANOS 1960

Vicente Gil da Silva^{1}*

O governo dos Estados Unidos, no período após a Segunda Guerra Mundial, fez da propaganda uma de suas principais armas de combate às ideias comunistas. Para coordenar os *information programs* – expressão utilizada pelos funcionários estadunidenses para designar os programas de propaganda – não foram medidos esforços para organizar uma extensa rede de conexões e um aparato de financiamento milionário. Programas de rádio e televisão, filmes, jornais, revistas e panfletos foram produzidos em incontável número e distribuídos por todo o mundo. A justificativa para isso, segundo os estrategistas de Washington, era a necessidade de se contrapor à alegada ofensiva da propaganda soviética, que seria mais eficiente do que a estadunidense e estaria conseguindo, portanto, melhores resultados.

Mas era fundamental que esta campanha para “conquistar corações e mentes” fosse feita de tal modo que não se soubesse de sua existência. Por isso, a maioria de suas atividades foram realizadas de forma encoberta. Desde os programas mais ousados até a distribuição de materiais de propaganda aparentemente inofensivos, a grande preocupação dos estrategistas estadunidenses era evitar a todo custo que o

^{1*} Professor Assistente de Teoria da História da Universidade Federal do Acre.

governo estadunidense aparecesse como o protagonista destas ações.

De fato, até mesmo a distribuição de histórias em quadrinhos foi envolvida nesta atmosfera de segredo. Os gibis foram considerados pelos estrategistas estadunidenses como os meios mais eficazes de atingir um público de baixa escolaridade, caso da maioria da população latino-americana naquela época. Através de sua agência de propaganda (USIA – United States Information Agency), em parceria com CIA e outros órgãos estrangeiros, estes livrinhos foram distribuídos pela América Latina tendo como cenário um sofisticado esquema de acobertamento, colocado em prática de modo a manter o envolvimento da Casa Branca encoberto. E tudo isso com o objetivo de apartar sutilmente seu público-alvo de uma possível simpatia pelos ideais comunistas, em favor de um modo de encarar o mundo mais ligado aos valores do *american way of life*, transmitindo, ao mesmo tempo, mensagens negativas sobre a Cuba pós-revolucionária.

O objetivo deste texto é estudar uma das formas de propaganda anticomunista organizadas pelo governo dos Estados Unidos para a América Latina, durante os anos 1960, com base em produções dirigidas a um público com dificuldades de leitura: os gibis. Para tanto, é preciso antes apresentar e explicar os objetivos que os agentes estadunidenses esperavam que fossem atingidos com os seus programas de propaganda e, com especial ênfase, as razões alegadas pelos funcionários estadunidenses para manter encoberta a sua distribuição.

ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE PROPAGANDA DO GOVERNO NORTE-AMERICANO

De acordo com uma diretriz do Conselho de Segurança Nacional norte-americano (National Security Council) redigida em 1950, seria propaganda

Todo esforço ou movimento organizado para distribuir informação ou uma doutrina particular, mediante notícias, opiniões ou chamamentos, dirigidos a influir no pensamento e nas ações de determinado grupo (...). O tipo de propa-

ganda mais efetivo [é aquele no qual] um sujeito se move na direção que outro quer por razões que pensa serem suas próprias (extraído de SAUNDERS, 2001, p. 17-8).

A documentação consultada sobre este tema está permeada por estas concepções. Direta ou indiretamente, foram estas premissas que os estrategistas norte-americanos deixaram transparecer nos documentos que produziram. Portanto, era esperado que as ações empreendidas pelos órgãos responsáveis pela propaganda atingissem tais objetivos. Além disso, todas as iniciativas projetadas nesta área faziam parte de uma lógica mais ampla, cada uma delas contribuindo para aquilo que os agentes estadunidenses denominavam de guerra psicológica, caracterizada como

O uso planejado de propaganda e outras atividades, exceto o combate, por parte de uma nação, que comunicam ideias e informações com o propósito de influir nas opiniões, atitudes, emoções e comportamento de grupos estrangeiros, de maneira que apoiem a consecução dos objetivos nacionais (extraído de SAUNDERS, 2001, p. 17-8).

Através desta campanha de propaganda, buscou-se difundir uma série de códigos morais, éticos, culturais, políticos e econômicos característicos da sociedade capitalista. Estes valores foram “vendidos” como a única alternativa viável de organização social, enquanto qualquer outra via de desenvolvimento era descrita como “extremista” ou “antidemocrática”. É esta a mensagem fundamental que aparece, implícita ou explicitamente, nas histórias em quadrinhos que serão analisadas mais adiante. Antes, porém, é preciso ressaltar que as ações de propaganda não podem ser entendidas isoladamente em relação aos outros componentes da política externa norte-americana, fato reconhecido pelos próprios agentes do governo estadunidense. Um exemplo disto pode ser verificado em um documento produzido pelo ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf Berle, quando este enviou um memorando ao então presidente John Kennedy:

Os esforços norte-americanos devem competir e defender-se contra o atual programa do bloco comunista, e operar em

uma escala sete vezes maior do que os atuais esforços dos Estados Unidos, medido por comparações entre as despesas. (Somando-se todas as agências dos Estados Unidos gastava-se aproximadamente quinze milhões de dólares. Os países do bloco comunista estão gastando pela região cem milhões de dólares). (...). Na ausência de algum outro sistema, ao promover algumas centenas ou (como planejado no caso do Brasil) alguns milhares de comunistas treinados anualmente, os esforços do bloco comunista podem, após poucos anos de operação, virtualmente tomar o controle de um país. (...). Não há razão para deixar com que este vácuo seja preenchido por nossos inimigos. *Este assunto alinha-se à política e à defesa militar* (BERLE, 1961. A tradução do original em inglês é minha. Grifos meus).

O trecho grifado na citação acima demonstra claramente que Berle tinha consciência de que as políticas de propaganda estavam vinculadas aos outros elementos da política externa estadunidense (política e defesa militar). Neste sentido, o conjunto da política externa estadunidense só pode ser entendido se levarmos em conta as sérias contestações que o sistema capitalista vinha sofrendo com o final da Segunda Guerra Mundial. Esta foi a época em que os partidos comunistas de países importantes da Europa lideraram guerrilhas de resistência antifascista (casos de França e Itália), que em um caso (Grécia) conduziu à guerra civil de fato contra as forças lideradas pelos comunistas. Entre os anos 1950 e 1960, mais de quarenta países conquistaram sua independência, libertando-se de séculos de exploração colonial, abrangendo uma população de mais de 800 milhões de pessoas. Além disso, revoluções socialistas abalaram a hegemonia norte-americana em algumas regiões importantes da Ásia, especialmente na China.

Frente a esta realidade, o governo norte-americano assumiu o papel ativo de tentar manter o controle sobre a maior extensão possível do globo, para garantir seus próprios interesses econômicos e políticos. Para tanto, mobilizou um extraordinário aparato repressivo, que incluiu a instalação de numerosas bases militares em várias partes do mundo. Ao lado disso, treinou milhões de oficiais policiais e militares de acordo com os objetivos da doutrina da contra-insurgência, garan-

tindo também o suprimento de armamentos e outros equipamentos para as polícias nativas (HUGGINS, 1998).

Ademais, organizou uma série de ações que visavam desestabilizar governos não alinhados incondicionalmente aos interesses norte-americanos, contribuindo de forma direta ou indireta para a derrubada destes regimes em mais de cinquenta países, entre os anos 1950 e 1970 (Blum, 2004). Garantiu também a criação de um sistema econômico e financeiro mundial favorável aos seus próprios interesses, estabelecendo o dólar como a moeda padrão das trocas comerciais e Nova Iorque como centro bancário do mundo, ao lado de instituições que controlam o envio de recursos financeiros para os demais países, como o Banco Mundial e o FMI (Magdoff, 1978). Portanto, a exata extensão e o adequado significado dos programas de propaganda do governo estadunidense só podem ser entendidos tendo em vista a sua inserção na lógica geral da política exterior estadunidense, que é a de tentar manter o controle político e econômico em todo e qualquer lugar em que isto se revele necessário.

Mas o memorando de Adolf Berle indica ainda outro elemento, que é a necessidade de combater a alegada ofensiva de propaganda soviética e cubana nos países latino-americanos. Durante quase duas décadas, o governo norte-americano priorizou a Europa como foco principal de suas políticas de propaganda. A vitória da Revolução Cubana motivou a expansão e o reforço desta ofensiva na América Latina. A principal razão para esta expansão, de acordo com agentes norte-americanos, era o temor de que o novo regime cubano incentivasse a exportação de ideias revolucionárias para outros países do hemisfério. Além disso, Berle alertava para a debilidade da ofensiva de propaganda dos Estados Unidos na América Latina, que deveria ser um dos problemas a serem corrigidos para evitar a penetração do “programa comunista” da revolução cubana. Embora Berle possa ter superestimado a capacidade do novo regime cubano em levar adiante um programa tal como ele delineou no memorando citado acima, a sua visão é representativa daquilo que vários integrantes do governo Kennedy estavam convencidos, ou seja, a ideia de que seria necessária uma reorganização e uma expansão dos programas de propaganda.

Um importante estímulo neste sentido foi a criação do Comitê de Políticas para a América Latina (Latin American Policy Committee, LAPC),² formado em abril de 1962 como um órgão centralizador para coordenação política. Em vários destes encontros foram discutidos temas relacionados à propaganda. De acordo com as atas destas reuniões, é possível captar quais eram as principais preocupações dos funcionários estadunidenses quanto às estratégias que deveriam ser implementadas nesta área. E uma das principais preocupações neste sentido referia-se ao problema da distribuição dos materiais de propaganda.

Em uma das reuniões deste órgão, Richard Goodwin, assessor de assuntos latino-americanos do presidente Kennedy, havia defendido que “fossem ampliados os canais de distribuição” dos materiais de propaganda – que poderiam ser livros, revistas, panfletos, folhetos, etc. – passando-se a recorrer também a “partidos políticos, sindicatos e centros de grupos juvenis, além dos canais comerciais comuns de publicação”. Para auxiliar a consecução destes objetivos, Goodwin ressaltou que o diretor da equipe de ações encobertas da CIA, Cord Meyer, poderia oferecer “valiosas sugestões sobre a questão da distribuição” do material de propaganda (LAPC n. 9, 1962).

Em um outro documento enviado ao presidente Kennedy, Richard Goodwin explicou qual deveria ser a lógica de distribuição que deveria orientar os programas de propaganda. Ao que tudo indica, esta orientação foi adotada pelos Estados Unidos como a principal estratégia em relação a este tema. De acordo com Goodwin, a opinião geral dos “oficiais amigáveis” de vários países latino-americanos era a de que os programas de propaganda norte-americanos não vinham sendo “tão efetivos quanto deveriam ser, não atingindo pessoas suficientes, especialmente entre aqueles grupos que estamos tentando atingir – estudantes, intelectuais, trabalhadores rurais e urbanos” (GOODWIN, 1961).

Goodwin estava convencido de que “a propaganda dos Estados

² O LAPC era formado por representantes das seguintes agências: o Gabinete de Assuntos Inter-Americanos, a Agência de Desenvolvimento Internacional (AID), o Gabinete de Inteligência e Pesquisa, ligado à Casa Branca, a USIA, a Central de Inteligência Americana (CIA), o Departamento de Defesa, a Casa Branca – na pessoa de algum assistente-especial do presidente Kennedy – e outras agências que compareciam às reuniões de acordo com o tema que seria debatido.

Unidos era capaz de influenciar as mentes e os sentimentos dos povos latino-americanos em direção à democracia e para longe do comunismo”. Entendia que a propaganda anticomunista na América Latina não conseguia ser completamente efetiva porque nessa região a “preocupação básica” da população referia-se aos “mais urgentes problemas nacionais e pessoais”, distinguindo-se dos países da “cortina de ferro”, onde o tema da “liberdade” teria maior repercussão. Além disso, conforme Goodwin, a propaganda oficial dos Estados Unidos na região era também limitada pela sua falta de habilidade em apelar “para as mais poderosas emoções políticas, como o nacionalismo militante, o desejo por reformas sociais radicais, etc.”, e muitas outras coisas em relação às quais “uma tomada de posição dos Estados Unidos constituiria uma ‘interferência’ nos assuntos internos de um país amigo”. Diante disso, Goodwin fez as seguintes observações:

Nosso problema na América Latina não são governos ‘não amigáveis’: são pessoas não amigáveis em países amigáveis – *uma situação quase impossível para empreendimentos oficiais e abertos de propaganda*. Deste modo, nós não temos sido capazes de lidar com os verdadeiros problemas e assuntos vitais que poderiam atingir os acordos emocionais de cada país. Eu acredito que a resposta para este problema reside muito mais na disseminação dos meios de propaganda do que na disseminação direta de propaganda. Nós devemos colocar nas mãos de grupos efetivamente democráticos em cada país – partidos políticos, organizações sindicais, grupos ligados à igreja, etc. – os instrumentos de propaganda. Isto pode variar desde a doação de rádios-transmissores até a disponibilização de folhetos e livros e assistência técnica em montagem de filmes, etc. O caminho que teríamos de percorrer para organizar os dólares de nossa propaganda sob esta orientação seria, estou convencido disto, de longe o maior que já realizamos até agora. Para a organização de tal empreendimento, seria necessário (...) que *grande parte deste esforço tenha de ser encoberto para evitar comprometer a posição dos grupos que estamos financiando* (GOODWIN, 1961. Grifos meus).

Infelizmente, a persistente retenção dos arquivos relativos à ofensiva de propaganda norte-americana não permite que sejam feitas maiores análises sobre este tema. Mas a inacessibilidade aos arquivos, por si só, parece indicar a importância destas políticas para o governo dos Estados Unidos. Se não é possível provar de modo peremptório que todos os cursos de ação recomendados nas deliberações do LAPC tenham sido efetivamente seguidos, é razoável afirmar que, no mínimo, agentes importantes da administração Kennedy demonstravam clara preocupação quanto à necessidade de elaborar um programa consistente para contenção da chamada “propaganda castro-comunista”.

Com efeito, a mobilização de indivíduos e de recursos financeiros para esta empreitada ocupou parte importante da agenda da política externa do governo norte-americano. Isso nos permite pensar em explicações que, se não definitivas, pelo menos se aproximam dos rumos provavelmente seguidos pelos programas de informação norte-americanos na América Latina. Neste sentido, alguns indícios apontam para o fato de que a estratégia de disseminação encoberta dos meios de propaganda foi efetivamente adotada no Brasil, por exemplo. Entre os arquivos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)³ há um documento no qual são descritos o recebimento de uma série de materiais de propaganda que deveriam ser posteriormente distribuídos (IPES, 1964).

Estes materiais, descritos como “livretos educativos”, supostamente produzidos por uma empresa chamada Rio Gráfica e Editora LTDA, eram na verdade produzidos na sede central da USIA em Washington DC e distribuídos por seu posto do Rio de Janeiro ao IPES. A ocultação de sua verdadeira origem tinha como finalidade evitar que fossem relacionados ao governo dos Estados Unidos. As evidências sugerem que a distribuição destes materiais para o IPES seguiu a

³ Segundo a obra clássica de René Armand Dreifuss, o IPES foi um “complexo político-militar (...) cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração”. Ainda de acordo com Dreifuss, a partir de um certo período, as atividades organizadas pelos diferentes grupos reunidos sob o complexo IPES/IBAD tinham o explícito objetivo de tomar o controle político do país a partir de um golpe de Estado civil-militar. Ver DREIFUSS, 1981, p. 161.

estratégia, sugerida por Goodwin, de manter encoberta a origem dos “meios de propaganda” fornecidos pela USIA, resguardando tanto a posição do grupo “efetivamente democrático” que recebia o financiamento quanto a posição da própria USIA e, por conseguinte, do governo dos Estados Unidos.

Esta estratégia encoberta de propaganda, tal como descrita aqui, já havia sido revelada pelo ex-agente da CIA, Philip Agee. De acordo com ele, as ações de propaganda dos Estados Unidos eram divididas em três categorias: branca, cinza e negra. A “branca” era oficial, sempre coordenada pela USIA. A “cinza” era atribuída a instituições ou indivíduos que não se vinculavam publicamente ao governo estadunidense e divulgavam as informações por ele produzidas como se fossem suas. Por fim, a “negra” ou não era imputada a nenhuma fonte, ou era atribuída a uma fonte inexistente. Também poderia ser caracterizada como “negra” uma ação de propaganda atribuída a uma fonte verdadeira, mas com conteúdo falso. Somente a CIA tinha autorização para envolver-se em operações de propaganda “negra”, mas a agência podia compartilhar algumas das funções de propaganda “cinza” com a USIA. Segundo Agee, caso alguma agência quisesse se envolver em operações de propaganda cinza, era necessário pedir autorização prévia para a CIA (AGEE, 1976, p. 69).

O caráter encoberto das ações de propaganda estadunidense também marcou os esforços empreendidos para outros públicos-alvo, como os intelectuais e os artistas, processo que tem sido denominado de “guerra fria cultural”. De acordo com algumas pesquisas, um vasto aparato de financiamento, que envolvia fundações de empresas privadas estadunidenses como fachadas da verdadeira origem dos recursos provenientes da CIA, foi colocado em prática logo após o fim da Segunda Guerra, na tentativa de afastar o público mais intelectualizado das ideias comunistas e de atrair a esquerda não comunista, especialmente na Europa, mas também na Ásia e na América Latina (SAUNDERS, 2001; SCOTT-SMITH & KRAB-BENDAM, 2003).

Até aqui, foram analisados os objetivos projetados pelo governo estadunidense com a sua ofensiva de propaganda anticomunista e o

seu caráter encoberto. A seguir, serão apresentados alguns exemplos de materiais deste tipo, que faziam parte da estratégia de propaganda cinza, de acordo com a definição de Philip Agee.

EXEMPLOS DE MATERIAIS DE PROPAGANDA

ANTICOMUNISTA

Em fevereiro de 2007, foram liberados centenas de exemplares de materiais de propaganda anticomunista⁴. Foram pesquisadas as séries Panfletos e Folhetos, de 1953 até 1983 (*Pamphlets and Leaflets*) e Publicações (*Publications*) organizadas sob o grupo de arquivos (*Record Group*) número 306 – referente à USIA. Dos exemplares dirigidos à propaganda na América Latina, o tipo de material mais abundante são as histórias em quadrinhos.

Na capa de cada um destes livretos consta um pequeno carimbo que registra algumas informações sobre o material, como número de cópias em português e espanhol, origem e destino. Todo este acervo foi produzido na sede da USIA, localizada em Washington, DC, através do IPS (Information Press Service).

No Brasil, estes materiais eram distribuídos pelo posto da USIA no Rio de Janeiro e repassados ao IPES que, posteriormente, os redistribuía para sindicatos urbanos e rurais, setores do Exército, associações de estudantes, organizações católicas, etc. Este caminho (USIA – IPES) pode ser rastreado a partir do número de exemplares recebidos pela instituição brasileira, que na maioria das vezes era um valor próximo do total de cópias que saíam de Washington.

A finalidade dos gibis era difundir ideias negativas sobre o comunismo em geral e sobre Cuba em particular. A questão da religião, da liberdade de expressão e de imprensa, do trabalho nos países comunistas e da participação dos jovens na resistência à “subversão” comunista são os temas mais abordados. Além disso, personagens

⁴ Disponíveis para consulta no *National Archives and Records Administration II* (NARA II), localizado na cidade de College Park, próxima a Washington, DC.

como Ernesto Che Guevara, Fidel Castro, Lênin, Mao Tsé-Tung são atacadas e desmoralizadas.

De aspecto visual bastante chamativo ao leitor, apresentam linguagem simples e direta, com desenhos coloridos. Muitos dos gibis tentam demonstrar que o governo dos Estados Unidos não seriam contra a Revolução Cubana em si, mas contra as “traições” dos seus líderes, que supostamente frustraram as expectativas daqueles que a apoiaram. Em outras palavras, os Estados Unidos seriam contra os rumos seguidos pela revolução. O objetivo implícito disto era tentar apagar o fato de seu governo ter apoiado por muitos anos o ditador Fulgencio Batista, além de passar a ideia de que o governo estadunidense não seria essencialmente contrarrevolucionário. Desse modo, os rumos da revolução são de responsabilidade exclusiva de seus líderes “traidores”. Subentende-se também que, se alguém era culpado pelo rompimento das relações entre os dois países, este alguém seria membro do regime cubano, e não os próprios Estados Unidos, argumento que cai como uma luva para transmitir a ideia de que o embargo econômico sobre Cuba, por exemplo, teria sido motivado pelos próprios líderes revolucionários, e não imposta pelo governo de John F. Kennedy.

Um dos exemplos desta campanha para denegrir a imagem da Cuba pós-revolucionária intitula-se *A Punhalada*, que conta a história de Carlos e Teresa, um jovem casal ansioso por desfrutar intensamente uma vida a dois, mas que vê seus sonhos frustrados pelos “profanadores da Revolução”. A história é narrada pelo padre Llorente, que teria se juntado em 1958 às forças guerrilheiras da Sierra Maestra lideradas por Fidel Castro. Em determinado momento do conflito, a polícia de Fulgencio Batista só não teria prendido Castro porque o sacerdote não revelou aos policiais a sua exata localização, salvando a vida do comandante e o rumo da revolução cubana. Sentados em um banco de praça, Carlos e Teresa ouvem atentamente o relato do padre. Ele afirma ser a favor de um governo que distribua a riqueza e que realize a reforma agrária. Porém, segundo o padre, uma série de fatos vinha preocupando a Igreja Católica:

Segundo Llorente e outro padre que teria sido tesoureiro do movimento 26 de Julho, não havia dúvida de que Fidel Castro era um comunista e seus companheiros estavam utilizando as “velhas táticas

comunistas” para se infiltrar no poder. De acordo com a historinha, Castro, ao lado de setores da juventude cubana, proibiu programas televisivos religiosos e interrompeu missas com agitadores comunistas que provocavam um clima de violência contra os católicos da ilha, incentivados por discursos raivosos do líder cubano.

Afirmam os criadores da historinha que todos os tipos de manobras políticas foram utilizadas pelos comunistas para difamar Deus e a moral católica. As forças de Castro teriam inclusive matado um manifestante que ousara erguer uma imagem de Nossa Senhora em uma procissão proibida pelo governo. A história encerra com uma autocrítica de Carlos e Teresa, que teriam se deixado levar pelas promessas de Castro, sendo enganados pelos “barbudos” que estavam criando um “clima de caos” em Cuba.



A *Punhalada* tentava passar a ideia de que a Igreja Católica, que neste caso representa uma série de outras instituições como o próprio governo dos Estados Unidos, nunca teria se posicionado contra a Revolução Cubana em si, mas sim quanto aos rumos que ela teria seguido após a tomada do poder pelos revolucionários da Sierra Maestra. Os problemas teriam sido originados pela infiltração de comunistas no governo, a começar pelo próprio Fidel Castro. Tenta-se convencer o leitor de que as táticas utilizadas pelos comunistas têm o objetivo de dividir e enganar as pessoas, estabelecendo um regime de terror cotidiano para a população.

Em outra historieta, intitulada *Los Expoliadores*, dois jovens revolucionários cubanos ganham uma viagem para conhecer Moscou e Pequim. Com esta viagem, imaginava-se que eles poderiam comprovar pessoalmente os benefícios do comunismo nos países em que este



regime havia se estabelecido há mais tempo do que na ilha de Cuba. Nilda e Juan, então, partiram esperançosos para conhecer este mundo.

Os jovens desembarcam em Moscou. Após um dia de roteiro turístico, são levados para conhecer um *kolkhoz*, as granjas coletivas do sistema soviético. A partir deste ponto, Nilda e Juan começam a perceber os “graves problemas do comunismo”. Escassez de comida e jornadas de trabalho exaustivas foi o que encontraram. Na China, testemunharam pessoas famintas comendo alimentos que encontravam pelas ruas, num ambiente de miséria e com “pessoas trabalhando como formigas”.

O casal começa, então, a se questionar se Fidel Castro não poderia estar fazendo o mesmo que os outros países comunistas. Nilda, então, exclama que esta viagem “abriu os seus olhos” para a “verdadeira cara do comunismo”. No seu regresso a Cuba, os jovens percebem



que sua terra natal está parecida com a realidade que presenciaram nos países que visitaram. Filas para receber as rações de alimentos, exército nas ruas, escassez de comida, trabalho exaustivo. Assim, concluem que Fidel Castro havia definitivamente enganado o povo com as promessas da revolução. A história termina com uma mensagem de esperança, afirmando que existia resistência dentro de Cuba contra a “ditadura totalitária” de Fidel Castro.

Foram produzidas outras histórias semelhantes a estas, sobre temas como censura à imprensa (intitulado *La Mordaza*), cubanos exilados (*La Traición*) e a alegada ofensiva de Castro contra a Universidad de Habana (*La Estafa*). Naturalmente, em nenhum momento estas historietas mencionam o apoio decisivo dos Estados Unidos à ditadura de Fulgencio Batista e as sabotagens do país contra a economia e a política cubana.



A IMPORTÂNCIA DA PROPAGANDA E POSSÍVEIS EXPLICAÇÕES

Afirmo acima, de acordo com a documentação analisada, que havia uma explicação básica para o caráter encoberto das ações de propaganda anticomunista. Acima de tudo, os Estados Unidos, mantendo em sigilo o seu envolvimento, evitava comprometer os grupos latino-americanos que recebiam os materiais de propaganda e impedia uma possível acusação de que o governo estadunidense estivesse interferindo na política de outros países. Mas uma questão ainda mais fundamental do que esta é saber por que foi conferida tanta ênfase aos programas de propaganda neste período.

Em recente pesquisa que, entre outras coisas, revelou a importância das ações de propaganda para o governo norte-americano⁵, Carlos Fico afirma que tais projetos eram parte de “um procedimento típico da perspectiva belicista tão comum na Guerra Fria, que valorizava a ‘guerra psicológica’ e coisas do gênero”, sendo “expressão característica comum dos serviços de informação daquela época: certa prepotência baseada na crença excessiva em sua capacidade de influenciar” (FICO, 2008, p. 83). Embora o pesquisador brasileiro tenha razão em afirmar que as ações da USIA foram marcadas pelas preocupações da Guerra Fria, é cabível indagar de onde surge tal “procedimento típico da perspectiva belicista” e a “prepotência” dos agentes norte-americanos, que tanto marcaram, segundo ele, as ações de propaganda do governo norte-americano. Evidentemente, o entendimento deste processo com base na “prepotência” ou em um “procedimento típico” dos agentes estadunidenses não nos leva a lugar algum, uma vez que não passam de conceitos meramente descritivos, mas não explicativos de todo este processo.

Duas explicações podem ser oferecidas em relação a este aspecto. Em primeiro lugar, a documentação pesquisada sugere que o

⁵ Carlos Fico afirma que a “avaliação dos resultados das atividades de doutrinação, propaganda etc. do USIS”, órgão que depois se chamaria USIA, “se tornaria uma preocupação crescente do Departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional”. Ver FICO, 2008, p. 84.

governo dos Estados Unidos conferiu grande importância às ações de propaganda em razão de acreditar que elas poderiam amenizar a “lacuna temporal” (*temporal gap*, de acordo com a expressão utilizada por funcionários norte-americanos) até o aparecimento de resultados mais contundentes das políticas de incentivo ao desenvolvimento dirigidas à América Latina, caso da Aliança para o Progresso, por exemplo. Tendo em vista que o objetivo desta política era promover uma série de reformas que possibilitariam mudar, por uma via “pacífica”, a vida das populações latino-americanas, seria preciso esperar algum tempo para que os primeiros resultados deste programa fossem visíveis. Neste ínterim, não haveria outra saída, na opinião de estrategistas norte-americanos, senão inundar a América Latina com propaganda, para causar impacto imediato na opinião pública e evitar o surgimento de críticas em relação à demora na melhora efetiva do padrão de vida latino-americano⁶.

Em segundo lugar, por sua intenção de interferir nas lutas sociais do período, servindo como um instrumento de combate ao comunismo, as ações de propaganda, junto a outros mecanismos, desempenharam clara *função ideológica*. Encaro ideologia enquanto uma categoria social ontologicamente fundada, tal como presente na obra da maturidade de Georg Lukács⁷, o que é diferente de analisá-la a partir de uma perspectiva gnosiológica, ou seja, no âmbito da chamada teoria do conhecimento. Segundo Ranieri (2002/2003, p. 10),

A preocupação ontológica remete (...) à questão sobre a origem e o desenvolvimento do próprio ser, a necessidade de saber se algo é ou não é, e de como esse algo se apresenta no decorrer da consecução de seu processo de constituição a partir de determinações a serem investigadas, independentemente de sua apreensão cognitiva ser falsa ou verdadeira sob o ponto de vista da teoria do conhecimento.

⁶ Há diversos documentos sobre este tema disponíveis nos arquivos do gabinete do presidente Kennedy, na John F. Kennedy Library.

⁷ Aqui nos referimos às reflexões contidas no livro *Para uma Ontologia do Ser Social* (obra não publicada em português), escrita 55 anos após *História e Consciência de Classe* e ainda muito pouco estudada.

A reflexão lukácsiana em *Para uma Ontologia do Ser Social* é, nas palavras de Gilmaísa Macedo da Costa (2006, p. 3), “inteiramente permeada pela noção da totalidade social como complexo de complexos e do trabalho como fundamento de toda atividade humano-social”. Isto é, a reflexão lukácsiana articula-se em torno da ideia de que, a partir do trabalho – “solo genético da atividade humana” – surgem para o homem novas necessidades e possibilidades, que vão dar origem a novas relações sociais, as quais se organizam sob a forma de complexos sociais.

Partindo-se do pressuposto que um homem é um ser que responde e reage a alternativas que lhe são colocadas pela realidade objetiva, ele é, portanto, “capaz de agir sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e também de agir sobre os outros homens no sentido de conduzi-los a atingir determinada finalidade” (COSTA, 2006, p. 3). E,

Tanto no trabalho, no intercâmbio orgânico com a natureza, quanto nas outras esferas da prática social, o que há de comum nessas ações é o fato de que em todas elas se encontra uma tomada de *decisão entre alternativas*, o que implica a existência de um *momento ideal*, de uma prévia-ideação como denominador comum a todas elas (VAISMAN, 1989, p. 411).

Assim, para Lukács, “todo ato social surge, portanto, de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras” (VAISMAN, 1989, p. 412). As posições teleológicas podem ser primárias, típicas da esfera econômica, ou secundárias, “que não pertencem à esfera econômica propriamente dita, mas de cuja existência esta depende para se manter e reproduzir” (VAISMAN, 1989, p. 413-4). Ou seja, as posições teleológicas secundárias compõem a base sobre a qual se estruturam os fenômenos ideológicos. Para estas posições teleológicas “a ideologia, em qualquer uma das suas formas, funciona como o *momento ideal*, que antecede o desencadeamento da ação”. Em outras palavras, a ideologia “desempenha o papel de prévia-ideação” nas posições teleológicas secundárias (VAISMAN, 1989, p. 416). Desse modo, para Lukács as formas ideológicas são “os instrumentos pelos quais são conscientizados e enfrentados os problemas que preenchem a cotidianidade” (citado em VAISMAN, 1989, p. 417).

Nesse sentido, Lukács afirma que “a ideologia é, acima de tudo, aquela forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social consciente e operativa” (citado em VAISMAN, 1989, p. 418). Vista como “o momento ideal da ação prática dos homens”, a ideologia expressa, para essas ações, “o seu ponto de partida e destinação, bem como sua dinamicidade”. Em razão disso, para Lukács, “qualquer resposta que os homens venham a formular, em relação aos problemas postos pelo seu ambiente econômico-social, pode, ao orientar a prática social, ao conscientizá-la e operacionalizá-la, tornar-se ideologia” (VAISMAN, 1989, p. 418).

Lukács sustenta, assim, a existência de uma caracterização ampla da ideologia, que se manifesta permanentemente na vida social. O filósofo húngaro também elabora uma concepção mais restrita, baseada em Marx, que identifica a ideologia como um instrumento de luta social. Conforme Costa (2006, p. 9), a sociedade de classes é “a base sobre a qual se constitui a ideologia no sentido restrito”. Nela, a ideologia surge como importante instrumento de combate aos conflitos de interesse entre os homens. Nas palavras de Lukács, a concepção mais restrita de ideologia consiste no fato de que “os homens, com o auxílio da ideologia, trazem à consciência seus conflitos sociais, e por seu meio combatem conflitos cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico” (citado em VAISMAN, 1898, p. 418-9).

Por isso, Sérgio Lessa afirma que o surgimento das sociedades de classe não representa “a gênese do complexo da ideologia, mas sim a gênese de uma sua forma específica, restrita: as ideologias de classe. Ao lado desta forma restrita, continua a existir a sua forma ampla (...)” (2003, p. 109). Ainda para Lukács, é equivocado interpretar o conceito de ideologia como “elucubração arbitrária de pessoas singulares”, porque

Enquanto um pensamento permanece simplesmente o produto ou a expressão ideal de um indivíduo, não importa o valor ou desvalor que possa conter, não pode ser considerado uma ideologia. Nem mesmo uma difusão social mais ampla atinge o ponto de transformar um complexo de pensamento diretamente em ideologia (citado em COSTA, 2006, p. 9).

Desse modo, não é, conforme Lessa (2003, p. 108),

O conteúdo gnosiológico de uma ideação que a torna ideologia, mas sim uma função social específica: ser veículo dos conflitos sociais – lembremos: nem todos eles redutíveis às lutas de classe – que cotidianamente são postos pela reprodução da sociedade como um todo (...). É a função social, e não o conteúdo gnosiológico, repetimos, que distingue a ideologia dos outros complexos sociais.

Lukács exemplifica essa questão da seguinte maneira:

A astronomia heliocêntrica ou a doutrina evolucionista no campo da vida orgânica são teorias científicas, deixando de lado sua correção ou falsidade, e nem isso enquanto tais, nem o repúdio ou o acolhimento delas constituem em si ideologia. Somente quando Galileu ou Darwin em seus confrontos, as tomadas de posição se tornaram instrumento de luta dos conflitos sociais, elas, em tal contexto – operaram como ideologias (citado em COSTA, 2006, p. 13).

Ou seja, ainda conforme Lukács, “exatamente ser ideologia não é uma qualidade social fixa deste ou daquele produto espiritual, mas, ao invés, por sua natureza ontológica, é uma função social, não uma espécie de ser” (citado em VAISMAN, 1989, p. 420). Ao refutar o critério gnosiológico, Lukács defende uma concepção *ontológico-prática* da ideologia como *função social*:

Que a imensa maioria das ideologias se funda sobre premissas que não resistem a uma crítica gnosiológica rigorosa, especialmente se dirigida por um longo período de tempo, é certamente verdadeiro. Mas isto significa que estamos falando da crítica da falsa consciência. Todavia, em primeiro lugar, são muitas as realizações da falsa consciência que nunca se tornaram ideologia; em segundo lugar, aquilo que se torna ideologia não é de modo nenhum necessariamente idêntico à falsa consciência. Aquilo que é realmente ideologia, por isso, somente podemos identificar pela sua ação social, por suas funções na sociedade (citado em COSTA, 2006, p. 9).

Em suma, para Lukács, “a ideologia tem suas determinações concretas no cotidiano mais imediato, serve para tornar a prática humana consciente e operativa e se dirige para dominar conflitos”. E, “quando os interesses de um grupo precisam prevalecer sobre os de todos os outros grupos como sendo o interesse da sociedade como um todo, a ideologia ocupa uma função vital na reprodução do ser social”. Em seu caráter restrito, a ideologia, “tanto em forma ideal quanto em forma prática, pode agir no sentido de manter ou de modificar aspectos da realidade social, retroagindo sobre os processos socioeconômicos em curso” (citado em COSTA, 2006, p. 9 e 12).

Partindo dessa concepção ontológico-prática, podemos identificar o caráter ideológico dos programas de propaganda em vista de seu propósito de defender e legitimar os parâmetros estruturais de desenvolvimento da ordem capitalista, em oposição a estratégias que pretendiam alterá-los. Na defesa de seus interesses, o governo estadunidense utilizou-se de mecanismos de distorção, manipulação ou falseamento do real, seja elaborando um discurso sobre o “perigo comunista” ou difundindo análises sobre a realidade política e econômica da América Latina que ocultavam as verdadeiras causas dos problemas enfrentados no continente. Embora o critério de “falsidade” não seja por nós utilizado para definir o caráter ideológico dos programas de propaganda, tais manipulações e distorções associadas a eles não devem ser ignoradas, pois foram importantes para a defesa dos interesses dos Estados Unidos nesse conflito.

CONCLUSÃO

Para que seja possível explicar o real processo histórico do tema envolvido neste texto, não se pode ignorar o ativo papel assumido pelos Estados Unidos como o país hegemônico da ordem do capital que emergiu no cenário após o fim da Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, não se pode ocultar os mecanismos de dominação imperialistas e as relações internacionais substantivamente desiguais. A análise que apresentei neste artigo, entretanto, busca dar o devido destaque a estas questões. Assumo como pressuposto que a expansão norte-americana

obedece aos imperativos de expansão do próprio sistema do capital, o que faz necessário que o país enfrente todas as possíveis barreiras a esse processo. Na década de 1960, o comunismo e os movimentos de esquerda na América Latina eram alguns dos principais obstáculos a serem superados pelos Estados Unidos. Em vista disso, todos os meios disponíveis para atingir estas metas foram utilizados, e a propaganda atuou como veículo destes conflitos.

Mas ainda que tenha tido grande importância para o governo dos Estados Unidos, é difícil saber se a propaganda anticomunista, durante os anos 1960, atingiu os objetivos esperados pelos estrategistas estadunidenses, ou seja, influir no pensamento e nas ações de determinados grupos. Porém, a realidade histórica deste período demonstra que as ações de propaganda não foram suficientes para alcançar estas metas que, no limite, visavam manter o controle sobre a região. Se somente a propaganda tivesse sido suficiente para tanto, teria sido necessário o vertiginoso aumento dos programas de apoio às forças policiais e militares? Teria sido necessária a utilização das mais diversas formas de pressão econômica e de intervenção política nos assuntos internos dos países? Teria sido necessário apoiar, direta ou indiretamente, um golpe de estado civil-militar, como no caso do Brasil e de tantos outros países? A resposta para estas indagações é evidente. Por melhores que sejam as estratégias de propaganda, a ordem imperialista pressupõe a aplicação, direta ou indiretamente, de violência. E sem ela, indubitavelmente, não sobreviveria por muito tempo.

REFERÊNCIAS

AGEE, P. **Dentro da companhia**: diário da CIA. 2. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1978. 652 p.

BLUM, W. **Killing Hope**: U.S. Military and C.I.A. Interventions since World War II. Monroe, Common Courage Press, 2004. 471 p.

COSTA, G. M. da. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Urutágua**, Maringá, n. 9, p. 1-13, 2006.

DREIFUSS, R. A.. **1964: a conquista do Estado – ação, poder e golpe de classe**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 814 p.

FICO, C. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 334 p.

HUGGINS, M. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998. 292 p.

LESSA, S.; PINASSI, M. O. (Org.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MAGDOFF, H. **A era do imperialismo – a economia da política externa dos Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 1978. 232 p.

RANIERI, J. Sobre o conceito de ideologia. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n. 13/14, p. 8-36, 2002/2003.

SAUNDERS, F. S. **La CIA y la Guerra Fría Cultural**. Madri: Debate, 2001. 639 p.

SCOTT-SMITH, G., KRABBENDAM, H. (Ed.). **The Cultural Cold War in Western Europe 1945-1960**. Londres: Frank Cass, 2003. 335 p.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Ensaio**, São Paulo, n. 17/18, p. 409-445, 1989.

FONTES

A Punhalada, 06/04/1962, 200 mil cópias em português. Localização: NARA II, RG 306, fundo Pamphlets and Leaflets 1953-1983, caixa 8, pasta Stab in the Dark.

IPES, materiais impressos para distribuição (1964). Localização: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, fundo IPES (código do fundo: QL), caixa número 74, pacotilha 3.

Latin American Policy Committee Draft Minutes Meeting #9, Washington, 25/05/1962. Documento liberado e enviado a mim através do Freedom of Information Act (FOIA).

Memorandum for the President, 05/09/1961, de Richard Goodwin

para o Presidente Kennedy. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Arthur Schlesinger Jr., caixa WH-18, pasta Political Warfare.

Report to the President, de Adolf Berle, para o presidente Kennedy, Washington DC, 07/07/1961. Localização: JFK Library, fundo Personal Papers of Teodoro Moscoso, caixa 2, pasta Latin American Task Force Files.

Los Expoliadores, série Historieta dos Mundos, 04/1963, 877 mil cópias em espanhol. Localização: NARA II, RG 306, fundo Pamphlets and Leaflets 1953-1983, caixa 8, pasta The Exploiters.

EL DIARIO “LA PRENSA” DE BUENOS AIRES FRENTE A LA REVOLUCIÓN SANDINISTA (1979-1982)

Natalia Lascano^{1}*

Cuando el 19 de julio de 1979 se produce en Nicaragua la toma del poder por parte del Frente Sandinista de Liberación Nacional, dando fin a más de cuarenta años de dictadura de la familia Somoza, la Argentina estaba viviendo aún bajo la dictadura militar implantada en 1976. Miles de desaparecidos, presos y exiliados eran el resultado de la brutal aplicación del Terrorismo de Estado por parte de la Junta Militar gobernante, que buscaba así eliminar toda posible oposición a la profunda reestructuración social que se estaba llevando a cabo y mediante la cual se avanzaba en la construcción de un modelo económico social acorde con los intereses de los sectores más concentrados del capital. A través de una fuerte política represiva, las clases dirigentes habían logrado restablecer el “orden”, dando por finalizado el ciclo de efervescencia del conflicto social que se había observado en la Argentina entre los años 1969 y 1976.

En este marco, la Revolución Sandinista acaecida en Nicaragua impactó diferentemente en distintos sectores políticos argentinos. Para la Junta Militar gobernante, se trató de una oportunidad para fortalecer su influencia sobre Centroamérica. Desde fines de 1980 colaborarán

^{1*} Universidad de Buenos Aires (UBA). Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). CONICET (Argentina).

en la organización y entrenamiento de grupos armados contrarrevolucionarios (los “contras”), dirigidos por ex oficiales de la Guardia Civil somocista, tratando de ocupar así el relativo vacío dejado momentáneamente por el gobierno de los Estados Unidos que, bajo la administración Carter, limitaba su apoyo a las dictaduras latinoamericanas y mostraba preocupación por las violaciones a los derechos humanos (ARMONY, 1999; SALINAS Y VILLALONGA, 1993) Por otro lado, el triunfo del sandinismo generó fuertes expectativas entre los militantes de las organizaciones revolucionarias argentinas (y latinoamericanas), muchos de ellos exiliados en el exterior. Algunos de estos grupos incluso se trasladaron a Nicaragua para colaborar con la construcción del nuevo Estado (ANTOGNAZZI Y LEMOs, 2006; GORRIARÁN MERLO, 2003; SALINAS Y VILLALONGA, 1993).

Este panorama nos plantea algunas preguntas preliminares: en un contexto latinoamericano que parecía “apaciguado”, ¿cómo fue vivida por los sectores dirigentes argentinos la emergencia del “volcán” centroamericano?; la activa participación de los militares argentinos en la “contra” nicaragüense ¿respondió únicamente a sus propias necesidades de autorreproducción en el sistema político ó reflejaba una inquietud más general entre las clases dominantes?; más específicamente: ¿en qué medida la Doctrina de la Seguridad Nacional, que justificaba la presencia de los militares argentinos en Nicaragua, fue asimilada por sectores de la sociedad civil? En el presente trabajo intentaremos un primer acercamiento a estas problemáticas a partir de analizar de qué manera fue reflejada la Revolución Sandinista por parte del diario “La Prensa” de Buenos Aires, uno de los más tradicionales de la Argentina y a través del cual consideramos que podremos acercarnos a las concepciones políticas presentes en ciertos sectores de aquellas clases. Analizaremos las editoriales y las notas firmadas por los principales comentaristas del diario desde abril de 1979, momento en que comienza la ofensiva final del sandinismo en su lucha contra Somoza, hasta abril de 1982, cuando se desata la guerra de Malvinas y se abre una nueva coyuntura política en la Argentina, signada por la retirada militar y el vislumbramiento de la apertura democrática, siendo también el momento en que comienza el repliegue de los militares argentinos que operaban en Nicaragua.

EL DIARIO "LA PRENSA" EN LA HISTORIA ARGENTINA

El diario "La Prensa" fue fundado en 1869 por el Dr. José C. Paz. En sus páginas, al igual que en las del diario "La Nación", fundado también por aquella época, se veían reflejados los intereses y opiniones de los sectores más tradicionales de la burguesía argentina, especialmente aquellos cuyo origen se vinculaba a las actividades agroexportadoras, y era también leído por influyentes sectores intelectuales, políticos y militares. Sus principales concepciones políticas se correspondieron con el ideario que guiaba a los grupos gobernantes de aquel momento (especialmente a partir de 1880) y que ha sido caracterizado como "liberal conservador" (ROMERO, 1992).

El liberalismo conservador emergió en la Argentina de fines del siglo XIX, cuando el histórico liberalismo de las clases dirigentes se vio confrontado por la evidencia de una realidad cambiante. A lo largo del país, y especialmente en el núcleo urbano litoral, surgían nuevas clases sociales, producto de la inmigración y el crecimiento de las actividades económicas. La creciente presencia de las clases medias en la sociedad junto con el germen de una clase obrera en formación actuaron como amenazas en potencia para el dominio político-social de la burguesía tradicional e influyeron en su progresiva adopción de concepciones conservadoras. De esta manera, vio luz una particular combinación de ideas liberales y conservadoras: un intransigente liberalismo en lo económico, que propugnaba por una abierta integración de la economía argentina a los mercados internacionales, y una idea de progreso y de modernización institucional contra el orden social tradicional, convivió a partir de entonces con un fuerte conservadurismo en lo político, que de hecho restringió los derechos políticos a un selecto grupo social durante el período en que estos sectores lograron imponer su dominio pleno sobre la sociedad y que ha sido denominado como "el orden conservador" (1880-1916) (BOTANA, 1998). Los principios liberales clásicos se mezclaban así con un sentimiento crecientemente aristocrático y antipopular.

Fiel a sus orígenes, el diario La Prensa sostendrá firmemente estos principios en sus páginas a lo largo de su historia. Por un lado, el

liberalismo fue el estandarte explícito del diario desde el primer día: *“Verdad, Honradez – he aquí nuestro punto de partida. Libertad, progreso, civilización – he ahí el único fin que perseguimos”*. Se veía a sí mismo como representante de *“la verdadera opinión pública”*, por encima de los partidos y gobiernos, auténtico defensor de la libertad y del régimen republicano y democrático (DIARIO “LA PRENSA”, 1952). En sus páginas se hacía especial hincapié en la que se proclamaba como la libertad fundamental, la libertad de prensa, y, por supuesto, en los principios del liberalismo económico. Por otro lado, también mantuvo un tono constantemente antipopular y, particularmente, antiobrero. Fustigó a todos los gobiernos que supusieron una mayor participación de los sectores populares y no dudó en apoyar los golpes militares que dieron fin a estos gobiernos.

“La Prensa” fue importante impulsor del primer golpe de Estado en la historia argentina, en septiembre de 1930, contra el presidente Hipólito Yrigoyen. Yrigoyen, primer presidente elegido por sufragio universal, secreto y obligatorio, contemplaba en su programa de gobierno ciertas reivindicaciones de las nuevas clases medias y de algunos sectores del movimiento obrero, así como un incipiente nacionalismo económico, si bien no cuestionaba la orientación general agroexportadora de la economía argentina. El diario fustigó al gobierno de Yrigoyen desde el primer momento y, especialmente durante su segundo período de gobierno (1928-1930). Ya al comenzar su primer mandato (1916-1922) lo intimaba a respetar *“el gran programa conservador que le impone la república, bajo el apercibimiento solemne de que, de no observarlo, fracasará y será abatido y desalojado del poder”* (DÍAZ, 1999, p. 4). Una vez efectuado el golpe de Estado se preocupó por legitimar al nuevo gobierno militar a nivel nacional e internacional, presentándolo como el salvador de *“la democracia y del régimen jurídico constitucional”*. De esta manera, se invertía el sentido del término *“democracia”*: mientras el gobierno yrigoyenista (elegido por sufragio universal) era caracterizado como *“dictadura”*; el gobierno militar era presentado como *“purificador”* del sistema democrático (DÍAZ, 1999). Esta idea se correspondía con la imagen que los militares presentaban de sí mismos; y se repe-

tirá también como justificación en los futuros golpes de Estado en la historia argentina.

Posteriormente, durante la década del 30', conocida como la "década infame", en la que los conservadores restablecieron su control sobre el gobierno mediante la aplicación sistemática del fraude, el diario presentó una actitud ambivalente. Criticó en varias oportunidades el fraude pero se vio complacido por las políticas económicas de la época que propugnaban por un afianzamiento de las relaciones comerciales con Gran Bretaña, principal comprador de la producción primaria del país (PANELLA, 1999). El golpe de Estado de 1943, que dio fin a la "década infame", fue recibido con los brazos abiertos en un primer momento. Posteriormente, el diario se mantuvo expectante por la política económica. Criticó la política de neutralidad adoptada por el gobierno militar ante la Segunda Guerra Mundial, frente a la cual exigía una total alineación con las fuerzas occidentales, y la promulgación de reglamentaciones limitando la libertad de prensa. Las tensiones se agudizaron en la medida en que se fueron fortaleciendo las posiciones del Secretario de Trabajo y Previsión Social, Juan Domingo Perón y su programa tendiente a una inédita integración estatal de las reivindicaciones obreras (PANELLA, 1999). A partir de 1945 el escenario político argentino se fue polarizando: de un lado, el incipiente movimiento peronista, apoyado en la movilización del sector mayoritario de la clase obrera y en ciertas fracciones del capital industrial, orientadas fundamentalmente al mercado interno, que propugnaban por una política económica de corte nacionalista; del otro lado, un heterogéneo conglomerado opositor, en el que se integraron los más disímiles partidos políticos: conservadores, liberales, radicales, socialistas y comunistas, apoyados fuertemente por las clases dominantes tradicionales, ligadas fundamentalmente al mercado externo y al capital internacional, pero también por vastos sectores medios. La Prensa, en consonancia con los intereses que reflejaba, formó parte de este conglomerado y desde sus páginas se constituyó en un férreo opositor al gobierno cuando el peronismo triunfó en las elecciones generales de 1946. En 1951 el diario fue expropiado por el gobierno y entregado a la CGT, principal central sindical de la Argentina (PANELLA, 1999).

En 1955 un nuevo golpe militar, autodenominado “Revolución Libertadora”, derrocó al general Perón, lo obligó a exiliarse y proscribió al peronismo del sistema institucional. “La Prensa” fue restituida a la familia Paz en 1956 y a partir de allí iniciará una nueva etapa en la cual el peronismo se erigirá en sus páginas como el enemigo principal. La Revolución Libertadora inauguró un período de excepcional inestabilidad política en el país, en el que los gobiernos militares se alternaban en el poder con gobiernos civiles débiles, elegidos con la proscripción electoral de la principal fuerza política. En mayo de 1969 se produjo una insurrección popular en la ciudad de Córdoba, conocida como el “Cordobazo”, que hizo tambalear a la dictadura militar gobernante, la autodenominada “Revolución Argentina” (1966-1973). Se abrió entonces un período de extraordinaria agudización del conflicto social, cuyas principales manifestaciones fueron, por un lado, la radicalización política de importantes sectores de la clase obrera (especialmente aquellos vinculados a las industrias más concentradas) y, por otro, el surgimiento de organizaciones políticas revolucionarias que apelaban a la lucha armada. En conjunto, dieron lugar a una crisis del orden social establecido sin precedentes en el país. “La Prensa” se mostraba preocupada especialmente por los conflictos laborales y sus efectos sobre la producción, cuestionando la fuerte organización sindical legada por el peronismo. Cuando se refería a las organizaciones armadas lo hacía inscribiéndolas dentro de los proyectos expansivos del bloque soviético (HEREDIA, 2002), sin importar que fueran éstas de origen socialista o peronista. Curiosamente, el peronismo era considerado por el diario como “*la versión vernácula del comunismo internacional*” (HEREDIA, 2002), y ambas corrientes, comunismo y peronismo, eran englobadas en una misma categoría: totalitarismo.

La creciente movilización social empujó al gobierno militar a la convocatoria a una salida política sin restricciones. En 1973 se producen las primeras elecciones generales libres en 18 años y el peronismo triunfa ampliamente. Durante los tres años de gobiernos peronistas (1973-1976) el diario se ubicará en las antípodas del gobierno y, como veremos en el próximo apartado, nuevamente apelará a las fuerzas armadas como salvaguarda de “la libertad y la democracia”.

LA DICTADURA MILITAR (1976-1983)

La inestabilidad institucional del período 1955-1976 puede ser explicada como resultado de lo que ha sido caracterizado como un "empate hegemónico" (PORTANTIERO, 1977). La incapacidad que presentaron las distintas fracciones de las clases dominantes del país para establecer alguna forma de dominación legítima y estable se habría debido a la presencia de distintas fuerzas sociales en pugna con proyectos económico-sociales contrapuestos, ninguna de las cuales lograba imponerse sobre la otra. Una alianza "populista" liderada por la burguesía urbana menos concentrada y con un fuerte componente obrero, que propugnaba por una política económica nacionalista, que protegiera e impulsara el desarrollo de la industria orientada al mercado interno, elevando a su vez los ingresos de los sectores asalariados, se enfrentaba a la burguesía agraria tradicional que orientaba su producción al mercado externo y que, en alianza con los sectores más concentrados e internacionalizados del capital urbano, promovía políticas económicas liberales. A su vez, podríamos agregar que desde fines de la década del '60 comienza a manifestarse, incipientemente, una tercera fuerza que propugna por la superación del orden social capitalista, y que se expresa en la radicalización de un sector del movimiento obrero, plasmado en nuevo sindicalismo de tipo "clasista", y en sectores juveniles radicalizados de las clases medias, muchos de los cuales engrosarán las filas de las organizaciones revolucionarias.

La dictadura militar que comienza en 1976 se propone poner fin a esta situación, restablecer el orden social alterado y reestructurar la sociedad y la economía en favor del capital más concentrado. Se propondrán una desarticulación política absoluta de los sectores populares mediante la instalación de lo que se ha denominado el Estado Terrorista (DUHALDE, 1983): la organización desde el mismo Estado de un descomunal dispositivo represivo de carácter clandestino, que tuvo su expresión paradigmática en la figura del "desaparecido" y en el ciclo secuestro-desaparición-tortura. Se estima que alrededor de 30.000 personas continúan desaparecidas, además de miles de muertos, presos y exiliados. El carácter clandestino de la represión, pero evidente al mismo tiempo, reforzaba su efecto aterrador y, con-

secuentemente, disciplinador sobre el conjunto de la sociedad.

Pero la última dictadura no puede ser entendida sin tomar en cuenta la amplia coalición cívico-militar que la hizo posible y que incluyó a la mayor parte de los partidos políticos, las corporaciones empresarias, la cúpula de la Iglesia y los medios de comunicación (SIDICARO, 2004; QUIROGA, 1994). En el caso de los grandes medios de comunicación, se han publicado una serie de trabajos en los últimos años que profundizan sobre el alto grado de complicidad de la prensa gráfica con la dictadura (BLAUSTEIN Y ZUBIETA, 1998; DÍAZ, 2002; MALHARRO Y LÓPEZ GIJSBERTS 2003). Ésta complicidad comienza ya durante los años del último gobierno peronista y en especial a partir de la muerte del general Perón y la asunción del gobierno por su viuda, María Estela Martínez. Se gesta entonces una campaña mediática destinada a proyectar una imagen de caos y de inevitabilidad del golpe militar. Con posterioridad, colaborarán con el golpe militar silenciando, por un lado, lo que realmente estaba sucediendo en el país. Pero, además, la mayor parte de los medios se embarcarán en una campaña activa de defensa de las políticas de la Junta. Esta complicidad fue muy fuerte durante los primeros tres años y especialmente en lo que concernía a la política represiva. El lugar para las críticas quedó reservado, sobre todo, al ámbito de las políticas económicas. Para 1980, cuando lo peor de la represión ya había pasado y el gobierno militar comenzaba a tambalear, tanto por fraccionamientos internos como por presiones externas vinculadas a las denuncias de violaciones a los Derechos Humanos, algunos medios empezarían a volverse levemente críticos pero más como resultado de las internas militares y de distintos intereses en torno al poder que por cuestionamientos de fondo al proyecto de la dictadura.

Con respecto al diario “La Prensa”, durante los primeros tiempos apoyará marcadamente a la dictadura militar, con la que compartía plenamente el proyecto económico social que la orientaba. Ya durante el gobierno de “Isabelita” mostrará un fuerte espíritu “golpista” (MALHARRO Y LÓPEZ GIJSBERTS, 2003), destacando la imposibilidad del gobierno y del sistema político para hallar una salida a la crisis po-

lítica y presentando al golpe de Estado como “*la única salida institucional posible*” (DÍAZ, 2002). Posteriormente y durante los primeros años, mostrará un activo entusiasmo con las políticas de la Junta de gobierno, negando incluso la existencia de violaciones a las libertades constitucionales. Citamos sólo un ejemplo bastante elocuente, extraído de la editorial del 5 de junio de 1977:

En una de sus últimas editoriales, un conocido diario norteamericano publicó un infortunado comentario en el que se hace una síntesis informativa de la situación imperante en nuestro país que es absolutamente infundada y de la cual se extraen conclusiones que no guardan relaciones con la realidad (...). [En nuestro país] los órganos de opinión se expiden con absoluta independencia y analizan aciertos y errores de los gobernantes en tanto que sus críticas fundadas son generalmente atendidas por ellos. Los derechos se ejercen y las garantías constitucionales subsisten a pesar de ineludibles restricciones impuestas por la necesidad de afrontar la violencia desatada por organizaciones subversivas y marxistas próximas a la desintegración y la derrota total. Los tribunales actúan y son respetados (...). Nadie es perseguido por su origen racial o por pertenecer a una comunidad determinada (...) (MALHARRO Y LÓPEZ GIJSBERTS, 2003, p. 68).

Por otro lado, “La Prensa” cuestionará algunas políticas específicas de la Junta en distintos planos pero no negando los principios fundamentales del “Proceso de Reorganización Nacional” (como se autodenominó la dictadura) sino, por el contrario, erigiéndose en defensora a ultranza de aquellos mismos principios. En el plano económico, por ejemplo, criticará en ciertos momentos la incoherencia del equipo ministerial y la no prosecución a fondo con las ideas libre-cambistas. De la misma manera, en el ámbito de la política exterior, como veremos en los próximos apartados, cuestionará por momentos la política argentina pero justamente por no ir más fondo con los principios “occidentales y cristianos” que ésta proclamaba.

Es quizás respecto de la política represiva donde encontramos las mayores críticas al gobierno; no a la represión en sí misma, la cual con-

sideraba plenamente justificada por la “amenaza subversiva”, sino a su carácter clandestino. El tema de los desaparecidos será aludido en las páginas de “La Prensa”, siendo incluso el primer diario en publicar una solicitada de las Madres de Plaza de Mayo pidiendo por la aparición de sus hijos. También cuestionará algunos aspectos ligados a la libertad de prensa. Estas críticas se harán más fuertes en la medida en que avance el desgaste del “Proceso” y en 1981 le costarán la quita de la publicidad oficial y una golpiza anónima en la calle a Manfred Schönfeld, uno de los principales columnistas del diario e integrante de la página editorial, quien se encontraba publicando una serie de notas en las que *“exigía una vuelta a las fuentes, reclamando más austeridad y seriedad por parte de las autoridades”* (ULANOVSKY, 2005, p. 129).

LA DOCTRINA DE LA SEGURIDAD NACIONAL Y LA INTERVENCIÓN EN NICARAGUA

Ahora bien; más allá de la complicidad, más o menos activa, de los grandes medios de comunicación con la dictadura, cabe preguntarse en qué medida esta complicidad implicó una asimilación y difusión de los principios ideológicos que legitimaban el accionar militar. La Doctrina de la Seguridad Nacional fue la ideología que guió a las fuerzas armadas argentinas en esta empresa, reforzando su cohesión interna.

La Doctrina de la Seguridad Nacional (DUHALDE, 1983; GARCÍA, 1991) fue la doctrina elaborada por el Estado Mayor Conjunto Militar de los Estados Unidos para las fuerzas armadas latinoamericanas en el marco de la guerra fría. En este discurso, el énfasis estaba puesto en la defensa de la seguridad nacional frente a la amenaza del bloque soviético, representada en elementos subversivos internos entendidos en un sentido amplio. La función de las fuerzas armadas latinoamericanas era subordinada al conflicto este-oeste y correspondía a la represión interna de estos elementos en defensa del “modo de vida occidental y cristiano”. Las fronteras geográficas dejaban de ser, por lo tanto, las determinantes del accionar militar para ser reemplazadas por las fronteras ideológicas. La Doctrina de la Seguridad Nacional cobró

mayor fuerza en América Latina a partir de la Revolución Cubana de 1959, cuando la posibilidad de la revolución "comunista" aparece como una realidad amenazante para las clases dominantes de la región. En la Argentina, la adopción de estos principios puede rastrearse desde mediados de la década del '50, especialmente, partir de la aplicación del Plan Conintes en 1958, que sancionaba el papel dirigente de las Fuerzas Armadas en la represión del conflicto social, y alcanzará su punto crítico durante el gobierno militar iniciado el 24 de marzo de 1976. El "Proceso" se fijará explícitamente como metas fundamentales la vigencia de "*los valores de la moral cristiana*" y de la "*seguridad nacional*", "*erradicando la subversión y las causas que favorecen su existencia*", lo cual implicará una lucha "en todos los campos", tal como explica el general Jorge R. Videla en un discurso de julio del 76: "*No se permitirá la acción disolvente y antinacional en la cultura, en los medios de comunicación, en la economía, en la política y en el gremialismo. (...) Ningún crimen, ninguna traición, ninguna afrenta quedarán impunes*" (GARCÍA, 1991, p. 47).

Tal como ha destacado Ariel Armony (1999) en su estudio sobre la intervención argentina en América Central, la Doctrina de la Seguridad Nacional también operó como motivación ideológica en la actuación de militares argentinos en otros países del área una vez vencida la "subversión" local. Al subrayar la dimensión internacional de la "guerra revolucionaria" y caracterizar a los conflictos locales como parte de una estrategia soviética global, esta concepción quitaba entidad a las fronteras geográficas como límites para operar en defensa del sistema occidental: "*Si la Argentina había sido sólo un campo de batalla en una confrontación global contra el comunismo, la escalada de turbulencia en América Central podía verse como una prolongación del mismo conflicto*" (ARMONY, 1999, p. 44). Asimismo, el retraimiento de la participación norteamericana en el área, producto de la política internacional de la administración Carter, generó una suerte de vacío de poder que los argentinos se propusieron ocupar. La actuación de militares argentinos en Centroamérica estuvo fundada en la posibilidad de transferir la experiencia en contrainsurgencia; y cobró la forma sobre todo de instrucción militar, pero también tuvieron

peso los negocios en torno a la venta de armas. Fue una prolongación del aparato clandestino de represión montado en la Argentina, y cobró asimismo carácter clandestino. Más allá de las legitimaciones ideológicas, también pesó en la decisión de intervenir la presencia en Nicaragua de militantes y dirigentes de organizaciones revolucionarias argentinas (Montoneros y el PRT-ERP), así como las pretensiones hegemónicas de los militares argentinos en América Latina.

En el caso de Nicaragua, ya previamente a la caída de Somoza los militares argentinos colaboraban con la Guardia Civil somocista; colaboración que se intensificó en los últimos tiempos. Luego del ascenso del sandinismo al poder tuvieron un rol central en la organización y entrenamiento de la “contra”, la fuerza contrarrevolucionaria organizada por ex miembros de la Guardia Civil. Esta participación fue intensa desde fines de 1980 y hasta mediados de 1982, cuando la derrota en la guerra de Malvinas precipitó la retirada del poder de los militares argentinos y la convocatoria a elecciones que se concretarían al año siguiente. Además, Estados Unidos volvía a ocupar por aquellas fechas su espacio tradicional como gendarme del orden latinoamericano. Ya en los últimos tiempos de la administración Carter el presidente había autorizado un programa de acciones encubiertas de la CIA en Nicaragua. Esta presencia se intensificó cuando Reagan asumió el poder en la Casa Blanca. A finales de 1981 Reagan aprobó que la CIA tome las riendas del asunto directamente y los militares argentinos pasaron entonces a cumplir el papel de “*sustitutos*” de los norteamericanos (ARMONY, 1999, p. 191).

LA LUCHA CONTRA SOMOZA (ABRIL-JULIO 1979)

A fines de los años 70 se abría en Nicaragua un proceso revolucionario que llevaría finalmente al derrocamiento del dictador Anastasio Somoza y al ascenso al poder del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) el 19 de julio de 1979. La dictadura de la familia Somoza se sostenía en el gobierno desde hacía más de cuarenta años, fuertemente respaldada por los Estados Unidos. El Estado somocista, caracterizado por un fuerte componente represivo

y de personalización del poder político, y puesto al servicio del enriquecimiento personal de la familia Somoza (que llegó a constituirse en el tercer grupo financiero del país) y de un conjunto de familias cercanas, puede también ser considerado como "*la forma históricamente determinada que asumió en Nicaragua el desarrollo capitalista*" (VILAS, 1984, p. 112), en tanto contribuyó decisivamente a la modernización y diversificación de la economía nicaragüense desde la década del 50, mediante una fuerte inversión en infraestructura y financiamiento. En este sentido, fue fundamental en el desarrollo de un capitalismo agroexportador en Nicaragua, sumamente dependiente de los capitales extranjeros, pero que también enriqueció a buena parte de la burguesía local.

El empeoramiento de las condiciones de vida de los sectores populares, el recurso a la represión como respuesta privilegiada, la corrupción desenfrenada, fueron los factores que se conjugaron para ir aislando progresivamente al régimen. En los últimos tiempos del gobierno de Somoza se generó un amplio arco opositor que abarcaba no solo a los sectores populares sino incluso a sectores importantes de la burguesía nicaragüense. El gobierno de Estados Unidos, viendo la inminencia de la caída de su histórico aliado, impulsaba, junto con sectores "moderados" de la oposición, un proyecto de continuidad política del régimen pero sin la presencia del desprestigiado dictador; una suerte de "somocismo sin Somoza" (VILAS, 1988). Sin embargo, las contradicciones se agudizaban y la lucha contra Somoza iba siendo hegemonizada por sectores que, apoyados en las grandes masas movilizadas de la población, y liderados por el FSLN, pretendía transformar la lucha antidictatorial en una lucha por transformaciones sociales más profundas.

Para abril de 1979 comienza la ofensiva militar final del FSLN. La caída de Somoza aparecía como inminente, y ya prácticamente no contaba con aliados en la arena internacional. A continuación, trataremos de delinear cómo, en ese contexto, el diario "La Prensa" de Buenos Aires caracteriza a los distintos actores en disputa desde este momento y hasta la renuncia de Somoza, el 17 de julio de 1979.

a. La dictadura de Somoza

En cuanto al devaluado dictador, “La Prensa” se unirá a las múltiples voces de descrédito de su figura y su régimen. Ya el 15 de abril, en su revisión semanal de los principales acontecimientos internacionales, Manfred Schönfeld señalaba la existencia de “... *un sentimiento generalizado de que la dictadura de la dinastía iniciada por Anastasio Somoza (padre) hace más de cuatro decenios, debe desaparecer*”². En una nota de junio la caracterizaba como “... *un régimen que se ha vuelto intolerable, insensible, depredador y represivo*”³ mientras que en la Editorial del mismo día se hablaba de “...*un régimen autocrático en sus más crudos aspectos*...”⁴. Unos días después, es incluso comparado con el nazi-fascismo: “*Somoza sigue arguyendo que él es la única garantía existente contra la instauración de un gobierno comunista en su país. Lo mismo dijeron Mussolini en 1920 y Hitler un decenio después*”⁵.

Es más, la permanencia de Somoza en el poder es considerada como contraproducente en tanto fomenta el crecimiento del “comunismo”: “*El peligro comunista... aumenta con cada día de existencia del régimen de Somoza, con cada jornada de su sobrevida*”.⁶ Esto es reafirmado en una Editorial en que se analiza la situación salvadoreña, y en la que sostiene que la prolongación de regímenes autoritarios favorece el “*plan maestro de desestabilización en América central*...”⁷

b. El sandinismo

“*Marxistas*”, “*marxistas-leninistas*”, “*comunistas*”, “*comunistas foráneos*”, “*izquierdistas*” y “*castristas*” son los epítetos con los que se describe al Frente Sandinista de Liberación Nacional. Excep-

² Manfred Schönfeld, “Revista Internacional”, en *La Prensa*, 15-04-79, 2da Sección.

³ Manfred, Schönfeld, “El probable fin del somocismo puede tener efectos incalculables en América Central”, en *La Prensa*, 09-06-79.

⁴ Editorial, “La crisis centroamericana”, *La Prensa*, 09-06-79

⁵ Editorial, “Instancia final en Nicaragua”, *La Prensa*, 22-06-79

⁶ Manfred Schönfeld, “El probable fin del somocismo...”

⁷ Editorial, “Los Sangrientos sucesos en el Salvador”, *La Prensa*, 17-05-79

cionalmente se les reconoce que gozan del apoyo popular, como en esta nota de Manfred Schönfeld: "...por más que desde Managua se lancen andanadas verbales contra la intervención extranjera – costarricense, panameña, venezolana, cubana, etc.- está cada vez más evidente que los sandinistas cuentan con apoyo popular; no solo en las regiones fronterizas sino en muchas otras del país"⁸. Pero con posterioridad a la toma del poder, en julio de 1979, estos conceptos no serán retomados.

En la medida en que la crisis se acentúa, se irá delineando un perfil cada vez más alarmante de las fuerzas sandinistas. El 19 de junio del 79 (un mes antes de la toma del poder) Schönfeld afirma: "...su filiación ideológica marxista los llevará a tratar de dar el ya clásico salto de un sistema monolítico unipersonalista a uno monolítico partidista"⁹. Conceptos coincidentes con los que habían sido expresados en una editorial de mayo y donde se plasma también la clásica contraposición liberal entre "dos extremos" igualmente nocivos: "el de Anastasio Somoza y el de los jóvenes émulos del castrismo, que presentan el modelo de La Habana como la única alternativa de reemplazo del régimen somocista"¹⁰. Aparece también aquí la asimilación del sandinismo al modelo de la Revolución Cubana que se irá reforzando cuando lleguen al poder.

c. La oposición "democrática":

En este marco, la posición que plantea "La Prensa" es clara: "La alternativa no consistiría en remplazar a Somoza por otro régimen igualmente tiránico, sino en encontrar otra opción que los rechace por igual"¹¹. Esta alternativa estaría dada por aquellos sectores que caracterizan como la "oposición democrática". Schönfeld ofrecerá

⁸ Manfred Schönfeld, "El régimen somocista lucha por su supervivencia", *La Prensa*, 30-05-79

⁹ Manfred Schönfeld, "La riesgosa, aunque inevitable alianza de las fuerzas opositoras", *La Prensa*, 19-06-79.

¹⁰ Editorial, "Los sangrientos sucesos..."

¹¹ Editorial, "La lucha en Nicaragua", *La Prensa*, 26-04-79

una caracterización de esta oposición: *“En las principales ciudades, y en los sectores económicamente más acomodados de la población, el rencor hacia la dictadura somocista sigue invariable, a pesar de que hay obvia conciencia de la amenaza de copamiento marxista que va involucrada en la ofensiva del sandinismo (...) Como se sabe, estos sectores son en su mayoría conservadores...”*¹².

Las clases altas conservadoras aparecen entonces como el principal resguardo ante el peligro extremista. Sin embargo, estas clases han adoptado una estrategia que presenta ciertos riesgos en la visión de la “La Prensa”. En un artículo titulado, precisamente, “La riesgosa, aunque inevitable alianza de las fuerzas opositoras”, explica esta estrategia: *“Las fuerzas opositoras democráticas – encarnadas en figuras como Violeta Barrios de Chamorro... y el dirigente industrial Alfonso Robelo- no han dudado hacer causa común con los sandinistas, con obvia conciencia del riesgo que eso puede involucrar.”* Y en seguida establece una significativa comparación con la Argentina peronista: *“No de otro modo estuvieron aliadas, pasajeramente en 1955, todas las fuerzas antiperonistas de nuestro país, desde la extrema derecha a la extrema izquierda....”*. Sin embargo, esta alianza no estaría destinada a perdurar: *“...una vez que Somoza haya sido eliminado... comenzará poco menos que inmediatamente una lucha para salvar la democracia de un nuevo avasallamiento.”*¹³

d. Los Estados Unidos

Para “La Prensa” los riesgos de la situación planteada hacen necesaria una intervención de los países de la región y, especialmente, de los Estados Unidos, para sostener a las “fuerzas de centro” y neutralizar el riesgo “extremista”. Pero la actitud de los Estados Unidos, en coincidencia con las orientaciones generales de la administración Carter, no habría sido lo suficientemente firme para las expectativas del periódico. En la editorial del 22 de junio se explica la inviabilidad de

¹² Manfred Schönfeld, “El régimen somocista...”

¹³ Manfred Schönfeld, “La riesgosa , aunque inevitable alianza de las fuerzas opositoras”, *La Prensa*, 19-06-79

la salida propuesta por el gobierno norteamericano, esto es *“alentar la idea de un gobierno representativo de “amplia base” en la esperanza de que la participación de los sectores guerrilleros castristas en la contienda y en un futuro gobierno pueda ser balanceada y controlada por la inclusión de elementos moderados de la oposición”*. Sin embargo, plantea la editorial, *“el mayor o menor número de adherentes civiles es una circunstancia de relativo peso, pues lo que cuentan son las armas. Y estas, según se sabe, están en gran parte en manos de los elementos sandinistas...”*¹⁴

Por lo tanto, si lo que cuentan son las armas, la única salida parece ser la intervención militar directa de los Estados Unidos, tal como lo expresa Schönfeld: *“...por el momento no hay indicios de, como imagina Carter – sin una intervención militar directa – que el somocismo pueda ser desplazado, por un lado, y que por otro lado pueda impedirse que los sandinistas... conviertan el país en una segunda cuba castrista”*¹⁵. En una significativa nota, publicada diez días antes de la caída de Somoza, Schönfeld plantea que, ante el fracaso en la OEA de la propuesta de formar una fuerza interamericana “de paz” que interviniera en Nicaragua, *“...los Estados Unidos tendrían que haber actuado y podrían hacerlo todavía, por cuenta propia”*. La propia doctrina Monroe les serviría de suficiente fundamento ya que *“... la menor sospecha de una conexión con Castro permite inferir la posibilidad de un ataque foráneo, extra-americano, dirigido contra el hemisferio occidental visto en conjunto”*.

La única salvaguarda para evitar una dictadura sandinista en Nicaragua lo constituiría así *“...una intervención militar norteamericana: a tiempo para precipitar la remoción del régimen, afianzar un gobierno provisional democrático e impedir el surgimiento de otro bastión castro-soviético en el continente”*¹⁶.

¹⁴ Editorial, “Instancia final...”

¹⁵ Manfred Schönfeld, “Revista Internacional”, *La Prensa*, 01-07-79

¹⁶ Manfred Schönfeld, “Es Imperiosa una presencia militar que garantice la democracia en Nicaragua”, *La Prensa*, 07-07-79

LA CAÍDA DE SOMOZA Y LA NUEVA JUNTA DE GOBIERNO (JULIO 1979-ABRIL 1980)

El 17 de julio de 1979 Somoza se ve finalmente obligado a renunciar y huye del país. En un primer momento, algunos sectores del somocismo trataran de estabilizar la situación y sostenerse en el poder, pero no lo conseguirán. El 19 de julio, el FSLN ingresa finalmente a Managua y el 20 lo hace la Junta de gobierno que se había conformado con la participación de distintos sectores opositores, incluyendo dos representantes de lo que “La Prensa” denominaba la “oposición” democrática: el empresario Alfonso Robelo y Violeta Barrios de Chamorro, viuda de Pedro Joaquín Chamorro, quien fuera director del conservador diario “La Prensa” de Managua e histórico opositor del somocismo, cuyo asesinato en enero de 1978 a manos, según se supone, del entorno del dictador, significó un hito en la lucha contra Somoza por la indignación y movilización social que desató.

A partir de ese momento, se abrirá para los comentaristas del diario, una etapa de expectativa por la resolución de la situación, en el que estarán especialmente atentos a cualquier indicio que exprese las “verdaderas intenciones” del sandinismo, esto es, “copar” el gobierno provisional e instaurar una “dictadura comunista”, tal como ya habría hecho Fidel Castro en Cuba dos décadas antes. Este clima de desconfianza ante las intenciones sandinistas puede verse ya a los pocos días del ingreso en Managua de la nueva Junta de gobierno, ante la denuncia de un atentado que ésta habría sufrido por parte de los restos del somocismo, cuando Schönfeld plantea la sospecha que, de acuerdo a “*las tácticas de copamiento de los comunistas*” el atentado haya sido preparado por los mismos sandinistas para “...*esgrimir ciertos clásicos “slogans” como “enemigos del pueblo”, “terroristas contrarrevolucionarios”, etc., y desatar contra ellos... la acción de los pelotones de fusilamiento*”¹⁷.

También es denunciada, ante la presencia de montoneros argentinos, “*la posibilidad de que Nicaragua se convierta en una nueva base*

¹⁷ Manfred Schönfeld, “Los que ya están tratando de sacar provecho político de la nueva situación en Nicaragua”, *La Prensa*, 24-7-79

de subversión"¹⁸. Días después, se cuestiona la respuesta de las autoridades argentinas, quienes habían presentado una nota diplomática al nuevo gobierno nicaragüense expresando "sorpresa" por la presencia de "dirigentes subversivos argentinos":

La referida actitud de nuestra cancillería aparece... como inexplicablemente débil. (...) Nuestro gobierno ha debido expresar, antes que sorpresa, su más formal y enérgica protesta por el amparo que han encontrado en suelo nicaragüense, a título de huéspedes privilegiados, los secuaces de la subversión argentina que cometieron en nuestro suelo los más horribles crímenes. (...) una vez más, hay que lamentar los pasos en falso en que incurre nuestro gobierno en su política internacional. Ello ocurre así por la razón determinante de su solidaridad y comilitancia con los países "no alineados".¹⁹

Como vemos, este cuestionamiento a la actitud de la cancillería sigue la lógica que planteábamos anteriormente: "La Prensa" exige al gobierno argentino que "endurezca" su actitud frente a la subversión. Pero, además, esto se enmarca en un malestar más amplio sobre los lineamientos generales de la política exterior argentina en aquella época, en particular el sostenimiento de relaciones comerciales con la Unión Soviética y la participación de la Argentina en el grupo de países No Alineados, cuya representación fue otorgada en 1979 a Fidel Castro. Este tema vuelve a tocarse en la editorial escrita a raíz del discurso pronunciado por Fidel Castro en la Asamblea General de las Naciones Unidas, en la cual se afirma, haciendo gala de un positivismo y eurocentrismo propios de las clases dominantes argentinas, lo injustificable de "...*nuestra presencia en un bloque de países con la mayoría de los cuales no nos une el menor vínculo cultural o comercial, habida cuenta del notorio estado de atraso que padecen en todos los órdenes, y con los que nos separan en cambio opuestas tradiciones y enormes distancias geográficas...*". Pero lo que, sobre todo, resulta "inconcebible" es "...*el enrolamiento de la Argentina en una organización de naciones cuya representación,*

¹⁸ Editorial, "Incierto futuro de Nicaragua", *La Prensa*, 26-07-79

¹⁹ Editorial, "Débil actitud de la cancillería", *La Prensa*, 08-08-79

por mandato de los miembros que la componen, ejerce uno de los más conspicuos representantes de comunismo internacional... ”. Lo que resulta particularmente significativo es un párrafo posterior en el que se aprovecha para aludir a la visita de la CIDH (Comisión Interamericana de Derechos Humanos) a la Argentina, realizada en 1979, en la cual se recabaron más de cinco mil denuncias sobre las violaciones a los derechos humanos y que significó un hito en la lucha contra la dictadura militar y en su descrédito internacional:

Creemos llegada la hora de que nuestra política exterior retorne a su cauce tradicional (...). No será desde luego solicitando la venida de comisiones de organismos internacionales, para que dictaminen sobre la forma en que impartimos justicia y respetamos los derechos humanos, el modo apropiado de hacerlo. Por el contrario, como dijimos en otra ocasión anterior, la admisión de misiones de este tipo constituye la aceptación de una intolerable intervención extranjera en nuestros asuntos internos, lesiva de nuestra soberanía.²⁰

Esta indignación por lo que la editorial considera una “intolerable intervención extranjera” puede contraponerse con la constante apelación a una intervención norteamericana que vimos que se producía en el caso de Nicaragua, porque muestra los límites y contradicciones del pensamiento “liberal-conservador” de “La Prensa”: mientras para el país centroamericano se exige una intervención militar directa, se considera inadmisibles la visita de un organismo internacional que vele por los derechos humanos más básicos en la Argentina.

Mientras tanto, volviendo a nuestro tema, se siguen denunciando los maquiavélicos planes sandinistas. A dos meses del triunfo de la revolución, en una editorial del diario se señalan varios hechos “preocupantes” en Nicaragua: el envío de grupos de estudiantes a Cuba, la composición de “*comités de defensa civil*” en los barrios de Managua, “*cuya tarea es mantener informados a los servicios de seguridad sobre todos los aspectos de la vida cotidiana de los vecinos, forma disimulada de encubrir los actos de delación*”, la nueva ley de prensa, “*cuyo espíritu no difiere en absoluto de la vigente en Cuba*” y el voto

²⁰ Editorial, “Nuestra política exterior”, *La Prensa*, 21-10-79.

apoyando la propuesta de Cuba en la reunión de los No Alineados en el sentido de *"acentuar los vínculos de los Estados del tercer mundo con la Unión Soviética y agradecerle su ayuda"* todo lo cual permite concluir que *"pese a la elaborada discreción y cautela de sus primeros actos, el nuevo gobierno nicaragüense no ha podido ocultar una de sus simpatías más íntimas"*²¹. El 21 de noviembre ya se afirma que *"A medida que pasan las semanas se acentúa la penetración cubana en Nicaragua. El disimulo inicial ha desaparecido y la cautela inicial ya no existe. (...) Cuba iba preparando su infiltración y ésta es la hora en que sus agentes se han introducido en la administración pública, en el gobierno y en influyentes ámbitos privados"*²². El 23 de marzo de 1980, al mencionar una visita a Moscú por parte de una delegación de dirigentes sandinistas pertenecientes al gobierno, se concluye que *"No sería de extrañar que de las conversaciones de Moscú saliesen sugerencias susceptibles de adquirir muy pronto el carácter de nuevos actos definitorios del ámbito moscovita en el que ya está incluido el régimen de Managua"*²³.

Esta situación es enmarcada en un panorama internacional en que se estaría reeditando con fuerza la Guerra Fría y en el que la Unión Soviética *"afirma con creciente y peligrosa intensidad su expansión ideológica y política"* y la amenaza comunista constituye *"no ya una posibilidad remota sino una realidad evidente, y no tiene por escenario un alejado marco geográfico sino que está presente en muy bien delimitadas zonas de nuestro propio continente"*²⁴. Y esta expansión comunista se presenta como más preocupante en tanto se estaría centrandó en la propia América: *"...casi insensiblemente, el centro de la política internacional, que excluye la confrontación entre Estados Unidos y la Unión Soviética, se ha venido deslizando de Europa, Asia y África hacia el Caribe y América Central"*²⁵. En este sentido, el corresponsal de "La Prensa" en Estados Unidos cita varios sucesos que estarían indicando este corrimiento: la presencia militar soviética

²¹ Editorial, "Rumbo de la Revolución Nicaragüense", *La Prensa*, 29-09-79.

²² Editorial, "Penetración cubana en Nicaragua", *La Prensa*, 21-11-79.

²³ Editorial "Sandinistas en Moscú", *La Prensa*, 23-03-80.

²⁴ Editorial "Hora de decisión", *La Prensa*, 05-04-1980

²⁵ Editorial "Vacilante discurso de Carter", *La Prensa*, 05-10-79

en Cuba; la Revolución Sandinista en Nicaragua; la elección de Fidel Castro como representante de los países No Alineados y la repatriación del canal de Panamá.

Este contexto es el que volvería urgente una fuerte intervención norteamericana en América Central. Sin embargo, los Estados Unidos y su presidente Carter no parecieran advertir lo dramático de la situación. En la editorial del 26 de febrero se alerta sobre los peligros de la “impasividad” norteamericana frente al avance del “terrorismo” en América Central. Su accionar estaría limitado a la ayuda económica y a tomar contacto con los sectores moderados de la oposición, medidas que habrían mostrado su fracaso en Nicaragua, “...*aunque algunos funcionarios norteamericanos persisten en creer que hay posibilidad de rescate... (...)*”. El “*enfoque socioeconómico*” que le adjudican a la administración Carter no resolvería la cuestión porque “...*no son problemas domésticos los que estos países se debaten, sino manifestaciones de un fenómeno generalizado*”; esto es “*la infiltración bolchevique*” y “...*el ejercicio de la “revolución permanente” que perturba todas las actividades y especialmente la producción económica*”.²⁶

NICARAGUA “COMUNISTA” (ABRIL 1980-ABRIL 1982)

En abril de 1980 renuncian a la Junta de gobierno nicaragüense los representantes de los “sectores moderados” a los que apostaban las editoriales de “La Prensa”: Violeta Chamorro y Alfonso Robelo se alejan definitivamente del gobierno y pasan abiertamente a la oposición. A partir de ese momento, ya no quedará para los editorialistas de “La Prensa” argentina el menor indicio de duda acerca de la situación en Nicaragua, que en verdad ya estaba definida para ellos desde hacía varios meses atrás: Nicaragua constituirá plenamente una “nueva Cuba”, un enclave de la Unión Soviética en el continente americano.

Al momento de la renuncia de Violeta Chamorro, podemos leer en un artículo de Manfred Schönfeld que “*todavía no puede decirse que el telón haya caído sobre Nicaragua, pero de hecho se ve clara-*

²⁶ Editorial, “La política norteamericana en América Central”, *La Prensa*, 26-02-1980.

mente que desciende, que está descendiendo"²⁷. Es el momento de hacer un balance editorial sobre los preocupantes hechos que se vienen produciendo en Nicaragua:

El envío de niños nicaragüenses a Cuba; la presencia en Nicaragua de más de 1000 agentes del gobierno de la Habana, so pretexto de participar en una campaña de alfabetización (aunque en el fondo se trataba de un plan de captación ideológica), el dictado de una ley de prensa virtualmente calcada de las prescripciones soviéticas y castristas en la materia; la creación de "tribunales populares" para juzgar a los somocistas detenidos; el viaje a Moscú de una delegación sandinista...; el apoyo brindado por Nicaragua (único país que lo hizo) al proyecto presentado por Cuba en la última conferencia de los países no alineados, consistente en declarar su respaldo a la política internacional del Kremlin y, finalmente, la oposición de la delegación nicaragüense ante la ONU a la resolución que condenó la invasión soviética en Afganistán, fueron marcando paso a paso la inserción del gobierno sandinista de Managua en la órbita soviética.²⁸

En septiembre de 1980 es ajusticiado en Paraguay el ex dictador Anastasio Somoza²⁹ y estallan festejos en Managua. Ante el hecho, Schönfeld especula sobre las verdaderas intenciones del atentado, que estarían vinculadas con los oscuros intereses de la "*internacional terrorista*". Se afirma entonces que los "*fríos calculadores*" sandinistas y "*sus aliados de la red del terrorismo internacional*" habrían pergeñado el atentado contra Somoza para poner a prueba la fortaleza de la seguridad de la Paraguay de Stroessner. "*Los nicaragüenses no tienen por qué estar jubilosos. Ya Somoza era para ellos historia pasada. Lo que debe preocuparles es el presente y, aun más, el porvenir. Si está*

²⁷ Manfred Schönfeld, "El sandinismo requirió menos tiempo que el comunismo en el Este europeo para lanzarse a ocupar el poder", *La Prensa*, 23-4-80.

²⁸ Editorial "La renuncia de Violeta Chamorro", *La Prensa*, 24-04-1980.

²⁹ Más adelante se supo que este operativo estuvo en manos de un grupo de combatientes argentinos dirigidos por Enrique Gorriarán Merlo, que se habían escindido del E.R.P. en el exilio y se habían trasladado a Nicaragua para colaborar con el proceso revolucionario (Enrique Gorriarán Merlo, 2003)

*destinado a caer bajo la férula de los oscuros sicarios de la transnacional terrorista y de sus titiriteros, no diremos que llegará un día en que echen de menos a los Somoza, pero sí en que ansiarán la libertad...*³⁰

En octubre de 1980 vuelven a preocuparse por la situación interna en Nicaragua, ante la represión por parte del gobierno sandinista de una manifestación opositora en Bluefields, en la costa atlántica, que protestaba, según La Prensa, contra la presencia de “*maestros cubanos y asesores soviéticos*”. Es curioso cómo se refutan los argumentos del gobierno en función de una suerte de esencia inherente a los ciudadanos de Bluefields. En este sentido afirman que no puede haber habido incidentes o motines “*ya que las gentes de Bluefields son muy pacíficas*”, y en otro momento se afirma al pasar que “*el pueblo de Bluefields*” “*posee un grado más alto de cultura que el promedio de la población de Managua*”³¹ (donde los sandinistas eran más fuertes).

Para completar el cuadro, veamos cómo son caracterizados los partidarios del sandinismo. Si en el contexto de la lucha contra Somoza se le había reconocido al sandinismo cierto apoyo popular, ahora éste es negado rotundamente. Los sandinistas se sostendrían en el poder únicamente con la fuerza de las armas y sin consentimiento de la población. En agosto de 1981, Schönfeld afirma que “*en el país entero reina el descontento con el régimen, pero éste controla los principales resortes del poder, en particular los efectivos armados*”³². Unos meses más tarde, Juan Fercsey, corresponsal en Nicaragua, continúa en la misma línea: “*El pueblo nicaragüense, que combatió la dictadura de Somoza, quería democracia y no comunismo al estilo cubano soviético, una nueva tiranía que sofoca la disensión mediante campañas de terror*”³³.

Podemos interrogarnos sobre el concepto de “pueblo” utilizado en estos casos por los comentaristas de “La Prensa”. En general se reconoce que el apoyo popular al sandinismo en estos primeros años

³⁰ Manfred Schönfeld, “Acerca del tiranicidio, del crimen político y de la explotación de ambos por el terrorismo transnacional”, *La Prensa*, 19-09-80.

³¹ Juan Fercsey, “El régimen sandinista en Nicaragua ante la protesta de los “costeros” atlánticos contra cubanos y soviéticos”, *La Prensa*, 17-11-80.

³² Manfred Schönfeld, “Revista Internacional”, *La Prensa*, 23-08-81.

³³ Juan Fercsey, “Las “turbas divinas” y la preparación de un nuevo genocidio”, *La Prensa*, 20-11-81

fue muy fuerte. De hecho, cuando se convoque a elecciones en 1984 el sandinismo contará con el 67% de los votos, con una participación del 75% del padrón electoral. ¿Por qué se afirma entonces que "el pueblo" no apoyaba al gobierno? Creemos que se está utilizando una concepción restrictiva del término "pueblo". Podemos suponer que los "sectores populares" nicaragüenses no estaban incluidos y mucho menos si estos estaban encuadrados en las organizaciones del "Frente", y sí en cambio lo estaban las clases altas "educadas". Así cobra sentido la preocupación que veíamos por destacar el supuesto mayor grado cultural de los ciudadanos de Bluefields rebelados contra el poder central. Los partidarios sandinistas, por el contrario, serán retratados como "turbas" que obedecen "órdenes del gobierno". Véase, por ejemplo, la siguiente crónica aparecida en una editorial:

Los manifestantes, que en la ocasión aludida se congregaron frente a la redacción de la "La Prensa" [de Nicaragua], habían recibido orden de protestar contra los artículos "anti-gubernamentales" y "contrarrevolucionarios" del matutino. Cuando la turba oficialista, estimada en 1.000 individuos, amenazaba tomar por asalto "La Prensa", los guardias de ésta hicieron varios disparos, evitando así la irrupción de los manifestantes. En el tiroteo que se produjo resultaron heridos un camarógrafo de la televisión estatal y un miembro del "comité de defensa sandinista".³⁴

No solo se le niega toda legitimidad a la protesta sino que se justifican de esta manera los disparos realizados a mansalva por guardias privados del diario, acción que no solo no es condenada en esta Editorial sino que es presentada como una suerte de consecuencia natural de los hechos descriptos.

En esta etapa, como en las anteriores, la referencia la constituirán los círculos de oposición conservadores y, particularmente, el diario "La Prensa" de Managua y la familia Chamorro. Este diario opositor será tomado acriticamente como la principal fuente de información sobre lo que ocurre en el país, al mismo tiempo que es presentado como una suerte de baluarte de la "lucha contra la tiranía" Cuando

³⁴ Editorial, "La Prensa" de Managua", *La Prensa*, 27-01-82.

finalmente “La Prensa” deje de aparecer, en enero de 1982, esto será planteado de manera dramática para el futuro del país: “*En Nicaragua el sandinismo ha dado un paso más en su marcha hacia la instauración de un régimen totalitario comunista. Logró que “la Prensa” de Managua –uno de los últimos bastiones del periodismo independiente del país- suspendiese su aparición*”³⁵.

Paulatinamente, la situación interna del país irá cediendo paso a las denuncias sobre la “intervención” de Nicaragua en otros países de la región. En este sentido se realizará una doble operación. Por un lado, se construirá la imagen de Nicaragua como “invasora” de sus países vecinos colaborando con el “terrorismo” local, que es presentado como un fenómeno externo manipulado desde fuera. Por otro lado, Nicaragua aparece en esta función en tanto agente de Cuba y, en última instancia, de la Unión Soviética. Veamos sólo unos pocos ejemplos de lo que constituye una referencia permanente en las páginas de “La Prensa”. En una Editorial de enero de 1981 se afirma: “*El Salvador y Guatemala están incluidos en los planes agresivos de los comunistas nicaragüenses. Ya no es únicamente Cuba la que interfiere, sino también Nicaragua. Y ambas por orden de Moscú*”³⁶. A fines de ese mismo año, el corresponsal en Estados Unidos explica que “*nadie duda del papel decisivo de Nicaragua en el llamado “dominó” centroamericano. Las armas que llegan de Cuba pasan manos de los guerrilleros de El Salvador y Guatemala*”³⁷. También se los acusa de intervenir en conflictos internos costarricenses. En última instancia, esto tendría que ver con las características inherentes de los grupos guerrilleros, y en especial, su carácter de dependientes de “*intereses extranjeros*” y del “*verdadero imperialismo*”, esto es, del imperialismo soviético.

En este sentido, se insistirá en la urgencia de la intervención norteamericana pero se seguirá denunciando la falta de acción del gobierno de Carter³⁸. Con la elección de Reagan como presidente de los Estados

³⁵ Manfred Schönfeld, Revista de la Semana, *La Prensa*, 17-01-82

³⁶ Editorial, “La militarización de Nicaragua”, *La Prensa*, 31-01-81

³⁷ Guillermo Martínez Márquez, “Miembros de la SIP intentarán que cesen los ataques a “La Prensa” de Managua”, *La Prensa*, 31-10-81.

³⁸ Guillermo Martínez Márquez, “Contradicciones y debilidad, características del gobierno de Jimmy Carter”, *La Prensa*, 15-08-80

Unidos, en noviembre de 1980, se abrirán nuevas expectativas. Ante declaraciones del nuevo secretario de Estado, general Alexander Haig, Martínez Márquez aplaude el cambio de actitud del nuevo gobierno: *"Lo asombroso de la situación durante los últimos años es la miopía de la casa Blanca, en su inoportuna defensa de los derechos humanos. Valiente fue la respuesta del general [Haig] cuando dijo sin ambages que "la lucha contra el terrorismo ocupará el lugar de la campaña contra los violadores de los derechos humanos"*³⁹. En una nota de Schönfeld, en abril de 1981, se especifica el tipo de actitud que espera de los Estados Unidos: *"El error de no haber contribuido a tiempo a derrocar a Somoza puede enmendarse, pues, contribuyendo ahora al derrumbe de los sandinistas, así se desgañiten ciertos sectores de la OEA o del Pacto Andino."*⁴⁰. Sin embargo, con el correr de los meses comenzará a reinar la impaciencia ante la falta de medidas concretas⁴¹. En realidad, como vimos, Estados Unidos estaba asumiendo un rol central en la contrainsurgencia centroamericana, promoviendo la formación de un ejército contrarrevolucionario dirigido por ex guardias civiles somocistas. En los últimos meses del año 1981 comenzamos a encontrar referencias en el diario sobre la existencia de las milicias armadas contrarrevolucionarias, y se ensayan justificaciones:

Nicaragua se haya en estado previo a un estallido de descontento popular –probablemente armado- hacia el cual confluirán todas las fuerzas antitotalitarias del panorama político y que desde ya –se entiende- ha sido denunciado como "contrarrevolución" de ex elementos somocistas... (...) Lo importante es que no se trata de un retorno al somocismo que está liquidado, sino de una liberación del país del comunismo.⁴²

A su vez, las denuncias que el gobierno sandinista realiza en el sentido de que la "contra" estaría siendo abastecida y entrenada por

³⁹ Guillermo Martínez Márquez, "Coinciden el Departamento de Estado y el Pentágono en el enfoque del terrorismo internacional", *La Prensa*, 07-02-81

⁴⁰ Manfred Schönfeld, "Apoyar cierto tipo de dictaduras para derrotar las de otra índole: una grave responsabilidad hegemónica", *La Prensa*, 23-04-81

⁴¹ Manfred Schönfeld, "América Latina entre dos años", *La Prensa*, 02-01-82

⁴² Manfred Schönfeld, "'La Prensa' de Managua es víctima del régimen actual, como ayer lo fue del somocista, pero mantiene su digna valentía", *La Prensa*, 01-10-81

la Argentina y los Estados Unidos son descalificadas de cuajo: *“El régimen... se halla abocado a la necesidad de hacer frente a una creciente oposición interna. (...) En su desesperación el régimen... está ahora valiéndose del fantasma de la invasión” extranjera*⁴³. A fines de marzo de 1982, nuevamente se vuelven a descalificar las denuncias de Nicaragua sobre las actividades norteamericanas, las cuales son presentadas como un pretexto para fortalecer la represión interna⁴⁴.

CONCLUSIONES

Al analizar las concepciones que plantea el diario “La Prensa” en sus comentarios sobre la situación nicaragüense podemos encontrar elementos que conforman una visión coherente de la sociedad y sobre la realidad latinoamericana y mundial de aquel entonces. Elementos propios del liberalismo conservador de la burguesía argentina más tradicional son puestos en vigencia por la Doctrina de la Seguridad Nacional hegemónica en la Argentina dictatorial.

Por un lado, aparecen elementos que tienen que ver con la concepción que hemos caracterizado como “liberal conservadora”. “La Prensa” se erige a sí misma como defensora de la libertad y la democracia. Pero esta democracia, como planteábamos en el apartado anterior, alude a un sentido restringido del concepto “pueblo”. De esa manera, el movimiento antisomocista es mirado con buenos ojos siempre y cuando predominen en él los sectores conservadores representantes de la burguesía nicaragüense. Pero en tanto que el proceso parece ser liderado por el Frente Sandinista y se plantea la posibilidad de que el orden social sea trastocado, va a ser visto con profunda desconfianza. En este sentido, para el diario no hay contradicción en apelar a una invasión norteamericana para restablecer la “libertad” nicaragüense, así como nunca hubo contradicción en apelar a los golpes de Estado militares para restablecer “la democracia” en la Argentina.

Pero además estas visiones se complementan con la apelación a una imagen del mundo durante la guerra fría en la que el centro de

⁴³ Sin firma, “Revista Internacional”, *La Prensa*, 07-02-82

⁴⁴ Manfred, Schönfeld, “Revista Internacional”, *La Prensa*, 23-03-82

la escena es ocupado por el conflicto entre los valores occidentales y el comunismo. Sus planteos sobre el lugar que Nicaragua ocupa en el mundo y sobre el papel de los Estados Unidos y la Argentina allí deben ser entendidos desde esta perspectiva. Podríamos sintetizar en cinco puntos sus principales concepciones: 1. El sandinismo, cada vez más es identificado como "comunismo", y va a ser proyectado como una fuerza exógena a la sociedad Nicaragüense. Si bien en un principio se le reconoce apoyo popular, muy pronto se eliminará toda referencia a esto y no se les reconocerá la menor legitimidad. El diario "La Prensa" de Nicaragua y los círculos conservadores son quienes ocuparán el indiscutible lugar de representantes de la voluntad de "la sociedad" nicaragüense, mientras toda movilización a favor del sandinismo es descalificada. Obviamente, no se hace referencia a las políticas sociales del sandinismo en áreas como salud o educación. 2. Se puede percibir, desde el comienzo mismo, una constante atención a las relaciones del sandinismo con la Unión Soviética, hasta en los menores detalles. Con el correr del tiempo, se le adjudicará al gobierno nicaragüense el carácter de "títere" de la Unión Soviética a través del que se caracteriza como su principal agente en Latinoamérica: el gobierno cubano. 3. El sandinismo se torna, entonces, en una directa amenaza contra el orden occidental. Se lo acusará de impulsar la insurgencia en los países vecinos mediante el envío de armamentos. También despertará alarma la relación con "terroristas" argentinos. 4. Es a Estados Unidos a quien corresponde, por su liderazgo entre los países occidentales, una intervención directa en el conflicto en Nicaragua y Centroamérica para frenar esta amenaza. En un comienzo se pedirá con todas las letras una intervención militar y se continuará exigiendo medidas más drásticas durante todo el período. La administración Carter es considerada como insuficientemente firme en la arena internacional y se cuestiona su política de Derechos Humanos. Cuando asuma Reagan como presidente de los Estados Unidos, las expectativas serán más favorables. 5. Pero no solo se apela al gobierno norteamericano sino también a la Junta Militar argentina. Permanentemente se le exigirá una participación más activa en el conflicto centroamericano, así como el abandono del bloque de países No Alineados. Paradójicamente, cuando el

sandinismo denuncie las actividades norteamericanas y argentinas en la región, impulsando la formación de grupos armados contrarrevolucionarios, estas denuncias serán descalificadas y se las presentará como “excusas” del gobierno revolucionario para fortalecer la represión interna. Esto es coherente con el carácter clandestino que tuvo el apoyo a los “contras” por parte de estos países, y en consonancia con el carácter clandestino de la represión en Argentina en aquellos años.

Vemos entonces un sustrato ideológico común entre las Fuerzas Armadas argentinas y la línea editorial del diario “La Prensa”, justificador de la intervención en asuntos internos de otros países y coincidente con los grandes lineamientos de la visión norteamericana durante la guerra fría, los cuales serán reforzados por la elección de Reagan a la presidencia en noviembre de 1980. Esto nos recuerda que la dictadura militar argentina no fue un suceso aislado protagonizado por sujetos desvinculados de la sociedad, sino que se correspondió con los intereses y concepciones político-ideológicas de buena parte de las clases dominantes locales. La participación de los militares argentinos en la formación de grupos armados contrarrevolucionarios en Nicaragua, dirigidos por ex oficiales de la Guardia Civil somocista y financiados por el gobierno norteamericano, debería ser comprendida también en el marco de estas concepciones. La organización de la “contra” y la permanente “guerra de baja intensidad” mediante la cual el gobierno de Reagan se propuso desgastar al sandinismo desde todos los ángulos (económico, político, militar), además de dejar en Nicaragua un saldo de miles de muertos y tremendos daños materiales, terminó por desgastar el proyecto revolucionario del sandinismo y abrió un camino que culminará con su caída en elecciones libres en 1990.

REFERENCIAS

ANTOGNAZZI, I. y LEMOS, M. F. **Nicaragua, el ojo del huracán revolucionario**. Buenos Aires: Nuestra América Editorial, 2006.

ARMONY, A. **La Argentina, los Estados Unidos y la cruzada anticomunista en América Central, 1977-1984**. Buenos Aires: UNQ, 1999.

BLAUSTEIN, E. y ZUBIETA, M. **Decíamos ayer**. La prensa argentina bajo el proceso. Buenos Aires: Ed. Colihue, 1998.

BOTANA, N. **El orden conservador**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998 (1977).

Diario "La Prensa" de Buenos Aires. **Por defender la libertad**. México: Ediciones Botas, 1952.

DÍAZ, C. L. **El diario "La Prensa"**: actor político gravitante en el golpe del '30. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1999.

_____. **La cuenta regresiva**. La construcción periodística del golpe de Estado de 1976. Buenos Aires: La Crujía Ed, 2002.

DUHALDE, E. L. **El Estado terrorista argentino**. Buenos Aires: El caballito, 1983.

GARCIA, A. **La Doctrina de la Seguridad Nacional** (vol. 1 y 2). Buenos Aires: CEAL, 1991.

GORRIARÁN MERLO, E. **Memorias de Enrique Gorriarán Merlo**. De los Setenta a La Tablada. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2003.

HEREDIA, M. Política y liberalismo conservador a través de las editoriales de la prensa tradicional en los años '70 y '90. En: LEVY B. (comp.) **Crisis y conflicto en el capitalismo latinoamericano**: lecturas políticas. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

MALHARRO, M. y LÓPEZ GIJSBERTS, D. **La tipografía de plomo**. Los grandes medios gráficos de la Argentina y su línea editorial durante 1976-1983. La Plata: Ed. de Periodismo y Comunicación UNLP, 2003.

MIRES, F. **La rebelión permanente**. Las revoluciones sociales en América Latina, México D.F.: Siglo Veintiuno Ed., 1988.

PANELLA, C. (Comp.) **La prensa y el peronismo: crítica, conflicto, expropiación**. La Plata: Ediciones de Periodismo y Comunicación, UNLP, 1999.

PORTANTIERO, J. C. Economía y política en la crisis argentina (1958-1973). **Rev. Mex. de Sociología** v. 29 n. 2, p. 531-565, 1977.

QUIROGA, H. **El tiempo del "Proceso"**. Conflictos y coincidencias entre políticos y militares 1976-1983. Rosario: Editorial Fundación Ross, 1994.

ROMERO, J. L. **Las ideas políticas en Argentina.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1992 (1956).

SALINAS, J., VILLALONGA, J. **Gorriarán. La Tablada y las guerras de inteligencia en América Latina.** Buenos Aires: Ed. Mangin, 1993.

SIDICARO, R. **La política mirada desde arriba.** Las ideas del diario "La Nación" 1909-1989; Buenos Aires: ed. Sudamericana, 1993.

_____. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el "proceso" en perspectiva comparada. En PUCCIARELLI, A. (Coord.) **Empresarios, tecnócratas y militares.** La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

ULANOVSKY, C. **Paren las rotativas: Diarios, revistas y periodistas 1970-2000.** Buenos Aires: Emece Editores, 2005.

VILAS, C. **Perfiles de la revolución sandinista.** Buenos Aires: Ed. Legasa, 1984.

NEOFASCISMO NORTE-AMERICANO: UM OLHAR SOBRE O CONCEITO E O FENÔMENO

Tatiana Poggi^{1}*

Boom. Explode o prédio federal Alfred Murrah em Oklahoma City. O ano é 1995 e em 19 de abril e os EUA presenciam estarecidos o caso mais chocante de terrorismo doméstico. O atentado provocado por Timothy McVeigh, jovem de 27 anos com fortes ligações a milícias paramilitares autodenominadas patriotas, explode o prédio do governo matando 167 pessoas e ferindo outras 650 (BERLET & LYONS, 2000, p. 1). Adepto de ideologia neofascista e fervoroso militante, McVeigh decide pelo atentado como forma de protesto contra o que acreditava ser o prelúdio da instauração de uma Nova Ordem Mundial, teoria segundo a qual a soberania norte-americana seria posta em xeque pela imposição de um sistema coletivo liderado pela ONU (BERLET & LYONS, 2000, p. 287-301).

O incidente em Oklahoma City trouxe a tona um debate por muitos esquecido ou propositalmente silenciado, tido mesmo como morto. Coisa do passado, ligado ao contexto da Segunda Guerra Mundial, o debate em torno do fascismo pouco avançou para além das fronteiras das décadas de 1920, 1930 e médio 1940, passando perigosamente a impressão

^{1*}Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social – UFF. Bolsista CNPq.

de ser este um fenômeno datado. O atentado de Oklahoma veio como um choque de realidade, ainda que tardio, demonstrando o fato de que o fascismo teima em bater a porta do século XXI. Como entender, então, Timothy McVeigh, as milícias e outras manifestações neofascistas? Fenômenos esporádicos? Anomalias sociais? Reminiscências do passado, frutos da nostalgia? Ou frutos de causas mais profundas, estruturais?

O debate proposto neste artigo tem como objetivo tentar responder a tais perguntas, enfocando a importância do estudo do fascismo em nossos dias, em especial seu desenvolvimento deste nos Estados Unidos da América. Para tal, procurarei primeiramente analisar alguns estudos sobre a temática, suas propostas de entendimento do fenômeno e construção de conceitos e, posteriormente, destacar alguns aspectos peculiares ao neofascismo nos EUA.

Mais do que a simples reprodução do fenômeno do entre guerras ou movimento marginal ou organização política de monstros ensandecidos, considero o fascismo uma ideologia e um projeto político específico dentro do âmbito do pensamento conservador², estando ain-

² O sentido de pensamento conservador ou conservadorismo utilizado nesta tese está embasado nas discussões sobre tradição e autoritarismo contidas em: MAYER (1987), GINZBURG (1989), ANDRADE, J. O processo de modernização conservadora na Alemanha e suas repercussões sociais na transição para o século XX. In: *Cadernos de História*. Vol.IV. n.2. ano 2.p. 150-166, HOBSBAWM (1997). Os autores sublinham aspectos de continuidade da tradição – principalmente a nível mental, mas também material – no mundo contemporâneo. Tais reminiscências, poderosíssimos pontos de inércia que teimam em permanecer mesmo em meio a cenários de mudança profunda, podem ser identificadas de forma mais ou menos explícita, conforme a correlação de forças da sociedade em questão. À permanência de sinais do passado, enfatizada por Ginzburg, Hobsbawm acrescenta a ideia da reconfiguração e até da invenção de tradições, visando inculcar certos valores e normas de comportamento, através do resgate e reconfiguração de elementos do passado constantemente repetidos. As análises de Mayer mostram que quanto maior o capital econômico, político e cultural de setores aristocráticos, comprometidos com a tradição, maior a subordinação e o poder de penetração de ideais conservadores em setores comprometidos com a mudança e o progresso. Segundo Andrade, esses ideais se expressariam na forma de uma relativa assimilação de mentalidade autoritária, hierarquizada e militarizada além de valores éticos, políticos e estéticos tradicionais, pautados na honra, disciplina, lealdade, obediência e coragem. Nesse sentido, entendo o fascismo como conservador, mas não reacionário, posto que não visava um retorno efetivo ou reconstrução de um modelo de sociedade passada.

da fortemente ligado às mudanças no seio do capitalismo no país ou região em que este movimento se desenvolve. Buscarei, então, tratar essas manifestações enquanto vozes contra-hegemônicas crescentes existentes no sistema, alertando desde já para o fato de que esta visão é ainda hoje compartilhada por muito poucos estudiosos da área.

ALGUMAS NOTAS SOBRE A DISCUSSÃO TEÓRICA EM TORNO DO NEOFASCISMO NORTE-AMERICANO

Como resultado das leituras feitas até o momento, pude perceber que a imensa maioria dos que se dedicam ao estudo do neofascismo norte-americano é composta por sociólogos e jornalistas, desenvolvendo trabalhos bastante descritivos, como numa tentativa desesperada de mapear algo que fora por tanto tempo por muitos erroneamente negligenciado.³ O que se encontra, com exceções naturalmente, é um conjunto incrivelmente interessante de trabalhos que se assemelham a manuais, contendo um mapeamento muito bem feito de uma série de organizações neofascistas, um breve histórico das mesmas, rápida biografia de seus líderes e muitos, muitos depoimentos orais. Vez ou outra, arriscam-se esses autores a tirar pequenas conclusões, em defender timidamente suas hipóteses, como no trabalho de Dobratz e Shanks-Meile (2000), no qual as autoras defendem a qualidade separatista, e não supremacista, do movimento branco. Fica a impressão de que estão sempre com medo de analisar a fundo a questão do neofascismo, tateando cuidadosamente o terreno novo, não apenas porque pouco estudado, mas porque presente temporalmente.

Não posso dizer que isso não tenha dificultado minha jornada na pesquisa, mas acredito que tal realidade instigará ainda mais a curiosidade e me impulsionará ainda mais na tentativa de estabelecer, mesmo passível de inúmeras críticas posteriores, uma explicação sistêmica para o fenômeno.

As pesquisas de Dobratz e Shanks-Meile (2000), Ridgeway

³ Ver: DOBRATZ, B. & SHANKS-MEILE (2000), RIDGEWAY (1995), RYAN (2004).

(1995) e Ryan (2004), embora limitadas em termos de análise e construção de hipóteses são importantes no sentido em que apresentam um quadro amplo de movimentos conservadores – dos quais nem todos eu caracterizaria como fascista ou neofascista – permeados por autoritarismo, racismo e moralismo. Com relação aos EUA em particular os dois primeiros autores nos dão a dimensão de quão antigas e históricas são essas expressões de autoritarismo, racismo e tradicionalismo. Ridgeway constrói no prólogo de seu livro um quadro temporal, contendo um histórico das organizações fundadas em torno da expansão do racismo nos EUA desde o fim do XIX até 1990. O quadro “rede do racismo” auxiliou bastante a pensar sobre o histórico do fascismo nos EUA e até mesmo se todas as organizações nele mencionadas seriam realmente fascistas. De qualquer maneira, comecei a observar como certos elementos como racismo, antissemitismo e anticomunismo – infelizmente – eram expressões recorrentes em eventos e movimentos sociais ao longo da história dos EUA. Apesar de nem sempre aparecerem associados ao fascismo, tais elementos revelam qualidades próprias, nacionais do fascismo norte-americano.

Outros estudos, mesmo contendo ainda alguns longos momentos descritivos, se encaminham numa direção mais promissora e ainda que não desenvolvam a fundo uma perspectiva sistêmica, ou seja, levando em consideração que essas organizações e o movimento neofascista norte-americano ocorrem no interior de um país capitalista em estágio avançado, já os consideram como parte de uma dada ordem, parte constituinte do sistema político.⁴

Há de se considerar, portanto, dois pontos primordiais que irão delimitar as particularidades do neofascismo: primeira e obviamente que este se dá em um determinado lugar, no caso os EUA, e posteriormente como funcionam as relações sociais neste lugar aonde os movimentos irão se desenvolver, neste caso relações sociais capitalistas em estágio avançado.

O sociólogo Jerome Himmelstein (1990) em importante trabalho sobre as transformações no pensamento conservador norte-americano nos alerta já na introdução de seu livro *To the Right: the transfor-*

⁴ Ver: HIMMELSTEIN (1990); BERLET & LYONS, (2000), DIAMOND (1995).

mation of American conservatism’ para o perigo de se entender não apenas o neofascismo, mas também tantas outras tendências políticas ditas ‘radicais’, como “perturbações episódicas da vida política Americana, um grito fútil de protesto contra mudanças sociais inexoráveis, uma resposta emocional transitória ao deslocamento social” (HIMMELSTEIN, 1990, p. 2). Himmelstein (1990) argumenta, e com ele concordo, que análises desse tipo são um tanto problemáticas exatamente porque ao tratar tais movimentos como eventos episódicos, retira-se deles a sua substância, seu poder organizativo em torno de um projeto fundamentado e bem definido. A simples gritos fúteis e desesperados de protesto faltam organização, forma e direcionamento claro. Outro problema, para além do menosprezo pelo discurso de oposição, é a ideia implícita de uma norma, um centro, certa realidade básica da qual esses movimentos não participariam, a existência de uma regra da qual fugiriam. Este centro ou matriz normativa fora por muitos identificado no pacto social-democrata do Estado reformista norte-americano, no consenso fruto da negociação entre as clássicas posições antagônicas. E é com base nesse pensamento que Daniel Bell escreve convencido no início da década de 1960 que “a era das ideologias terminou” (BELL, 1965, p. 402-403).

Com respeito a um viés interpretativo bastante parecido Chip Berlet e Mathew Lyons (2000) falam ainda sobre o modelo *centrist/extremist*, segundo o qual o sistema político norte-americano seria essencialmente livre e democrático, que este seria essencialmente pragmático, racional e tolerante, sendo esta essência constantemente ameaçada por extremistas da direita e da esquerda (BERLET & LYONS, 2000, p. 14). Em linha bastante similar, tem-se também aqui novamente a ideia de que as manifestações neofascistas, por exemplo, seriam algo externo, disfunções da norma, comprometendo o bom funcionamento do sistema social pré-determinado.

Influenciadas pelo pensamento funcionalista, tais análises dominaram a sociologia norte-americana dos anos da guerra até meados da década de 60. Dentre tantos adeptos, Himmelstein (1990) identifica alguns expoentes como Talcott Parsons, Seymour Martin Lipset, David Riesman, Nathan Glazer, Richard Hofstadler e Daniel Bell.

Críticos desse viés interpretativo, muitos pesquisadores dentre os quais destacamos os acima citados Himmelstein (1990), Berlet, Lynos (2000) e Sara Diamond (1995) já constroem suas argumentações entendendo o neoliberalismo, no caso do primeiro, e também o neofascismo, nos casos dos últimos, como parte integrante e constituinte do sistema político norte-americano. Na procura pelo entendimento das origens da chamada *New Right*, Himmelstein (1990) busca estabelecer as continuidades históricas de todo um movimento de oposição ao *New Deal* e as reformas advindas da emergência de um Estado reformista. Muito mais que um histórico dos conflitos políticos nos EUA, o autor procura entender o surgimento e desenvolvimento da *New Right* como fruto de uma realidade social marcada por uma série de transformações não apenas políticas, mas também sociais, econômicas e culturais.

Com uma proposta mais ambiciosa, Sara Diamond (1995) se dedica ao estudo comparativo de todo o tipo de movimentos conservadores ou em suas palavras movimentos da direita (*right-wing movements*) desde a década de 1940 até o tempo presente. De acordo com sua análise, a autora destaca basicamente três grandes e distintas categorias de movimento: o movimento conservador, profundamente anticomunista e desde década de 70, já conhecido como *New Right*, marcado também por forte ênfase no tradicionalismo moral; a direita racista (*Racist Right*), composta por organizações como a clássica *Ku Klux Klan*, as milícias paramilitares, entre outros adeptos do separatismo branco; a direita cristã (*Christian Right*) organização política de setores religiosos cristãos em torno da defesa do patriarcalismo e da moral tradicional.

Seu estudo comparativo torna-se particularmente interessante por estabelecer não apenas as relações entre os movimentos das diferentes categorias entre si, mas por analisar a interação destes com agências governamentais ao longo do tempo. Apesar da larga delimitação temática e temporal, o trabalho desenvolvido por Diamond (1995) é de veras relevante por enfatizar a historicidade dos “movimentos de direita” e principalmente por desvendar interessantíssimas relações entre as diversas organizações entre si e entre estas e o poder público.

Berlet e Lyons (2000), com os olhos mais voltados para a problemática do neofascismo, também criticam as interpretações de fundo funcionalista, alegando que estas obscurecem o fato de que a intolerância, assim como a criação de ‘bodes expiatórios’ (*scapegoating*) estão profundamente enraizados na sociedade e nos sistemas políticos (BERLET & LYONS, 2000, p. 14). Pretendo seguir esta proposta dos autores, abraçada igualmente por outros estudiosos como Niel Altman e Johanna Tiemann (2005), pois como eles também acredito que muito das particularidades do neofascismo norte-americano podem ser melhor entendidas se tivermos em conta certos aspectos incutidos na história dessa sociedade como, por exemplo, o preconceito racial dado o passado de discriminação e subordinação racial deste país. Soma-se a isso uma história repleta de virulentos episódios de anticomunismo e autoritarismo.

Berlet e Lyons (2000) se debruçam, então, em uma atividade de mapeamento das tendências conservadoras, ou como colocado por eles, um mapeamento da direita nos EUA, com vistas a compreender o lugar do neofascismo no sistema político atual assim como suas relações com outros estratos da “direita”.

Ao longo de sua tarefa na busca de definir e nomear tantas tendências, observei que os autores, assim como Diamond (1995), não fazem uso dos termos fascismo e neofascismo. E se a última os classifica como “direita racista”, Berlet e Lyons (2000) propõem o conceito “populismo de direita” (*right-wing populism*). Na introdução de seu livro, os autores definem o movimento populista de direita como um dos tipos de movimento populista repressivo. Esse último combinaria um contraditório sentimento antielitista com esforços visando manter ou intensificar sistemas sociais baseados na desigualdade. Movimentos populistas repressivos seriam, segundo os autores, em grande parte impulsionados pelo descontentamento coletivo com relação a sua própria opressão, mas que ao invés deste ser canalizado na direção de mudanças sociais que revertam esse quadro, se concentra na revolta contra grupos sociais ainda mais oprimidos e não necessariamente ligados à sua condição de infortúnio, os “bodes expiatórios” (*scapegoat*). Os movimentos populistas de direita

conteriam todos esses elementos acima aliados a uma reação aos movimentos libertários, reformas sociais ou revolução. Ainda assim, o que entendemos a partir do debate acima como fascismo em sua especificidade, é considerado por Berlet e Lyons (2000) como o estrato mais violento do populismo de direita.⁵

Ao final desta breve explicação do conceito, o leitor atento pode perceber que se encontram misturados diversos conceitos como fascismo, populismo de extrema direita, políticas totalitárias e massa. O pouco cuidado de Berlet e Lyons (2000) com a mistura de termos que não são somente termos, mas conceitos, fruto cada um de intenso debate, não parece muito acadêmico além de não facilitar o entendimento para o leitor do próprio conceito ‘populismo de direita’ e o porquê da opção dos autores pelo mesmo e não por conceitos mais clássicos. Além disso, a ideia de ‘populismo de direita’ contém muitas das características enfatizadas nas seções acima como pertencentes ao fascismo, o que me faz mesmo indagar sobre a necessidade da criação de um novo conceito. Em momento algum no texto os autores deixam claro a razão pela qual rejeitam o conceito. Outro problema igualmente grave é que, sendo o fascismo considerado um último estrato do populismo de direita, os autores retiram deste sua especificidade enquanto formação ideológica, passando a ser uma gradação, uma forma mais violenta de uma mesma formação político-ideológica, o populismo de direita. Como já visto anteriormente, fascismo não se coloca apenas contra movimentos reformistas e revolucionários, mas também contra as tendências liberais ou qualquer outra que tolere de alguma forma discursos divergentes.

Também não há uma discussão contundente sobre o conceito de populismo. Os autores admitem a grande confusão em torno do termo ‘populismo’, acredito eu por conta do extenso debate e diferentes usos do conceito. Mas não obstante as dificuldades admitidas, Berlet e Lyons (2000) fazem uso do termo e constroem um conceito a partir

⁵ Berlet e Lyons ainda ressaltam que o termo ‘direita’ requer atenção especial, não devendo ser confundido como um sinônimo para ‘conservador’ ou ‘reacionário’, uma vez que muitos movimentos considerados populistas de direita advogam algum tipo de mudança social à sua maneira, é claro.

dele apresentando o debate de forma muitíssimo limitada. Em uma única página eles citam apenas duas referências: Margaret Canovan e Michael Kazin.

A primeira seria considerada como autora de um dos poucos estudos profundos sobre a temática, mapeando as diversas expressões de populismo, qualificando como tal desde os movimentos agraristas do XIX (*U.S. People's Party*, os *narodniki* russos e os movimentos camponeses europeus do entreguerras) até os populismos latino-americanos, políticos com propostas apelativas e a reação de grupos supremacistas brancos à conquista dos direitos civis. O que uniria todos esses movimentos, segundo Canovan, é que todos “envolvem algum tipo de exaltação do ou apelo ao ‘povo’ e todos são em alguma medida antilítistas (CANOVAN, apud BERLET & LYONS, 2000, p. 4)”. Sem desprezar o esforço de Canovan, o diagnóstico de Berlet e Lyons (2000) sobre o debate teórico-conceitual do populismo me parece equivocado, haja vista a quantidade de obras expressivas e profundas⁶. Além disso, já se viu esta tentativa de construção de um conceito *lato* e a-histórico de populismo no trabalho bem mais conhecido de Ernesto Laclau (1977), escrito nos anos 1970 e, portanto, quase uma década antes ao da autora.

O segundo e último autor de referência traz um conceito ainda mais aberto de populismo, considerando este um estilo de organização, sendo observado em movimentos da ‘direita’, da ‘esquerda’ e de ‘centro’. Acredito que tenha sido esta flexibilidade que tenha chamado a atenção de Berlet e Lyons (2000) e os motivado a se inspirar no conceito. Contudo, o conceito de Kazin é tão largo que inclusive fica difícil encontrar movimento social que não se encaixe em sua categoria de populismo. Abaixo se pode ver como Berlet e Lyons descrevem o conceito de Kazin.

Percebi ainda que o populismo de direita, apesar de amplamente usado no decorrer do texto, simplesmente não aparece em nenhuma das subdivisões propostas ao longo do desenvolvimento do tal “mapa da direita”! O mapa, por sua vez, é criado sem nenhum tipo de interlocução com especialistas na temática, nem mesmo como forma de

⁶ Sobre o conceito de populismo ver: GERMANI & DI TELLA (1973), LACLAU (1977), JIMENEZ (1997), IANNI (1975), CORDOVA (1974).

respaldo a sua proposta. Assim, saltam aos nossos olhos uma infinidade de categorias: a direita reacionária, procurando voltar o relógio em direção a um passado idealizado; o conservadorismo, enfatizando estabilidade e ordem além de tradicionalismo moral e livre mercado; o ultraconservadorismo, como uma gradação do exposto anteriormente; a direita cristã (*Christian Right*), podendo estar presente em quaisquer dos setores caracteriza-se por interpretações religiosas acerca de questões culturais, sociais e econômicas; e finalmente a *Hard Right*, de abordagem política mais inflexível, rejeitando abertamente o discurso pluralista e encontrando adeptos entre os ultraconservadores e a extrema direita (*Far Right*) (BERLET & LYONS, 2000, p. 16). Confesso que achei meio confuso, mas ao final do livro existe um apêndice intitulado: *Sectors of the U.S. Right active in the year 2000* (setores da direita norte-americana ativos no ano 2000). Pensei comigo: “Ótimo, vamos ver se as coisas ficam mais claras.” Nada feito!

No apêndice nos deparamos com ainda mais categorias. Iniciando com a divisão básica entre ‘conservadores’ (*conservatives*) e ‘direita inflexível’ (*hard-right*), o sistema inclui as subcategorias ‘direita secular’ e ‘direita cristã’, além de existirem ainda categorias menores contidas em cada uma das subcategorias como: corporações internacionalistas, empresários nacionalistas, economistas liberais, militaristas encarregados da segurança nacional, neoconservadores (conservadores seculares); cristãos nacionalistas (conservadores cristãos); Paleoconservadores, patriotas populistas regressivos, supremacistas brancos, extrema direita (direita inflexível e xenófoba); teocratas cristãos (direita inflexível cristã).

Ao analisar sua proposta mais de perto, me deparei com um quadro tão imenso de possibilidades, que mais do que ajudar, confunde. Contudo, existem ainda elementos mais problemáticos do que a mera quantidade. Observando as subdivisões propostas, notei que estas são geradas com base em divergências puramente políticas, como se um dado posicionamento político, não fosse reflexo de toda uma visão de mundo, ou seja, de um certo direcionamento ideológico. Muitos dos originalmente incluídos em categorias como a direita cristã e os ultraconservadores podem pertencer também a outras como a *Hard Right*.

Não fica claro igualmente o lugar dos adeptos do neoliberalismo. Não seriam eles parte da ‘direita’? É de extrema relevância a iniciativa dos autores em diferenciar os diversos setores políticos da “direita” e louvável seu esforço na construção e definição das categorias. Entretanto, o resultado parece um tanto confuso e mal fundamentado, me fazendo optar pelo uso de categorias mais clássicas como (neo)fascismo, (neo) liberalismo, socialdemocracia e outros tipos de reformismo, etc.

Não obstante às críticas com relação aos três trabalhos acima mencionados, reconheço sua importância em diversos sentidos. Primeiramente, por desenvolverem um trabalho detalhado e primoroso com respeito ao desvendar de uma diversidade de organizações, seus líderes e materiais produzidos. Finalmente, por enfatizarem o aspecto histórico dos movimentos e das organizações neoliberais e fascistas, buscando as origens de suas reivindicações nas transformações sociais da sociedade norte-americana e ressaltando os conflitos entre si e entre outras tendências políticas. Por esta razão, ainda que não tenham desenvolvido uma perspectiva classista ou análises profundas sobre os efeitos das mudanças do sistema capitalista norte-americano com relação aos movimentos que se propõem a analisar, reconhecemos que Berlet e Lyons (2000), Diamond (1995) e Himmelstein (1990) engendram interpretações mais interessantes do que mera revitalização do totalitarismo feita por James Gregor (2006), um dos raros historiadores de formação a se interessar pela temática, ou as lutas desconexas pós-modernas propostas por Manuel Castells.

Gregor (2006) começa o livro atentado o contexto em que surgem as primeiras investigações sobre neofascismo. Durante a década de 1980 iniciara o surgimento de certo desconforto em especial na Europa, mas também nos EUA, por conta do aumento dos incidentes de xenofobia, frequentes ataques a imigrantes, e antissemitismo bem como manifestações crescentes de *skinheads* e outros grupos racistas. Todas essas expressões de intolerância e violência foram identificadas como evidências do crescimento da influência de grupos de “extrema direita” no mundo, caracterizadas indiscriminadamente como fascistas. O historiador observou que muitas vezes ocorriam análises precipitadas, pouco cuidadosas, definindo como neofascista todo o tipo de

expressão de ódio (*hate speech*), como preconceito racial, violência étnica ou contra estrangeiros.

Aponta, assim, problemas importantes no campo do neofascismo, por exemplo: a falta de uma discussão conceitual sobre os termos usados; o porquê da preferência de tantos autores por conceitos largos como o binômio “direita/esquerda” e consequentemente a recusa por parte dos mesmos em usar “neofascismo”; a urgência em admitirmos que o fascismo não ficou no passado, mas bate a nossa porta e precisa ser propriamente conceituado; etc O debate é contundente e, nesse aspecto, estou de pleno acordo com o autor, pois são também minhas as inquietações colocadas pelo autor. Apesar de ele e eu chegarmos a conclusões e explicações bem diferentes para o fenômeno, foram justamente elas que me levaram a escrever este artigo.

A hipótese e o conceito de neofascismo defendido por Gregor (2006) se baseia nas ideias formuladas por Hannah Arendt (1989) acerca do totalitarismo. A semelhança de Arendt (1989), o autor critica a dicotomia extrema esquerda/extrema direita exatamente para afirmar a impossibilidade de grandes linhas distinção. Estabelece, também similarmente à autora referencia, comparações entre o stalinismo, o maoísmo e os fascismos alemão e italiano. Os conceitos de fascismo e neofascismo, portanto, são construídos em torno de alguns elementos-chave: caráter antidemocrático, liderança carismática, unipartidarismo, emprego da violência e busca da resolução dos conflitos por meio da guerra.

Crítico contundente do marxismo e das interpretações tanto do fascismo quanto do neofascismo influenciadas por esta corrente teórica, Gregor (2006) é ácido e desrespeitoso na construção da crítica. Ao subjugar seus interlocutores dessa forma, o autor acaba mesmo desqualificando sua própria contra-argumentação, pois beirando a posição oposta a estupidez não há de ser muito difícil derrubá-la, qualquer argumento por mais fraco é suficiente. Além disso, para um trabalho escrito em 2006 alegar que não haja na literatura marxista uma revisão sobre os crimes cometidos durante o stalinismo, bem como a existência de campos de trabalho forçado, tortura e assassinatos, ocorridos não somente na URSS, mas no bloco socialista como um todo, é no mínimo um profundo desconhecimento.

Somos informados à beira do século XXI que o fascismo chega ao poder pela convivência do *establishment* e continua a aumentar os lucros do capitalismo pela exploração dos trabalhadores. (...) A ordem fascista exacerba a alienação e a exploração e produz contradições sociais que somente a violência ou a revolução podem resolver. Encontramos-nos novamente na infância dos estudos sobre fascismo. Não está claro como tais noções fornecem qualquer contribuição para explicar o que seria o neofascismo (...) O fato da quantidade de assassinatos em massa na União Soviética, China e Camboja exceder os do fascismo não é explicada nem sequer mencionada. Todo este problema é relegado como discussão desnecessária. (Idem, p. 23-24).

O contexto do fim da Guerra Fria e falência do sistema soviético certamente ajudou a corroborar a tese reavivada por Gregor, a ponto deste afirmar: “By the early 1990’s, it was clear to specialists that the distinction between Fascism, National Socialism, and the varieties of Marxism-Leninism was not at all obvious (Idem. *ibidem*, p. 22).” Ainda assim, a pesquisa de Gregor (2006) traz debates interessantes. Ele procura resgatar argumentos de autores referência na discussão tanto do fascismo quanto das recentes tentativas de análise do neofascismo, se posicionando perante as mesmas de forma construir sua contra-argumentação.

Ao final do capítulo de debate teórico, Gregor (2006) chega a mencionar as propostas pós-modernas para entendimento do neofascismo. O historiador norte-americano cita um artigo super recente de Roger Griffin, datado de 2004, no qual este último defende que o neofascismo guardaria uma qualidade inconsistente e mutável, capaz de gerar incontáveis permutações. Assim, com o tempo e sem nenhum direcionamento específico o neofascismo adota e se adapta a mudanças radicais de conteúdo ideológico (GRIFFIN, 2004. Apud GREGOR, 2006, p. 28).

Bem, nos deparamos com uma definição demasiadamente flexível, que possibilita quase tudo ser identificado como neofascismo, justamente por não haver uma continuidade ideológica ou histórica.

Como bem colocado por Gregor (2006), as manifestações são totalmente imprevisíveis! O neofascismo, segundo o conceito de Griffin, pode assumir qualquer forma e qualquer conteúdo. São tantas faces que fica difícil distinguir. E, sem distinguir, como lutar contra? Vista assim, a proposta de Griffin não é só demasiadamente aberta e pouco instrumental, mas politicamente derrotista.

Ao contrário do que advoga a agenda pós-modernista, acredito que interpretações do cenário sociopolítico enquanto locus de lutas fragmentadas guiadas por interesses sempre muito particulares não são suficientes para o entendimento de fenômenos ocorridos dentro do sistema capitalista. Não me parece igualmente satisfatória a alegação popularizada por Foucault de que não mais existiria um centro na história e de que o poder se encontraria então disperso, pulverizado em resistências desconectadas do sistema como um todo. Segundo Semprini (1999):

O conflito pela posse de riquezas ou de meios de produção – as duas alavancas tradicionais do poder no espaço social – é progressivamente substituído por uma guerra pelo controle dos símbolos (...) Conquistar o poder discursivo tornou-se o principal desafio nas sociedades onde o individualismo e o subjetivismo ocupam um espaço crescente e onde tanto o espaço social como a identidade dos grupos que o compõe são definidos em termos socioculturais (SEMPRINI, 1999, p. 125).

Seguindo perspectiva bastante similar, se encontram as recentemente tão em voga análises da sociedade em rede. De acordo com as mesmas, os processos sociais seriam configurados por um movimento constante de inclusão e exclusão de redes. Tal movimento, segundo autores como Manuel Castells (1999b), seria possibilitado pelo desenvolvimento da tecnologia informacional, destacando o papel dos aparatos midiáticos enquanto lugar onde seriam travadas as lutas pelo poder entre as identidades comunais. Ao longo da recente trilogia “A Era da Informação: economia, sociedade e cultura” Castells defende a tese de crise do Estado Nação enquanto entidade soberana, atribuindo basicamente três causas para tal: o processo de *desindustrialização*

(deslocamento geográfico da produção); a individualização do trabalho (enfraquecimento dos mecanismos de defesa coletivos, negociação individualizada, integração do trabalho a rede); a crise da família patriarcal (decorrente dos movimentos de liberação sexual, ingresso da mulher no mercado de trabalho, legalização do aborto etc.). Com seus alicerces sendo paulatinamente corroídos, o Estado Nação, na visão de Castells (1999c), tem naturalmente sua autoridade e legitimidade questionadas. Chega, assim, à conclusão abaixo:

Como a democracia representativa concretiza-se na noção de um órgão soberano, a indefinição de fronteiras de soberania leva a incertezas no processo de delegação da vontade popular. A globalização do capital, a ‘multilaterização’ das instituições de poder e a descentralização da autoridade para os governos regionais e locais ocasionam uma nova geometria do poder, talvez levando a uma nova forma de Estado, o Estado em rede (CASTELLS, 1999c, p. 423).

Débil o Estado e pulverizado o poder, só resta aos grupos sociais se associarem às redes existentes, essas “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (CASTELLS, 1999a, p. 499)” ou dedicarem-se à resistência comunal (que não deixa de ser a criação de uma nova rede). Das redes, e não mais da sociedade civil em pleno processo de desintegração – dado o próprio processo de desintegração do Estado Nação em geral – é que se formariam e se desenvolveriam, então, sujeitos históricos, conscientes, enfim o ator social coletivo, empreendedor de projetos transformadores (CASTELLS, 1999b, p. 28).

Em curta, mas valiosa análise (visto que meus interlocutores são escassos) da direita cristã e do neofascismo o autor os reconhece enquanto duas dentre as tantas expressões de resistência comunal analisadas ao longo da trilogia. Qualifica a primeira como um movimento reativo à crise do patriarcalismo, questionando os benefícios trazidos pela modernidade e pela dita secularização, voltando-se assim à construção de uma identidade social baseada em imagens de um passado romantizado, ansiando pela segurança proporcionada pelos valores

tradicionais e instituições fundadas na verdade eterna de Deus (Idem, p. 37). No que toca a direita cristã o autor se limita a apontamentos breves sobre o que caracterizaria o fundamentalismo e a construção da identidade por meio do princípio de conversão tipicamente norte-americano conhecido como *born again*⁷.

Por meio desse ‘renascer’ pessoal, toda a personalidade passa por um processo de reconstrução, tornando-se o ponto de partida para a construção de uma noção não só de autonomia e identidade, mas de ordem social e objetivo político (CASTELLS, 1999b, p. 39).

A resistência comunal imposta pelos ‘renascidos’ passaria, então, por uma ideia de oposição pelo isolamento, numa tentativa de reafirmação do patriarcalismo diante de mundo caótico, hostil e em pleno desmoronamento moral.

Já com relação aos neofascistas, o autor se propõe a investigar unicamente o caso das milícias paramilitares caracteristicamente racistas e violentas. Aqui a análise torna-se ainda mais descritiva. O autor destaca a forma organizativa em núcleos independentes, inexistindo matriz nacional, enfatizando a tendência a uma visão de mundo conspiratória e paranoica, que considera o governo federal joguete dos interesses do capital financeiro global, dedicado a implantar uma Nova Ordem Mundial. Qualifica, a meu ver equivocadamente, as milícias como representantes da ala mais ativa e organizada do auto-proclamado movimento patriótico, por partir da premissa de que atividade e organização se limitam a ações de violência direta e de grande impacto social como assassinatos, estupros, agressão física, atentados terroristas etc. Ignora, portanto, outras formas de atividade política, talvez política e ideologicamente mais eficazes e que certamente exigem intensa e constante organização como a difusão do projeto pela produção e distribuição (muitas vezes gratuitas) de materiais de mídia variados, promoção de concertos, a clássica milítância de rua (protestos, passeatas e comícios) e a contemporânea

⁷ Ato de fé e perdão pelo qual um ser é absolvido de seus pecados para ganhar a vida eterna. *Born Again* não é um princípio exclusivo do fundamentalismo protestante, muitos católicos também se identificam como *Born Again*.

militância via rádio e televisão. Por fim, o autor tenta ainda traçar um perfil dos integrantes em potencial e ressaltar a importância do uso de mídia variada para a manutenção de vínculos entre grupos e indivíduos. Interessante, informativo, mas pouco crítico, deixando de aproveitar contexto tão rico à pesquisa.

O modelo teórico proposto e a análise desenvolvida por Castells (1999abc) acerca dos fundamentalistas e das milícias, apesar de apresentarem dados interessantes colhidos de fontes como o *Instituto Gallup* e os jornais *The Nation* e *NY Times*, não dedica espaço a um estudo das causas, faltando igualmente em apresentar a relação das supostas resistências com os demais grupos sociais e o poder público. A palavra ‘Estado’ (nem ousar dizer capitalista) mesmo o ‘em rede’ proposto pelo autor sequer é mencionada durante a análise das resistências comunais. Ficamos sem saber o papel e os efeitos dessas resistências em especial dentro do próprio sistema de rede. A historicidade da própria ‘resistência’ é também negligenciada sem que percebamos as rupturas e permanências com relação às prévias formas de mobilização política dos fundamentalistas e xenófobos.

Uma vez entendido o cenário político enquanto conjunto de lutas particulares e separadas perde-se de vista a noção de processo histórico e a relação das mesmas lutas com sistema social do qual fazem parte. Parece-me mesmo, a mérito de caracterização, que esse está para os pós-modernos pulverizado e para os adeptos da sociedade em rede, fluido, uma vez que a rede pode se estender e contrair infinitamente em nós e mais nós, que por uma identidade ou outra venham a achar ou perder pontos de contato. É ainda um tanto pobre a ideia compartilhada de que o poder residiria somente nas redes de troca de informação e manipulação de símbolos. Tal concepção qualifica os códigos produzidos pelas diversas resistências enquanto únicos impulsionadores da dinâmica social, além de limitar o campo de luta aos âmbitos da mídia.

Sem querer de modo algum desqualificar o papel desempenhado pelo campo midiático ou a importância incontestável dos símbolos, é preciso ter em mente que a luta política extrapola tanto, espacialmente, o campo midiático quanto, essencialmente, o da mera divergência ao atentarmos para as relações de dominação e subordi-

nação. Também problemático é o pessimismo político implícito na ideia de que um relativismo tão absoluto obstrui invariavelmente a aspiração por uma resistência de caráter unificado voltada para contestação estrutural do capitalismo.

Um enfoque materialista tampouco significa subtrair a importância dos aspectos culturais na experiência humana. Ao contrário, é, sobretudo, na fase atual do capitalismo que autores como Fredric Jameson (2001) entendem o papel especialmente relevante desempenhado pela cultura. Segundo o autor, o capitalismo tardio é essencialmente dependente de uma lógica cultural baseada em toda sorte de imagens voltada para o consumo. Os produtos culturais produzem hoje muito mais que significados e tendências, mas especialmente lucros, grandes lucros.

Ellen Wood (1999) também se insere no debate, marcando a relevância dos aspectos culturais na interpretação das sociedades contemporâneas. “Como podemos negar a importância da língua e da política cultural em um mundo tão dominado por símbolos, imagens e comunicação de massa, para não falar na superestrada da informação? (WOOD, 1999, p. 17)” Segundo a mesma, é preciso aceitar os pressupostos pós-modernistas para compreender o papel de tais aspectos. Estes clamam, sim, por uma explicação materialista.

É assim, dentro desse parâmetro – do Estado capitalista, mais especificamente o Estado ampliado proposto por Gramsci (2002) – e nunca fora dele que buscarei compreender o processo de expansão de ideologias conservadoras como a neoliberal e fascista bem como a multiplicação de aparelhos privados de hegemonia e projetos políticos alinhados com as mesmas no seio da sociedade norte-americana contemporânea. Desse modo, o neofascismo, como anteriormente as expressões de fascismo no entre guerras, é uma resposta a uma crise profunda no capitalismo, uma resposta à exacerbação das contradições inerentes ao sistema capitalista. Contudo, assim como a crise de outrora e a crise contemporânea apresentam qualidades particulares, também as expressões contemporâneas de fascismo apresentam peculiaridades, não sendo, portanto, mero resgate do movimento passado. Ao autoritarismo, anticomunismo, antiliberalismo, nacionalismo exa-

cerbado e apelo ao espetáculo, somam-se outros aspectos. Porque o neofascismo é também filho de seu tempo e filho de seu espaço, da sociedade específica na qual se insere e desenvolve. O conceito pensado dessa forma possibilita entender as críticas neofascistas a políticas públicas inclusivas, democratizantes e aos demasiados gastos públicos com bem-estar. No caso norte-americano, possibilita também compreender o papel central desempenhado pelo racismo, antissemitismo e anticomunismo na conformação do neofascismo norte-americano, dado o passado marcado pela escravidão, apartheid, cotas de imigração e perseguição a comunistas.

Movimentos neofascistas e suas organizações, portanto, se desenvolvem dentro de um dado estágio do capitalismo monopolista-financeiro, em Estados de conformação político-econômica neoliberal e proliferam de modo espetacular, engrossando suas fileiras de adeptos com os desesperançados setores subordinados em decorrência da crise do Estado de reformista a partir dos fins da década de 1970.

PARTICULARIDADES NACIONAIS E HISTÓRICAS DO FASCISMO NORTE-AMERICANO

Início esta seção apontando alguns aspectos sociais e históricos, conformadores dos traços caracteristicamente nacionais do fascismo norte-americano. Para além das especificidades conjunturais e estruturais que por si só diferenciam organizações fascistas nascidas, por exemplo, em fins do XIX, em meio à Grande Depressão ou as vistas em nossos dias é importante atentar também para os aspectos históricos do desenvolvimento do fascismo nos EUA. É possível observar continuidades entre essas diversas expressões de fascismo, para além da clara afinidade ideológica? O que marcaria e diferenciaria o fascismo norte-americano do fascismo alemão ou italiano ou inglês etc.?

Na apresentação, apontei possíveis respostas às perguntas ao destacar elementos como racismo, antissemitismo, anticomunismo e particular apreço pelo ideal de indivíduo empreendedor. A partir da observação de eventos históricos marcantes como a escravidão, o ‘sis-

tema' de segregação *Jim Crow*, o sistema de cotas de imigração, o macarthismo, a cultura do *self made man* etc concluí que esses elementos estão de alguma forma inculcados na história dos EUA (ainda que em graus variados conforme os diferentes períodos históricos). A história do racismo, do antissemitismo, do anticomunismo e da segregação nos EUA passa invariavelmente por esses processos, posto que construídos a partir destes e, portanto, parte de uma relação dialética.

Deixo claro desde já que este exercício não visa apontar os EUA como um país historicamente fascista. Mesmo porque, acredito que o fascismo não se resume a segregação, racismo e exclusão. Procuo apenas apontar elementos presentes na construção de processos históricos deste país que marcam o caráter específico, nacional e particular do fascismo norte-americano.

O debate sobre racismo e segregação nos EUA remete invariavelmente à questão da escravidão, mas também a outras manifestações de discriminação, envolvendo grupos étnicos variados.

Diversos autores se debruçaram a investigar as possíveis relações entre escravidão e a problemática de discriminação vivenciada pela população negra antes e após a abolição. Sweezy e Baran (1966) em estudo sobre a construção do capitalismo monopolista afirmam que o problema racial nos EUA constitui uma herança do sistema de escravidão do Velho Sul. Ao longo do capítulo IX, dedicado especialmente à inserção dos negros no mercado de trabalho norte-americano, os autores debatem diretamente com Gunnar Myrdal, um dos primeiros autores a se dedicar ao estudo da problemática do preconceito e discriminação racial nos EUA.

Segundo o economista sueco, a dinâmica das relações raciais nos EUA deve ser procurada na tensão entre preconceito branco e o que ele denomina de Credo Americano, entendido como devoção aos ideais de liberdade e igualdade. A tese defendida em seu clássico '*An American Dilemma*' aponta para uma visão otimista do problema, acreditando que progressivamente os ideais do Credo tenderiam a predominar sobre a cadeia preconceito – discriminação – segregação – status socioeconômico inferior para o negro.

As críticas apresentadas por Sweezy e Baran (1966) à conclusão de Myrdal apontam para a construção após a abolição de relações de subordinação, construídas com base não somente na discriminação racial, mas principalmente em relações de classe dentro do próprio sistema capitalista.

Qualquer tentativa para responder seriamente a estas questões deve afastar-se do idealismo histórico de Myrdal e procurar relacionar o problema das relações raciais nos Estados Unidos com a estrutura básica do capitalismo monopolista da sociedade americana. (...) Antes da primeira guerra mundial, os negros dos Estados Unidos constituíam esmagadamente um campesinato sulista. Começaram a mudar-se do Velho Sul em grandes quantidades por volta de 1880... Naturalmente, era inevitável que os negros entrassem na economia urbana no nível mais baixo da escala sócio-econômica. Eram mais pobres, menos instruídos e menos especializados ao chegarem. Foram duplamente oprimidos tanto pelo preconceito e pela discriminação raciais históricas quanto pelo preconceito e pela discriminação com que era acolhido todo grupo de recém-chegados pobres (SWEETZY & BARAN, 1996, p. 250-251 e 256).

O argumento defendido pelos autores importa não somente por destacar o problema da discriminação para além das fronteiras do sistema escravista e da situação particular do negro no capitalismo nascente, mas igualmente por pontuar que a relação de escravidão não é necessariamente ou somente pautada no âmbito da discriminação racial.

o sistema de escravatura, embora fomentando frequentemente a ideia de inferioridade dos negros, não implica ódio dos brancos para com os negros como tais. Contanto que o negro soubesse conservar-se no seu 'lugar', era tolerado e até estimado pelos brancos... (SWEETZY & BARAN, 1996, p. 251).

Eugene Genovese (1988), importante historiador norte-americano da escravidão, coloca a discussão em termos parecidos, desenvolvendo principalmente no livro 'A terra prometida' o debate sobre

a relação entre escravidão e racismo. Assim como Sweezy e Baran (1966), Genovese (1988) ressalta a importância de se pensar a escravidão como sistema de classe, baseado no princípio da propriedade do homem, ou melhor, na apropriação, por um homem, de uma pessoa e dos frutos de seu trabalho. Em ‘A economia política da escravidão’, Genovese (1976) afirma que a escravidão existira em outros lugares, convivendo lado a lado com outros modos de produção, mas somente no sul este sistema dominara todos os outros, produzindo toda uma civilização, um sistema social completo na forma de uma comunidade política, uma economia, uma ideologia e padrões psicológicos peculiares (GENOVESE, 1976, p. 9).

Baseados em evidências do convívio da escravidão com outros modos de produção, da existência de relação de escravidão em outras épocas históricas e da participação de homens negros no comércio e na perpetuação da escravidão, estudos mais recentes procuram relativizar o caráter da escravidão enquanto sistema e o papel do racismo escravidão moderna.

Dentre esses, destaco o interessante ‘Gerações de cativo’ de Ira Berlin (2006) que atualiza a discussão iniciada por Finley na década de 1960 sobre sociedades com escravos e sociedades escravistas para o entendimento do papel da escravidão nas diversas regiões dos EUA antes e depois da independência. Já no polêmico *The end of racism*, Dinesh D’Souza (1995) defende abertamente que a escravidão não constituiu uma instituição racista, afirmando ser esta observada universalmente e praticada virtualmente em todas as sociedades, inclusive em toda África subsaariana.

A escravidão foi praticada por milhares de anos em virtualmente todas as sociedades: na China, Índia, Europa, mundo árabe, África subsaariana e nas Américas. Nos Estados Unidos, a posse de escravos não estava restrita a brancos: índios americanos e negros livres possuíam milhares de escravos. Portanto, a escravidão não é nem distintamente ocidental nem racista.[...] O que foi distintamente ocidental não fora a escravidão, mas a cruzada moral para por fim a escravidão...a escravidão provou ser o elo de transmis-

são que trouxe futuras gerações de africanos para a órbita da liberdade política e oportunidade econômica ocidentais (D'SOUZA, 1995, p. 22 e xvii).

Sem menosprezar as descobertas empíricas, nas quais se baseiam autores como D'Souza, e seu caráter revelador para um estudo mais problematizador da escravidão, tendo ainda a ser um tanto cética com relação à questão do caráter não-racista da escravidão moderna. É certo que existiram negros que escravizaram e vendiam outros negros nas Américas e alhures. Contudo, se tivermos em mente que tais homens viviam em sociedades permeadas por ideologias abertamente racistas e discriminatórias e que, por conseguinte, deter ou vender escravos significava mais do que atividade econômica, sendo símbolo de poder e distinção, pode-se compreender a razão de prática a princípio incoerente. Há outros elementos inculcados na experiência social para além da identidade racial e da moral humanista e esses 'negros senhores' não eram só negros, mas também homens de seu tempo.

Não obstante, isso não elimina o racismo. Coloco da seguinte forma: por que justamente o negro a ser escravizado? É certo também que houve escravidão indígena, mas esta não perdurou, não chegou a gerar um sistema reprodutor de um modo de vida ou de uma civilização, para usar a expressão de Genovese (1976). Compartilho com ele a assertiva de que nos EUA em especial "a escravidão subordinou uma raça a outra e, com isso, tornou suas relações de classe fundamentais mais complexas e ambíguas (GENOVESE, 1988, p. 21)".

Repousaria, então, a subordinação racial e racismo puramente na escravidão? Similar à conclusão de Sweezy e Baran (1966), a investigação levada a cabo por Genovese (1988) demonstrou que a escravidão, enquanto sistema de dominação de classe, antecedeu historicamente o racismo. No caso norte-americano em especial, a problemática se complexificou, uma vez que o sistema escravista local estava intimamente ligado à subordinação racial e não apenas classista, donde nascia conseqüentemente o racismo. Segundo o autor, a história da civilização sulista "foi determinada, em essência, por relações específicas de poder de classe em forma racial (idem, p. 22)." Extrapolando em muito as fronteiras da escravidão, o racismo surgido a partir

da subordinação racial influenciou profundamente diversos aspectos das seguintes formações sociais nos EUA até nossos dias. Como bem apontam os autores discutidos até aqui, a abolição não levou ao fim da discriminação ou da segregação, sendo estas relações reconfiguradas no capitalismo em expansão.

Leis segregacionistas teimavam em reaparecer mesmo após a abolição, em plena Reconstrução. Segundo Fernandes e Morais, códigos negros (*Black Codes*), leis que restringiam a liberdade dos negros em inúmeros aspectos, foram aprovados em muitos estados pelas Convenções Sulistas. Algumas delas obrigavam ex-escravos a trabalhar sem poder escolher seus empregadores, outras proibiam reuniões, casamentos inter-raciais, consumo de álcool, posse de armas de fogo ou atuação em serviços especializados. Na Carolina do Sul, a lei somente permitia aos negros trabalhar em serviços rurais e domésticos. Já no Mississippi, negros não podiam tornar-se proprietários de terra (KARNAL ET. AL., 2007, p. 142).

Em 1866 o Congresso aprovou a primeira Lei de Direitos Civis, proibindo a legislação discriminatória entre brancos e negros, restringindo a autonomia dos estados nesse sentido. Ainda assim, nem a legislação nem a 14ª Emenda Constitucional conseguiram frear completamente o surgimento de leis de segregação. Já em 1870 no Tennessee foi promulgada lei proibindo o casamento inter-racial. Passados alguns anos, popularizavam-se no sul leis *Jim Crow*, baseadas no conhecido princípio “separados, mas iguais”.

Surgiam também os primeiros focos do racismo organizado, em reação à abolição e às mudanças estruturais vivenciadas por todo o Sul com o desmantelamento da civilização sulista e o início da Reconstrução. Esse é o caso da *Ku Klux Klan*, fundada em 1865 na cidade de Pulaski, Tennessee, na forma de um ainda pequeno clube, organizado por seis ex-oficiais do exército Confederado. Em pouco tempo a KKK conseguira angariar membros por todo o sul e sudeste, muitos dos quais egressos de grupos racistas locais e associações clandestinas, a exemplo das *White Brotherhood*, *Pale Faces*, *Knights of the White Camelia* e *Order of White Rose*. Em abril de 1867, durante uma reunião em Nashville, fora formulado o programa oficial da organização e eleito seu primeiro

líder, o general ex-oficial Confederado Nathan Bedford Forrest, sob o título de *Grand Wizard* (TUCKER, 1991, p. 19-20).

A KKK prezava não apenas por estritos padrões raciais, mas também pela defesa da moral, da honra e dos bons costumes cristãos. Perseguia não só negros, mas também chineses, judeus e brancos liberais, estes últimos vistos como amantes de negros e perturbadores da ‘boa e velha ordem’. Dentre os integrantes da KKK, encontram-se políticos proeminentes, mas a base social esmagadora era de brancos pobres, ressentidos com as mudanças que colocavam ex-escravos não somente em condição de igualdade política, mas de concorrentes no mercado de trabalho.

Apesar de defender abertamente o autoritarismo e o racismo foi, pelo menos até a primeira metade do século XX, profundamente marcada por um projeto restauracionista de sociedade escravista e, portanto, não-capitalista e sem apelo ao espetáculo. Este caráter específico fora muitas vezes negligenciado, sendo a KKK caracterizada enquanto primeira grande organização fascista norte-americana. Dado o conceito de fascismo construído e defendido nas seções anteriores, uma caracterização nesses termos seria um tanto incoerente, preferindo, assim, entender a KKK e seus braços enquanto mais um elemento, canal de difusão de racismo e autoritarismo na sociedade norte-americana.

As leis federais aprovadas na década de 1870, proibindo ações de caráter ‘terrorista’, não foram capazes de conter efetivamente o avanço de organizações racistas, talvez restringir parcialmente os atos de violência mais brutal e explícita como linchamentos, estupros etc. A KKK recuou significativamente, se reerguendo em número de adeptos, potencial de organização e difusão ideológica somente na década de 1920. Mas outras organizações locais, a exemplo da *White League* e *Red Shirts* continuaram existindo, graças à complacência de prefeitos e xerifes locais.

O problema da discriminação e do preconceito nos EUA, contudo, não se restringe ao negro, podendo ser igualmente observado com relação a grupos nativos e de imigrantes de origem étnica variada ao longo de toda a história dos EUA.

Recentemente, em artigo para uma coletânea sobre racismo, o psiquiatra Niel Altman e a psicóloga Johanna Tiemann (2005) apontam para a construção social e para as continuidades – na forma de expressões variadas e matizadas ao longo da história – na reprodução do racismo. Para eles, a ideia de raça em si seria uma construção social e psíquica, configurando o racismo, por sua vez, na atribuição de características negativas a pessoas de uma determinada “raça”, vista (socialmente e não cientificamente) como geneticamente inferior.⁸ No caso dos EUA, os autores observam ainda uma dimensão histórica na construção do racismo e, de minha parte, também do autoritarismo.

[No contexto norte-americano] o racismo inicia-se com os colonizadores europeus realizando “limpezas étnicas” dos nativos americanos de seus assentamentos no Novo Mundo. Em um nível, o que ocorreu foi uma invasão e conquista...A justificativa para isso foi racista. (...) A doutrina do “destino manifesto” refletia essa crença de que os euro-americanos, por virtude de sua cultura superior, estavam destinados a expandir seu domínio. A escravização dos africanos, obviamente teve uma função, fornecer mão de obra grátis para a economia agrícola do sul do que seriam os Estados Unidos. Estereótipos formados nessa época a respeito das pessoas de origem africana persistiram além da libertação dos escravos e continuam a ser uma força poderosa na psique norte-americana até hoje (Idem. p. 148-149).

⁸ Existiriam, portanto, base sociais e psicológicas para o racismo, podendo ser algumas expressões entendidas como uma forma de “defesa maníaca”, conceito proposto pela psicanalista austríaca Melanie Klein de orientação freudiana. Segundo esta última autora, “a defesa maníaca assume a forma de um reforço da posição paranóide-esquizóide com três características principais: bloqueio do espaço psíquico..., fantasias de onipotência e identificação projetiva. A onipotência opera a serviço da negação, no sentido que se desenvolvem fantasias que recriam (onipotentemente) a realidade; a identificação projetiva opera para livrar magicamente o “eu” de estados psíquicos indesejados, projetando-os em outras pessoas. (...) Há uma interação entre estereótipos raciais socialmente produzidos e transmitidos, que são internalizados por indivíduos como parte do processo de socialização, e a dinâmica psicológica que produz esses estereótipos e reforça sua adoção de um modo rígido e penetrante” (ALTMAN & TIEMANN, 2005, p. 147-148).

Dedicando-se ao estudo dos pedidos de cidadania norte-americana por meio dos processos de naturalização o professor de direito Ian Haney López (1996) também defende a tese da raça como construção social e destaca a centralidade da lei nessa construção, entendendo-a como um poderoso mecanismo pelo qual uma sociedade cria, define e regula a si mesma (LÓPEZ, 1996, p. 9). Analogamente, Gramsci (2002) afirma o papel do direito como importante instrumento na difusão e encorajamento de certos costumes e atitudes bem como na repressão e punição de outros.⁹

Por meio da análise de uma série de atos e processos de naturalização López mostra que a lei muito mais do que legalizar a ideia de raça e criar uma noção de ‘brancura’ contribui para a conformação de relações de dominação e subordinação na sociedade norte-americana. Além das barreiras contra a imigração, o autor também apresenta um histórico das dificuldades encontradas por parte da população não-branca residente na conquista legal da cidadania. Aos negros, por exemplo, fora conferida a cidadania apenas após a abolição, com o *Civil Rights Act* (1866). Aos nativo-americanos esta só fora conquistada plenamente, sem restrição de tribo, em 1924.

o propósito real de algumas leis foi criar e manter diferenças materiais entre as raças, estruturar a dominação e subordinação racial em relações socioeconômicas nessa sociedade. (...) As leis e os tomadores de decisão legais transformam ideias raciais em desigualdades materiais vividas, a realidade de que se segue justifica, por sua vez, a ideia de raça (LÓPEZ, 1996, p. 17).

O histórico de construção social da raça por meio de políticas públicas discriminatórias e racistas é traçado por ele desde o momento que segue a independência com o ato de 26 de março de 1790, no qual

⁹ “Se todo Estado tende a criar e manter um certo tipo de civilização e de cidadão (...), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade...Na concepção do direito, deveriam ser incorporadas também as atividades que ‘premiar’ indivíduos, grupos etc.; premia-se a atividade louvável e meritória, assim como se pune a atividade criminosa...” (GRAMSCI, 2002, p. 28).

o Congresso restringiu o direito de naturalização somente a “pessoas brancas” até 1952, quando as restrições raciais foram oficialmente retiradas dos pré-requisitos para se pleitear naturalização. Nesse ínterim, inúmeros atos discriminatórios – como o *Chinese Exclusion Act* (1882), os sistemas de cotas para imigração de 1921 e 1924 – e mesmo políticas de deportações em massa (como *Operation Wetback* da década de 1950) foram aprovados pelo Congresso. Como se verá a seguir, a maioria das legislações discriminatórias contra imigrantes será aprovada em fins do XIX e início do XX em decorrência de conflitos gerados pela segunda grande leva migratória.

Os estudos de Coriat sobre organização da produção e do trabalho demonstram que a origem dos novos ingressantes era mais variada que a primeira leva migratória – composta basicamente de indivíduos vindos do nordeste da Europa –, chegando do leste e sudeste europeu (dentre os quais destacamos italianos e judeus), da Irlanda e da Ásia, em especial da China e do Japão. Esses homens eram em sua maioria camponeses recém expropriados, sem maior qualificação ou conhecimento do trabalho industrial.

Em artigo à revista *Tempo Ngai* (2008) observa que mais que variedade étnica e cultural, a segunda grande leva migratória ficou marcada pelo aumento da xenofobia nos EUA, especialmente a partir de 1890 dada à associação de problemas sociais da época, como o surgimento de favelas, aumento da pobreza, conflitos de classe e epidemias, à entrada em massa de indivíduos provenientes do sul e do leste europeu (NGAI, 2008, p. 13).

Coriat atenta ainda para o fato desses trabalhadores não estarem organizados em nenhum organismo de defesa, não pertencerem a nenhum sindicato ou organização trabalhista. Sua ignorância sobre o fazer na indústria em nada afetava as fábricas que adotavam técnicas organizacionais tayloristas, justo porque um trabalho parcelarizado não exige grandes qualificações. Ainda assim, sua entrada no mercado de trabalho fora um tanto conturbada, gerando acirramentos, conflitos e contradições no seio de uma classe operária bastante heterogênea. Muitos foram vistos como concorrentes, uma vez que, eram capazes de desempenhar serviços por salários muito menores e sem nenhum

tipo de benefício. Os ditos operários “antigos”, mais especializados e melhor pagos, reagiram já em fins do XIX à chegada dos “novos imigrantes” e dos negros migrantes com a construção de grandes centrais sindicais restritas a operários brancos e especializados, a exemplo da AFL, ou incentivando boicotes.

Assim, o movimento operário e as organizações classistas de um modo geral encontraram terreno peculiar nos EUA, onde o conjunto dos trabalhadores se encontrava marcado pela segregação de negros, latinos, judeus e asiáticos. “A estrutura fragmentada do movimento sindical, dividido em habilidades profissionais e disputas raciais, étnicas e religiosas” dificultava a formação de um coletivo unido pela problemática da classe (LIMONCIC, 1999, p. 32). Os aparelhos de classe¹⁰ mostravam-se entrecortados não pela diferença, que traz riqueza ao coletivo, mas pela segregação. Limonic (1999) afirma que:

desde o fim das tentativas de integração social, econômica e política dos negros do período da Reconstrução, no pós-Guerra Civil, até a ascensão da CIO, a mão de obra negra viu-se sistematicamente rejeitada pelo movimento sindical, particularmente o liderado pela AFL. No sul, as empresas reproduziam os ‘hábitos locais’ de segregação racial, e os negros só tinham acesso aos postos mais baixos da linha de montagem e tal prática era apoiada, por exemplo, por várias seções estaduais do UAW, em flagrante contraste com a política nacional dos sindicatos. (LIMONCIC, 1999, p. 137-138).

O governo federal, por sua vez, adotou uma política de exclusão para certos grupos de estrangeiros por meio de leis de imigração discriminatórias. Ainda em fins do XIX, como forma de conter a entrada de chineses, a Suprema Corte

delegou poder, ao largo da Constituição, ao Congresso para regulamentar a imigração, invocando a soberania

¹⁰ Com relação às discussões acerca desse ponto, nos centraremos no sindicato como primeira entidade classista. A opção pelo sindicato baseia-se muito mais em uma falta de informação por parte da autora sobre outras entidades classistas de grande porte do que em uma escolha propriamente dita.

nacional...A Corte considerou essa atitude necessária para proteger a nação da invasão estrangeira, quer de exércitos durante tempos de guerra, quer de imigrantes estrangeiros durante tempos de paz (NGAI, 2008, p. 8).

Em 1921 e 1924 foram aprovadas duas leis de imigração de caráter regulatório e discriminatório. Em ambas as leis, a restrição de entrada de imigrantes nos EUA – em 1921 para 350 mil ao ano e em 1924 para 150 mil ao ano – foi aprovada pelo Congresso. A lei de imigração Johnson-Reed de 1924 estabelecia ainda cotas de entrada diferenciadas para estrangeiros, dependendo da procedência. Segundo Ngai, as leis de imigração da década de 1920 acabaram tornando a imigração ilegal e a prática da deportação problemas centrais nos EUA. A aplicação das leis de imigração

resultou em um discurso político e legal de oposição, que imaginava imigrantes ilegais merecedores e não merecedores e, concomitantemente, deportações justas e injustas... os processos de redefinição territorial e sanção administrativa informaram maneiras divergentes da racialização dos imigrantes. A tendência era de dissociar os europeus e os canadenses da categoria real ou imaginária de estrangeiro ilegal, o que facilitava sua assimilação nacional e racial como cidadãos brancos americanos. Em contraste, os mexicanos surgiram como estrangeiros ilegais icônicos (NGAI, 2008, p. 9).

A década de 1920 também viu renascer com força significativa o movimento eugenista além de uma das mais importantes organizações fascistas dos EUA, a Ku Klux Klan.

Os estudos científicos sobre racismo nos EUA datam desde o início do século XX e tiveram em zoólogos, paleontólogos e antropólogos suas figuras mais importantes. Destaco alguns proeminentes cientistas que foram além das pesquisas e debates acadêmicos, militando em organizações privadas e influenciando políticas públicas, tais co-

mo Charles Benedict Davenport¹¹, Madison Grant¹², Henry Fairfield Osborn e Harry Laughlin.

Influenciados pelos escritos de Arthur de Gobineau¹³ e Houston Stewart Chamberlain¹⁴ e pelas pesquisas de Ernst Haeckel¹⁵ e Georges Lapouge¹⁶, os eugenistas norte-americanos tiveram, contudo, menor repercussão no campo científico em termos de descobertas e propostas inovadoras, residindo sua importância primeiramente na difusão do darwinismo social e do racismo sob pretensas bases científicas e, finalmente, na articulação política dessas ideias em aparelhos. O apoio político e financeiro de proeminentes intelectuais, como o economista Irwin Fisher, e principalmente de grandes famílias-fortuna, como os Rockefeller, os Harriman e os Carnegie, aos aparelhos *Eugenics Record Office* (1910) e *Eugenics Committee of the United States of America* (criado em 1922 visando a fundação da *American Eugenics Society*

¹¹ Discipulo de Sir Francis Galton. Fundador do *Eugenics Record Office*. Escreve ‘*Heredity in relation to Eugenics*’ em 1911, aplicando as teorias mendelianas para seres humanos.

¹² Principal nome da eugenia nos EUA, transcendendo paradigmas como o de ‘indivíduos socialmente inaptos’ para ‘raças inaptas’ e o de ‘conflito social ou de classe’ para ‘conflito racial’. Autor de ‘*The Passing of the Great Race*’ de 1916 e ‘*The Conquest of a Continent*’ de 1933.

¹³ Em ‘*Essai sur l’inegalité des races humaines*’ de 1853, Gobineau defende a ideia da existência e hierarquização de três raças: branca, amarela e negra. Autor expressa certo pessimismo filosófico ao afirmar que processos históricos como urbanização, industrialização, miscigenação e ideais de democracia e igualdade estariam levando a um processo de degeneração da raça.

¹⁴ A grande contribuição do inglês Chamberlain em ‘*Die Grundlagen des Neunzehnten Jahrhunderts*’ de 1899 além de exaltar a figura do elemento teuto-ariano foi a defesa aberta da eugenia e do antisemitismo. O judeu é colocado como ameaça a um dado padrão tido como tradicional pela disseminação da produção industrial, materialismo burguês, socialismo e liberalismo.

¹⁵ Mais famoso biólogo e zoólogo alemão da segunda metade do XIX. Com ‘*Die Weltraetsel*’ em 1899, tornou-se um dos mais proeminentes advogados do darwinismo social e da superioridade da ‘raça ariana’.

¹⁶ Fundador da escola antropológica ultraconservadora francesa, a qual defendia a organização social segundo princípios zoológicos e interpretava a história nos termos do conflito racial. Em ‘*L’Aryen: son rôle social*’ de 1899, Lapouge sustentava a substituição de ideais ‘fictícios’ como liberdade, igualdade e fraternidade por outros de cunho mais realista, como força, lei, raça e evolução.

em 1926) demonstram o poder de difusão e abrangência do projeto de sociedade racista, excludente e autoritário encampado pelos eugenistas (SPIRO, 2009, p. 128 e 180-184). À semelhança de seus mestres europeus, frequentemente defendiam políticas autoritárias por parte do Estado, como modo de preservar o melhor da espécie humana e expurgar (ou pelo menos controlar) o indesejável. A partir, daí entendemos porquê os eugenistas norte-americanos tiveram tanta influência no pensamento e nos projetos de ideólogos do nazismo alemão, em especial Alfred Rosenberg, Eugen Fisher e Hans Guenther.

Talvez o melhor exemplo de militância dentro deste marco ideológico seja Madison Grant. Durante as décadas de 1910 e 1920, Grant integrou o *Immigration Restriction League*, atuando intensamente na aprovação de diversos projetos de lei, dentre os quais o teste de analfabetismo, aprovado em fevereiro de 1917; o ato instaurador do sistema de cotas para imigrantes, aprovado em maio de 1921; ato de restrição à imigração, aprovado em maio de 1924. Além da imigração, Grant também se esforçou em passar estatutos de esterilização e leis antimiscigenação (SPIRO, 2009, p. 196-244).

A segunda geração da Klan, por sua vez, reorganizada por William Simmons em 1915, floresceu não apenas no sul e sudeste, mas principalmente no meio-oeste em estados como Indiana, Ohio, Kansas, Michigan, Oklahoma, Texas, Oregon e Califórnia (TUCKER, op. cit, p. 6).¹⁷ Presentes em suas críticas e descontentamentos estavam não mais somente a posição política negro e o liberalismo republicano – em sua visão, impostos “goela abaixo” durante a Reconstrução –, mas também a entrada indiscriminada de “hordas” de imigrantes judeus e asiáticos nos EUA bem como o ataque aos valores e à moral tradicionais.

O alargamento da xenofobia bem como a defesa de práticas exclusivistas e soluções autoritárias para situações eminentemente nacionais irá atrair, nos conturbados anos 20, milhões de homens e mulheres afinados com fascismo para a nova Klan. Esses somariam

¹⁷ Tucker comenta a influência do filme ‘*The Birth of a Nation*’(1915), adaptação de D.W. Griffith para o cinema mudo do romance ‘*The Clansmen: a historical romance of the Ku Klux Klan*’(1905) de Thomas Dixon Jr., para o renascimento da KKK nos anos 20.

segundo Tucker (1991, p. 6) um total estimado em 5 milhões, dentre os quais destacaram-se membros ilustres como o eugenista Lothrop Stoddard e o futuro presidente Harry Truman.

Já as décadas de 1930 e 1940 serão claramente tempos desfavoráveis para os conservadores, tanto liberais quanto as alas do racismo organizado, em termos de popularidade nacional. Os opositores do *New Deal* divergiam política e ideologicamente em inúmeros aspectos, o que dificultava de imediato a constituição de uma reação organizada capaz de deter o avanço das políticas de influência keynesiana. O projeto reformista de sociabilidade construíra durante o entre guerras uma forte hegemonia, sendo aceito por amplos setores sociais durante muitas décadas, aproximadamente até o fim da Guerra Fria. Nem por isso, podemos pensar que este fora menos complexo e que tenha enfrentado menos conflitos durante sua existência.

É durante o período da Guerra Fria que se pode perceber os primeiros avanços em direção a uma reação coletiva e organizada com o objetivo de deter o avanço das políticas de influência keynesiana. Segundo Himmelstein e Diamond, os grandes veículos agregadores da oposição durante as décadas de 1950 e 1960 serão não apenas a clara oposição ao *New Deal*, mas também o antioletivismo, em particular o anticomunismo, e uma forte crítica ao humanismo secular. Nota-se que, aliada à crítica liberal ao reformismo, temas como a descrença na existência de uma ordem moral divina, o declínio do senso de comunidade, a decadência dos valores espirituais e morais, a corrupção de instituições burguesas tradicionais como família e o casamento faziam-se igualmente presentes nos discursos da oposição, muitas vezes mesclados aos argumentos de defesa do liberalismo clássico. A essa nova abordagem moral do liberalismo, Himmelstein (1990) deu o nome de fusionismo.

Entretanto, fusionistas e liberais seculares não eram os únicos insatisfeitos com o novo quadro social que se instalara com o advento do reformismo, hegemônico desde o *New Deal*. Fala-se ainda muito pouco sobre como se comportaram os aparelhos privados de hegemonia do conservadorismo segregacionista a esta época. E menos ainda sobre a influência das ideias cunhadas exatamente nesta

época de relativo declínio do conservadorismo na conformação dos aspectos particulares do neofascismo norte-americano. São justamente as inquietações desse momento – a crítica à decadência moral e religiosa, esteios morais de tempos passados, bem como ao Estado interventor, limitador da livre-iniciativa e às sempre muito custosas políticas de bem-estar – que irão marcar o aspecto novo, contemporâneo, inculcido no neofascismo. Esses fatores, congregados com o virulento racismo, antissemitismo, anticomunismo e com a cultura do *self made man*, conformarão as qualidades essenciais do neofascismo norte-americano.

Núcleos de resistência segregacionista espalhados pelos estados sulistas, os *Citizens' Councils* (conselhos dos cidadãos) começaram a se organizar no início dos anos 1950, em reação direta às vitórias angariadas pelo movimento de ampliação dos direitos civis. Sua popularidade cresceu juntamente com o processo de integração racial nas escolas e, sintomaticamente, a maioria dos núcleos fora rapidamente organizada em regiões denominadas *Black Belts*, áreas nos estados sulistas, caracterizadas por pradarias férteis e escuras, onde os brancos eram minoria e sentiam-se ameaçados.

Compostos basicamente por pequenos empresários e elementos dos setores médios, seus membros e simpatizantes eram também facilmente encontrados entre os afiliados de clubes como *Rotary* e *Lyons*. O ativismo dos *Citizens' Councils* prezava por métodos educacionais e propagandísticos, procuravam incitar repressão econômica ao negro via boicote, fazendo uso da violência em menor escala. Daí podemos logo perceber a diferença central entre este tipo de proposta de abordagem segregacionista e a historicamente implementada pela *Ku Klux Klan*. Manifestavam suas angústias, projetos e ideologia em discursos públicos, via literatura, transmissões de rádio e televisão locais, sendo os dois últimos passíveis de realização graças ao desenvolvimento de laços estreitos com políticos locais. Segundo Diamond (1995, p. 70-74), os programas de rádio eram quase que subsidiados pelos impostos, uma vez que gravados nos estúdios de gravação do Congresso a convite dos próprios deputados. Ainda segundo a autora, em 1962 cerca de ¼ do deputados havia sido entrevistada.

Finalmente, temos *Liberty Lobby* (1957-2001) fundado por Willis Carto em 1957 abertamente racista e xenófobo. O *Liberty Lobby*, além de anticomunismo virulento e racismo, expressava também considerável dose de conspiracionismo. Em sua visão, uma nova ordem mundial vinha sendo arquitetada pelo governo em aliança com banqueiros comunistas e já infiltrava os EUA pela implementação de medidas democratizantes e antissegregacionistas, sendo ratificada pela ‘mídia corrompida’. Desejava um sistema autoritário de governo baseado no mito do renascimento racial nacionalista. Em prol disso, o *Liberty Lobby* desenvolveu institutos afins como o *Institute for Historical Review* fundado em 1979, o *Populist Party* em 1984 e a organização paramilitar *Nationbal Youth Alliance*, fruto das organizações da campanha presidencial de George Wallace (1968) e que viria a se tornar a *National Alliance*, uma das mais importantes organizações neofascistas nos anos 90 (BERLET & LYONS, 2000, p. 185-196). O *Liberty Lobby* investiu também na produção de diversos materiais de mídia com o intuito de conscientizar e angariar adeptos.

Apesar de advogarem projetos de sociedade notadamente distintos, aparelhos fusionistas, como a *John Birch Society* e os periódicos *National Review* e *Human Events*, e segregacionistas, a exemplo do *Liberty Lobby* e do *Citizens' Councils*, apoiaram e financiaram a partir de 1960 a campanha de diversos candidatos em comum. Acredito serem as transformações sociais vivenciadas naqueles anos, ou seja, o processo de luta em torno da democratização do reformismo o detonador fundamental para tal aliança estratégica. Fora esse o caso das candidaturas do republicano Barry Goldwater durante as eleições presidenciais de 1964 e do xenófobo George Wallace, candidato do *American Independent Party*, durante as presidenciais de 1968.

Todo o esforço de mobilização conjunta em torno não apenas das campanhas, mas principalmente em torno da formação de aparelhos e de ocasionais alianças estratégicas entre os mesmos foram fundamentais para o desenvolvimento de projetos político-ideológicos bem definidos e para a construção de um bloco de apoio suficientemente forte para frear o avanço do reformismo democrata. Este longo processo de luta que se inicia, ainda que esparso, nos anos 30

trará frutos proveitosos para o movimento conservador.

Acredito, portanto, que as mudanças no mercado de trabalho, trazidas a partir da crise do reformismo, e o decorrente depauperamento econômico vivenciado por setores dominados, aliados a uma reação às políticas inclusivas, frutos dos movimentos de ampliação dos direitos civis e sociais, são de suma relevância para o entendimento tanto do desenvolvimento da forma peculiar de neoliberalismo norte-americano, conhecida como *New Right*, quanto o aumento extraordinário de aparelhos neofascistas aos fins da década de 1970.

À entrada nesta nova fase do capitalismo monopolista-financeiro Brenner (2003) e Sweezy (1982) observam, em trabalhos distintos, fatores similares ocorridos durante o processo de reestruturação econômica, dentre os quais destacamos: uma redução significativa de investimento nas indústrias do setor básico (indústria pesada e de bens de consumo) resultando na redução, falência ou deslocamento geográfico da produção de países centrais para países periféricos; crescimento dos setores de serviço e financeiro; incentivos crescentes ao desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia.

Em reação às taxas de lucro decrescentes do setor básico ao longo dos anos 70 e 80, decorrente da concorrência imposta por países centrais e periféricos recentemente industrializados, produtores norte-americanos buscaram compensação reduzindo os custos com mão de obra, num ataque agressivo às organizações e padrões de vida dos trabalhadores. O governo, por sua vez, contribuiu recorrendo a uma política monetária expansionista, desvalorizando periodicamente o dólar, subsidiando empresas, contendo gastos públicos e facilitando o crédito para produtores e consumidores. A indústria de ponta, pela intensa racionalização de sua produção, e o setor de serviços, dada a qualidade temporária dos empregos (*Mcjobs*), não foram capazes de absorver eficientemente a massa de desempregados despejada pelo setor básico durante 20 anos. Às portas de 1990 os EUA traziam na bagagem um déficit público e privado astronômico, uma economia demasiadamente exposta a ondas especulativas, falência por endividamento de inúmeras empresas e queda dramática na qualidade de vida.

Assim, discursos que enfatizassem as crises econômica e moral, perda de status social e incompetência e traição governamental nos âmbitos interno e externo tornaram-se demasiadamente atraentes para setores da sociedade (particularmente setores médios) que, mais do que nunca, sentiam-se desnorteados. Imersos em um contexto de insegurança e sentindo-se ameaçados por mudanças que não lhe favoreciam, frações dos setores médios e das classes dominadas tenderam a estereotipar seus medos na figura do ‘outro’. Este, visto como inimigo, destituído da moral implícita do ‘ser americano’ e desrespeitando o credo instituído pelos pais fundadores, acaba por legitimar desde sentimentos de rejeição até práticas racistas e xenófobas.

O governo democrata e seu característico intervencionismo, ainda que na forma de políticas de bem-estar, por sua vez, não mais estariam a serviço ou prezariam pela segurança do ‘verdadeiro’ americano, do ‘americano médio’. Ao contrário, seus projetos estariam muito mais comprometidos com as causas de humanistas seculares imorais e de setores ditos ‘parasitários’ da sociedade, mais especificamente negros e imigrantes latinos, apresentados como pouco empenhados com as coisas do trabalho e basicamente interessados em viver dos programas do Estado.

Objetivamente, o elemento desencadeador de tantas angústias fora essencialmente o sentimento irreal, mas ainda aterrorizante de deslocamento do sonho americano, o medo da queda, primeiramente pelo processo de reformas que atingiu seu ápice em 60 e 70, contemplando grupos sociais desprivilegiados e finalmente pelo empobrecimento vivenciado por diversos setores sociais, fruto das mudanças na organização da produção e do trabalho. São eles os participantes mais assíduos da reação conservadora, que encherão as fileiras de suas agências e aparelhos privados e estarão sensíveis às propostas do neoliberalismo moral de Reagan e do neofascismo, ainda que verdadeiramente se beneficiem muito pouco das mesmas.

A reação deu-se, então, na forma da ascensão de movimentos sociais de cunho patriarcal-moralista (movimento antigay, antifeminista, antiaborto), de uma expansão sem precedentes de organizações neofascistas, e na rearticulação política neoliberal nos termos da *New Right*.

Os aparelhos neofascistas norte-americanos buscam trabalhar basicamente no sentido de recuperar tanto o sonho americano para o ‘povo eleito’ (WASP – *white anglo-saxon protestant*) quanto a moral puritana perdida para a ‘terra prometida’. Ao contrário da *New Right*, neofascistas não costumam atuar diretamente na sociedade política, atendo-se aos limites da sociedade civil. Contudo, não se escondem por baixo dos velhos capuzes brancos como a KKK, assumindo aberta e claramente os objetivos de sua luta e desde de 1990 se autodenominam patriotas.

BIBLIOGRAFIA

ALTMAN, N.; TIEMANN, J. Racismo como uma defesa maníaca. In: LEVINE, M.; PATAKI, T. (Org.). **Racismo em mente**. São Paulo: Madras, 2005.

ANDRADE, J. E. O processo de modernização conservadora na Alemanha e suas repercussões sociais na transição para o século XX. In: **Cadernos de História**, ano 2, v. IV. n. 2., p. 150-166, 2007.

BELL, D. **The end of ideology**: on the exhaustion of political ideas in the fifties. New York: Free Press, 1965.

BERLET, C.; LYONS, M. **Right-wing populism in America**: too close for comfort. New York: Guilford Press, 2000.

BERLIN, I. **Gerações de cativo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BRENNER, R. **O boom e a bolha**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRINKLEY, A. **Voices of protest**: Huey Long, Father Coghlin and the Great Depression. New York: Alfred Knopf, 1982.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V. 1).

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V. 2).

_____. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V. 3).

- CORIAT, B. **El Taller y el cronometro**. Mexico: Siglo XXI, s/d.
- D'SOUZA, D. **The end of racism: principles for a multiracial society**. New York: The Free Press, 1995.
- DIAMOND, S. **Roads to Dominion: right-wing movements and political power in the United States**. New York: Guilford Press, 1995.
- DOBRAZ, B.; SHANKS-MEILE, S. **The White separatist movement in the United States: white power, white pride!** Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 2000.
- GENOVESE, E. **A economia política da escravidão**. Rio de Janeiro, Pallas, 1976.
- _____. **A terra prometida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. V. 3.
- GREGOR, J. **The search for neofascism: the use and abuse of social science**. New York: Cambridge Univ. Press, 2006.
- HIMMELSTEIN, J. **To the Right: the transformation of American conservatism**. California: Univ. of California Press, 1990.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- JAMESON, F. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- KARNAL, L. et al. (Org). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.
- LIMONCIC, F. Do pacto nacional à globalização: Estado e sindicato na regulação do capitalismo norte-americano. **Revista de história regional**, v. 4, n. 1, verão 1999.
- LOPEZ, I.; F. Haney. **White by law: the legal construction of race**. New York: New York Univ. Press, 1996.
- MAYER, A. **A força da tradição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

NGAI, M. A estranha carreira do imigrante ilegal: restrições à imigração e política de deportação nos estados Unidos 1921-1965. **Tempo**, v. 13, n. 25, 2008.

RIDGEWAY, J. **Blood in the face**. New York: Thunder's Mouth Press, 1995.

RYAN, N. **Into a world of hate**: a journey among the extreme right. New York: Routledge, 2004.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. São Paulo: Edusc, 1999.

SPIRO, J. P. **Defending the master race**: conservation, eugenics and the legacy of Madison Grant. Burlington: University of Vermont Press, 2009.

SWEEZY, P.; MAGDOFF, H. **A crise do capitalismo americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SWEEZY, P.; BARAN, P. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

TUCKER, R. **The Dragon and the Cross**: the rise and fall of the Ku Klux Klan in Middle America. Hamden, Connecticut: Archon Books, 1991.

WOOD, E.; FOSTER, J. B. (Org). **Em defesa da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ANTISSEMITISMO E RACISMO NA REDE: O CASO DA REVISÃO EDITORA

Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus^{1}*

É comum encontrar circulando livremente na internet páginas que divulgam propostas intolerantes, principalmente racistas. Grande parte desses sites é de responsabilidade de grupos de extrema direita. Além de divulgarem suas propostas o objetivo desses movimentos é utilizar a rede internacional de computadores para angariar adeptos.

A eficiência de tal iniciativa, principalmente entre os jovens, ficou comprovada por inúmeros casos de estudantes que praticaram violências em ambientes escolares após ter contato com sites do gênero. Um exemplo marcante foi a tragédia High School de Red Lake, (cidade rural localizada no norte do Estado de Minnesota, Estados Unidos), em março de 2005, quando ficou comprovada a ligação de um do estudante secundário com sites neonazistas, quando matou sete pessoas, feriu quatorze e depois se suicidou.²

Inúmeras hipóteses são utilizadas para explicar tais atitudes, entre elas, a banalização e o conseqüente fascínio pela violência na sociedade contemporânea, a falta de iniciativas sérias ligadas à educação, a violência na escola e a distorção do que sejam práticas de intolerância. Entretanto, o descaso com as páginas da internet que induzem a intolerância e a violência, poucas vezes é invocado pela

^{1*} Doutorando em História – Unesp-Assis, Bolsista Fapesp.

² Conferir o artigo: Culturas de armas e violência. *Jornal de debates.com. br.* 16 abr. 2006. Disponível em www.jornaldebates.ig.br. Acessado em: 24 ago.2007.

mídia e pelos órgãos competentes, como iniciativa responsável por tais acontecimentos. Pode-se dizer que essa negligência também parte dos educadores que, por desconhecimento ou por falta de informação, deixam de abordar tal assunto na sala de aula.

Mesmo no meio acadêmico, onde tais iniciativas são demasiadamente discutidas, os especialistas desconsideram o contato dos estudantes com *sites* racistas. O uso indiscriminado desta infovia por parte dos estudantes deve ser uma preocupação constante, pois, a possibilidade de tal mídia distorcer concepções acerca de iniciativas intolerantes como nazismo e fascismo é um problema real dentro das novas práticas sociais ligadas à internet.

No Brasil a responsabilidade de discutir e combater o racismo na sala de aula ganhou relevância com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados a partir de 1996. Nesse sentido, destaca-se o tema transversal, pluralidade cultural.³ Entre seus objetivos pode-se salientar o item 6: “repudiar toda discriminação baseada em diferença de raça, etnia, classe social, crença religiosa, sexo, etc” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1998, p. 137-141). Nos últimos anos a discussão teve um maior incentivo pela criação das leis 10639 de janeiro de 2003 e 11645/08 de março de 2008 que estabeleceram respectivamente a obrigatoriedade do ensino da História Africana e indígena nos currículos escolares. Nada mais justo se pensarmos que ainda hoje a formação do professor de História está presa a um conteúdo eurocêntrico, no qual a contribuição da cultura africana e indígena é preterida a favor de uma história centrada na visão europeia mediterrânea. Tais leis foram criadas para solidificar o desejo de reparar um descaso histórico da educação com duas importantes matrizes da cultura brasileira, além de incentivar a discussão á respeito do racismo e discriminação racial na sala de aula.

³ Os temas transversais (ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo) foram propostos por serem considerados de grande relevância para sociedade atual, a ponto de poderem ser discutidos em todas as áreas do conhecimento atravessadas pelo documento (língua portuguesa, estrangeira, matemática, ciências naturais, história, geografia, arte e educação física), incentivando-se, assim, a prática da interdisciplinaridade. (Cf. Secretaria de Educação Fundamental, 1998).

No entanto, se temas transversais e leis específicas direcionaram positivamente a discussão em sala de aula para a importância do combate à discriminação e do racismo, por outro lado, ela passou a ser focada, na maior parte das vezes, para a intolerância resultante da discriminação contra o negro. Desta forma, pode-se dizer que nestes casos há uma confusão referente ao entendimento do termo racismo.

A Lei Federal referente ao racismo, a de número 7716 de 5 de janeiro de 1989, que afirmava no seu artigo 1º “Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de raça ou de cor” (BRASIL, 1989), ganhou nova redação em 13 de maio de 1997, com a lei 9459: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1997). Assim, além de se discutir o preconceito resultante do racismo referente ao negro e sua importante contribuição cultural, situação mais que urgente no Brasil, de acordo com que se propõe nossa legislação e as novas propostas curriculares para educação, se deve aproveitar essa discussão para salientar também outras formas de discriminação e racismo, como a social, a religiosa e a de procedência nacional.

No que se refere às aulas de história são várias as temáticas que possibilitam abrir o leque para esta discussão. Nesse sentido, o tema do nazismo é uma situação privilegiada para se abordar uma forma de discriminação e racismo que muitos acreditam ser exclusividade do mundo europeu, por isso pouco discutida na sala de aula no Brasil, o antissemitismo.

O nazismo e o Holocausto judeu são temas que por sua peculiaridade dentro da história da humanidade, exercem fascínio nos alunos. Longe de ver tal interesse de forma negativa, essa situação pode possibilitar aos educadores exercitar o senso crítico perante o racismo e a intolerância ou, ainda, como salienta Adorno, é uma forma de não esquecer tal barbárie, evitando que ela não volte acontecer (ADORNO, 1995). No entanto, se a abordagem sobre o nazismo for feita sem a análise crítica que o tema merece, a partir do desconhecimento ou do desinteresse do educador, se pode ter um efeito contrário, criar juízos e valores arbitrários que comprometam a formação do discurso e de uma postura democrática dos alunos.

No final dos anos 1990, ainda como professor do ensino médio e fundamental, ao pedir aos alunos da oitava série uma apresentação sobre alguns temas referentes à II Guerra Mundial, tive o infortúnio de sentir as consequências frente à influência do racismo no dia a dia escolar, por meio da internet. Notei nas suas exposições um discurso estranho, no qual falavam em “Grande mentira do Século”, “A Lenda de Auschwitz” e “Plano Judaico de Dominação Mundial”. Posteriormente, ao conversar com alguns desses alunos e lendo seus materiais de pesquisa descobri que tinham colhido textos em um *site* neonazista e o que era pior, este teria sido recomendado por colegas da escola.

Incentivado por tal iniciativa passei a pesquisar *sites* neonazistas e verifiquei que a maior parte deles tentava camuflar suas tendências ideológicas discriminatórias em discursos aparentemente históricos e/ou didáticos. Notei que na grande variedade de páginas racistas presentes na internet, os neonazistas eram os mais preocupantes, pois não deixavam suas propostas intolerantes evidentes. Dentre estes, os que chamaram maior atenção foram os autodenominados revisionistas históricos, que se proclamavam defensores de uma “verdade histórica” e se posicionavam contra o que denominavam a “Mentira do Século”, segundo eles, o Holocausto.

Em uma destas páginas virtuais havia textos didáticos prontos para pesquisas escolares. Os argumentos eram apresentados com um aparente rigor histórico, salientando que o Holocausto nunca existiu e que os judeus, juntamente com os vencedores da II Guerra, teriam inventado todo o genocídio praticado pelos nazistas. Afirmavam, ainda, que a economia brasileira e mundial era articulada por judeus que queriam dominar o mundo. Um discurso comprometido com uma postura ideológica de extrema direita que ganhava adeptos junto aos internautas incautos, entre eles, alunos do ensino médio e fundamental que não tinham o conhecimento necessário para discernir tal posicionamento. Verifiquei que um destes *sites* era de uma editora do Rio Grande do Sul denominada Revisão Editora, responsável pela divulgação de livros didáticos e históricos com esta visão.

Diante disto, a responsabilidade de educador e historiador insti-

gou-me a uma longa pesquisa sobre a editora e suas diversas estratégias de divulgação de seus ideais. Procurei balizar a pesquisa a partir de 1987, ano de sua fundação, até 2003, momento no qual, processos judiciais contra a empresa ganharam repercussão nacional.

A REVISÃO EDITORA

A editora Revisão começou a funcionar em 1987. Sediada em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, ela pertence a Siegfried Ellwanger, descendente de imigrantes alemães, que adotou o pseudônimo de S. E. Castan.

A Revisão especializou-se em difundir propostas que contestam a existência do Holocausto, o que a insere no movimento denominado revisionismo histórico. Com número não desprezível de adeptos, nos EUA e Europa, o movimento propõe-se a reinterpretar os acontecimentos da II Guerra, o que lhe valeu, nos meios acadêmicos, a denominação de negacionista, pois ao analisá-lo detalhadamente, notou-se que, as principais características de seus integrantes são a defesa do antissemitismo e, principalmente, a negação do Holocausto.⁴ A editora Revisão é o principal pólo dessas propostas no Brasil, além de se destacar em textos especializados como responsável por atitudes neonazistas (Carvalho & Khan, 1994).

⁴ O movimento negacionista tem como seu principal objetivo negação da morte sistemática dos judeus nos campos de concentração, na tentativa de redimir os crimes de guerra nazista. É difícil determinar uma gênese ou um modelo político-cultural para o revisionismo negacionista como prefiro denominá-lo, pois para dar credibilidade às teses defendidas, seus adeptos se apropriam de diversas tendências e ideologias, muitas vezes contraditórias. Na Alemanha e nos EUA, onde foram formuladas as principais teses e grande parte da produção negacionista, o movimento está intimamente ligado à extrema direita. Na Itália, Suécia e Austrália o negacionismo combina seu antissemitismo a uma extrema esquerda revolucionária. Nos EUA o movimento é responsável por uma entidade, o *Institute for Historical Review*, com sede em Newport Beach (Califórnia). O Instituto tem forte ligação com o *Liberty Lobby*, uma das mais antigas associações xenófobas e fascistas do país, que dispõe de forte esquema propagandístico: publicações de livros, um jornal anual (*Journal of Historical Review*), e um site <<http://www.ihr.org>>. Para maiores informações sobre o movimento conferir Jesus (2006, p. 34-50).

A análise atenta da trajetória da Revisão Editora na pesquisa evidenciou que ela passou por três momentos distintos entre 1987 e 2003. O primeiro, de 1987 até 1996, diz respeito ao momento que os livros associados ao negacionismo e ao antissemitismo, foram publicados ou revendidos com certa liberdade pela editora. Entre essas obras pode-se citar: *Holocausto: Judeu ou Alemão? Nos bastidores da Mentira do Século* (1987), *Acabou o gás! O fim de um mito – O Relatório Leuchter*, sobre as alegadas Câmaras de Gás (1989), *SOS para Alemanha* (1990), *Implosão da mentira do século* (1992) de Castan, e as obras de Gustavo Barroso, *História secreta do Brasil I e II e Brasil: Colônia de Banqueiros* (1989), *Quem escreveu o Diário de Anne Frank?* (1990), de Faurisson, *Os Conquistadores do Mundo* de Louis Marschalko (1992) e *Hitler: Culpado ou Inocente?*(1989) e *O massacre de Katyn* (1989) de Sérgio Oliveira.⁵

A segunda fase, de 1996 a 1999, relaciona-se a uma mudança na forma de divulgação das obras, pois nesta época, Castan envolveu-se em vários processos e viu-se obrigado a valer-se de artifícios para contornar proibições legais.⁶ Finalmente, no último momento, 1999 a 2003, a editora configurou-se pelo fato de disponibilizar seus ideais no site, www.revision.br. Nesta fase, a internet tornou-se o veículo privilegiado para divulgação, e foi preciso pesquisar como a página foi utilizada em torno dos ideais da empresa. Ficou claro que a Revisão Editora apropriou-se de valores provenientes de grupos distintos, que incluíam: nacionalistas, xenófobos, nazistas, neonazistas e antissemitas. Vale mencionar que, para um leitor incauto, tais estratégias de fato poderiam acabar por tornar difusos os principais intuitos da editora.

Nesta fase da pesquisa, o acompanhamento sistemático do *site* e o arquivamento do material disponibilizado foram primordiais para o entendimento das estratégias de divulgação da editora, pois o funcionamento da página foi dinâmico, variando segundo as iniciativas racistas antissemitas da editora e os objetivos que pretendia atingir.

⁵ Sobre os livros conferir: CRUZ, 1997 e JESUS, 2006, p. 51-120.

⁶ A principal fonte utilizada nesta fase da editora foi o catálogo. Conferir: JESUS, 2006, p. 121-160.

A REVISÃO EDITORA E SEU ESPAÇO VIRTUAL

O *site*, www.revision.com.br, foi colocado à disposição dos usuários em 01 junho de 1999. Além de comercializar livros o espaço virtual continha artigos negacionistas de autores nacionais e internacionais, contemporâneos e antigos.

A reorganização da página ocorria semestralmente. Os artigos eram agrupados no *site* de acordo com o ano de sua exibição. Assim, quem visitasse a página em 2002, encontraria subdivisões: artigos de 1999 (apenas um semestre); artigos de 2001 (dois semestres juntos).

Esta terceira fase da editora foi dinâmica, sendo possível destacar três momentos principais no que se refere o *site* da Revisão. Entre 1999 e 2000, a página na internet era mera extensão do espaço físico da Revisão, por isso foi utilizada para exibir fragmentos de textos e teses antissemitas publicados pela editora, além de comercializar as obras por meio de um catálogo virtual.

Nesse primeiro momento do *site*, os textos presentes eram estritamente ligados à causa negacionista, sobressaía, assim, o caráter propagandístico do material. A função da página neste momento era difundir as teses negacionistas e antissemitas. Os títulos dos primeiros artigos vinculados no *site* deixam evidente tal objetivo: *Porque os judeus mentem a respeito de sua verdadeira população mundial; Quem provocou a II Guerra Mundial; Auschwitz: Fatos e Lendas; Anne Frank em Nova Versão; A verdadeira história do levante do Gueto de Varsóvia; Banqueiros judeus financiaram Hitler?; Quem foram os verdadeiros ladrões de dentes de ouro.*

Castan também se valeu da página para acusar a imprensa de estar a serviço do sionismo e para apresentar sua versão dos embates em que se envolveu. Exemplar, nesse sentido, foi a entrevista que ele concedeu, por e-mail, em 16 de fevereiro de 2000, para a revista *IstoÉ*. A matéria não foi publicada, mas Castan disponibilizou-a no *site* (CASTAN, 1999).

A Revisão Editora moveu processos por calúnia e difamação contra a revista *Manchete*, os jornais *Folha de S. Paulo* e *Notícias Populares*. Particularmente em relação à *Folha*, que o teria acusado de

racista e neonazista em artigos publicados nos dias 6, 11 e 13 de abril de 2000, afirmou:

Apontar-me como EDITOR NAZISTA, NEONAZISTA, RACISTA E ANTISSEMITA é sem dúvida uma das maiores ofensas que se pode atribuir a uma pessoa, quando após mais de 50 anos, diariamente até hoje, o nazismo é apresentado e acusado pela mídia, cinema e TV, como autor dos maiores crimes cometidos contra a humanidade. Quem não me conhece tem todas as possibilidades de acreditar nesse que é o jornal de maior tiragem e circulação do país. (CASTAN, 2001).

A Revisão Editora também se envolveu em conflitos com os jornais *Zero Hora* (Porto Alegre) e *O Dia* (Rio de Janeiro).

Em 1996, Castan foi condenado pelas Câmaras Reunidas de Porto Alegre por racismo, mas como não houve unanimidade na votação do crime ele pode recorrer do resultado do processo. Em 2001 as pendências criminais ainda estavam tramitando na Vara de Execuções Criminais do Foro Central de Porto Alegre, quando, junto ao processo movido pelo MOPAR (Movimento Popular Antirracismo) e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, foi anexada uma notícia crime sobre a divulgação de ideias racistas no *site* da editora. Em março a apelação feita por Castan ao STJ de Porto Alegre foi negada, e em dezembro do mesmo ano, a condenação foi mantida.⁷ Desta forma, pode-se constatar que não foi por acaso que, em 2001, ocorreu uma mudança significativa na página virtual, marcando o segundo momento do *site*. Os responsáveis pela editora passaram a apropriar textos de linhas ideológicas e políticas opostas, diluindo seu discurso antissemita entre propostas meramente nacionalistas.

A editora estava passando por dificuldades financeiras e solicitava, por meio da página, a colaboração de seus usuários. Ao diversificar suas propostas, ela abria maiores possibilidades de angariar subsídios financeiros, que não se limitariam àqueles que compartilhavam da intolerância antissemita. A possibilidade de o antissemitismo ser diluído entre

⁷ Sobre os processos contra Castan conferir: JESUS, 2006, p. 121-160).

discursos nacionalistas também contribuía para adoção de tal estratégia, pois possibilitava a colaboração daqueles que se sentiriam constrangidos em fazer “doações” a uma editora que propagava a intolerância. Entretanto, o intuito antissemita da editora ainda era muito evidente.

Merece destaque o fato dos artigos veiculados divergirem significativamente em termos políticos, ideológicos e até culturais. A partir deste momento, nem todos os artigos veiculados pela página abraçavam a causa do antissemitismo, da discriminação e do racismo. Tal proposta, única no início, cedeu lugar a um discurso nacionalista, que agregou tendências muito diversas em defesa da nação.

No entanto, ainda neste momento, os artigos eram apropriados de outras páginas, o que evidencia que era interesse de Castan dar essa aparência nacionalista ao *site*. É exemplar o caso dos artigos de Marcos Coimbra, como, *O governo mundial e Perigo na Amazônia*, elaborados para o jornal *Mercado Mercantil* e disponível no *site* do professor.⁸ Tais textos apropriados eram colocados na sequência de textos racistas, de forma a sugerir que o autor dos primeiros comungava das opiniões expressas pela editora. Em seus textos Marcos Coimbra criticava a globalização e a política imperialista dos EUA:

O Brasil corre sério risco. Talvez o mais grave de sua história. Existe claramente em ação a estratégia imposta pelos “donos do mundo”, os detentores do capital transnacional, líderes do sistema financeiro internacional [...] As etapas do processo estão claramente delimitadas, em linhas gerais. De início, a adoção da “globalização”, nova denominação do “neocolonialismo”, partindo dos países centrais para a periferia, com o domínio da expressão econômica do Poder Nacional, através da imposição dos ditames dos organismos internacionais: FMI, OMC, Banco Mundial, BID e outros. (COIMBRA, 2001).

Os textos de Marcos Coimbra estão inseridos num mesmo conjunto que inclui os de João Barcelos, como, *Do poder Global & do Terror*, no qual o jornalista critica a globalização e o imperialismo

⁸ Disponível em: <www.brasilsoberano.com.br>. Acesso em: 12 maio. 2001, e também Disponível no site da Revisão Editora. Conferir: JESUS, 2006, p. 175-242.

norte-americano. No entanto, diferentemente do professor, ele associava tais iniciativas aos judeus sionistas. Barcellos começava o texto com a seguinte frase: “O Eixo judaico-Americano de Poder Mundial e a Podridão Política da Onu”, e continuava:

Enquanto Israel invade e coloniza a Terra palestina, e impede o Estado da Palestina, a ONU não se manifesta, ou enquanto os EUA invadem o Iraque e a Líbia, chacinam milhares de pobres árabes, para defenderem políticas do mercado petrolífero determinadas pelo G-7, ou anuncia a possibilidade de se criar um exército amazônico internacional (sob seu comando), a Onu não se manifesta [...] Neste contexto, e no âmbito da retaliação militarista dos EUA contra os árabes, na figura místico-terrorista de Osama Bin Laden (que dirige o grupo guerrilheiro Al Qaeda) e na figura territorial do Afeganistão (dominado politicamente pelo fanatismo do grupo místico Taleban, que dá guarida ao Al Qaeda), os fanáticos colonialistas de Israel já queriam aproveitar para uma ofensiva militar global, e definitiva, contra a Palestina, o que comprova, de uma vez, a política hegemônica do ‘poder mundial’ que é uma velha bandeira do Sionismo segregacionista religioso e político, em prática no eixo judaico-americano (BARCELLOS, 2002).

Nota-se que Castan, ao agrupar textos nacionalistas (apropriados) e antisemitas estava tentando colocá-los todos no mesmo patamar, no intuito de disseminar a ideia de que o discurso do professor podia dar legitimidade ao discurso do jornalista. Neste momento, os fatores comuns aos dois articulistas eram o nacionalismo e a crítica ao capital estrangeiro. Tal estratégia assemelha-se à utilizada nos livros da editora, pois como em suas obras, no *site*, Castan distorcia o sentido do documento para, assim, dar fundamento a difusão de ideias marcadas pela intolerância (JESUS, 2006, p. 51-120). O texto do professor é uma crítica ao capital estrangeiro e não ao sionismo e ao povo judeu, no entanto, no contexto em que foi disposto, parecia endossar às críticas nacionalistas antisemitas. Além de textos de Marcos Coimbra, artigos contra a privatização da Petrobrás e de outras estatais foram apropriados e, apesar de nem sempre indicarem

autoria, assumiram posições similares às defendidas pela esquerda brasileira contemporânea.

Vale destacar, que o espaço virtual estava, aparentemente, tornando possível a convivência pacífica de grupos com tendências ideológicas opostas, mas que, supostamente, compartilhavam certos ideais semelhantes. O internauta incauto poderia supor que se tratava de crenças e valores idênticos. De fato, tal apropriação integrava uma das estratégias da editora. Com intuito de atribuir um aspecto democrático para sua página virtual, Castan se preocupou em camuflar o antissemitismo e o negacionismo em um discurso nacionalista. A partir deste momento, no *site*, o que agregava textos e autores era o nacionalismo e não mais o antissemitismo.

Os ideais antissemitas e negacionistas passaram a conviver com o exacerbado nacionalismo, unindo virtualmente grupos muito diferentes, que iam da extrema direita à extrema esquerda, mas que compartilhavam causas semelhantes como um nacionalismo radical. Os primeiros particularizavam-se pelo nacionalismo xenófobo e afirmavam desejar livrar a nação de elementos estrangeiros que seriam formados, em grande parte, por judeus apoiados pelos Estados Unidos. Os de esquerda, por sua vez, criticavam as privatizações, o capital estrangeiro e o FMI, lamentavam o fim das empresas estatais, vendidas a grupos internacionais, eram radicalmente contra a globalização da economia e pediam um Estado forte, capaz de lutar contra a ameaça do imperialismo americano. Um exemplo do discurso nacionalista de esquerda é o artigo de Joaquim de Almeida Serra:

O Brasil, devido à traição de seus 3 poderes, passará em breve a colônia dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha, dos outros membros do grupo dos Sete, das multinacionais e dos banqueiros e aproveitadores de todo tipo. O povo brasileiro, levado à pior humilhação, será escravo dos imperialistas e ficará condenado a mais negra miséria. (SERRA, 2002).

Tal texto tem conteúdo, aparentemente, semelhante ao discurso de um grupo ligado ao antissemitismo:

O que está por trás desde posicionamento anti-Humanidade e anti-Terra dos USA é um jogo econômico que visa manter o império nos níveis de dominação mundial. ‘Façam o que eu mando, mas esqueçam o que eu faço’ é o velho lema ditatorial norte-americano, cuja economia é livre para si e fechada para os outros. A atitude antiecológica dos norte-americanos demonstra que a Humanidade deve estar mais atenta à política viciada dos países que se tornaram satélites dos USA, como outrora aconteceu com os da ex-URSS, pois, é possível que a estratégia imperial norte-americana já esteja a preparar mais conflitos bélicos regionais para outras demonstrações de força, enquanto apóia a matança dos palestinos sob as armas sofisticadas dos judeus de Israel.(GRANJA, 2002).

A estratégia de Castan foi eficaz, pois, ainda em 2001, artigos de conteúdos essencialmente nacionalistas começaram a ser enviados espontaneamente à página da editora. No *A Nossa Vitória na Segunda Guerra*, o tenente coronel da aeronáutica Aldo Alvim escreve uma crítica nacionalista na qual reclama um maior reconhecimento internacional para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial:

Completamos 50 anos em que o povo brasileiro contribuiu com sangue e muitos sacrifícios para a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial é uma vitória que está atravessada na garganta. Não pelo nosso fracasso nas armas, pois para orgulho do nosso povo, isto não aconteceu. [...] A Imprensa brasileira, reporta em 6 de maio de 1995, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua visita a Inglaterra, discursou em recepção, feita pelo primeiro ministro inglês John Major, reivindicando um lugar para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, explicando que o Brasil foi um dos países mais sacrificados economicamente no Conflito e que não temos recebido nem retribuição econômica nem política por este sacrifício. [...] Caso a ONU não se modifique, ou não faça as reformas necessárias e atenda nossas reivindicações, só resta ao Brasil retirar-se da ONU, pois será uma posição mais digna do que bancar a vaca de presépio (ALVIM, 2002).

Em *Desenvolvimento Econômico e Social nos Períodos dos Governos Militares*, o General da Brigada Niaz Almeida Gerude apresenta um discurso nostálgico da época do regime militar:

O país, desde o primeiro Governo do Gen. Castelo Branco, iniciou imediatamente a faina normalizadora, tornando urgentíssima à vista das deploráveis circunstâncias em que afundara. Mister se tornara reorganizar a economia e as finanças e impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Após um curto período de recessão, com a ordem restabelecida ou, pelo menos, controlada, foi possível realizar muito, tanto no plano econômico, quanto no social, mudando a face do Brasil (GERUDE, 2002).

Neste momento, notou-se que o *site* passou a incorporar colaborações de matizes político e ideológicas variadas, pois, além dos militares citados, pode-se falar em Movimento Nova Inconfidência, que tinha na sua frente José Gil de Almeida; Grupo Guararapes, composto por militares da reserva; Said Barbosa, professor de História do Distrito Federal; Antonio Sebastião de Lima, advogado e juiz de direito aposentado; que juntaram-se aos antissemitas: Altair Reinehr, linguista e membro do Centro nacional de pesquisas históricas (CNPH), William Pierce, jornalista norte-americano, antigo membro do Partido Nazista dos Estados Unidos nos anos 40; além dos grupos Granja, liderado pelo jornalista português João Barcellos; Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI), liderado, na época, por Marcelo Santos Mendez, entre outros.

A sede de todos esses grupos era uma página na internet, seus encontros eram virtuais e possivelmente muitos dos frequentadores jamais se viram pessoalmente.

O envio espontâneo de artigos nacionalistas ao *site* da Revisão marcou o terceiro momento da página virtual. Não é possível afirmar que tais colaboradores desconheciam verdadeiro intuito da editora, mas é provável supor que, enquanto a editora só publicava textos negacionistas e antissemitas, estes autores não se aventuraram a divulgar seus artigos na página. É certo que a partir desse momento a imagem do *site* deixou de ser, aparentemente, associada ao antissemitismo.

A ESTRATÉGIA DO TEXTO ELETRÔNICO NA DIVULGAÇÃO DO DISCURSO ANTISSEMITA

Ao pontuar os três momentos do *site* pode-se levantar questões sobre o texto eletrônico e as inovações culturais e sociais ocasionadas pela internet. Primeiramente, o que se deve deixar claro, é que a estratégia de Castan de divulgar os pressupostos da Revisão Editora por meio da internet não tinha um caráter único. Constata-se que a intenção de compensar a clandestinidade e de driblar as proibições legais é uma explicação sólida, mas não resolve inteiramente o problema da editora ter escolhido a internet como principal meio de divulgação de suas iniciativas.

A informática inovou tanto no sentido material do texto quanto no seu sentido abstrato, isto é, no campo das ideias, das práticas de leitura e do papel do leitor frente ao texto eletrônico. Sendo assim, deve-se considerar o papel do texto eletrônico na história da leitura, mas também balizar a importância da informática na cultura e sociedade contemporâneas.

No que diz respeito às implicações mais amplas deve-se, primeiramente, chamar a atenção para a considerável ampliação da liberdade do leitor do texto eletrônico quando comparado ao texto impresso. Tal prática pode dialogar com o raciocínio de Michel de Certeau, que alerta para o fato do consumo também ser entendido como uma produção, isto é, “o leitor é ao mesmo tempo consumidor e produtor daquilo que recebe, ou daquilo que se apropria” (CERTEAU, 1996, p. 49-53).

Neste sentido é provável que Castan tenha antevisto uma boa oportunidade de propagar suas ideias pela internet graças a “pulverização do autor” (CHARTIER, 1998, p. 16), típica do texto eletrônico. No *site* da Revisão Editora, a noção de editor, distribuidor e autor confundia-se. Os textos enviados e/ou apropriados pela página foram editados e distribuídos, quando não alterados, por Castan.

Pode-se supor que a fragmentação das obras em pequenos textos era uma artimanha para divulgação dos livros cassados. Entretanto o reordenamento destes artigos, colocados ao lado de outros de natureza

e conteúdo distintos, evidencia que tal estratégia tem consequências mais profundas. Segundo Chartier (1998, p. 128):

Ler um artigo em um Banco de Dados eletrônico sem saber nada da revista na qual foi publicado, nem dos artigos que o acompanham, e ler o “mesmo” artigo no número da revista na qual apareceu, não é a mesma experiência. O sentido que o leitor constrói, no segundo caso depende de elementos que não estão presentes no próprio artigo, mas que dependia do conjunto de textos reunidos em um mesmo número e do projeto editorial da revista e do jornal.

Nota-se que a palavra *mesmo* foi colocada entre aspas pelo autor com intuito de demonstrar que o texto perde parte de seu significado original quando é deslocado dos demais artigos e do conjunto textual ao qual pertence. Ao fragmentar o conteúdo dos livros comercializados pela Revisão, Castan pretendia não só divulgar teses antissemitas e negacionistas, mas também encobrir o conteúdo paradoxal de suas afirmações, já que a fragmentação possibilita uma manipulação maior do sentido.

No texto eletrônico, a liberdade do leitor pode-se impor à função de autor. No entanto, deve-se deixar claro que a gradação desta liberdade foi um processo e não se desenvolveu exclusivamente com a revolução da informática e o aparecimento do texto eletrônico. Segundo Chartier (1998, p. 67), tal processo é uma evolução que começou no século XVIII com a desmaterialização da propriedade do autor, que até então tinha total propriedade do texto manuscrito que enviava para a editora para ser impresso:

Na prática da comunidade dos livreiros e gráficos de Londres, considerava-se que o objeto da propriedade, do *copyright*, era o manuscrito da obra que o livreiro tinha depositado e registrado. Este manuscrito devia ser transformado em livro impresso, mas ele continuava sendo o fundamento, a garantia e o objeto mesmo sobre o qual se aplicava o conceito *right in copies*, isto é, do direito sobre o exemplar, direito sobre o objeto. Durante o século XVIII, todo um trabalho foi feito para desmaterializar essa propriedade, para fazer com que ela

se exercesse não sobre um objeto no qual se encontra o texto, mas sobre o próprio texto, definido de maneira abstrata pela unidade e identidade de sentimentos que aí se exprimem, do estilo que tem, da singularidade que traduz e transmite.

É a partir desta desmaterialização da propriedade do texto que Chartier sugere explicar a revolução do texto eletrônico. O historiador francês afirma que tal revolução suplementa esse processo de desmaterialização, que começou no século XVIII:

O que produz de fato a revolução do texto eletrônico, senão um passo suplementar no processo de desmaterialização, de descorporalização da obra, que se torna muito difícil de estancar? Todos os processos modernos, sobre a propriedade literária, em particular, em torno da noção de imitação, de plágio, de empréstimo, já estão ligados a esta dupla questão: a dos critérios que caracterizam a obra independentemente de suas diferentes materializações e a de sua identidade específica. A distinção entre a obra e o conjunto das materialidades, das formas por meio das quais ela pode ser vista ou ouvida, designa ela própria o lugar de uma questão ao mesmo tempo jurídica e estética que é preciso aprofundar. (CHARTIER, 1998, p. 67).

A partir de tal constatação pode-se explicar porque o texto eletrônico tornou-se importante instrumento para a Revisão Editora. Castan pôde, então, manipular o sentido e a materialidade do conteúdo da página virtual. O texto eletrônico, além de propiciar maior distância do leitor, tanto intelectual quanto fisicamente, é mais flexível, por permitir que o leitor também se torne produtor, dependendo da forma como se apropria do material.

A autoridade do autor perde-se mais facilmente do que no impresso, que se apresenta acabado, o que torna qualquer intervenção do leitor mais evidente. A própria característica “material” do texto eletrônico é menos submetida às regras, suas fronteiras não são tão facilmente visíveis como as que delimitam o impresso que se encerra com a encadernação. No suporte eletrônico há a possibilidade de entrecruzar não só as palavras e parágrafos, mas também ideias. Neste

sentido vale destacar o programa denominado P. D. F, que impede, em parte, a intervenção no texto eletrônico. No entanto, mesmo que não possa substituir, adicionar ou extrair o conteúdo do texto, pode-se selecionar trechos e colocá-lo “fora do contexto”, lhe dando novo sentido que, originalmente poderiam não ser o do autor. Sendo assim, pode-se dizer que a seriação eletrônica, a revolução da informática e a popularização do texto eletrônico têm resultados antagônicos: “às vezes, a proliferação do universo textual acabou por levar ao gesto destruição, quando deveria ser considerada a exigência da conservação” (CHARTIER, 1998, p. 128).

As reflexões sobre o texto eletrônico e sua apropriação pela Revisão coloca a questão das formas de uso do espaço virtual por grupos neonazistas e/ ou nacionalistas que estão utilizando as infovias a favor de seus ideários. A iniciativa levou estudiosos do tema a constatarem a presença de um ciberfascismo na rede de computadores (KHAN, 2000).

Sites neonazistas na internet tornaram-se presença marcante a partir da década de 90, época que começaram a surgir definições como Revolução Digital (NEGROPONTE, 1995) e Revolução Informacional (CASTELLS, 2001a). Segundo o sociólogo Manuel Castells, tal revolução viria complementar o mundo tal como produzido pela Revolução Industrial, possibilitando, a partir da década de 70, a formação de redes em todas as estruturas da sociedade. Nesta sociedade de redes, o fluxo de informação é o fator primordial. Tais redes podem ser simbolizadas por “um conjunto de nós interconectados (...) estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicações” (CASTELLS, 2001a, p. 498). Essa definição ampla apresentada por Castells abarca redes de bolsas de valores, de terrorismo internacional, de países interligados por tratados comerciais até as de computadores.

No que se referem à esfera da informática, as redes possibilitaram um novo tipo de espaço: o ciberespaço⁹, o que, por sua vez, contribuiu para uma sociabilidade virtual. Segundo Pierre Lévy

⁹ O termo denominado por William Gibson em seu livro *Neuromancer*, em 1984.

(1998, p. 94-95), esta nova comunidade se aparenta a uma sociedade anônima, pois seus cidadãos estão distantes uns dos outros, mas, mesmo assim, podem trocar experiências e conhecimentos num “espaço antropológico” (LÉVY, 1998, p. 127), que produz a chamada “inteligência coletiva”. Todas estas definições surgiram como propostas metodológicas para estudar este novo espaço, diverso de outras formas de sociabilidade, pois a principal característica seria desterritorização:

[...] o ciberespaço, o interior das redes digitais, é uma esfera desterritorizada que perpassa todos os espaços geográficos sem pertencer a nenhum local específico. Esta desterritorização é a base do problema sobre como manifesta, nesta nova esfera, o poder político do mundo físico [...] (SILVEIRA, 2000, p. 10).

Assim pode-se dizer que o fim das fronteiras físicas trouxe um duplo efeito social. Primeiro, ao agregar grupos anônimos de localidades distantes, o ciberespaço pode deslocar seus usuários, sem necessariamente tirá-los de seu território físico, fator preponderante no final do século XX, principalmente para grupos nacionalistas que buscavam afirmar sua identidade, reivindicando um sentimento de pertença a uma localidade e cultura específica (CASTELLS, 2001b; 2001c). O segundo fator coloca em questão o Estado Nacional, pelo fato do ciberespaço ser uma comunidade que está além das fronteiras físicas do espaço nacional.

Assim, pode-se imaginar que este mundo virtual é o oposto do mundo real. No entanto, segundo Lévy (1996), isso não ocorre, pois há presenças, trocas e iniciativas neste espaço, conclusão semelhante a de Sérgio Amadeu da Silveira (2000, p. 11), para quem “a Rede não pode ser pensada como algo irreal, nem o ciberespaço como algo incapaz de criar uma demanda política no mundo físico territorializado”. (Silveira, 2000, p. 11) Por isso, pode-se afirmar que o fato de estar além dos limites do Estado não impede, que se formulem leis que tentem regular o ciberespaço. No entanto, na prática a questão tem se revelado bastante complexa:

Seja o ciberespaço pensado ou vivido como uma esfera distinta das identidades tradicionais, seja como reforço de velhas tradições, ideológicas, nacionais, criminosas, a política e as instituições políticas precisarão adequar-se aos seus formatos e às novas relações tempo-espaço que serão criadas. (SILVEIRA, 2000, p. 11)

Há cooperação entre países para impedir a divulgação de *sites* considerados impróprios¹⁰, também há o acordo internacional de Wassenaar, que considera prática perigosa a criptografia, técnicas e códigos utilizados para manter uma informação digital segura. O problema estaria na adequação das leis a este novo espaço peculiar. Por mais que haja colaboração entre as nações, as tentativas de controle esbarram no fato da rede ser “um fluxo permanente de informação”, em essência transnacional. Assim, como legislar a respeito de um *site* que está em um provedor de outro país submetido, portanto, a outra legislação. A brecha dá margem à difusão do racismo, que por sua vez, se apóia no direito de liberdade de expressão. Nos Estados Unidos e na Espanha, por exemplo, livros e discursos neonazistas são comercializados livremente, pois nestes países a liberdade de expressão se sobrepõe ao racismo, razão pela qual a maioria dos *sites* desse gênero está presente em provedores norte-americanos e espanhóis.

Pode-se afirmar que a des-territorização foi um fator determinante para Castan escolher a infovia para divulgação se suas teses racistas/antisemitas. Ele se valeu desse meio com o intuito de divulgar livros que estavam proibidos de circular. Isso não lhe garantiu anonimato, porém assegurou a possibilidade de continuar difundido seu ideário. Em junho de 2003, quando o *site* da editora desapareceu de seu endereço habitual devido aos problemas judiciais, pode-se encontrar textos de Castan em um provedor espanhol que continha vários *links* neonazistas, nazistas e negacionistas.¹¹

¹⁰, A ação internacional foi denominada ‘Operação Catedral’ (Silveira, 2000, p. 77).

¹¹ Disponível em: <www.libreopinion.com/members/topcins/>. Acesso em: 22. dez. 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual discussão a respeito da rede e suas problemáticas devem levar em consideração a afirmação de que a “atividade técnica é intrinsecamente política” (LÉVY, 1997, p. 60), ou seja, a infovia como qualquer outro meio de comunicação, é, antes de tudo, mediadora de interesses, seja de um grupo ou de um indivíduo, portanto, não se pode defini-la meramente segundo parâmetros negativos ou positivos.

No entanto, educadores, pautados nos novos parâmetros curriculares e atentos ao uso indiscriminados da internet pelos alunos, têm a responsabilidade de estarem cientes dos posicionamentos intolerantes e racistas contidos na rede, e utilizar isto como ferramenta para exercitar o senso crítico e antirracista na sala de aula, com vistas á formação da cidadania do seu corpo discente. Além disso, é urgente também a conscientização da necessidade de acordos internacionais que regulem o ciberespaço, visando coibir tanto as atuações de grupos neonazistas ligados à extrema direita, como também a pedofilia e outras atividades que se valem da agilidade e da ausência de regras gerais na rede.

Por isso, o debate em torno do neonazismo na internet precisa ser intensificado. É importante ressaltar que a Revisão Editora não pode ser tomada como algo isolado e único, pois foi criada nas últimas décadas do século XX, num momento marcado por grandes transformações, fruto da globalização, da revolução da informática e de um amplo reordenamento da política internacional contemporânea, que intensificou a proliferação das gangues neonazistas, dos nacionalismos xenófobos e dos movimentos separatistas e fascistas.

Há vários grupos neonazistas semelhantes ao de Castan, que se dizem revisionistas e que divulgam suas teses na internet. Pode-se afirmar que estes grupos são mais perniciosos que os próprios nazistas, que deixam claro seus posicionamentos, pois por meio de estratégias variadas, tentam diluir o racismo no nacionalismo e num pretensão discurso de caráter histórico. É preciso valer-se dos instrumentos da ética e da história para evidenciar a natureza discriminatória desses grupos, inclusive daqueles que afirmam estar “divulgando a verdade histórica” ou dando novas versões dos fatos.

Neste sentido, reitera-se que o interesse pela Revisão Editora e pelas suas estratégias partiu da já citada dupla preocupação: primeiramente, de historiador, baseada na indignação de notar que os acontecimentos históricos estão sendo relativizados sem critérios propriamente historiográficos, ou seja, seguindo interesses discriminatórios, políticos, ideológicos e propagandísticos; segundo, de educador, ao visualizar durante minha prática docente, textos negacionistas sendo utilizados de forma intensa em trabalhos escolares que abordavam o tema da II Guerra Mundial, sem conhecimento ou posicionamento crítico.

Assim, pode-se dizer que o negacionismo, o neonazismo ou qualquer outra forma de postura intolerante e sua divulgação na internet, soam como provocação, tanto aos historiadores quanto aos educadores, que devem neste momento, se posicionar, tendo em vista o estabelecimento de uma visão crítica e ética da história, iniciativa essencial numa época em que essa virtude se encontra tão ameaçada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: _____. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRASIL. Lei n. 7716, de 5 de janeiro de 1989. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília, DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L7716.htm>. Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. Lei n. 9459, de 13 de maio de 1997. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília, DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9459.htm>. Acesso em: 20 jan. 2010.

CARVALHO, S. E. & KHAN, T. Dossiê Neonazismo. Boletim de Informação do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e da Comissão Teotônio Vilela. **Revista de História**, São Paulo, n. 129-131, p. 244-266, ago./dez. 1993 a ago./dez. 1994.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

_____. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. **O poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001b. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V. 2).

_____. A unificação da Europa: globalização, identidade e Estado em rede. In: _____. **Fim de milênio**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001c. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V. 2).

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 1998.

CRUZ, N. R. **Negando a História**. A Editora Revisão e o neonazismo. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

Culturas de armas e violência. **Jornal de debates.com.br**. 16 abr. 2006. Disponível em: <www.jornaldebates.ig.br> Acesso em: 24 ago. 2007.

KHAN, T. **Ensaio sobre racismo**. São Paulo: Conjuntura, 2000.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era informática**. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyla, 1998.

_____. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

NEGROPONTE, N. **Vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, C. G. **Antissemitismo e Nacionalismo: negacionismo e memória**. Revisão Editora e as estratégias da intolerância. São Paulo: Unesp, 2006.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Pluralidade Cultural. In: **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Temas Transversais. Brasília: MEC, 1998.

SILVEIRA, S. A. **Poder no ciberespaço: o Estado Nação, regulamentação e o controle da internet**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FONTES

ALMEIDA, J. G. **Movimento Nova Inconfidência – manifesto**. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2001.

ALVIM, A . **Nossa vitória na Segunda Guerra**. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2002.

Anne Frank em Nova Versão. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 10 dez.1999.

BARCELLOS, J. **A estética ideológica do sionismo na morte lenta da humanidade**. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em 28 fev. 2002.

CASTAN, S. E. **A verdadeira história do levante do gueto de Varsóvia**. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 10 dez. 1999.

_____. **Banqueiros judeus financiaram Hitler?** Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 10 dez.1999.

_____. **Direito de resposta contra Folha de São Paulo**. maio. 2000. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2000.

_____. **Quem provocou a II Guerra Mundial**. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 10 dez.1999.

COIMBRA. **O perigo na Amazônia**. Disponível em <www.revision.com.br>. Acesso em 12 fev. 2002.

_____. **O governo mundial**. Disponível em <www.revision.com.br>. Acesso em 12 fev. 2002.

Como o jornal “zero hora” mutilou importante entrevista de S. E. Castan. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 10 dez. 1999.

ENTREVISTA de S. E. Castan não publicada pela revista *IstoÉ*. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 10 dez. 1999.

FAURISSON, R. **Auschwitz: fatos e a lenda**. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 10 dez.1999.

GERUDE, N. A. **Desenvolvimento econômico e social no período dos governos militares**. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2002.

GRANJA, G. **Do poder global & do terror.** Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2002.

_____. **Irmandade da abjeção.** Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2002

_____. **Norte-americanos barram berço da Terra.** Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2002

NERY, S. **Petrobrás – Genealogia.** maio 1999. Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 20 maio 2002.

SERRA, J. A **O partido de Tiradentes.** Disponível em: <www.revision.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2002.

A INTERNET E O DESPERTAR ÁRABE – COMO O FACEBOOK SUPLANTOU AS VERDADEIRAS RAÍZES OPERÁRIAS E MILITANTES RUMO À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO EGITO¹

Luciana Garcia de Oliveira^{2}*

*“Não seria mais fácil para o governo
dissolver o povo e eleger outro?”*

Bertold Brecht, 1953

¹ Desde a vitória do candidato Mohammed Morsi da Fraternidade Muçulmana, nas eleições presidenciais no Egito, é possível defrontar-se com uma nova linha política, a qual presume o afastamento da antiga aliança com os Estados Unidos e com os países do Golfo do petróleo. O último anúncio dessa nova configuração, apareceu na página oficial da presidência do Egito na internet, a qual contém um registro sobre a próxima visita à China e ao Irã, numa demonstração clara de um real retorno à adoção de uma política externa independente, com vistas a discutir questões cruciais sobre o mundo árabe, como a atual situação na Síria e sobretudo a questão palestina. Decisões que afrontaram os ditames da Arábia Saudita e, ao mesmo tempo, desmistificou a ideia, propagada pelo Ocidente, de que um “Crescente Xiita” liderado pelo Irã seria uma constante ameaça às comunidades sunitas no Oriente Médio.

^{2*} Pós-graduada em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP) e integrante do grupo de trabalho sobre o Oriente Médio e Mundo Muçulmano, pertencente ao Laboratório de Estudos sobre a Ásia da Universidade de São Paulo (LEA-USP).

PANORAMA GERAL

Muito recentemente, desde a emergência da incidência de revoltas na Tunísia, é possível nos depararmos com uma enorme quantidade de discussões e publicações acadêmicas, contendo uma insistência ocidental acerca da importância das mídias sociais no desencadeamento do fenômeno da chamada Primavera Árabe. O que, segundo as palavras do jornalista Tarak Barkour, da rede *Al-Jazeera*, “é como se nunca tivesse havido revoluções e protestos políticos antes do *facebook* e da telefonia móvel”.

Essa mesma ênfase pode ser considerada como sendo um movimento bastante útil ao ocidente, uma vez que exclui deliberadamente das discussões a responsabilidade central sobre a imposição e manutenção de diversos regimes repressivos. Isso tudo, sem olvidar sobre a possibilidade de reparação financeira por toda riqueza roubada no mundo árabe.

São relativamente poucos os que atentam sobre o fato elementar do surgimento da Primavera árabe, qual seja, o momento em que gente comum arriscou a própria vida. Assim, toda a ação dessas pessoas são diariamente “apagadas” em prol da relevância na abordagem sobre as tecnologias da informação. Da mesma forma, se subtrai a participação política desses atores, como se a politização dessas mesmas manifestações, fossem algo essencialmente ocidental.

Existem, por sua vez, uma série de lições que podem ser tiradas dos processos revolucionários ainda em curso no mundo árabe, no entanto, a mais importante delas, sem dúvida, é a de que nenhuma ditadura é eterna. Em poucas semanas, os mitos sobre a suposta passividade dos povos árabes e sua incompatibilidade para a democracia foram nitidamente derrotadas, diante de tantas revoltas ocorridas em países como a Tunísia, Egito, Argélia, Marrocos, Bahrein e Iêmen.

Num olhar mais atento ao caso do Egito, embora ainda seja cedo para suposições acerca de sua futura política externa, a maioria dos analistas internacionais admite que Washington perdeu um aliado histórico que, com Israel, baseava-se sua estratégia regional. Sabe-se que,

o Egito participou, entre outras, da guerra contra o Iraque (1990-1991). Nos últimos anos, Hosni Mubarak havia tomado a frente da cruzada contra a “ameaça iraniana”, ele havia conseguido alimentar a ilusão de um “processo de paz”, exercendo pressão sobre a autoridade palestina para que ela seguisse participando nas negociações, recebendo regularmente em *Charm el-Cheikh* dirigentes israelenses que não pareciam estar interessados em acordos de paz nenhum; ele havia integrado o bloqueio a Gaza e contribuído para o fracasso de todas as tentativas de reconciliação entre o *Hamas* e o *Fatah*, até mesmo aquela negociada por outro “país moderado”, a Arábia Saudita (acordos de Meca, maio de 2007). Durante as manifestações na praça *Tahrir*, alguns manifestantes erguiam cartazes redigidos em hebraico, afirmando que essa era a única língua que Mubarak compreendia (GRESH, 2011, p. 10).

É bem verdade que, atualmente, o conselho supremo das forças armadas assume, por enquanto, o poder no Egito e, inclusive já se encarregou de tranquilizar o governo norte-americano e israelense, no que concerne à alguns compromissos internacionais, como é o caso dos acordos de *Camp David* (1978) e o acordo de paz entre Israel e o Egito (1979). Por outro lado, sabe-se que o povo egípcio não considera esses documentos como um fator de estabilidade potencial naquela região, muito perceptível nas históricas manifestações em solidariedade para com a Palestina e o Líbano. Inclusive, durante a guerra de 2006, muitos retratos do líder do *Hezbollah* cobriram as paredes no Cairo.

Os movimentos no Egito e nos demais países árabes, de acordo com muitos observadores da grande imprensa, contribuiu para que a questão palestina tornar-se secundária para todos os manifestantes. O que é um equívoco, sobretudo quando nos depararmos com uma série de *slogans* antinorte-americano e antiisraelense, numa clara alusão à libertação da Palestina, durante as manifestações.

E, por falar em *slogans* da chamada Primavera Árabe, segundo Alain Gresh em um dos artigos publicado no Dossiê nº 6 promovido pelo *Le Monde Diplomatique*, o que sintetiza melhor todos os movimentos ainda em curso, é “Nem com o Ocidente nem contra ele”

(GRESH, 2011, p. 13), o que reafirma a necessidade de independência e soberania em um sistema multipolar, sobretudo na Palestina. Ao contrário do que é comumente divulgado, todos esses povos não mais aceitarão que os governos se utilizem da retórica contra o Ocidente a fim de impor novas e cruéis ditaduras no mundo árabe.

OS MOVIMENTOS OPERÁRIOS NO EGITO

Nas palavras do advogado Khaled Ali, diretor do centro egípcio de direitos econômicos e sociais, citado no artigo *Raízes operárias da revolta egípcia*, de autoria de Raphaël Kempf, “não foram operários que lançaram o movimento de 25 de janeiro, porque eles não dispõem de uma estrutura que lhe permita se organizar”. Mas, continua, “uma das etapas importantes da revolução foi vencida quando eles começaram a protestar e a dar uma coloração econômica e social à revolução, para além das exigências políticas” (KEMPF, 2011, p. 26).

A análise anteriormente citada por Ali é muito pouco compartilhada entre os jovens de classe média conectados diariamente ao site *Facebook* e, considerados pela grande imprensa mundial como sendo os únicos heróis da revolução.

Enquanto os estudantes e demais manifestantes se reuniam na praça *Tahrir*, no dia 16 de fevereiro do ano passado, a fábrica da *Misr* Fios e Tecidos parou. Todos os funcionários armaram suas barracas dentro da indústria (semelhante ao ocorrido nas ruas do Cairo). Muitas reivindicações por escrito foram coladas nas paredes do estabelecimento e, entre os pedidos constavam, sobretudo, a demissão de Fouad Abdel Halim Hassan (presidente da indústria), acusado de corrupção. Havia ainda outras reivindicações que continham basicamente pedidos de melhoria nas condições de trabalho, aumento de salários, alojamentos adequados para o corpo de funcionários, dentre tantas outras.

A posterior queda de Hosni Mubarak foi interpretada de forma que houvesse um retorno imediato para a condição de normalidade e para o posterior refluxo dos movimentos sociais até então em cena no levante. Ao contrário do que era de fato previsto, nos setores de petróleo, gás,

ação, correios e nas ambulâncias, os movimentos de protesto e greves aumentavam vertiginosamente para exigir a demissão dos presidentes das fábricas. A partida de Mubarak aumentou, da mesma forma, a esperança para que as riquezas sejam enfim redistribuídas ao povo.

Nesse passo,

no dia 19 de fevereiro, os advogados do centro egípcio de direitos econômicos e sociais apresentaram ao poder militar, que gere os negócios do país, um requerimento para que seja fixado um salário máximo, como prevê a constituição egípcia, com o objetivo de reduzir as desigualdades de riqueza (KEMPF, 2011, p. 27).

Sobre esse assunto, sabe-se que o Egito, segundo o artigo *Odious Debts: loose lending, corruption, and the Third Worlds Environmental Legacy*, publicado no *Shorouk News*, deve cerca de 35 bilhões de dólares (ou 210 bilhões de libras egípcias) de dívida externa. Justamente por isso, foi anunciado pelas organizações e ativistas sociais do país que, no dia 31 de outubro (do ano passado), fosse declarado Dia Mundial para o cancelamento da Dívida do Egito, que seria de fato o início de uma campanha popular contra o pagamento dessa carga, uma vez que o povo egípcio não foi, de modo algum responsável, nem sequer consultado sobre todos os gastos financeiros durante o regime Mubarak.

Para que o boicote à dívida externa do país possa ser viabilizada, é utilizado o conceito jurídico para a chamada “Dívida Odiosa”, criado pelo teórico Alexander Sack (então Ministro das Finanças da Rússia, em 1927). Assim, segundo o jurista, entende-se que são “dívidas odiosas”, “as dívidas contraídas por ditador ou governo ilegítimo em nome da nação, para enriquecer o governante ou para financiar a repressão contra os cidadãos” (GAMAL, 2011). Por outro lado, é bem verdade que, sob o ponto de vista do Direito Internacional, todas as dívidas devem ser pagas invariavelmente, em quaisquer hipóteses.

Mesmo diante desse desafio, o emprego desse artifício pode ser possível, ao levarmos em consideração caso análogo, quando uma sentença da Suprema Corte dos Estados Unidos confirmou a legali-

dade do não pagamento das dívidas da Costa Rica aos seus credores (entre eles, a Grã Bretanha e o Canadá), por serem dívidas contraídas por regime de caráter ditatorial.

Nesse sentido, o lema da campanha popular “Abre os olhos! O dinheiro para pagar a dívida sai do teu bolso”, pode livrar a revolução de um encargo acumulado por um governo que nunca representou os egípcios. A auditoria da dívida é a grande chance para o início de uma economia possivelmente mais democrática.

O PAPEL DO EXÉRCITO

“Não vamos sair, ele sai” – grito dos manifestantes que exigem a renúncia do Marechal Mohamed Hussein Tantawi e a queda da junta militar que controla o Egito desde fevereiro, quando foi derrubado o ditador Hosni Mubarak.

O Exército é conhecido como sendo um dos componentes da segurança de qualquer nação e o último recurso de manutenção da ordem, no caso de um caos social. O que ocorreu, na Tunísia e no Egito antes, foi exatamente o contrário da lógica até então estabelecida: as forças armadas daqueles países dissociaram-se das forças policiais e reconheceram como legítimas as manifestações para que, finalmente abandonassem os governantes aos quais detinham o dever de obediência.

No Egito, o Exército que, permaneceu durante longos anos na função essencial de proteger o Estado, transformou-se ao longo do tempo em um importante protetor do regime, impulsionado, sobretudo, pelos dirigentes das próprias forças armadas. De acordo com Salam Kawakibi e Bassma Kodmani,

Esses aparelhos de segurança garantem o funcionamento do serviço secreto de informação e a manutenção da ordem, além de controlar as atividades cotidianas dos cidadãos. A multiplicação desses organismos é a regra: segundo a lógica

da boa segurança, eles passam a se vigiar mutuamente. No Egito, o efetivo desses aparelhos de segurança incharam até atingir quase o triplo do tamanho do Exército (1,4 milhão de pessoas contra 500 mil militares). Raro são os exemplos em que os dois serviços se juntam em corpos solidários, como na Argélia (KAWAKIBI & KODMANI, 2011, p. 22).

Assim, sendo mantida essa ordem por mais tempo, menor será a necessidade de política para os Estados. Um exemplo disso é o caso do coronel Gamal Abdel Nasser, cuja ideologia nacionalista deteve tamanha popularidade social, capaz em última instância, de serem perdoados todos os fracassos de gestão política e à falta de liberdade de expressão durante o seu mandato.

Denota-se hoje que o controle do país passou para um Conselho das Forças Armadas (SCAF), composto por altos generais que passaram a alavancar sua própria popularidade e assim proteger a autonomia em qualquer futuro governo. Alguns deles, inclusive, definiram publicamente que as manifestações egípcias (que levaram à derrubada do governo) foram fruto de um golpe de Estado para que enfim pudessem governar, e continuar à contar com toda a infraestrutura econômica, com o apoio financeiro norte-americano e com a manutenção dos mesmos moldes da política externa do país.

No poder, os generais do SCAF, impõem à população leis de emergência e assim realizam prisões em massa (estima-se que em torno de 12.000 prisões já foram efetuadas desde fevereiro do ano passado), além de incitar um clima de hostilidade popular frente aos dissidentes.

Nos últimos dias de junho, em cerimônia que homenagearia a memória das vítimas dos protestos revolucionários de fevereiro, realizada no *Balloon Theater*, no bairro de *Agouza*, no Cairo, eclodiu um confronto entre as forças de segurança e familiares dos mortos, presentes à cerimônia. A batalha rapidamente espalhou-se, chegou à praça *Tahrir* e, pela manhã, havia pelo menos 1.140 feridos. Em seguida, dia 08 de julho, milhares de pessoas acorreram ao que seriam os maiores protestos acontecidos na praça *Tahrir* desde a deposição de Mubarak. Políticos e ativistas puseram de lado as

disputas sobre a futura constituição do país e, pela primeira vez, egípcios de todo o espectro político manifestaram claro desagrado sobre questões que, todas elas, estavam sob o comando do Conselho Superior das Forças Armadas: a libertação de policiais acusados de assassinar manifestantes; a lentidão da reforma das leis de segurança; o julgamento cada vez mais frequente de ativistas presos nas manifestações de rua, por tribunais militares; e a violência crescente nos confrontos entre manifestantes e a polícia antitumultos. Familiares dos mortos durante a revolução e um pequeno contingente de ativistas iniciaram um *sit-in* na praça, que provocou engarrafamento monstro e praticamente paralisou o Cairo (WRIGHT, p. 5).

Assim, diante desses confrontos, os generais responderam com a aceitação em realizar algumas concessões, como a demissão de mais de 600 policiais, acusados de abusos durante os protestos. Mesmo assim, observadores institucionais não se intimidaram em denunciar que essas concessões apresentadas não seriam exatamente o que de fato pareciam ser. É possível perceber que muitas das autoridades, advindas desde o regime Mubarak, ainda permanecem em seus cargos e a lei de emergência continua a vigorar normalmente.

Frente à continuidade da intensa campanha, promovida pelos generais do SCAF em prol de denegrir a imagem dos manifestantes, canais de televisão flagraram no dia 09 de outubro “soldados em veículos blindados atacando manifestantes coptas à frente do prédio da televisão estatal, o povo ficou chocado” (WRIGHT, p. 6). Imediatamente a imprensa oficial tratou de replicar as imagens, afirmando por sua vez que, os manifestantes teriam atirado previamente e provocado a morte de dois soldados egípcios. Ao serem questionados sobre os corpos, foi declarado que os cadáveres teriam sido sepultados em segredo em local ainda sob sigilo absoluto.

Ainda, o recente episódio envolvendo as torcidas organizadas em *Port Said*, pode ser considerado como uma ameaça a sociedade egípcia, sobretudo à Irmandade Muçulmana. A versão mais veiculada (e crível) desse episódio, seria a de que a cúpula do Exército teria punido

integrantes da torcida organizada *Al-Ahly* (time de futebol do Cairo), deixando-os, propositadamente sob o domínio de seus rivais, uma vez que trata-se de notórios e ativos opositores aos militares e do antigo ditador Hosni Mubarak.

De acordo com analistas, as primeiras torcidas organizadas apareceram em 2005 e, praticamente nessa mesma época, entraram para a oposição ao regime de Mubarak. Segundo matéria publicado pelo site *Opera Mundi*, de uma maneira geral, os membros dessas torcidas são,

Incontroláveis pelas estruturas patriarcais que dirigem os clubes de futebol, a maior parte das vezes aliadas de uma ou de outra forma com o regime, hostis ao comando do Partido Nacional Democrático (PND), furibundos contestadores da autoridade policial, a qual desprezam por sua endêmica corrupção e pela brutalidade insensata com que atuava, os *ultras*, como são conhecidos, desenvolveram uma estrutura poderosa, rebelde e violenta.

É apontado, inclusive que, depois da Irmandade Muçulmana, a estrutura considerada mais organizada do país são as recém formadas torcidas organizadas de futebol. Nesse passo, o massacre após o jogo, pode ter sido utilizado como uma forma de pressionar a Irmandade Muçulmana e, ao mesmo tempo, cessar a pressão contra os militares. Essas velhas táticas utilizadas para combater os militantes islâmicos, são frequentemente utilizadas. Isso tudo, porque existe uma grande simpatia da população pelos islamistas, devido à manutenção de bancos de distribuição de comidas, das redes de assistência e das clínicas de saúde gratuitas.

Por toda atitude promovida pelos militares, no que concerne ao modo como vêm abordando o período de transição, a instituição com o passar do tempo foi perdendo o apoio dos seus antigos aliados políticos. Essa divisão surgiu desde que os próprios militares prometeram apresentar documento sobre os princípios constitucionais, antes mesmo das eleições parlamentares e assim, poder garantir que uma nova constituição preservasse a liberdade de expressão e de religião. Ocorre que, esse mesmo documento, em seu conteúdo, comprovava que o

orçamento militar ficava fora da alçada de fiscalização o que implica na independência do corpo militar. Evidência que gerou o repúdio do ativista e prêmio Nobel, Mohamed El Baradei que, nos últimos dias, expressou em seu *twitter* que “As forças armadas não são nação acima da nação” (WRIGHT, p. 7).

A CAMPANHA ELEITORAL E OS PRIMEIROS RESULTADOS NO PARLAMENTO EGÍPCIO – POR ENQUANTO, NADA DE NOVO

A campanha eleitoral no Egito estava apenas começando. Durante os oito meses subsequentes à queda do presidente Mubarak, parte expressiva da sociedade viram-se envolvidos em diversas discussões acerca da nova legislação eleitoral e sobre cronogramas eleitorais. Discussões estas ainda muito complicadas, diante de tantas decisões arbitrárias advindas do Conselho Militar ainda presente no país, mesmo assim, muitos partidos políticos lançaram-se as eleições. É destacado, no entanto o partido *Al-Adl* (partido da Justiça), então formado por ativistas da praça *Tahrir*.

Com relação ao *Al-Adl*, seus principais dirigentes vinham até então lançando seus discursos, explorando temas que abarcam reformas na educação, na segurança e sobre a abolição dos monopólios. No entanto, era notado uma omissão (não proposital), no que concerne aos detalhes acerca do modo pelo qual todas as propostas apresentadas iriam, de fato, serem postas em prática.

O partido, por sua vez, segundo Nate Wright,

reúne a energia de jovens profissionais, formados que dedicam ao partido noites de trabalho voluntário. Muito deles viajaram ou estudaram na Europa ou Estados Unidos e são fluentes em inglês. Há entre eles dentistas e arquitetos, professores de escolas e universidades, pelo menos um especialista em engenharia genética fotografa para registro muito dos eventos do partido” (WRIGHT, p. 2).

Muito embora, a mídia internacional chamasse a atenção apenas àqueles mesmos ativistas jovens, usuários habituais da internet, como fora antes mencionado, nos meses seguintes foi possível notar os membros do partido *Al-Adl* num duro trabalho a fim de sustentar uma discussão direta com os moradores da periferia. Fato que comprova que aquele grupo inicial, encontra-se atualmente marginalizado.

Além do *Al-Adl*, muitos outros partidos, também formados por jovens militantes, não conseguiram reunir assinaturas suficiente do mínimo de proponentes, exigidas para o registro oficial, entre eles, os destacados “Coalizão da Juventude Revolucionária” e o “Movimento 6 de Abril”. Dessa forma, as pesquisas confirmavam, que o partido *Al-Adl* era o único (dessa mesma linha) que aparecia com grandes chances de disputa, mas mesmo assim, ainda muito incipiente³.

Enquanto os novos partidos políticos não conseguem a tão almejada visibilidade, os partidos já existentes, antes mesmo das primeiras manifestações, ainda serão maioria no parlamento, conforme já foi constatado nos resultados da primeira eleição livre em décadas⁴. É previsto, por sua vez, uma coalizão eleitoral (Aliança Democrática) entre o partido Liberdade e Justiça da Fraternidade Muçulmana e partido *Al-Wafd*⁵.

Tendência que ainda perdurará, enquanto os egípcios ainda não

³ Segundo Nate Wright, “a melhor pesquisa mostra o *Adl* com 4,7% dos votos de eleitores já decididos (menos que a metade do necessário para eleger um representante do Parlamento). Mas, no quadro difuso dos muitos partidos, o *Al-Adl* manteve-se sempre visível”.

⁴ Segundo as últimas notícias, o *Partido Liberdade e Justiça*, braço político da Irmandade Muçulmana, ocupa 235 das 498 vagas da nova câmara baixa egípcia. O partido fundamentalista Salafista *Al Nur* ficou na segunda posição com 121 cadeiras, o que representa 24% do deputados. O partido liberal *Al-Wafd*, na terceira colocação, conquistou 9% das vagas.

⁵ Segundo o artigo *Egito: a campanha eleitoral*, na página 03, Nate Wright descreve o partido *Al-Wafd* – fundado em 1919, banido depois da Revolução dos Oficiais Livre de 1952 e refundado em 1983 – como um partido tradicional das elites sociais, mas o papel histórico dá-lhe a sensação de serem partido “naturalmente” representativo que talvez não resista as novas condições de disputa eleitoral no Egito. É também citado, no entanto que “os egípcios são naturalmente *wafdistas* desde 1919” – disse ao jornal *New Cairo* Margret’Azir, candidata do partido ao ser perguntada se a preocupava a emergência dos partidos da juventude”.

souberem o que é o partido *Al-Adl*, consequência direta da incapacidade dos partidos jovens em desenvolver uma linguagem voltada à sociedade egípcia tradicional, sobretudo entre as camadas mais carentes. Por outro lado, mesmo diante de tantas dificuldades, o partido formado é um dos únicos que manifesta as demandas mais urgentes na sociedade egípcia, quais sejam demandas, democrática, progressista e contrária a qualquer tipo de autoritarismo.

No dia 29 de janeiro, desse ano, iniciou-se a eleição para o senado. Uma das principais tarefas, designada para o futuro parlamento será instituir uma comissão, destinada a redigir uma nova constituição para o Egito. Esse documento deverá ser aprovado, antes mesmo, da eleição presidencial, prevista para o próximo mês de junho.

Denota-se, no entanto, que a revolução apenas começou.

REFERÊNCIAS

- BARKAWI, Tarak. **O ritual da revolução**. Al-Jazeera, Qatar, out. 2011.
- BÉNIEDE, Marie. Internet semeia a palavra democrática. Dossiê nº 6, **Le Monde Diplomatique Brasil**, jul./ago. 2011, p. 37-39.
- FEBBRO, Eduardo. As torcidas organizadas e a revolução egípcia. **Site Opera Mundi**. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/19661/as+torcidas+organizadas+e+a+revolucao+egipcia.shtml>>.
- GRESH, Alain. **Os caminhos da liberdade**. Dossiê nº 6, **Le Monde Diplomatique Brasil**, jul./ago. 2011, p. 6-7.
- GAMAL, Wael. Odious Debts: loose lending, corruption, and the Third Worlds Environmental Legacy. **Shorouk News**, out. 2011.
- GRESH, Alain. O que muda com o despertar árabe. Dossiê nº 6, **Le Monde Diplomatique Brasil**, jul./ago. 2011, p. 9-13.
- KAWAKIBI, Salam e KODMANI, Bassma. O exército, o povo e os autocratas. Dossiê nº 6, **Le Monde Diplomatique Brasil**, jul./ago. 2011, p. 21-24.

KEMPF, Raphaël. Raízes operárias da revolta egípcia. Dossiê nº 6, **Le Monde Diplomatique Brasil**, jul./ago. 2011, p. 25-27.

SOMMA, Isabelle. Massacre em Port Said é recado aos egípcios. **Site do Instituto da Cultura Árabe (ICARABE)**. Disponível em: <<http://www.icarabe.org/artigos/massacre-em-port-said-e-recado-aos-egipcios>>.

WRIGHT, Nate. Egito: a campanha eleitoral. **Middle East Research and Information Project, MERIP**. Disponível em: <<http://www.merip.org/mero/mero111011>>.

HISTÓRIA, POLÍTICA E DITADURA NO BRASIL^{1*}

*Michel Goulart da Silva^{2**}*

Desde 2008, tem sido significativo o espaço ocupado na imprensa brasileira por notícias acerca de alguns elementos da ditadura ainda presentes na sociedade brasileira, passando, entre outros, por temas como a abertura dos arquivos do período, os processos contra torturadores e a possível punição desses agentes públicos. Contudo, em agosto desse ano o que parecia ser apenas uma disputa entre familiares de mortos e desaparecidos e ex-presos políticos contra os militares tornou-se também uma profunda crise no governo federal, envolvendo principalmente, de um lado, Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), e Tarso Genro, Ministro da Justiça, e, de outro lado, Nelson Jobim, Ministro da Defesa (Flamé e Silva, 2008). Essa crise foi provocada pelos temas propostos para debate na audiência pública “Limites e possibilidades para responsabilização jurídica dos agentes violadores de direitos humanos durante o Estado de Exceção no Brasil”, promovida pelo Ministério da Justiça, no dia 31 de julho de 2008. Nessa reunião pretendia-se discutir as possíveis

^{1*} Texto inédito, concluído em dezembro de 2010, constitui-se numa versão revisada e ampliada de alguns artigos acerca dos direitos humanos no Brasil. Os referidos artigos são Flamé & Silva (2008), Silva (2008a), Silva (2008b), Silva (2009) e Silva (2010).

^{2**} Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

responsabilidades civis e criminais de agentes do Estado que assassinaram e torturam opositores ao regime durante a ditadura.

Essa crise, que durante meses parecia ter sido abafada, principalmente em função da postura do presidente Lula em condenar qualquer ação que pudesse abalar a relação do governo com os militares, ganhou um novo episódio durante o anúncio do Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), em dezembro de 2009. Segundo o ministro Nelson Jobim, o documento tratava de forma desigual os agentes do Estado e os militantes da resistência à ditadura, principalmente por não prever a apuração ou a punição das ações tidas como “subversivas” ou “terroristas” dos ativistas políticos, ao mesmo tempo em que abria espaço para o julgamento de torturadores (ROCHA, 2010, p. 29). Diante disto, Jobim, bem como os chefes militares, ameaçaram se demitir caso fosse mantido o texto do plano, que eles consideravam “revanchismo”. Expressando os interesses da cúpula das Forças Armadas, inicialmente o ministro defendeu que fosse incluída no texto a possibilidade de punição aos supostos “terroristas” de esquerda. Por sua vez, o ministro Paulo Vannuchi também ameaçou deixar o governo caso o texto sofresse tais modificações. Procurando evitar um enfretamento dentro do próprio governo, Nelson Jobim passou a defender que o texto não mencionasse os “excessos” cometidos pelos dois lados, propondo que o decreto apontasse genericamente que possíveis violações aos direitos humanos seriam apuradas (CANTANHÊDE, 2010a, p. 4). Uma reunião dos dois ministros com o presidente Lula permitiu que essa proposta constituísse uma solução consensual entre ambos. Por meio de decreto, o presidente Lula criou um grupo de trabalho interministerial com vistas à elaboração de projeto de lei da Comissão da Verdade acerca da ditadura. O novo decreto não utiliza a expressão “repressão política”, que, segundo Nelson Jobim e a cúpula militar, remetia exclusivamente à apuração de ações cometidas por agentes do Estado (CANTANHÊDE, 2010b, p. 4).

Se a essas notícias forem somadas aquelas que se referem aos processos criminais movidos contra os movimentos sociais, ao massacre da população pobre trabalhadora pela polícia ou mesmo à mobilização dos militares para impedir que os arquivos da repressão sejam

abertos e para que seus pares não sejam punidos, percebe-se que, embora os discursos oficiais ou mesmo uma parte a historiografia falem da ditadura civil-militar como um período que acabou, persiste um incômodo passado ainda presente, marcado por uma cultura de impunidade e pelo esforço de apagar os crimes cometidos pelo regime político repressivo. Nesse sentido, afirma-se em ação judicial movida contra dois dos torturadores:

é notório que o uso da tortura e da violência como meio de investigação policial ainda hoje pelos aparatos policiais brasileiros decorre em grande medida dessa cultura da impunidade. A falta de responsabilização dos agentes públicos que realizaram esses atos passados inspira e dá confiança aos atuais perpetradores (MARTINS E NASCIMENTO, 2008, p. 26).

Os “arquivos da ditadura”, também chamados de “arquivos da repressão”, e as leis que regem seu acesso são questões muito delicadas nesse debate. Esses arquivos são constituídos por objetos sequestrados das vítimas ou documentos produzidos pelas forças de segurança (policías, serviços de inteligência, forças armadas) em ações de repressão durante a ditadura militar (CATELA, 2002). São fontes que permitiriam conhecer e analisar, entre outros aspectos, mais detalhadamente as políticas de segurança dos governos ditatoriais, as ações secretas dos órgãos de repressão, os nomes dos agentes repressivos e suas responsabilidades, dos locais de tortura, ou mesmo de possíveis financiadores públicos e privados do aparato de repressão.

Este artigo procura explorar justamente esses dois eixos da discussão: a punição dos responsáveis por assassinatos e torturas e os arquivos da ditadura. Trata-se de duas feridas abertas deixadas pela ditadura, na medida em que os responsáveis pela repressão seguem impunes e grande parte dos arquivos segue fechada. Por outro lado, neste artigo evitou-se entrar mais detidamente no debate acerca do PNDH 3, na medida em que os rumos tomados por essa discussão em nada divergiram da dinâmica das políticas de esquecimento adotadas há anos e das tensões internas no interior governo federal. Essa dis-

cussão, contudo, mostrou que há por parte das Forças Armadas uma enorme resistência à possibilidade de punição de seus iguais e por parte do governo Lula uma predisposição a recuar diante de qualquer ameaça feita pelos militares.

Este trabalho parte da discussão de que no Brasil a transição democrática não foi concluída. Conceitualmente, procura-se mobilizar a definição de “democracia forte”, utilizada pelo sociólogo Florestan Fernandes para analisar a “abertura política” que pôs fim formalmente à ditadura civil-militar (FERNANDES, 1982). Percebe-se que os militares ainda ocupam ativamente espaços na vida política do país e continuam a arrancar silêncio e impunidade do Poder Executivo, caracterizando o que alguns pesquisadores chamaram de “tutela militar”. Essa situação intermediária entre a democracia e a ditadura

é uma condição na qual os militares continuam a se comportar autonomamente – seja porque os civis não procuraram estabelecer o controle sobre eles, como ocorre no Brasil, seja porque, embora tenham tentado, os civis se revelaram incapazes de deter a autonomia dos militares, como ocorre na Argentina (ZAVERRUCHA, 1994, p. 10).

Segundo Jorge Zaverucha (1994, p. 10-1), numa situação de tutela os militares não ocupam as posições mais importantes do Executivo, mas suas ações não são fiscalizadas pelas autoridades legalmente constituídas. A democracia tutelada é uma situação de equilíbrio instável que pode durar vários anos, principalmente se persistirem as condições que geraram a última vitória política. Devido a essa aliança tácita os militares defendem o *status quo* e não tentam dar um golpe de Estado, desde que os civis garantam que a autonomia militar permaneça intocada. Nesse quadro, a tentativa por parte dos civis de consolidar a democracia pode fazer com que os militares reajam com uma tentativa de golpe. Segundo Jorge Zaverucha, “no caso do Brasil, as relações entre civis e militares são consideradas de *tutela amistosa*, o que significa alta convivência civil na manutenção do comportamento autônomo militar, ou seja, preservação de enclaves autoritários dentro do aparelho de Estado” (ZAVERRUCHA, 1994, p. 10).

No Brasil, ao final da ditadura, foi construída uma democracia limitada, em que os militares continuaram a influenciar decisivamente na política de Estado, enquanto parte dos governantes e parlamentares civis fez a opção por manter uma relação amistosa e próxima com as Forças Armadas. Essa postura de civis e militares, que resulta num Estado com práticas autoritárias e espaços restritos de democracia, tem sido perceptível na polêmica em torno da punição dos agentes repressivos da ditadura e da abertura dos arquivos. De um lado, alguns políticos civis, de esquerda e de direita, procuram proteger os torturadores do passado. Por outro lado, os militares ameaçam com a revogação da anistia e a punição dos militantes da resistência à ditadura que optaram pelo pacto de silêncio para obter uma fatia no bolo da democracia limitada. Como consequência, “em detrimento do debate sobre os direitos humanos, da guerra suja, da tortura, do extermínio e dos desaparecimentos, a ‘história oficial’ resultante, de forma geral, tentou justificar a atitude de indução da desmemória” (PADRÓS, 2004, p. 153).

OS LIMITES DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Mesmo procurando marcos que delimitem o final da última ditadura no Brasil, como a eleição de Tancredo Neves à presidência da república (1985) ou a promulgação da Constituição (1988), é possível afirmar que “a ditadura, como constelação social de um bloco histórico de estratos militares e civis, não se dissolveu” (FERNANDES, 1997, p. 147). O fato de governantes civis assumirem a presidência da república ou de o parlamento funcionar com regularidade não garante a existência de um modelo que se enquadre na tipologia pensada pelo liberalismo europeu dos séculos XVIII e XIX. Inclusive, em países periféricos como o Brasil,

o que se procura é impedir a livre expansão da *democracia burguesa*, em condições concretas nas quais ela levaria a um novo circuito da história. Primeiro, à presença do Povo na história, com voz política. Segundo, à consolidação da Nação como realidade política. Essa transformação não ameaçaria a democracia. Todavia, ela destruiria a *falsa*

democracia burguesa imperante na América Latina (FERNANDES, 1981p. 55).

Com uma rápida análise constata-se que, ainda hoje, figuras importantes do regime ditatorial influem, direta ou indiretamente, em diferentes níveis da política brasileira, entre as quais José Sarney, Delfin Neto, Jorge Bornhausen e Jarbas Passarinho. Por outro lado, analisando a história recente do país, percebe-se que “os militares, mesmo não tendo o comando do Executivo, ainda são parte do governo e continuam detendo pontos-chave do aparato de poder” (ZAVERUCHA, 2000, p. 296).

Pode-se destacar, nesse sentido, que a discussão em torno da anistia mostra-se como um processo não concluído. Promulgada em 1979, a Lei da Anistia permitiu que os militantes da resistência contra a ditadura saíssem da clandestinidade ou voltassem do exílio, mas a lei não contemplou as reivindicações dos movimentos de resistência à ditadura, cujo eixo passava por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Sabe-se que

antes mesmo de anunciar o projeto de lei que versaria sobre a anistia, o governo militar – especialmente os idealizadores do ato, Petrônio Portela e Figueiredo – já havia definido que teria ela um caráter restrito, eis que seriam excluídos todos aqueles que estavam sendo condenados por delitos comuns – como o assalto a banco e crimes de sangue – e por atos de terrorismo. Na verdade, a proposta do governo militar previa a anistia somente para os crimes considerados políticos, que, portanto, vinham definidos na Lei de Segurança Nacional (PRADO, 2004, p. 54).

Por outro lado, segundo a interpretação da Lei da Anistia difundida por governantes civis e militares, o uso da expressão “crime conexo” em sua redação abarcaria os crimes praticados pelos agentes estatais. Com isso, veiculou-se a interpretação de que essa lei também perdoaria os supostos “crimes políticos” daqueles que perseguiram, torturaram e assassinaram trabalhadores e estudantes. Conforme foi aprovada, a nova lei

acabou por contemplar aqueles que cometeram “crimes conexos”. Na verdade, o caráter pouco preciso desta expressão foi a brecha da qual os militares e os civis ligados à repressão necessitavam para que seus atos excessivos e/ou arbitrários tivessem o benefício do esquecimento. Com efeito, se o projeto de distensão pretendia imprimir uma abertura “lenta, gradual e segura”, especialmente o quesito “segurança” deveria ser interpretado como um retorno pacífico à democracia (PRADO, 2004, p. 61).

Contudo, essa interpretação corrente a respeito da Lei de Anistia há anos vem sendo questionada. Segundo as discussões travadas no âmbito do Direito,

as atitudes praticadas pelos setores militares ligados à repressão – evidenciadas, sobretudo, na existência de torturas – não foram conexas aos crimes políticos (praticados pelos opositores do regime militar), eis que com estes não possuíam qualquer relação causal teleológica, consequencial ou mesmo ocasional. Aliás, os crimes políticos, formalmente passíveis de anistia são aqueles cometidos contra o *status quo* vigente. Tanto isso é certo que até mesmo os militares ou agentes civis que se engajaram contra o regime e por isso foram demitidos ou aposentados compulsoriamente receberam o beneplácito da anistia de 1979 (PRADO, 2004, p. 63-4).

Essa é, no entanto, apenas uma dimensão do problema. Soma-se a ela a dificuldade de acesso aos documentos produzidos pelos órgãos de repressão e pelas Forças Armadas no período compreendido entre 1964 e 1985 (FERRAZ, 2008). Os arquivos atualmente disponíveis possibilitam a documentação de uma pequena parcela das informações acerca dos processos, das mortes e dos desaparecimentos, e são

basicamente os papéis dos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), que eram estaduais, e da Justiça Militar. Os centros de informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, muito ativos na repressão, não abriram seus arquivos. Tampouco os Destacamentos de Operações de In-

formações (DOIs) e os Centros de Operação e Defesa Interna (Codis). Ou o Conselho de Segurança Nacional (CGI). No caso do Serviço Nacional de Informação (SNI), o acesso é limitado (SCHLEGEL, 2005, p. 8).

Os limites da Lei de Anistia e a impossibilidade de acessar arquivos produzidos no período da ditadura expressam o processo que ficou conhecido como “abertura democrática”. No período final da ditadura, “as pressões econômicas advindas das novas condições externas”, o “recrudescimento do processo inflacionário”, “a crise social marcada pelas explosivas manifestações das massas populares e a redefinição política da oposição legal pelo novo papel do MDB”, foram fatores que “contribuíram para trazer à tona as fissuras existentes no interior das classes dominantes e para demonstrar o ponto de inflexão do modelo político até então vigente” (FONTES E MENDONÇA, 2004, p. 73). O processo de abertura esteve marcado por “um vasto quadro de oposições, tanto da parte de segmentos militares que identificavam o deslocamento no eixo do poder à ideia de confronto, quanto de lideranças empresariais que questionavam o Estado como promotor único do interesse nacional” (FONTES E MENDONÇA, 2004, p. 74). Diante dos avanços e reveses, embora governantes civis tenham assumido sucessivamente, por meio do voto da população, a presidência do país, o regime democrático permanece a mesma composição de classe do regime ditatorial, ou seja, o controle das instituições do Estado continua nas mãos dos diferentes grupos burgueses, geralmente associados ao capital externo, que definem as ações e os rumos dos governos que vêm sendo eleitos nesses últimos anos.

A partir destes elementos, pode-se afirmar que a abertura democrática deu origem a uma “democracia forte”, entendida como

uma variedade de república burguesa na qual a vigência de mecanismos específicos de segurança em favor dos estratos estratégicos das classes capitalistas não adquira muita saliência e tais mecanismos possam ser concentrados em certas funções do Estado, sem que assuma o caráter explícito de ditadura e seja combatido como tal (FERNANDES, 1982, p. 10).

Se na transição optou-se por uma saída conciliada, não seria possível haver “criminosos”, de um lado ou de outro. Como punir um militar que estava defendendo os interesses da “nação” ou um militante de esquerda que lutava contra o regime de exceção? Para garantir a conciliação entre ambas as partes os arquivos são preservados fora do acesso público, a fim também de evitar que a divulgação de nomes sirva para denunciar, incriminar, punir, de um lado ou de outro.

Uma forma de garantir a estabilidade passa por silenciar a oposição, inclusive boa parte da esquerda. Para Crimeia Almeida, sobrevivente da guerrilha do Araguaia, “houve um acordo tácito da esquerda com os militares (...) para garantir uma certa liberdade sindical e partidária em troca do silêncio sobre a violência da repressão, a tortura, os assassinatos e os desaparecimentos” (ALMEIDA, 2005). Um silêncio comprado, cujo preço é a não punição dos torturadores e demais responsáveis por crimes do regime e a não abertura dos arquivos.

O produto da transição pactuada foi um novo texto constitucional, promulgado em 1988, que “assegurou conquistas expressivas por parte de trabalhadores e dos movimentos sociais, mas deixou clara, também, a capacidade de pressão e a intransigência das forças conservadoras” (FONTES E MENDONÇA, 2004, p. 91). Essa nova Constituição, além de defender a propriedade privada, não garante aos trabalhadores plenos direitos de organização e de mobilização por suas reivindicações. Ou seja, apesar da retórica em torno a uma “abertura democrática”, não se superou a ordem repressiva que prioriza a defesa dos interesses da burguesia, dando origem a um texto constituinte que expressa os limites do pacto entre “democratas” e “ditadores”. O sociólogo e deputado constituinte Florestan Fernandes, fazendo um balanço desse processo, afirmou que “o texto definitivo brotou do consenso militar, não da vontade dos constituintes” (FERNANDES, 1997, p. 142). Para o sociólogo, a nova Constituição “não responde às exigências da situação histórica”, tendo sido

sufocada pelo poder do dinheiro; tisonada por uma hegemonia de classe, que sequer se deteve diante da mercantilização do voto; oprimida pelo arbítrio de uma “Nova República”, que prolonga a ditadura através de seus métodos, práticas

políticas, militares e policiais; vergada pela corrupção, manejada pelo Governo e pelo grande capital nacional e estrangeiro; incapaz de sustentar-se sobre um poder originário e soberano (FERNANDES, 1989, p. 360).

Nas primeiras páginas da nova Constituição, no Art. 5º, garante-se a inviolabilidade do direito à vida e à liberdade, mas também do direito à propriedade (BRASIL, 2001, p. 15). Não se trata, portanto, de uma Constituição que aponte para a emancipação humana, tendo como passo a superação da propriedade privada dos meios de produção. Não se pode ameaçar essa forma de propriedade. Percebe-se isso, por exemplo, no Art. 9º, que assegura o direito de greve, mas afirma, no caput 2º, que “os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei” (BRASIL, 2001, p. 22-3). No Art. 5º, incisos XVI e XVII, também está prevista a possibilidade de reunião e organização, mas faz-se ressalvas quanto ao porte e ao uso de armas, em alusão ao terrorismo (BRASIL, 2001, p. 16). No inciso XLIII do mesmo artigo, o terrorismo, termo que fez parte dos discursos repressivos utilizados para massacrar as oposições durante a ditadura, é enquadrado entre os “crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia”, ao lado da prática de tortura e do tráfico de drogas (BRASIL, 2001, p. 17). No inciso seguinte o terrorismo é definido como “ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático” (BRASIL, 2001, p. 17). Por meio desse texto, abrem-se brechas que podem ser utilizadas para reprimir, a qualquer momento, movimentos sociais e organizações de esquerda, garantindo ao Estado o monopólio do uso de armas.

Além disso, é necessária a existência de órgãos que garantam a propriedade privada e mantenham a ordem social. Dessa forma, no Art. 144, afirma-se que a segurança pública “é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, sendo as diferentes polícias responsáveis por garantir abstrações como “ordem política e social” e “ordem pública” (BRASIL, 2001, p. 88-9). Quanto às Forças Armadas, estão “sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei

e da ordem” (BRASIL, 2001, p. 87). Portanto, a Constituição prevê a existência de órgãos permanentes cuja função é a repressão, autorizando o uso legal da força diante de qualquer ocorrência que coloque em risco o que os governantes consideram a normalidade da “ordem política e social”.

A Constituição também prevê o “Estado de defesa” e o “Estado de sítio”, caso os órgãos de repressão não consigam garantir a “ordem pública”. No Art. 136 garante-se ao Presidente da República, depois de ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, poderes para decretar o Estado de Defesa, com fins a “preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por graves e iminentes instabilidades institucionais ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza” (BRASIL, 2001, p. 85). Se esse mecanismo, que restringe os direitos de reunião e de sigilo em correspondências e comunicação telegráfica e telefônica, não surtir efeito, apela-se ao Estado de Sítio, que pode ser decretado apenas com autorização do Congresso Nacional, e que, entre outras coisas, obriga as pessoas a permanecerem em localidades determinadas, suspende o direito de reunião e permite a busca e apreensão em domicílios (BRASIL, 2001, p. 86). Essas formas de restrição ou mesmo de suspensão dos direitos políticos foram usadas para conter mobilizações de trabalhadores na Argentina, em dezembro de 2001, e na Bolívia, em 2005, resultando centenas de mortos e feridos.

Esses elementos autoritários presentes na Constituição promulgada em 1988 têm fortes ligações com a Constituição vigente durante a maior parte do período ditatorial, promulgada em 1967. A Constituição dos governos militares também apontava, em seu Art. 153, o direito à propriedade, assim como à vida e à liberdade (Brasil, 1978, p. 72). A greve era apresentada no Art. 165, inciso XX, como um direito dos trabalhadores, mas naquela Constituição, como na atual, eram feitas ressalvas quanto às greves do serviço público (BRASIL, 1978, p. 79). No Art. 153 até mesmo a liberdade de “manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica” está prevista, ainda que também com ressalvas (BRASIL, 1978, p. 73). Hoje a Constituição apresenta

ressalvas quanto ao porte e uso de armas, enquanto o texto constitucional da ditadura afirma que não seriam “toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe” (BRASIL, 1978, p. 73).

No entanto, é preciso destacar significativas diferenças entre ambas as Constituições. No texto hoje vigente, por exemplo, não consta a possibilidade de cassação dos direitos políticos, enquanto que no texto constitucional da ditadura, afirmava-se que “o abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos” (BRASIL, 1978, p. 75). Há também diferença com relação ao Estado de Sítio, pois enquanto hoje é necessário que seja aprovado pelo Congresso Nacional, no período ditatorial seu estabelecimento poderia dar-se por decreto, que após no máximo cinco dias deveria ser submetido à apreciação dos congressistas (BRASIL, 1978, p. 76).

Mesmo que não seja correto igualar as duas cartas constitucionais, é possível perceber semelhanças entre ambas, ou melhor, de que forma se faz a segurança da propriedade privada em regimes jurídicos aparentemente opostos. Há evidentemente formas diferentes de se encarar a coerção e os mecanismos de repressão. Na ditadura os limites da liberdade jurídica eram muito mais estreitos do que aqueles propostos na Constituição de 1988. Também na ditadura o uso das forças repressivas poderia se dar de forma mais constante, sem necessitar de um maior controle do Legislativo ou mesmo do Executivo. Mas, mesmo havendo uma ampliação das “liberdades democráticas” no texto constitucional vigente desde 1988, a população não tem garantias jurídicas sólidas de respeito aos seus direitos nem está isenta de sofrer as consequências da violência do Estado, bastando para isso pôr em risco a ordem instituída na defesa da propriedade privada.

Os dois textos constitucionais estão baseados em interesses de classe, e em ambos o Estado tem a função precípua de pôr fim a qualquer forma de questionamento ao domínio promovido pela de propriedade burguesa. Conforme Florestan Fernandes, escrevendo em julho de 1987 para o Boletim Nacional da CUT, a Constituição

organiza, sanciona e legitima a distribuição da riqueza e do poder na sociedade capitalista, não ‘igualmente’ para todo o Povo, porém desigualmente, seguindo o modelo de desigualdade econômica, cultural e de dominação da classe imperante na sociedade civil (FERNANDES, 1989, p. 116-7).

Como veremos abaixo, a dominação burguesa instituída na carta constitucional acabou servindo como ferramenta para impedir o acesso das vítimas da repressão ao seu próprio passado e também como mecanismo legal para garantir a impunidade aos criminosos da ditadura.

SEGUE A IMPUNIDADE AOS TORTURADORES

No Brasil, os responsáveis por torturas e assassinatos durante a ditadura não sofreram quaisquer formas de punição, pois os militares se agarram à interpretação de que a Lei de Anistia os teria perdoado e os governantes civis mantêm uma postura de conivência com a impunidade. Contudo, nos últimos anos houve a intensificação de um conjunto de ações, políticas e jurídicas, no sentido de garantir a punição aos militares e agentes estatais que cometeram crimes em nome do regime repressivo cívico-militar instalado no Brasil entre 1964 e 1985. Tais ações partem dos movimentos de familiares e ex-presos, embora também a juventude, em especial das universidades, venha discutindo e se mobilizando em torno, principalmente, à abertura dos arquivos da ditadura.

Em agosto de 2008, o próprio governo federal trouxe à tona a discussão acerca da punição aos responsáveis pelos crimes cometidos durante o regime ditatorial no Brasil. Essa polêmica foi provocada após audiência pública, antes mencionada, promovida pelo Ministério da Justiça, em 31 de julho, cujo tema era “Limites e possibilidades para responsabilização jurídica dos agentes violadores de direitos humanos durante o Estado de Exceção no Brasil”. O principal objetivo dessa reunião era discutir as responsabilidades civis e criminais de agentes do Estado que mataram e praticaram torturas durante a ditadura.

Embora essa audiência tenha sido um marco inicial da participação do governo na discussão a respeito da punição dos torturadores, a

questão não se tornou prioritária para o Poder Executivo. Na própria audiência, inclusive, Tarso Genro e Paulo Vannuchi deixaram claro o não envolvimento do governo federal nas ações relacionadas a uma eventual punição aos torturadores, pois pretendiam que sua condução ficasse a cargo apenas dos grupos organizados que apoiam a proposta, sendo função da audiência apenas estimular o debate e provocar reações no Judiciário.

Na audiência, Tarso Genro defendeu a punição de militares, policiais e agentes do Estado que praticaram tortura, assassinatos e violações dos direitos humanos durante o regime militar. O ministro afirmou que “a partir do momento em que o agente do Estado pega o prisioneiro e o tortura num porão, ele sai da legalidade do próprio regime militar e se torna um criminoso comum. Não foi um ato político. Ele violou a ordem jurídica da própria ditadura e tem que ser responsabilizado”. Segundo Genro, se essas práticas constituem crimes comuns, não podem ser beneficiadas pela anistia de 1979. Mas, dias depois, diante das críticas recebidas em função do questionamento que fez à Lei de Anistia, o ministro disse ter sido “mal interpretado”, pois não queria rever a lei, mas apenas deixar claro que “a tortura não pode ser vista como um crime político” (*O Estado de São Paulo*, 06/08/2008).

Paulo Vannuchi defendeu a necessidade de fazer a distinção entre indivíduos militares que praticaram torturas e as Forças Armadas enquanto instituições do Estado, afirmando ser fundamental “evitar falácias, muitas vezes presentes, de que ao fazer a responsabilização judicial ou política dos criminosos estejam atacando as Forças Armadas”. Os dois ministros deixaram claro que exigir a punição de torturadores não significa defender a punição das Forças Armadas, mas levar aos tribunais indivíduos que tenham cometido torturas ou sequestros ilegais.

Não é possível, contudo, analisar esses crimes de forma isolada, como se eles fossem ações individuais dos torturadores, afinal eles são parte de uma política generalizada de repressão à população civil e, conforme as resoluções internacionais, não são passíveis de anistia. Segundo Fábio Konder Comparato (2001, p. 60), comentando a

Lei de Anistia,

a existência de determinada legislação interna jamais constituiu justificativa aceitável para que um Estado descumprisse suas obrigações internacionais. O dever de respeitar os Direitos Humanos constitui um dos fundamentos da ordem internacional, tal como reconhecido no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e no da própria Carta das Nações Unidas. Ora, constitui elemento integrante desse respeito fundamental pelos direitos do homem o estabelecimento e a aplicação efetiva de punições aos responsáveis pela sua violação. O desaparecimento forçado de pessoas, assim como a prática de tortura, como acima lembrado, têm sido considerados e julgados como crimes da mais alta gravidade pelas instâncias internacionais competentes. Por isso mesmo, as convenções internacionais sobre o assunto excluem expressamente a possibilidade jurídica de anistia dos responsáveis.

Quando Tarso Genro e Paulo Vannuchi classificam torturas, assassinatos e outras violações aos direitos humanos como crimes comuns, eles negam que as atrocidades cometidas pelos agentes da repressão são reconhecidas como crimes contra a humanidade pelas resoluções internacionais de direitos humanos. Embora alguns atos tenham sido amparados nas leis vigentes na ditadura, essas foram produto do regime de repressão e terror de Estado. Em contradição com isso, na audiência, Tarso Genro afirmou: “Essa gente, que entrou em uma casa à noite cumprindo um mandado superior, que realizou uma prisão ilegal, mas que a realizou dentro das normas do regime autoritário, e levou o prisioneiro para um local de interrogatório, até esse momento, estava de acordo com o regime vigente e, por esse ato, não pode ser responsabilizado”. Contudo, mesmo o Brasil ditatorial reconhecia acordos internacionais de defesa dos direitos humanos. Neste caso, conforme essa legislação, até mesmo o Estado brasileiro, independente do governo de plantão, deveria se responsabilizado pelos crimes cometidos no período ditatorial. Segundo Fábio Konder Comparato (2001, p. 59),

nem se diga que o atual Estado brasileiro, legitimado pela promulgação da Constituição de 1988, não deve responder pelos atos praticados pelas autoridades estatais durante o regime militar. O princípio da continuidade do Estado no cumprimento de suas obrigações internacionais foi, desde há muito, assentado no âmbito do direito das gentes. (...) de acordo com esse princípio, “a responsabilidade existe, não só independentemente das mudanças de governo em determinado período de tempo, como também de modo contínuo desde a época do ato gerador de responsabilidade até o momento em que tal ato é declarado ilegal”.

A audiência realizada em agosto de 2008 provocou revolta e indignação entre militares da ativa e da reserva, que classificaram a atitude como “puro revanchismo” que procurava reabrir feridas de um problema que a Lei de Anistia teria resolvido. Assim, os militares exigiram que, se fosse para retomar essa discussão, que todas as feridas fossem reabertas. “Se for para julgar quem torturou, vamos julgar todos, inclusive muitos que estão na cúpula do governo hoje, e tem até ministro de Estado”, afirmou o presidente do Clube Militar, general de Exército da reserva Gilberto Barbosa de Figueiredo, fazendo menção ao então ministro da Comunicação, Franklin Martins, idealizador do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em 1969. Para o general Gilberto Figueiredo, “existe uma lei de anistia e a única forma de se punir os militares que praticaram estes atos de tortura, que considero reprováveis, é anular a lei, porque o outro lado também cometeu atos hediondos, em diversas ocasiões, que precisam ser julgados da mesma forma”.

Em resposta à audiência realizada pelo ministério da Justiça, os militares realizaram um “ato contra Tarso”, no dia 7 de agosto do mesmo ano. “Militares da reserva e da ativa, entre eles o comandante militar do Leste, general Luiz Cesário da Silveira, transformaram ontem o seminário A Lei da Anistia – Alcance e Consequências, no Clube Militar, em ato público contra a possibilidade de punição para torturadores de presos na ditadura militar”. No encontro, o general Gilberto Figueiredo voltou a fazer ameaças à esquerda: “Os crimes

que eles praticaram estão todos registrados. E as torturas não estão. Ninguém escreveu: hoje torturei fulano e sicrano. Já os processos contra os guerrilheiros estão registrados nos tribunais” (*O Estado de São Paulo*, 08/08/2008).

Após a audiência, parecia haver no Palácio do Planalto mais simpatia pelas posições dos militares, e menos pelos ministros Genro e Vannuchi. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, se queixou de ter de “apagar o incêndio” provocado por Tarso Genro, tendo de atuar “nos bastidores, procurando acalmar pessoalmente os comandantes das três Forças” (*O Estado de São Paulo*, 04/08/2008). Segundo Jobim, um núcleo do governo procurava barrar o revanchismo de alguns ministros. Para o vice-presidente José Alencar, “este não é um assunto do Executivo. Os juristas defendem a tese de que este assunto é eminentemente do Judiciário, de modo que não cabe ao Executivo entrar nessa matéria” (*O Estado de São Paulo*, 08/08/2008). O próprio jornal *O Estado de São Paulo*, em editorial, criticou Tarso Genro e Paulo Vannuchi:

O que não é admissível é que duas autoridades, ocupando elevados cargos no Executivo – o ministro da Justiça e o secretário de Direitos Humanos -, liderem uma campanha de aberta contestação à Lei da Anistia. Com sua atitude, já ericaram as Forças Armadas e dividiram o governo – haja vista a reação do ministro Nelson Jobim. Se não forem contidos pelo presidente Lula, acabarão reabrindo cicatrizes e fazendo o País retroceder três décadas” (*O Estado de São Paulo*, 07/08/2008).

O governo Lula, assim como os demais governos civis que antes ocuparam o Palácio do Planalto, vem optando por não romper o “pacto de silêncio” que fez parte da transição do regime ditatorial para o regime democrático. Nesse processo, alguns “democratas” aceitaram não levar à frente qualquer luta que visasse punir os culpados. O símbolo disso é a Lei de Anistia, que, pela interpretação vigente, anistiou parte dos militantes da resistência contra a ditadura, e abriu brecha para a absolvição dos torturadores antes mesmo que fossem julgados.

O ex-comunista Roberto Freire, presidente nacional do PPS, cha-

mo de “grande equívoco” a proposta de reformular a Lei de Anistia. Segundo ele, o problema estaria no fato de o governo Lula não ter “a coragem de abrir os arquivos para saber onde estão os desaparecidos”. Para Freire, que participou das negociações de deputados e senadores que redundou na Lei de Anistia, o texto aprovado expressava “a anistia possível. Não era ampla, geral nem irrestrita”. Diz ele que, “se colocasse a questão da tortura, ninguém ia votar. O texto fala em crimes conexos, foi a negociação. Não adianta fugir disso. Essa foi a transição política brasileira” (*O Estado de São Paulo*, 06/08/2008). Portanto, um dos sujeitos que construíram a Lei de Anistia, expressão legal do “pacto do silêncio” entre ditadores e oposição, admite as concessões feitas aos ditadores e a traição aos trabalhadores pelos setores “democráticos” da oposição.

Depois de um ano dessa polêmica, houve nova crise. O estopim foi a cerimônia de lançamento do PNDH 3, realizada no dia 21 de dezembro de 2009, no Palácio do Itamaraty, em especial o Eixo Orientador VI, o chamado “Direito à Memória e à Verdade”. Devido ao texto desse decreto, “o ministro da Defesa, Nelson Jobim, rascunhou uma carta de demissão e procurou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 22, na Base Aérea de Brasília, para entregar o Cargo” (ROCHA, 2010, p. 29). Na avaliação do ministro e da cúpula dos militares, o decreto “revanchista” tratava “com desigualdade os agentes do estado e os supostos contraventores da época da ditadura” (ROCHA, 2010, p. 29). Para os militares e para Jobim, o texto não previa “punição ou apuração dos atos cometidos por ativistas políticos, mas abre espaço para o julgamento de torturadores” (ROCHA, 2010, p. 29). Segundo o ministro, haveria um acerto entre as partes, no qual tanto membro das Forças Armadas como civis que militavam nos movimentos de esquerda seriam alvos de processo.

Esse seria um primeiro passo, por parte do Estado brasileiro, no sentido de punir os torturadores, mas o ministro Paulo Vannuchi novamente recuou. Em um primeiro momento, declarou: “O que não posso admitir é transformarem o plano num monstrego político único no planeta, sem respaldo da ONU nem da Organização dos Estados Americanos” (NASCIMENTO, 2010, p. 20). Contudo, recuou dias depois,

declarando entender que Lula era o “árbitro” dessa situação “e que o impasse pode ser sanado por uma simples escolha de palavras numa mesa de negociações” (ROCHA, 2010, p. 29). Vanucchi terminou por acatar a sugestão de Nelson Jobim, ou seja, mencionar nem os torturadores nem os “terroristas” de esquerda.

O esperneio e o jogo de cena feitos pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, produziram o resultado desejado de tornar anódino o decreto presidencial: “Fica criado o grupo de trabalho para elaborar anteprojeto de lei que institua a comissão da verdade (...) para examinar as violações de direitos humanos...” A diretriz 23 do decreto presidencial ficou, com a retirada da expressão “repressão política”, vaga o suficiente para tirar os responsáveis pelo terrorismo de Estado do centro das investigações (MAIEROVITCH, 2010, p. 24).

No âmbito da Justiça, correm alguns processos que tentam punir os criminosos que perseguiram, torturam e mataram milhares de pessoas durante a ditadura, entre os quais aquele movido contra Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel, oficiais aposentados do Exército, que comandaram entre 1970 e 1976 o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Nessa ação, de autoria do Ministério Público Federal e assinada pelos procuradores Eugênia Fávero e Marlon Weichert, pede-se que Ustra e Maciel sejam responsabilizados pelos crimes praticados sob o comando deles, requerendo que ambos sejam condenados a arcar com o ônus financeiro das indenizações pagas pela União às vítimas da ditadura. Segundo Eugênia Fávero, “essa ação defende um direito coletivo, do interesse público brasileiro em ver totalmente apurados esses fatos, de responsabilizar os seus autores, e de recompor os cofres públicos por isso que aconteceu” (GUERREIRO, 2009, p. 41).

Outro processo, impetrado em 2005 apenas contra Ustra, movido pelos Teles, família no qual pelo menos três membros foram vítimas de tortura, teve uma resolução positiva, embora o torturador não tenha sido responsabilizado diretamente:

Proferida em 9 de outubro de 2008, pelo juiz Gustavo Santini Teodoro, a sentença afirma que “não é crível que os presos ouvissem os gritos dos torturados, mas não o réu. Se não o dolo, por condescendência criminosa, ficou caracterizado pelo menos a culpa, por omissão quanto à grave violação dos direitos humanos fundamentais dos autores César Augusto, Maria Amélia e Crimeia” (GUERREIRO, 2009, p. 41).

Por outro lado, diante do questionamento feito pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Superior Tribunal Federal (STF) acerca da interpretação da Lei de Anistia, manteve-se o entendimento de que os militares culpados pela repressão durante a ditadura também devem ser “perdoados”. Comentando esse fato, um jornalista cujo avô foi assassinado pela ditadura de forma sangrenta na ação repressiva conhecida como “Massacre da Lapa”, em São Paulo, afirmou que o STF, ao decidir

anistiar os agentes da Ditadura Militar, declarando-os a salvo de processo judicial pelos crimes que cometeram – centenas de assassinatos, torturas, ocultação de cadáveres e muitos outros – e rejeitando assim ação da OAB em sentido contrário, atesta que a velha hegemonia do pensamento ditatorial, conservador, retrógrado, continua presente. Torturar, trucidar, esquartejar, esconder corpos e adulterar provas – tudo isso, no entendimento do STF (...) era função legítima do Estado militarizado e seus agentes, fardados ou não (POMAR, 2010, p. 62).

Punir os responsáveis pelos crimes da ditadura militar seria uma demanda democrática elementar, que deveria ser levantada por todas as organizações de trabalhadores, movimentos sociais e pelo movimento estudantil, bem como pelos governos dos quais fazem parte partidos de esquerda. Infelizmente, essa campanha fica nas mãos somente dos organismos de direitos humanos, apoiada por parte da intelectualidade de esquerda, que não têm conseguido mobilizar as forças sociais necessárias para efetivar a punição dos torturadores, seja por seu isolamento em relação à sociedade, seja pela sua debilidade programática.

OS ARQUIVOS DA DITADURA

Especificamente sobre os arquivos, afirma-se na Constituição de 1988, Art. 5, inciso XIV, que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” e, no inciso XXXIII, que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2001, p. 16-7). Na Constituição é garantido o acesso aos documentos com informações pessoais, da mesma forma que é garantido à sociedade o direito do acesso a documentos que contribuam para a comprovação de acontecimentos relacionados a sua história. Nesse sentido, o texto constitucional está de acordo com o “direito à informação”, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que “significa poder exprimir-se livremente, bem como receber informações e poder torná-las públicas, sem restrições” (COSTA, 2008, p. 17).

O direito à informação também está presente em documento elaborado pela Unesco sobre o tema dos arquivos. Nesse documento, partindo das experiências de vários países que passaram pela transição de regimes ditatoriais para regimes democráticos (Alemanha, Argentina, Brasil, Espanha, entre outros), aponta-se para a existência de direitos individuais e coletivos a serem considerados no que se refere ao acesso a documentos do período autoritário. Esses direitos incluem desde o direito dos povos a escolherem sua própria transição, passando pelo chamado “direito à verdade” e pelo direito a conhecer os responsáveis por crimes contra os direitos humanos, chegando ao direito de investigação histórica e científica e ao direito à anistia e à reparação pelos danos sofridos em função da repressão (QUINTANA, 1995). Levando-se em conta, portanto, esse acúmulo de discussões internacionais, o Brasil, embora tendo participado da elaboração do referido documento, ainda não contempla sequer as recomendações mais gerais e limitadas da Unesco. Os limites da legislação brasileira se dão em grande medida por ressalvas baseadas na “segurança da sociedade e do Estado”, abrindo o precedente para

que, em nome da estabilidade do regime, os arquivos possam ser mantidos em sigilo.

Complementar ao texto da Constituição de 1988, foi elaborada e aprovada em 1991 a lei 8.159, conhecida como “lei dos arquivos”, que define as regras sobre os princípios de funcionamento e de acessibilidade dos arquivos públicos e privados, incluindo aqueles produzidos no período da ditadura militar. Essa lei, que parte das definições da nova Constituição, assegura “o direito de acesso aos documentos públicos”, mas com ressalvas: “Os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e o Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade e da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originalmente sigilosos” (BRASIL, 1991). Essa lei define como prazo máximo de sigilo o período de trinta anos, a contar da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez pelo mesmo período. Para os documentos “sigilosos referentes à honra e à imagem das pessoas” prevê-se o sigilo máximo de cem anos, sem prorrogação (BRASIL, 1991). Ou seja, a lei que regulamento a política de acesso aos arquivos, ainda que aponte prazos para que sejam disponibilizados os documentos, não exclui a possibilidade de acesso aos documentos.

Essas duas ressalvas apontadas na lei dos arquivos estão diretamente ligadas ao direito à informação. De um lado, chama a atenção o fato de o uso de informações relacionadas à vida privada das pessoas poder atingir o “direito à privacidade”. Este faz parte dos “direitos de personalidade”, um conjunto de direitos considerados intransmissíveis e irrenunciáveis, que abrangem “o direito à vida, à integridade física, à honra, à imagem e o nome, à liberdade de ir e vir, à inviolabilidade do domicílio, aos direitos autorais etc” (COSTA, 2008, p. 18). Do outro lado, há o “segredo de Estado”, considerado “elemento muitas vezes indispensável à segurança nacional e à garantia da paz nas relações internacionais” (COSTA, 2008, p. 19). Portanto, acabam se cruzando direitos das mais distintas naturezas, que dificultam ou obstaculizam o direito à informação. Todavia, no que tange ao direito de privacidade, levando em consideração que o interesse público se sobrepõe ao interesse privado, entende-se que, mesmo ferindo direitos de per-

sonalidade, certos documentos devem ser levados a público, embora seja necessário fazê-lo “de forma ponderada, com respeito, dentro do possível, ao direito à honra” (CARVALHO, 2002, p. 18).

Quanto ao segredo de Estado, considerando também a primazia do interesse coletivo, não deve recair sobre os documentos a proibição de acesso, pois eles expressam parte da história coletiva de homens e mulheres, para além dos interesses particulares de grupos, governantes e mesmo das Forças Armadas. Contudo, segundo o governo Lula, em resposta a pedido para que o Superior Tribunal Federal (STF) julgue como inconstitucional a atual legislação sobre os arquivos da ditadura, “o interesse de brasileiros nos documentos como forma de esclarecer a história do país (...) não se compara aos interesses do Estado e da sociedade por segurança” (LULA, 2008, p. 3). Com isso, o governo Lula faz eco ao pensamento militar ainda dominante no Brasil, que define segurança como “um elemento indispensável à busca do Bem Comum, caracterizado pelo fato de a Nação, a Comunidade como um todo e cada um dos seus integrantes sentirem-se garantidos contra ameaças de qualquer natureza, pelo emprego do Poder Nacional” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1998, p. 156).

Procurando amenizar a polêmica acerca da punição dos torturadores e demais agentes dos órgãos de repressão durante a ditadura, o presidente Lula afirmou: “Toda vez que falamos dos estudantes e operários que morreram, falamos xingando alguém que os matou quando, na verdade, esse martírio não vai acabar se a gente não aprender a transformar nossos mortos em heróis e não em vítimas” (NASCIMENTO, 2008a, p. 15). Dessa forma, sugerindo o esquecimento e a impunidade, o presidente vem tentando conciliar os interesses dos militares com os interesses das vítimas da ditadura e de seus familiares. No entanto, é preciso tolher o direito de informação da sociedade, colocando acima dele os interesses de grupos políticos, militares e empresariais que poderiam ser punidos devido a seus envolvimento, diretos ou indiretos, com os crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura. O governo federal, portanto, descumpra as leis hoje vigentes, pois

o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, garantido de forma expressa pela Constituição brasileira, não pode ser restringido através de emenda ou lei infraconstitucional, em sendo ele direito fundamental individual e, pois, cláusula pétreia do sistema constitucional brasileiro (CARVALHO, 2002, p. 19-20).

Quando analisada a trajetória da abertura dos arquivos da ditadura militar no Brasil, embora uma pequena parte dos documentos esteja disponível ao acesso público, em especial aqueles produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), percebe-se que há uma complexa operação para ocultá-los. Marcelo Rubens Paiva escreveu em 1992: “Comemorou-se a abertura dos arquivos do Dops, mas poucos sabem (...) que o Dops desempenhou um papel secundário na tomada dos depoimentos para a Justiça Militar dos presos políticos dos anos 70” (PAIVA, 1992). Em 2005 a imprensa anunciava com destaque a “abertura dos arquivos” da ditadura: “Os documentos secretos da ditadura militar, que estavam em poder da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), foram transportados ontem para o Arquivo Nacional de Brasília” (DOCUMENTO, 2005). Mas, conforme ressalta Diva Santana, militante do Grupo Tortura Nunca Mais, “pouca coisa dos arquivos que foram gerados em todo o período do regime militar estava na ABIN. Ali estavam arquivos de informações. Não são os processos, e nem os inquéritos, nos quais se descrevem prisões, torturas e mortes” (SANTANA, 2006). Rubens Paiva e Diva Santana também apontam para a necessidade de abertura dos arquivos das Forças Armadas: “os arquivos da Marinha, Exército e Aeronáutica, se abertos, poderiam esclarecer muitos fatos” (PAIVA, 1992).

Contudo, os mecanismos utilizados para não abrir os arquivos não se limitam à abertura parcial, no geral acompanhada de anúncios festivos por parte da imprensa, mas passam pela própria elaboração de novas leis que limitam o acesso aos documentos. Nesse sentido, em 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso baixou o decreto 4.553, o qual garantia que arquivos classificados como “ultrasseguros” teriam sigilo máximo de cinquenta anos, mas que poderiam ter seu sigilo “renovado indefinidamente, de acordo com o interesse da

segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2002). Em 2004, no governo Lula, por meio do decreto 5.301 modificou-se este artigo, estipulando o prazo máximo de sigilo aos documentos ultrassecretos para trinta anos, prorrogáveis uma única vez (BRASIL, 2004). Mas esta medida progressista de Lula durou menos de um ano. Em 5 de maio de 2005 foi aprovada a lei 11.111, que, mesmo retomando os prazos estabelecidos pela “lei dos arquivos”, definia uma ressalva nefasta. Embora essa lei afirme que “os documentos classificados no mais alto grau de sigilo tornar-se-ão de acesso público”, também prevê que, quando terminado o prazo estabelecido pela lei ou sua prorrogação, antes de expirado tal prazo,

a autoridade competente para a classificação do documento no mais alto grau de sigilo poderá provocar, de modo justificado, a manifestação da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas para que avalie se o acesso ao documento ameaçará a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais do País, caso em que a Comissão poderá manter a permanência da ressalva ao acesso do documento pelo tempo que estipular (BRASIL, 2005).

Essa Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, mencionada na lei, que tem autonomia para estipular os novos prazos, é composta pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pelo Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, pelo Ministro da Justiça, pelo Ministro da Defesa, pelo Ministro das Relações Exteriores, pelo Advogado-Geral da União e pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2004). Portanto, é uma comissão do próprio governo que pode estipular os prazos de acesso aos documentos considerados ultrassecretos, sem que dessa definição participem organizações de direitos humanos, historiadores, arquivistas ou mesmo a OAB. Ou seja, é o próprio Poder Executivo quem tem autonomia para tornar público ou proibir o acesso aos documentos que apontem suas próprias ações ou a dos governos que o antecederam. Levando-se em conta a antes referida influência exercida pelos militares nas decisões dos governos civis, percebe-se como são forjadas ferramentas legais que impedem

o acesso aos documentos referentes à ditadura, evitando-se assim o desequilíbrio político da democracia, profundamente comprometida com a acumulação capitalista e dependente dos militares e da polícia na manutenção da “ordem pública”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro apresentado traz como marca uma política que busca silenciar as vozes que possam apontar os crimes cometidos pelos ditadores. Não cabe, contudo, limitar nossa análise à procura de um mecanismo que equilibre a relação do aparato repressivo com a democracia, afinal a coerção e a repressão, como mostram os dois textos constitucionais antes analisados, fazem parte da natureza de qualquer Estado cuja hegemonia pertence a qualquer setor da burguesia, seja o regime ditatorial, seja o regime democrático. No que se refere à violência institucional, a diferença mais significativa entre os dois regimes é tão somente a forma como se emprega a violência para defender a propriedade privada. Sabe-se que, “quando a violência institucional do poder estatal extrapola os atributos coercitivos constitucionais, é porque se reconhece que os mecanismos daquela são insuficientes na ação persuasiva e de neutralização dos descontentamentos sociais” (PADRÓS, 2008, p. 153).

Com o retorno do Brasil a um regime democrático, foram retirados do texto constitucional os artigos referentes à repressão que autorizavam de forma explícita o uso do terror de Estado, mantendo, todavia, o conteúdo de defesa incondicional da propriedade privada. Contudo, embora essas mudanças na legislação promovidas pela chamada “transição democrática”,

os militares continuavam no sistema compósito de poder, só que com menor visibilidade, e a democracia desencadeava-se como um processo político travado pelas classes dominantes (...) e por programas repressivos de dissuasão policial-militar, camuflados ou não, conforme as circunstâncias. O objetivo central não era a democracia e sua conso-

lidação, mas a estabilidade política da ordem estabelecida, com todas as distorções e iniquidades econômicas e sociais que contivessem (FERNANDES, 1989, p. 366).

Para as questões discutidas neste texto referentes aos direitos humanos, as consequências são claras. Pode-se concluir que certamente o Estado brasileiro não disponibilizará de forma espontânea os documentos mais significativos acerca da repressão ocorrida durante a ditadura, seja aos familiares de mortos e desaparecidos ou aqueles perseguidos pela ditadura, nem punirá os criminosos que cassaram, sequestraram, torturaram e assassinaram em nome da “segurança nacional”. Os documentos hoje disponíveis são o produto de mais de vinte anos de lutas dos movimentos de familiares dos mortos e desaparecidos – o mais conhecido destes movimentos é o grupo Tortura Nunca Mais – e não uma concessão do Estado burguês. Se há alguma possibilidade de avanço na punição dos criminosos da ditadura, deve-se à mesma militância engajada pela memória e pela verdade e aos advogados que, sem se deixar levar tanto pelo derrotismo como pelo sectarismo, insistem na punição desses criminosos e na conquista de uma interpretação correta aos “crimes conexos” referidos na Lei de Anistia. Para os governantes de hoje e para aqueles militares que querem esconder a atuação das Forças Armadas na “guerra suja”, a ordem e a normalidade a serem mantidas são aquelas da transição pactuada entre os ditadores, as frações da burguesia e os diferentes setores da oposição. Em seu raciocínio cínico, se o perdão foi dado a todos, o passado deve ser esquecido.

Embora haja conquistas nesses últimos anos, a luta pela abertura dos arquivos e pela punição dos torturadores tem sido realizada de forma bastante fragmentada e com muitas dificuldades, ao passo que a oposição ou fez parte do pacto da transição democrática ou, ao longo das últimas décadas, ganhou espaços nas instituições, conscientemente deixando de lado essa luta. Dessa forma, os esforços de unificar as mobilizações fragmentadas, ainda que rendam alguns frutos, se tornam limitados, afinal não há uma entidade ou organização que articule os focos existentes em todo o país. O PT e a CUT, que poderiam ter articulado um amplo movimento nacional pela abertura

dos arquivos e principalmente pela punição aos criminosos do regime ditatorial, ainda na década de 1980, nunca colocaram essa pauta como uma de suas prioridades. Hoje não apresentam interesse em articular um movimento com essas características, diante das vacilações do governo Lula e dos compromissos que têm boa parte dos principais dirigentes sindicais e de esquerda do país com o governo.

O governo Lula encontrou internamente disputas entre alguns setores que defendem o direito à memória e à verdade, enquanto outros faziam a opção pelo esquecimento. Se por um lado setores mais à esquerda dentro do PT se mobilizaram nessa luta, os aliados de direita do governo estiveram comprometidos com os interesses dos repressores do passado. Paulo Vannuchi, conhecido e respeitado como militante dos direitos humanos, tentou mediar essa disputa desigual, recuando sempre que os militares ou seus aliados no governo levantam a voz. Com isso, foram criados acordos e meios termos, como as emendas na redação do PNDH 3, em que os limites de nascimento do programa foram mais aprofundados, colocando em um cenário ainda mais distante a possibilidade de punição dos agentes repressivos da ditadura. Com a crença de que era possível disputar dentro do governo os avanços nos direitos humanos, Paulo Vannuchi e outros militantes valorosos e honestos consumiram suas energias em uma disputa em que eles foram minoria.

Punir os torturadores e demais criminosos que atuaram no regime ditatorial faz parte da luta incansável pelo direito à verdade a respeito da repressão às dissidências políticas. Esse, bem como o direito à memória e à história, não pertence apenas àqueles que morreram ou foram perseguidos pela ditadura, mas também pertence aos que lutam hoje e precisam conhecer a vida e as lutas dos que os precederam e os inimigos contra os quais lutaram. Esse é o significado mais importante dessa luta e, certamente, o maior medo dos ditadores impunes de ontem e dos democratas cínicos de hoje.

FONTES E REFERÊNCIAS

a) Legislação

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

_____. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro, 1991.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. **Decreto nº 4.553**, de 27 de dezembro, 2002.

_____. **Decreto nº 5.301**, de 9 de dezembro, 2004

_____. **Lei nº 11.111**, de 5 de maio, 2005.

b) Jornais e revistas

CANTANHÊDE, Eliane. Governo pode reeditar plano sem referência a torturadores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2010a

_____. Lula recua e faz novo decreto, agora sem “repressão política”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2010b.

DOCUMENTOS da ditadura são abertos, **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22 dez. 2005.

FERRAZ, Joana Arquivos da Ditadura: memória que aterroriza quem? **GTNM/RJ**, Rio de Janeiro, jun. 2008.

FLAMÉ, Tiago; SILVA, Michel Goulart da. O governo Lula e os crimes da ditadura. **Palavra Operária**, São Paulo, n. 45, 20 ago. 2008.

GUERREIRO, Natália. O insuportável peso da tortura. **Revista ADUSP**, São Paulo, n. 44, mar. 2009.

LULA reafirma o sigilo eterno. **GTNM/RJ**, Rio de Janeiro, jun. 2008.

MAIEROVITCH, Wálter Fanganiello. Capitulação e pilatice. **Carta Capital**, São Paulo, 20 jan. 2010.

Martins, Rodrigo e Nascimento, Gilberto. Impunes, por enquanto. **Carta Capital**, São Paulo, 25 jun. 2008.

NASCIMENTO, Gilberto. A memória condenada. **Carta Capital**, São Paulo, 20 ago. 2008a.

_____. Caça aos torturadores. **Carta Capital**, São Paulo, 16 jul. 2008b.

_____. A utilidade da barriga, **Carta Capital**, São Paulo, 20 jan. 2010.

PAIVA, Marcelo Rubens. Abram-se os arquivos e deixem-nos em paz! **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 dez. 1992.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Supremo perdoa os torturadores e legítima ditadura. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 47, jun. 2010.

ROCHA, Marcelo. A crise do passado. **Época**, n. 607, 4 jan. 2010.

SCHLEGEL, Rogério. A história em prateleiras. **Aventuras na História**, São Paulo, n. 4, 25 abr. 2005. Especial “Ditadura no Brasil”.

SILVA, Michel Goulart da. O direito à memória, à história e aos arquivos”, **Palavra Operária**, São Paulo, n. 37, 22 mar. 2008a.

_____. Os arquivos da ditadura e a democracia no Brasil. **Revista História Catarina**, Lages, n. 15, 2010.

c) Livros, capítulos de livros e periódicos

CARVALHO, Márcia Porto de. **A defesa da honra e o direito à informação**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.

CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos, In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth. (Org.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madri: Siglo XXI, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. A responsabilidade do Estado brasileiro na questão dos desaparecidos durante o regime militar. In: TELES, Janaína (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

COSTA, Célia Maria Leite. O direito à informação nos arquivos brasileiros. In: FICO, Carlos (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**.

Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A ditadura em questão**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. **A Constituição inacabada**: vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. O significado da ditadura militar, In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964**: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

FONTES, Virginia; MENDONÇA, Sônia. **História do Brasil recente (1964-1992)**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

PADRÓS, Enrique. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. **História em Revista**, Pelotas, n. 10, dez. 2004.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas, In: FICO, Carlos (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SILVA, Michel Goulart da. Os arquivos da ditadura: entre os direitos humanos e a segurança nacional. **Temáticas**, Campinas, n. 33/34, 2009.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor dos sabres**: controle civil ou tutela militar? São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Frágil democracia**: Collor, Itamar FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

d) Outros

ALMEIDA, Crimeia. Abertura de arquivos pode revelar pouco sobre a ditadura (entrevista). **Carta Maior**, São Paulo, 22 nov. 2005.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: ESG, 1998.

PRADO, Larissa Brizola Brito. **Estado democrático e políticas de reparação no Brasil**: tortura, desaparecimentos e mortes no regime militar. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade

Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

QUINTANA, Antonio González. **Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos**. [Paris]: Unesco, 1995.

SANTANA, Diva. Pouca coisa dos arquivos da ditadura estava na ABIN (entrevista). **Carta Maior**, São Paulo, 8 fev. 2006.

SILVA, Michel Goulart da. Os arquivos da ditadura: entre os direitos humanos e a segurança nacional. **I Jornadas Internacionales de Investigación y Debate Político**. Buenos Aires: Centro de Estudios e Investigación en Ciencias Sociales, 2008b.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio

de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Fernando Ponte de Sousa

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Muller

Valcionir Corrêa

Organizador:
Michel Goulart da Silva

ENSAIOS SOBRE HISTÓRIA E POLÍTICA

Este volume reúne uma coletânea de ensaios que discutem o fenômeno da política em diferentes contextos sociais e históricos, nos séculos XX e XXI. São discutidos temas que passam pelas manifestações de pensamento conservador no século passado, como o antissemitismo, por experiências ditatoriais ou de repressão, como a ditadura civil-militar iniciada no Brasil em 1964, e também por processos de resistência, como a recentemente chamada "Primavera Árabe". Os ensaios reunidos aqui não apenas contribuem para o chamado "retorno do político" nas pesquisas em história como apontam para perspectivas críticas em relação a uma diversidade de fenômenos sociais e culturais.



ISBN 978-85-61682-76-7



9 788561 682767